

FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)

doutorado
2007

aluna: Ana Cláudia Castilho Barone
orientadora: Profa. Dra. Maria Ruth Amaral de Sampaio

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Sumário.

<i>Resumo</i>	02
<i>Abreviações utilizadas</i>	04
<i>Introdução.</i>	
<i>Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)</i>	06
<i>Capítulo 1.</i>	
<i>Da concepção à concretização do parque: a história do vazio (1891-1954)</i>	16
1. O “grilo” do Ibirapuera: da cessão das terras ao Município à decisão de implantar o parque (1891-1930)	17
2. Conflito público-privado: hipódromo <i>versus</i> viveiro (1929-1933)	30
3. A retomada do problema jurídico (1941)	39
<i>Capítulo 2.</i>	
<i>O Parque Ibirapuera no Plano de Avenidas (1930)</i>	46
1. Parques: espaços livres articulados ao sistema viário.....	49
2. Duas referências urbanísticas internacionais	53
<i>Capítulo 3.</i>	
<i>Espços livres no urbanismo do “Plano Regulador” (1934-1937)</i>	68
<i>Capítulo 4.</i>	
<i>Um parque para as Indústrias e as Artes (1954)</i>	89
1. Ciccillo Matarazzo, um industrial culturalmente engajado	89
2. O Parque Ibirapuera.....	93
3. Indústria, ciência e artes plásticas.....	116
4. Um parque para a classe média.....	127
<i>Capítulo 5.</i>	
<i>Espços livres no relatório de Robert Moses (1950)</i>	135
<i>Capítulo 6.</i>	
<i>Argumentos de oposição: opinião pública, entidades e imprensa (1950-1953)...</i>	143
<i>Capítulo 7.</i>	
<i>São Paulo: metrópole moderna, cidade-metrópole, cidade-catedral (1954-1959)</i>	179
<i>Considerações finais.</i>	
<i>Ibirapuera: um parque metropolitano no cerne do urbanismo paulistano</i>	200
<i>Bibliografia</i>	210

Resumo.

O Parque Ibirapuera é o primeiro parque metropolitano da cidade. Foi concebido como um espaço moderno, destinado ao cultivo do lazer e da cultura da população urbana. Projetado para as comemorações do IV Centenário de fundação de São Paulo, sua história envolveu oposições que foram, até o presente momento, silenciadas. A perspectiva deste trabalho desloca o enfoque do eixo comemorativo, para fazer emergirem os conflitos de posição, sobretudo quanto ao programa do parque. Na época de sua implantação, na década de 50, a construção dos pavilhões do Ibirapuera foi amplamente questionada por um grupo de urbanistas, jornalistas e intelectuais que previam para a área um parque exclusivamente verde. No entanto, os conflitos em torno dessa questão não foram discutidos pela ampla bibliografia já produzida a respeito do parque. Tais conflitos indicam que se delineava um campo de disputas entre os grupos sociais que atuavam na decisão de como o parque deveria configurar-se.

Abstract.

Parque Ibirapuera was the first metropolitan park in São Paulo. It was conceived as a modern space, destined to offer leisure and culture to the population. The park was projected to be part of São Paulo's 4th Centenary celebrations, but its story involves oppositions that have been omitted in further debate. This work displaces the usual focus on the commemorative axle, in order to highlight the conflicts involved in the creation of the park – mainly related to its program. By the time of Ibirapuera's implantation, in the 50's, the construction of its pavilions was widely questioned by a group of urban planners, journalists and intellectuals who wanted an exclusively green park for that area. Nevertheless, this debate has never been discussed by the large bibliography already produced about the park, even though those conflicts seems to outpoint a battlefield between the social groups that acted in the decisions of the park's configuration.

Abreviações utilizadas.

AHMWL	Arquivo Histórico Municipal Washington Luis
IAB-SP	Instituto de Arquitetos do Brasil – Seção Paulista
IBEC	International Basic Economy Corporation
MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo
OESP	jornal <i>O Estado de São Paulo</i>
PMSP	Prefeitura do Município de São Paulo
SAC	Sociedade Amigos da Cidade

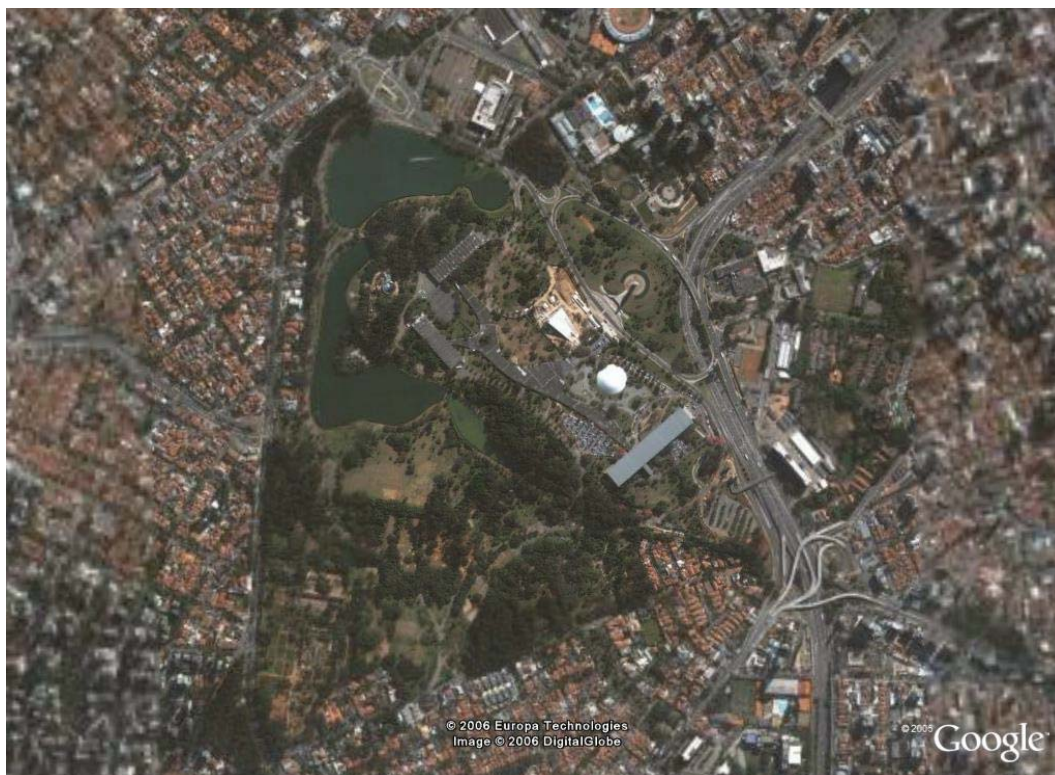


Imagem 1 - Vista aérea do Parque Ibirapuera em 2006. Fonte: Aplicativo “Google_Earth_BZXE.exe”.

Introdução.

Ibirapuera: parque metropolitano (1926-1954)

São Paulo é uma cidade carente de espaços verdes. A constatação não é recente: está posta em debate pelos urbanistas pelo menos desde meados da década de 1920, quando se cogitou pela primeira vez a criação de um grande parque público que atendesse a todos os seus habitantes. Tratava-se do Parque Ibirapuera, considerado o primeiro parque metropolitano da cidade.

O Parque Ibirapuera foi concebido para a comemoração do IV Centenário da fundação de São Paulo, em 1954, momento em que a cidade se arvorava da condição de “metrópole moderna”, em pleno vigor do desenvolvimento. Com 1.584.000 m² de área total, localizado junto a bairros nobres, o parque foi equipado com um conjunto de edifícios desenhados pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer, destinados a abrigar exposições comemorativas. Seu projeto tem uma dimensão simbólica significativa. Nele, a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo dialogam e constroem, em conjunto, um discurso comum.

O Ibirapuera é o primeiro parque metropolitano de São Paulo. Foi projetado para ser um espaço moderno, destinado ao cultivo do lazer e da cultura da população urbana. O industrial Ciccillo Matarazzo, na condição de presidente da Comissão dos festejos de comemoração do IV Centenário da cidade de São Paulo, foi responsável por efetivar a construção do parque, inclusive em termos dos ajustes políticos necessários. Por que a cidade precisou de um industrial, nos anos 50, para construir esse parque? Com que matrizes do pensamento urbanístico esse homem dialogou para criar as bases de sustentação de sua criação? Que aliados foram buscados no seio da sociedade para garantir o sucesso da empreitada?

O Parque Ibirapuera é uma das obras públicas mais eloqüentes do seu tempo. Localizado junto a um dos setores mais nobres de São Paulo, foi criado em um momento de comemoração do desenvolvimento econômico da cidade. Tempo em que, em matéria de urbanismo, os intelectuais da cidade debatiam a

consolidação da metrópole, nas diversas disciplinas das ciências humanas. Sendo assim, o parque pode ser considerado representativo do processo de “metropolização”, tal como concebido por seus debatedores na década de 50¹.

De modo geral, a bibliografia que trata dos parques urbanos no Brasil e, particularmente, dos parques municipais em São Paulo, é esparsa e plural². Entre os trabalhos que enfocam os espaços livres públicos urbanos no Brasil sob uma perspectiva histórica, destaca-se a obra de Murillo Marx³. Sua preocupação é, sobretudo, levantar as origens dos espaços livres públicos das cidades brasileiras, na tentativa de compreender o descuido no tratamento desses espaços.

Para o autor, existem ao menos duas razões históricas para o pouco cuidado geral com os espaços livres públicos no Brasil. A primeira é que a fronteira entre os espaços públicos e privados não é bem definida: o espaço público sempre é invadido pelo privado, prática recorrente desde o período colonial. A segunda é a tardia ordenação civil sobre o espaço público. Segundo Murillo Marx, a Igreja sempre esteve presente nas fundações coloniais, como principal instituição, mais forte até que o próprio poder administrativo e militar da metrópole. O autor demonstra que os espaços públicos faziam parte dos domínios da Igreja e, com o tempo, foram sofrendo um processo de laicização. “Os espaços públicos urbanos no Brasil evoluíram lentamente do sagrado ao profano”⁴.

Soma-se a essas questões a herança cultural de Portugal, onde a vida urbana era marcada pelo recato e pela pouca utilização dos espaços públicos para a sociabilidade.

Outro autor que trata dos parques públicos brasileiros segundo uma perspectiva histórica é Hugo Segawa⁵. Seu trabalho tem por objetivo analisar os

¹ O processo de consolidação da metrópole é um tema amplamente discutido pela bibliografia que trata do desenvolvimento urbano de São Paulo. O que interessa aqui não é o debate sobre o processo de metropolização no seu conjunto ao longo do tempo, mas o modo como o tema foi tratado pelas diversas disciplinas das ciências sociais especificamente no período da realização do Parque Ibirapuera.

² Sobre esses temas, foram consultados essencialmente os textos que tratam dos aspectos que tangenciam a história da criação do Ibirapuera levantados neste trabalho. Textos que tratam dos parques urbanos sob outros aspectos, a exemplo dos aspectos ambientais, mais recentes, não foram levantados.

³ Marx, M. *Nosso Chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: EDUSP, 1989

⁴ Idem, p. 07.

⁵ Segawa, H. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1996.

jardins públicos brasileiros dos séculos XVIII e XIX, relacionando-os aos significados urbanísticos que tiveram no seu tempo. O trabalho divide-se em duas partes. A primeira insere os jardins públicos brasileiros estudados no contexto da produção de jardins na Europa e nos Estados Unidos e em relação ao conceito de “natureza” e à sensibilidade estética do período. A segunda parte é dedicada ao estudo de alguns jardins brasileiros emblemáticos de cada momento histórico.

Em relação aos parques paulistanos, especificamente, a maior parte dos trabalhos que trata do assunto está inserida em uma perspectiva de análise funcional, em relação aos usos. Uma das obras mais significativas dessa tendência é a de Rosa Kliass⁶. O trabalho é um dos primeiros a apresentar uma sistematização de dados de todos os parques públicos de São Paulo, resultando em um material que permitiu uma visão de conjunto e a realização de comparações entre os parques, quanto a tamanhos, aos equipamentos disponíveis, à frequência e à oferta de espaços verdes por setor da cidade.

Antes dele, o trabalho de Maria Amélia Loureiro já refletia o esforço de reunir material sobre o conjunto de parques da cidade⁷. Ainda que carregue um viés de “discurso oficial”, por ter sido desenvolvida no âmbito de um órgão público da Prefeitura Municipal, sua pesquisa oferece um levantamento do que existia em termos de áreas verdes municipais na cidade.

Ainda do ponto de vista de um enfoque global, ou seja, problematizando o conjunto de parques da cidade como um todo, um dos trabalhos mais aprofundados é o de Vladimir Bartalini, que procura apresentar uma síntese da criação de parques municipais em São Paulo organizada a partir da estrutura técnica disponível na cidade em cada período⁸. O trabalho é rico em informações sobre cada um dos parques municipais existentes. Outra contribuição é o esforço de propor uma periodização para o conjunto dos parques criados no âmbito municipal, ancorada na evolução da estrutura administrativa da Prefeitura para lidar com o problema das áreas verdes. O

⁶ Kliass, R. *A evolução dos Parques Urbanos na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (mestrado), 1989.

⁷ Loureiro, M. A. S. *A cidade e as áreas verdes*. São Paulo: PMSP, Secretaria de Serviços e Obras, Departamento de Parques e Áreas Verdes, 1979. A autora era funcionária do Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura.

⁸ Bartalini, V. *Parques Públicos Municipais de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (doutorado), 1999.

trabalho também oferece uma análise de usos dos parques, permitindo ao leitor apreender as transformações na forma de utilizar os espaços livres na cidade em cada período, desde o final do século XIX até a atualidade.

Mais recentemente, a perspectiva de conjunto tem sido colocada em segundo plano, para dar lugar a um tratamento do tema a partir de recortes que privilegiam características específicas de alguns parques. O trabalho de Cássia Mariano, por exemplo, enfoca os parques metropolitanos, propondo um recorte por categoria tipológica⁹.

O Parque Ibirapuera, especificamente, foi tratado como objeto de tese em alguns trabalhos. Em razão de seu significado para a cidade, possui documentação já sistematizada em análises importantes sobre sua criação, seu projeto, a relação com a questão urbanística e a questão cultural na cidade nos anos 50, inseridos no contexto político e social de seu tempo.

Duas obras importantes focalizam a relevância do Ibirapuera como elemento representativo da inserção da cidade na modernidade. Evidentemente, essas obras constituem referências fundamentais para o presente trabalho. No entanto, ao compreenderem o parque como símbolo dessa inserção, ambas tornam-se, em seus próprios termos, entusiastas do caráter de celebração do momento histórico em discussão.

A obra de Regina Meyer situa a criação do Parque Ibirapuera em um “momento de inflexão” da história da cidade, definido pela consolidação da metrópole, no período em que São Paulo torna-se o maior centro industrial do país¹⁰. Essa inflexão traz um novo desafio político e técnico à cidade, levantando o questionamento dos rumos do desenvolvimento urbano.

Maria Arminda Arruda analisa o desenvolvimento e a pujança econômica de São Paulo no âmbito nacional por meio do estudo das obras urbanas, intelectuais e culturais produzidas na cidade na metade do século XX, comparando-a a uma espécie de Viena de Carl Schorske, guardadas as devidas proporções¹¹. Ambos trabalhos, o de Meyer e de Arruda, imprimem um tom de celebração ao próprio desenvolvimento e modernidade de São Paulo presente

⁹ Mariano, C. R. *Parques Metropolitanos de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (mestrado), 1992.

¹⁰ Meyer, R. M. P. *Metrópole e Urbanismo*. São Paulo anos 50. São Paulo: FAUUSP (doutorado), 1991.

¹¹ Arruda, M. A. N. *Metrópole e Cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusp, 2001. A referência é Schorske, Carl. *Viena Fin de Siècle*. São Paulo: Cia. das Letras e Campinas: Unicamp, 2001.

no contexto da criação do parque, replicando a euforia paulistana daquele momento.

Outras obras importantes trataram especificamente do conjunto de sucessivos projetos elaborados desde que se decidiu converter o local em um parque até a sua efetiva implantação. A arquiteta Manuella Marianna Andrade, quando chefe da divisão de estudos e pesquisa do Arquivo Histórico Municipal Washington Luis, reuniu um conjunto significativo de documentos sobre os diversos projetos de parques feitos para a área, com o fim de montar uma exposição comemorativa dos 50 anos do parque¹².

A arquiteta pretendia dar a conhecer a história do parque desde a aquisição dos terrenos por parte do município, em 1890, até sua implantação, em 1954. Para tanto, realizou um levantamento de plantas, documentos, processos e outras fontes primárias de relevância fundamental. A exposição não foi realizada, por falta de verbas, mas todo o material recolhido encontra-se catalogado no Arquivo Histórico Municipal, permitindo o desenvolvimento de novos estudos.

Utilizando parte desse material, Fabiano Oliveira analisou os projetos de Dierberger e Christiano das Neves e o projeto executado, de Oscar Niemeyer, procurando levantar a discussão sobre a idéia de modernidade contida em cada um deles¹³.

Há, ainda, Além disso, alguns artigos que tratam do Parque Ibirapuera sob aspectos diversos¹⁴. Fernanda Fernandes da Silva discute as soluções de projeto de Niemeyer como representativas da arquitetura moderna brasileira do período e a inserção do conjunto arquitetônico em meio à paisagem verde criada no parque¹⁵. Paulo Cezar Marins faz uma análise dos monumentos instalados no parque, a saber, o Monumento às Bandeiras, inaugurado em 1936,

¹² Ver “Parque do Ibirapuera” X-140, realizado pela Seção Técnica de Estudos e Pesquisas da Divisão do Arquivo Histórico Municipal do DPH, 2004 e Andrade, M. M. “O Parque do Ibirapuera: 1890 a 1954”. In *Revista eletrônica Vitruvius* (www.vitruvius.com.br/arquitextos), agosto de 2004.

¹³ Oliveira, F. L. *Os projetos para o Parque Ibirapuera: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954)*. São Paulo: EESC (mestrado), 2003.

¹⁴ Por exemplo, Kliass, R. *Parques Urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993; Magnoli, M. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos das paisagem metropolitana*. São Paulo: FAUUSP (livre-docência), 1983; e Grostein, M. D. *Uso do parque Ibirapuera: espaço e comportamento*. São Paulo: FAUUSP, 1973.

¹⁵ Silva, F. F. “Nature and architecture: Ibirapuera Park in São Paulo”. In: *Proceedings of the V International Docomomo Conference*. Estocolmo: Docomomo, 1998, p. 126-128.

o Monumento ao Soldado Constitucionalista, finalizado em 1955, e o conjunto arquitetônico de Niemeyer, de 1954, sob o ponto de vista da análise de sua representação mítica e simbólica¹⁶.

A perspectiva deste trabalho desloca o enfoque do eixo comemorativo, para fazer emergirem outros aspectos envolvidos na criação do parque, tão caros e fundamentais para a história da cidade como a própria celebração do seu IV Centenário. Sendo assim, o foco se desloca para os debates que emergiram no momento de sua criação, denunciando conflitos de posição, sobretudo quanto ao programa do parque. Tais conflitos indicam que se delineava um campo de disputas entre os grupos sociais que atuaram na decisão de como o parque deveria configurar-se.

O presente trabalho, mais que defender uma tese, levanta hipóteses. Se há uma tese a ser defendida, é a de que a história da criação do Parque Ibirapuera envolveu oposições que foram, até o presente momento, silenciadas. A mais forte é a do jornal *O Estado de São Paulo*, aninhada no seio da mais veemente organização dos urbanistas da cidade naquele momento: a Sociedade Amigos da Cidade. Essas oposições, até o presente momento, não apareceram nos diversos textos que discutem a criação do parque. Sobre os motivos para o silenciamento em relação a esses conflitos, as fontes apontam sugestões para diversas possibilidades de entendimento.

Toda a documentação referente à Comissão do IV Centenário encontra-se reunida no Arquivo Histórico Municipal, como referido acima¹⁷. O material contém os processos de formação das várias sub-comissões que compunham a equipe de trabalho, as correspondências, os processos de licitação e as contratações para todos os serviços relativos à comemoração, os processos referentes aos preparativos, os debates sobre o projeto do parque, etc. Além disso, para a preparação daquela exposição jamais montada, foram também recolhidos todos os processos relativos à ocupação da área da Chácara do Ibirapuera, antes pertencentes ao Arquivo Municipal de Processos. Em 2002, os processos referentes à gleba foram transpostos para o acervo do Arquivo Histórico Municipal, ao qual foram posteriormente incorporados e hoje

¹⁶ Marins, P. C. G. “O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista”. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, vol. 6/7, São Paulo: USP/Museu Paulista, 1998-1999, p. 09-36.

¹⁷ Parte da documentação foi danificada de modo irreversível por ocasião de uma inundação.

permanecem disponíveis para consulta. Esses processos referem-se tanto às disputas pela posse das terras quanto aos projetos que foram desenvolvidos para a área.

Outra fonte de documentação essencial foram os livros de atas da Sociedade Amigos da Cidade. Desde a sua fundação, em 1934, a Sociedade discutiu amplamente os destinos da área do Ibirapuera, defendendo a instalação do parque público contra qualquer outro tipo de ocupação do terreno.

As idéias defendidas pelos urbanistas da Sociedade eram amplamente divulgadas no jornal *O Estado de São Paulo*, que desde logo abraçou a causa do parque. Sendo assim, e por oferecer um material rico sobre esse debate, o jornal também foi utilizado como fonte de documentação, trazendo à tona diversas questões reveladoras para o trabalho. A leitura dos dois conjuntos de fontes foi realizada em paralelo, buscando recuperar o diálogo estabelecido entre os diversos grupos, sobretudo os urbanistas da Sociedade, os jornalistas do *Estado* e os membros da Comissão, a partir das datas das publicações de atas e artigos.

Outras fontes esclarecem detalhes sobre o projeto e a destinação dada ao parque. No arquivo da seção paulista do Instituto de Arquitetos do Brasil – IAB-SP, foram encontrados documentos sobre o convite feito aos arquitetos da primeira equipe contratada para o projeto do parque. Atrelada a essa história, também foram localizadas no IAB atas de discussão sobre a organização do IV Congresso Brasileiro de Arquitetos, que teve lugar em meio às comemorações do IV Centenário. Tais documentos foram cotejados com aqueles do acervo da Comissão do IV Centenário, com vistas a reconstituir o processo de elaboração das diretrizes de projeto para o conjunto arquitetônico do parque.

No arquivo Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo foi localizada documentação sobre Ciccillo Matarazzo, contendo diversos aspectos de sua biografia, além de fotografias da construção do parque. Outras fotografias interessantes foram obtidas junto aos arquivos pessoais dos fotógrafos German Lorca, Hans Gunter Flieg e Alice Brill. Em relação a esses registros fotográficos, procuramos situá-los no contexto de sua produção, procurando identificar, na medida do possível, os autores, suas trajetórias profissionais e as finalidades para as quais as imagens foram produzidas. Tal esforço mostrou-se pertinente, na medida em que revelou que a própria

fotografia passava por um intenso processo de transformação naquele momento e que as imagens do Ibirapuera fizeram parte de tal processo.

Sobre a Feira Industrial organizada no parque, foi consultada a biblioteca da FIESP, doada à UNICAMP em 1998. As informações encontradas foram esparsas, pois o conjunto do material doado não inclui o arquivo de documentos originais, restringindo o alcance da pesquisa. Porém, o pouco material encontrado, cotejado com as imagens fotográficas realizadas na época, evidencia o significado desse evento naquele momento.

Finalmente, foram também levantadas as obras produzidas na época sobre a transformação da cidade de São Paulo em uma metrópole. O tema da metrópole, presente nas discussões de todos os campos disciplinares que compõem as chamadas ciências humanas, apresentava-se naquele momento como um assunto de relevância fundamental. A cidade que comemorava seu IV Centenário passava justamente por um processo de desenvolvimento econômico e político que alçava o estatuto de metrópole, com os atributos que isso significava: internacional e moderna. O Parque Ibirapuera, tal como proposto para a inauguração, em 1954, era um elemento fundamental dessa transformação.

De acordo com as fontes consultadas, percebe-se que havia um intenso debate contra a ocupação dos terrenos destinados à criação do Parque Ibirapuera, que se tornou particularmente caloroso a partir de 1951, quando se decidiu realizar a obra do parque, mas incorporando a construção de pavilhões permanentes para exposições de diversas naturezas. Esse debate não aparece na extensa bibliografia publicada sobre a criação do parque. Assim, cabe interrogar por que a bibliografia que trata da história da criação do parque não se ateu à discussão da oposição criada em torno da construção dos pavilhões.

As hipóteses gravitam. Para compreender o conjunto do processo estudado, os materiais encontrados foram agrupados em blocos formados pelos fragmentos do problema, que possuem um sentido próprio, constituindo a estrutura do trabalho. Este trabalho é composto de sete capítulos e um texto de considerações finais.

A riqueza do material encontrado sobre as disputas pelo terreno da chácara do Ibirapuera sugeria uma primeira entrada para a pesquisa, a partir da compreensão da história do vazio que permitiu a criação do parque. Sendo

assim, foi feito um levantamento no qual se procurou compreender as sucessivas tentativas de ocupação da gleba tanto por particulares como pelo poder público, e as manobras realizadas no sentido inverso, de conter essas investidas, preservando o terreno durante mais de 25 anos para a futura instalação do parque. Tal história é importante, pois foi a preservação do vazio que garantiu a atual existência do parque. A essa história é dedicado o primeiro capítulo do trabalho.

A partir da decisão de se criar um parque na Várzea do Ibirapuera, em 1926, até a sua efetiva realização, em 1954, ele foi citado e previsto em todos os planos e discussões urbanísticas que consideravam a cidade em sua totalidade. Assim, ele aparece no Plano de Avenidas, de 1930, nos debates da Sociedade Amigos da Cidade, a partir de 1934, nas discussões sobre o Plano Regulador, do mesmo período, e no Programa de Melhoramentos para São Paulo, de 1950. Os significados do parque e dos espaços livres da cidade vão se transformando em cada um desses debates. Os capítulos 2, 3 e 5 tratam dessas transformações, procurando evidenciar qual concepção de espaço livre era proposta em cada um desses trabalhos, suas oposições e seus avanços.

O quarto capítulo evoca a figura de Francisco Matarazzo Sobrinho, que promoveu a realização do parque, no contexto de sua atuação como presidente da Comissão do IV Centenário. Nesse sentido, a discussão proposta passa pelo projeto do parque e seu programa de cultura, voltado para a divulgação da arte moderna e dos produtos da indústria para o grande público paulistano. Essas realizações são apresentadas como parte do projeto encampado pelo presidente da Comissão, com a autonomia de que ele dispunha para utilizar os recursos disponíveis para a celebração do evento. Para o ensejo, Ciccillo construiu o parque que rolava como promessa em sucessivos mandatos municipais. Sua função voltou-se, em grande parte, para a promoção dos pavilhões destinados às feiras das indústrias e das artes no parque, ancorada na divulgação da arte moderna nas Bienais e nos intercâmbios entre a indústria brasileira e internacional.

Tal atuação implicou em uma disputa veemente por parte de um grupo que acreditava que não deveria haver construções permanentes no parque. As polêmicas geradas em torno do seu projeto foram apresentadas no capítulo 6.

No último capítulo, o tema da consolidação da metrópole foi tratado a partir das discussões feitas por autores de diversos campos das ciências sociais, que propunham um debate sobre o desenvolvimento urbano de São Paulo a partir de suas próprias disciplinas. Essas discussões encerram uma ampla gama de novos instrumentos de análise da metrópole, que acabaram por definir alcances e limites de cada uma dessas disciplinas no esforço de compreender os rumos gerais do desenvolvimento da nação naquele período.

Finalmente, nas considerações finais, apresenta-se um balanço do material estudado, com vistas a estabelecer uma interpretação possível para o processo em questão.

Capítulo 1.

Da concepção à concretização do parque: a história do vazio (1891-1954)

Os terrenos da Várzea do Ibirapuera eram terras devolutas¹⁸ tornadas públicas em 1891, por cessão do Ministério da Agricultura ao Município de São Paulo. A decisão de se implantar um parque público ali foi levada à Câmara Municipal em 1926. Mas o parque só foi efetivamente implantado em 1954, viabilizado pelas comemorações do IV Centenário de fundação da cidade.

Durante os 64 anos em que a área foi administrada pelo poder público municipal como um vazio urbano, e particularmente durante os últimos 28 anos desse período, foi a sua preservação que permitiu a implantação do parque. Se o terreno não tivesse sido mantido livre ao longo de todo esse tempo, face às variadas tentativas de ocupação, hoje não existiria ali o Ibirapuera.

A extensão do período é tão surpreendentemente longa que impõe as perguntas: Como o terreno foi preservado até o momento de se implantar o Parque Ibirapuera? Quais interesses foram mobilizados para essa preservação? Como esses interesses resultaram na configuração atual do parque?

Durante o período, ocorrem muitas discussões sobre o tamanho da gleba tornada pública. Há quem considere que o parque deveria ser muito maior, tendo em vista as dimensões da área devoluta que lhe deu origem. Por outro lado, até hoje ainda ocorrem diversas contestações de particulares. Que interesses levaram às disputas que provocaram a diminuição da extensão da propriedade pública? Por que existem lotes privados dentro do perímetro do parque?

Ao longo desses anos de preservação do vazio do Ibirapuera, houve um intenso conflito pela propriedade da gleba, entre o poder público e os interesses particulares de diversas naturezas. Essas questões motivaram a abertura desta investigação sobre o Parque Ibirapuera.

¹⁸ Terras devolutas são terrenos desocupados e transferidos ao domínio público em caso de morte do proprietário e ausência de herdeiros. A gênese do termo remonta ao período colonial, quando as terras eram originalmente de propriedade da Coroa e a ela voltavam, por devolução, nas referidas condições.

1. O “grilo” do Ibirapuera: da cessão das terras ao Município à decisão de implantar o parque (1891-1930)

Em 1941, por requerimento de pretense proprietário de gleba, foi levantada toda a documentação referente à “discriminação e demarcação das terras devolutas do Ibirapuera”¹⁹. As folhas 03 e 04 do processo correspondem a cópias de ofícios emitidos em 17 de novembro de 1890 pela União. Naquela data, o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas autorizou o Governo do Estado a conceder as terras devolutas de Vila Mariana ao Conselho da Intendência Municipal da Capital. De acordo com o Governo do Estado, a área concedida correspondia às “terras devolutas necessárias, salvo direito de terceiro, para complemento de uma légua quadrada ou 4.356 hectares”²⁰.

No mesmo parecer, o Estado acrescentou que o Município já possuía “meia légua de terras, que foi doada, desde o ano de 1598, as quais, segundo declarou, se acham em parte invadidas por intrusos”²¹.

As plantas anexas ao processo (ver imagens 02 e 03) indicam que, além da área atual do Parque Ibirapuera, foram doados também ao município os terrenos posteriormente ocupados pelo Detran, pelo Círculo Militar, pela Assembléia Legislativa e pelos clubes Atlético Monte Líbano e Ipê, bem como os bairros de Jardim Lusitânia, Vila Nova Conceição, Vila Uberabinha e Moema, incluindo Jardim Novo Mundo e Indianópolis, até o córrego da Traição, onde hoje se localiza a Avenida dos Bandeirantes.

Assim, resulta que pertencia ao Município uma extensão de terras de uma e meia léguas quadradas, em parte já ocupadas por particulares. O problema era tratado no parecer de 1941 como a “questão do Ibirapuera”.

¹⁹ Parecer de 05 de junho de 1941, constante no processo 2003-0.324.844-7, localizado no Arquivo Histórico Municipal Washington Luis - AHMWL. O pretense proprietário era Clementino de Sousa e Castro.

²⁰ Comunicação do Governo do Estado de São Paulo à Intendência Municipal, ofício n.º. 782 de 26 de novembro de 1890.

²¹ Idem. *Ibidem*.

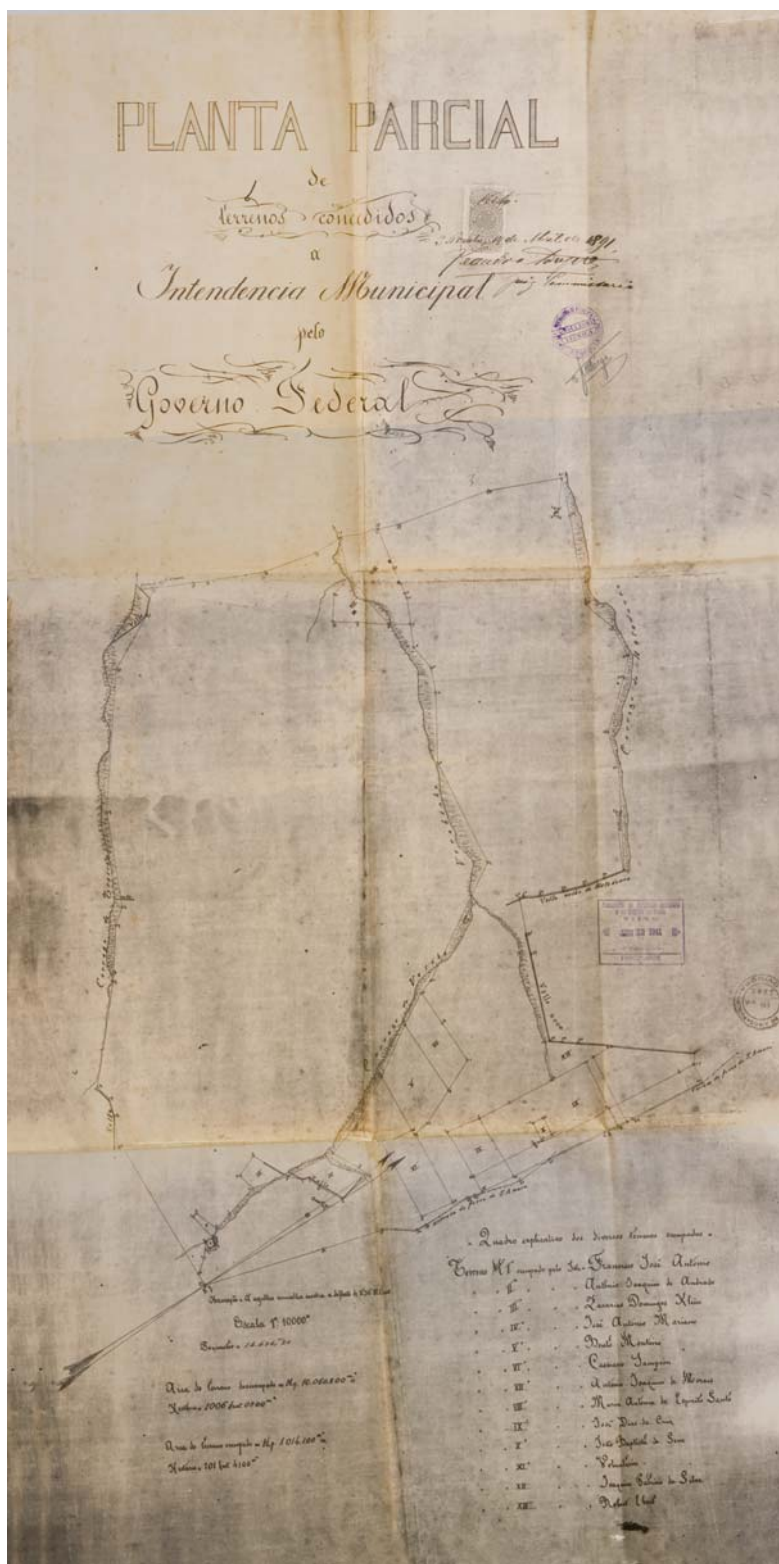


Imagem 02 - “Planta parcial de terrenos concedidos à Intendência Municipal pelo Governo Federal”, de 1891, protocolada na Procuradoria do Patrimônio Imobiliário e Cadastro do Estado em 12 de junho de 1941. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 1, processo n.º 2003-0.324.802-1, AHMHL.

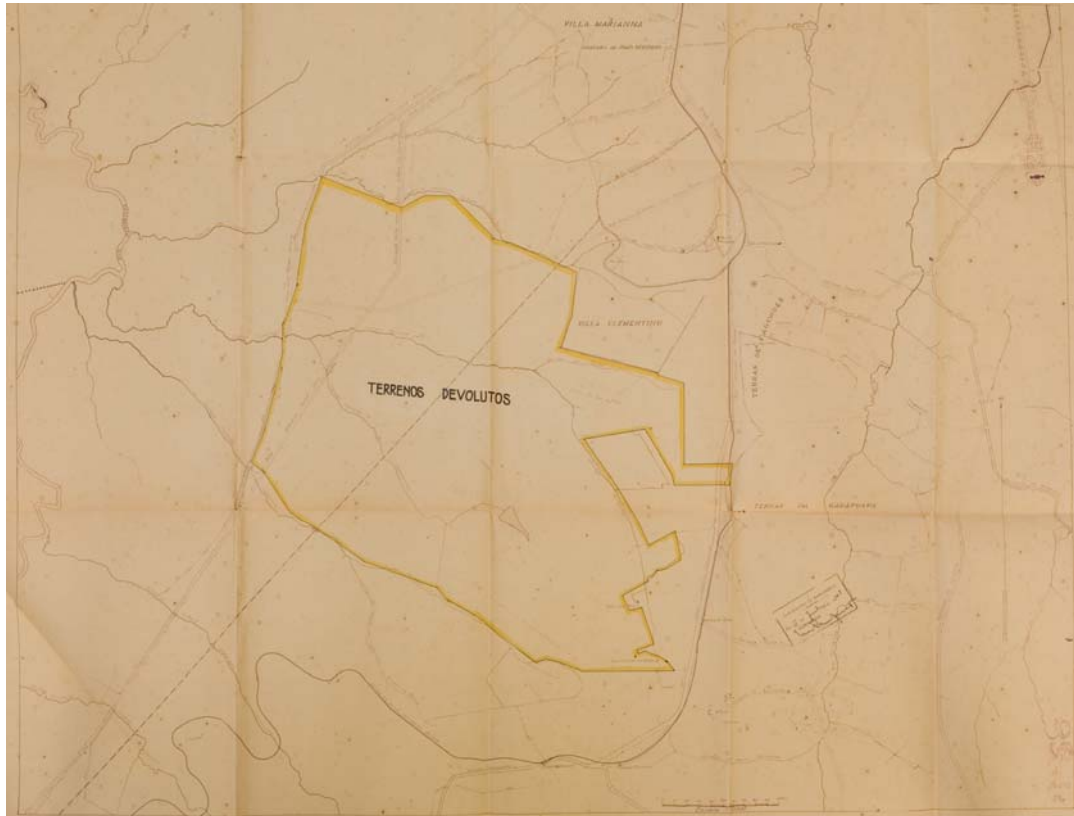


Imagem 03 - Discriminação dos terrenos devolutos transferidos ao Município em 1891. Levantamento de 1941. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 4, processo nº. 2003-0.324.844-7, AHMWL. A descrição do perímetro estava definida assim: “Partindo da barra do ribeirão Uberaba no rio dos Pinheiros ou Jurubatuba, subindo este até encontrar a rua Abílio Soares e por esta até a rua do Cortume por esta até a rua do Gado, próxima ao Matadouro, seguindo por esta até encontrar o vale que cerca a Vila Clementino, acompanhando este vale até o aterrado da rua Madeira, seguindo por esta, atravessando as ruas Domingos de Moraes e Santa Cruz, seguindo pela travessa Pamplona ou Santa Cruz até encontrar a rua Vergueiro e por esta até a rua de S. Pedro e daí seguindo pela rua Neto de Araújo e Avenida Lins de Vasconcelos até a estrada do Ipiranga, seguindo pela estrada antiga do Ipiranga até encontrar a rua do Bom Pastor, acompanhando esta até encontrar a estrada antiga de S. Bernardo e por esta até o córrego denominado do Pinho Bravo, que faz barra no ribeirão chamado “dos Moinhos”, subindo pelo dito córrego até as suas cabeceiras, passando pelo bairro das Mercês e daí seguindo pelo divisor das águas que vertem para o ribeirão dos Moinhos, Meninos, Ipiranga, Couros e Curral Grande até encontrar as cabeceiras do ribeirão Cupecê; e seguindo pelo divisor das águas que vertem para a margem esquerda do ribeirão Cupecê até a sua barra no rio dos Pinheiros ou Jurubatuba e seguindo por este último abaixo até encontrar a barra do ribeirão Uberaba, no princípio mencionado. Ver Fillinger, W. *Ibirapuera, Imenso “grilo”. Parecer técnico relativo ao processo de discriminação de terras. A Prefeitura do Município de São Paulo às voltas com falsificadores de alta classe.* São Paulo: PMSP, Departamento Jurídico, 1941.

A questão do Ibirapuera

A “questão do Ibirapuera” remonta à década de 1920, quando se cogitou, pela primeira vez, transformar esses terrenos públicos em um parque municipal. No relatório do mandato administrativo de 1926, o então prefeito Pires do Rio²², proponente do parque na várzea de Santo Amaro, expôs as dificuldades iniciais de se implantar o projeto:

Infelizmente, porém, surgiu uma tentativa criminosa a dificultar a realização dessa obra: com documentos falsificados, formou-se o que a gíria forense denomina um “grilo” e que é, no caso, como disse eminente advogado, a organização de um evidente estelionato²³.

Naquele momento, os juristas do Governo Municipal referiam-se ao problema como o “grilo do Ibirapuera”, indicando que a “questão” se reportava ao problema da invasão²⁴.

A decisão de Pires do Rio de implantar o parque fundamentava-se essencialmente na existência do terreno público municipal e na sua localização privilegiada. No relatório de 1926, o prefeito explicitou suas intenções:

Os terrenos da Várzea de Santo Amaro, que formam a Invernada dos Bombeiros e a antiga Chácara de Ibirapuera, pertencem ao Estado e ao Município. Situados na planície que começa no sopé da colina da avenida Paulista, e fica entre o fim da rua Brigadeiro Luiz Antônio, a Estrada de Santo Amaro, o Córrego Uberaba, a cuja margem esquerda fica Indianópolis, limitados por Vila Clementino e Vila Mariana, esses terrenos da Invernada dos Bombeiros e da Chácara Ibirapuera se prestam, admiravelmente, à construção de um imenso jardim ou parque, com área igual à do “Hide Park” de Londres, igual à metade do “Bois de Boulogne” de Paris²⁵.

²² José Pires do Rio (1880-1950), engenheiro civil, foi prefeito da cidade de São Paulo entre 1926 e 1930.

²³ Pires do Rio, J. “A construção de um grande parque”. In: Prefeitura do Município de São Paulo. *Relatório de 1926 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo*. São Paulo: Secção de Obras d’ “O Estado de São Paulo”, 1927, p. 10.

²⁴ O termo “grilo” é utilizado desde o período colonial para designar a falsificação de documentos de propriedade de terras. O nome vem da prática de se colocar papéis falsificados em gavetas com grilos: os insetos deixam marcas amareladas nos papéis, dando-lhes um aspecto envelhecido.

²⁵ PMSP. *Op. cit.*, 1927, p. 10.

A localização do terreno entre bairros residenciais nobres e de classes média e alta que se implantaram em São Paulo foi determinante para a decisão do prefeito:

*A menos de dez minutos de bonde da Liberdade ou de Higienópolis, na vizinhança de Vila Mariana e do Jardim América, temos essa grande extensão de terreno público vazia de construções. Impunha-se a iniciativa de um vasto parque, útil à higiene da população urbana*²⁶.

A existência da área pública em tal localização e sua condição eminentemente urbana definiam, para Pires do Rio, a necessidade do parque: “Para um parque dessas dimensões, em pleno coração da cidade, o difícil é possuir o terreno vazio de construções; o resto é relativamente secundário”²⁷. O único empecilho para a formação do “grande parque” era o problema do “grilo” que, segundo o prefeito, já estava sendo contornado²⁸.

Pires do Rio investiu no projeto. Ainda em 1926, a prefeitura realizou duas obras com vistas a garantir a abertura do parque:

*Tem a Prefeitura realizado serviços de limpeza dos terrenos de Ibirapuera, no sentido de reivindicar algumas áreas ocupadas por intrusos e melhor aproveitar os terrenos de que pode ainda dispor na Vila Clementino. Quando a atual administração pudesse apenas resolver a questão judiciária, a que acabamos de nos referir, e nada fizesse para construção do parque, senão deixar parado o terreno, com a sua enorme área de mais de 3.000.000 de metros quadrados, já teria, de sobra, cumprido com o seu dever principal*²⁹.

As obras previstas incluíam a implantação de um viveiro municipal e a abertura de um sistema viário, passando pela área do futuro parque. O viveiro garantia a posse do terreno e a destinação de uso. O sistema viário constituía um acesso importante entre os núcleos de urbanização de São Paulo e Santo Amaro, viabilizando o parque e valorizando a área.

A prefeitura acompanha, interessadamente, um projeto particular de construção de uma estrada de rodagem, pavimentada, entre São Paulo e

²⁶ Idem. *Ibidem*.

²⁷ Idem, p. 11.

²⁸ “A essa hora, a Procuradoria Fiscal do município de São Paulo já dispõe dos elementos indispensáveis para a completa defesa dos seus direitos, para salvaguardar o interesse público”. Idem. *Ibidem*.

²⁹ Idem. *Ibidem*.

*Santo Amaro. Essa via de comunicação, revestida de concreto, ao atingir a margem do córrego Uberaba, que separa Indianópolis de Vila Clementino, na vizinhança do pontilhão da linha de bondes para Santo Amaro, bifurca-se; um dos ramais segue para Vila Mariana pela Avenida Conselheiro Rodrigues Alves e outro procura o fim da rua Brigadeiro Luiz Antônio. Esses dois ramais abrangem precisamente o terreno da Invernada dos Bombeiros e da Chácara do Ibirapuera, que deverão constituir grande parque futuro*³⁰.

No ano seguinte, deu-se início ao plantio de eucaliptos na gleba para absorver a umidade do terreno, iniciando-se assim a operação de vegetação da área do parque. Também em 1927, decidiu-se pelo fechamento do matadouro municipal, localizado vizinho à gleba³¹.

A aquisição definitiva do terreno por parte do Município foi efetivada no mesmo ano, por meio de permuta com o Governo do Estado. A Prefeitura foi autorizada a permutar uma área municipal de 126.556 m², na Água Branca, “por uma parte da Invernada dos Bombeiros, de propriedade do Estado e necessária à formação do parque”³², que totalizava 1.448.908,00 m². A lei também autorizou crédito ao Município para a “continuação das obras do parque municipal na Várzea de Santo Amaro”³³.

A área permutada com o Estado correspondia à Invernada dos Bombeiros. A planta inserida no processo indica que uma parcela dessa área, correspondente aos lotes de frente para a atual Avenida República do Líbano e fundos para o parque, pertencia à Cia. Puglisi e não foi incorporada aos próprios municipais (ver imagem 04).

³⁰ Idem. *Ibidem*.

³¹ PMSP. *Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo*. São Paulo: Empreza Graphica Limitada, 1928. O matadouro municipal havia sido instalado na Vila Mariana em 1887, não sem muitas discussões desde 1881 entre tropeiros de gado e sanitaristas do município. Ver Torres, M. C. T. M. *Ibirapuera. História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: PMSP/DPH,s/d, pp. 61-63.

³² Lei municipal n.º. 3.123, de 23 de dezembro de 1927, constante no processo n.º. 1992-0.045.224-8, AHMWL.

³³ Idem. *Ibidem*. Essa área corresponde ao atual Parque Fernando Costa. O crédito concedido foi no valor de 200:000\$000.

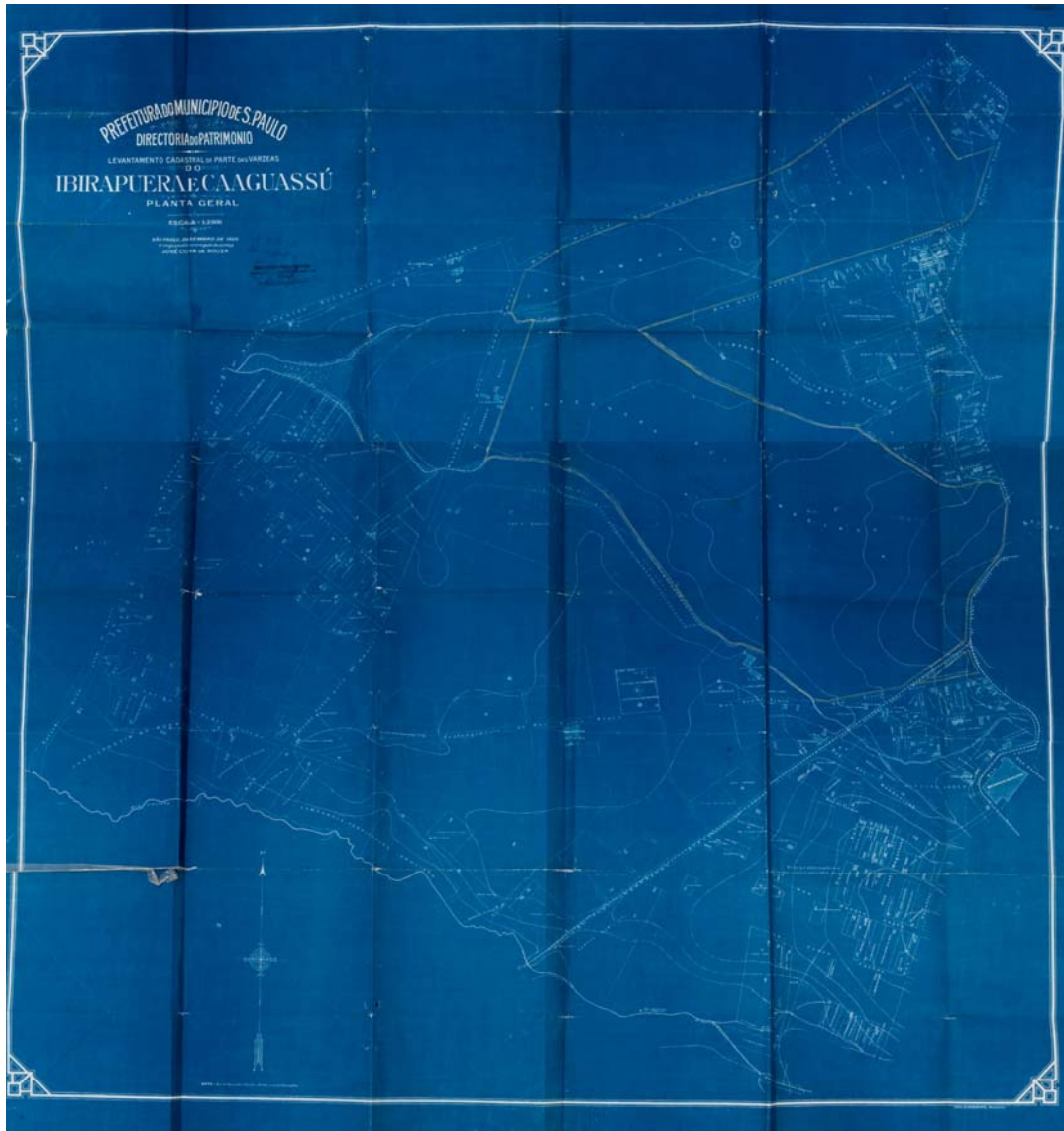


Imagem 04 - “Levantamento cadastral de parte das várzeas do Ibirapuera e Caguassú”, de dezembro de 1926. Discriminação, em giz amarelo, do terreno da Invernada dos Bombeiros. Nota-se, nesta planta, que os terrenos da Cia Puglisi, de propriedade de José Monteiro Alves, à esquerda, estão excluídos da Invernada dos Bombeiros. Em outra planta pertencente ao processo, porém danificada, a discriminação incluía esses terrenos. Não há menção, no processo, dos referidos terrenos. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 14, processo n°. 1982-0.015.231-6, AHMWL.

No relatório de 1927, Pires do Rio descreveu a situação do terreno:

Contígua aos terrenos da Invernada dos Bombeiros, propriedade do Governo do Estado, possui a municipalidade uma considerável extensão, por onde correm as avenidas França Pinto e Rodrigues Alves e que, além desta via ocupada pelos trilhos da linha de Santo Amaro, constitui a zona de Vila Clementino e os terrenos do matadouro municipal.

Já o Município vendeu grande parte de suas terras na Vila Clementino, possui, entretanto quase toda a superfície que vai da avenida França Pinto ao córrego do Sapateiro. Por permuta com o Governo do Estado, adquiriu a zona compreendida entre esse córrego e o do Caaguassú, parte maior da Invernada dos Bombeiros. Por compra, adquiriu o terreno situado entre esse córrego e o fim da rua Abílio Soares.

Sobre toda essa vasta extensão, que mede perto de 2.000.000 de metros quadrados, estamos construindo um grande parque, futuro logradouro de valor incomparável para a cidade de São Paulo³⁴.

Para a implantação do parque, a Prefeitura removeu uma favela existente no terreno³⁵. Mas sua implantação ainda na gestão de Pires do Rio foi impossível – não por falta de recursos da Prefeitura, mas devido a conflitos jurídicos.

Contradições na gestão da área

A decisão de implantar um parque público na Várzea do Ibirapuera em 1926 contrapunha-se à iniciativa anterior da Prefeitura Municipal de lotear a gleba. Durante a gestão de Washington Luís³⁶, a Prefeitura aprovou a abertura do Jardim Lusitânia nos terrenos devolutos³⁷ (ver imagem 05). Com isso, seguia a tendência de transformar a vasta área de várzea do rio Pinheiros em bairros de elite, iniciada pela Companhia City com a implantação do Jardim América³⁸.

³⁴ PMSP. *Op. cit.*, 1928, p. 25.

³⁵ Ver dados sobre a remoção da favela no Capítulo 4 deste trabalho.

³⁶ Washington Luís (1869-1957) foi prefeito de São Paulo de 1914 a 1919, governador do Estado de 1920 a 1924 e presidente da República de 1923 a 1930, deposto pelo golpe liderado por Getúlio Vargas.

³⁷ Lei municipal n.º 2.122, de 06 de março de 1918.

³⁸ A abertura do Jardim Lusitânia provocou a investida de particulares que se diziam proprietários de terras na região. São dessa época os primeiros processos, como o de Carlos Büker, que apresentava uma escritura de 1905 (processo n.º. 2003-0.324.844-7, de 20 de junho de 1917, AHMWL). O próprio estatuto das terras, originalmente devolutas, repercutiu em problemas *que*

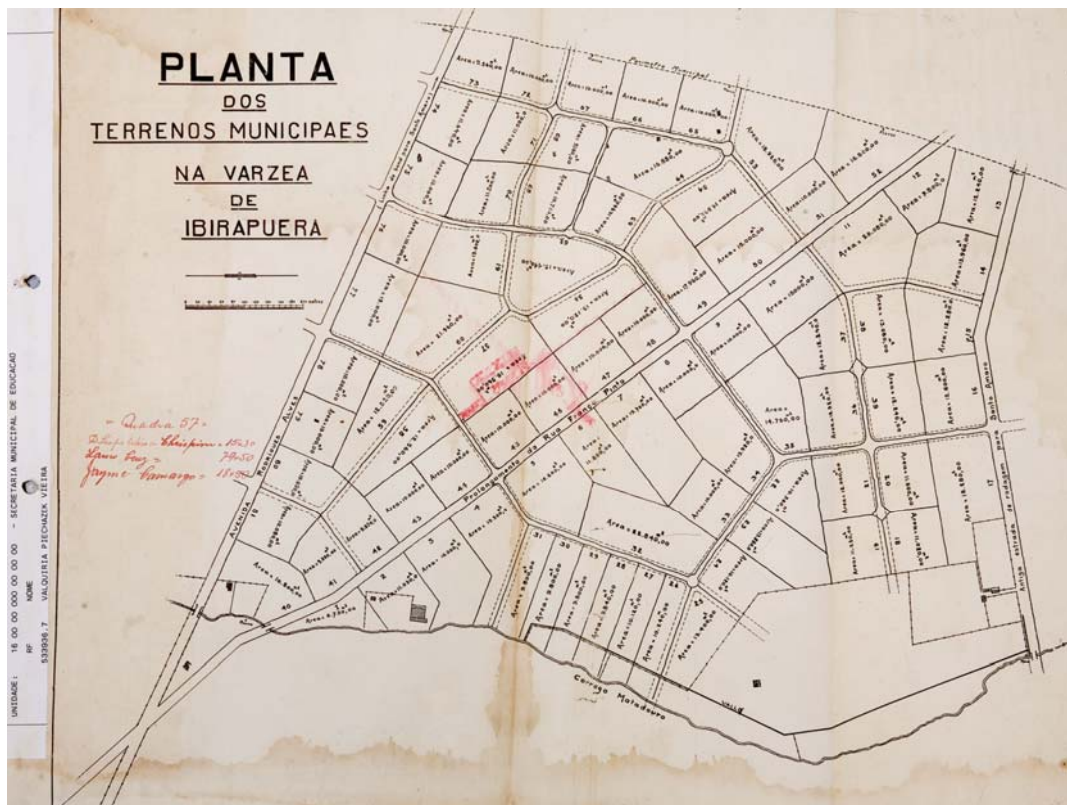


Imagem 05 - Planta do Jardim Lusitânia. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 11, processo n°. 2004-0.015.244-0, AHMWL.

até hoje geram processos jurídicos pela definição da propriedade. O processo estendeu-se até 1932, quando as terras foram atribuídas, definitivamente, à municipalidade.

O parque idealizado por Pires do Rio foi concebido buscando não interferir diretamente nos lotes já comercializados do Jardim Lusitânia. Situava-se nas terras localizadas acima do prolongamento da Rua Conselheiro Rodrigues Alves, ainda não ocupadas. Mesmo assim, a delimitação do perímetro dos terrenos públicos era contestada na justiça: diversos particulares apresentavam escrituras de lotes localizados no interior da área pública. Aprovado em 1918, o loteamento incidia sobre uma faixa dessas terras municipais, reservadas então para a formação do parque. A própria Prefeitura reconhecia que “uma grande parte já tinha sido vendida em concorrência pública em maio de 1918”³⁹.

Algumas glebas localizadas dentro do perímetro discriminado para o parque, definidas pela numeração 09, 11 e 12, foram contestadas por supostos proprietários (ver imagem 06). A Prefeitura chegou a fazer a avaliação dos terrenos para possível desapropriação ou permuta por outros terrenos municipais⁴⁰.

A partir do problema da comercialização das glebas 09, 11 e 12, do Jardim Lusitânia, surgiu um segundo problema: o plano de arruamento do loteamento ficava incompatível com o projeto do parque e com os terrenos já comercializados desde 1918. Por esse motivo, foi solicitado estudo para um novo arruamento, tendo em vista a possibilidade de negociar os terrenos com esses particulares.

Em 1928, foi acordado um novo arruamento para o trecho do loteamento que ficava entre os prolongamentos das ruas Conselheiro Rodrigues Alves e França Pinto⁴¹. O novo arruamento, aprovado em 1930⁴², previa a implantação do loteamento dentro do triângulo formado por essas vias e a Avenida Indianópolis, atual República do Líbano. Em seguida, foram sugeridas algumas permutas entre os proprietários das glebas 09 e 12 e o município⁴³. Porém, os proprietários não aceitaram a negociação das permutas propostas⁴⁴.

³⁹ Idem. *Ibidem*.

⁴⁰ Processo n.º. 2004-0.015.244-0, AHMWL. Essas glebas correspondem às áreas loteadas no interior do perímetro do parque na Avenida IV Centenário, ainda hoje ocupadas por particulares.

⁴¹ Idem, fl. 14.

⁴² Ofício da Diretoria do Patrimônio, de 10 de novembro de 1930, processo n.º. 2004-0.015.147-9, AHMWL.

⁴³ Processo n.º. 2004-0.015.244-0, AHMWL, fls. 17-20.

⁴⁴ Idem, fl. 21.

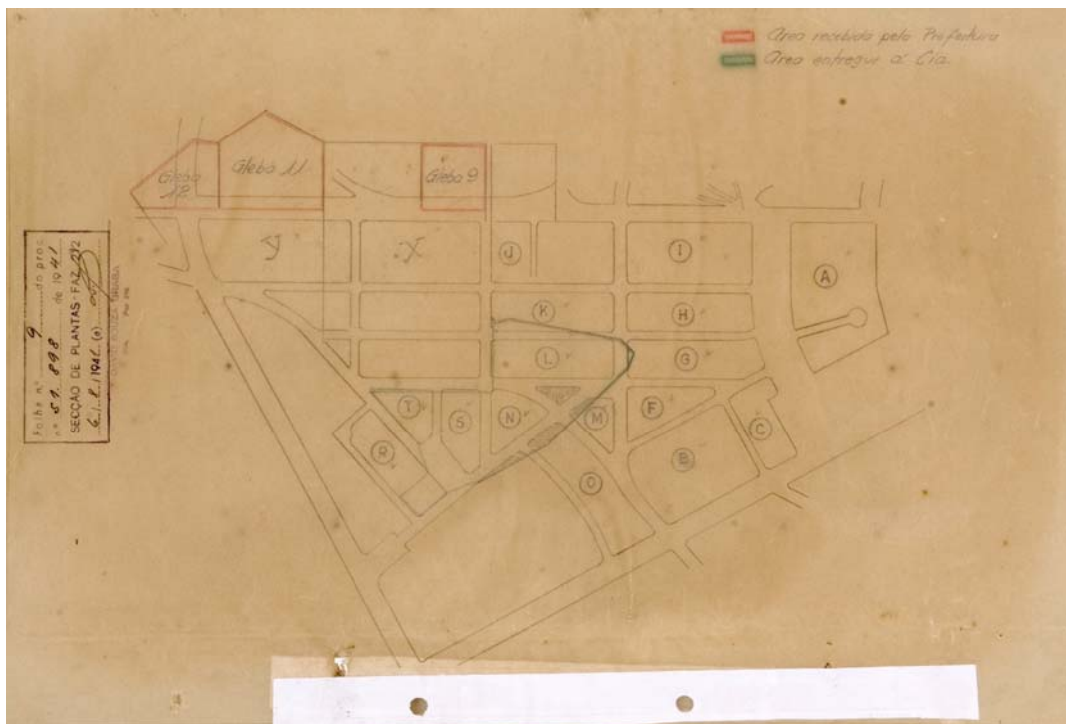


Imagem 06 - Planta com discriminação das glebas 09, 11 e 12 do Jd. Lusitânia, localizadas no interior do perímetro delimitado para o Parque Ibirapuera. Fonte: fundo "Parque Ibirapuera", caixa PI 11, processo n.º. 2004-0.015.244-0, AHMWL.

Outro setor em conflito correspondia ao loteamento de Vila Frontin, situado no perímetro estabelecido pelas vias Abílio Soares, José Antônio Coelho, (atual Rua Tutóia), Rua do Curtume (Amâncio de Carvalho), Caravelas e córrego Caaguassú, onde foi construída a Avenida Brasil (ver imagem 07). No relatório de 1927, o prefeito tentava contornar a situação de conflito em Vila Frontin anunciando um investimento correspondente à compra do único terreno que ainda podia ser ocupado pelo parque, pertencente ao Banco Metropolitano do Brasil⁴⁵. O terreno havia sido liquidado pelo próprio Paulo de Frontin, loteador da gleba, e foi adquirido pela Prefeitura pelo valor anunciado no relatório do prefeito⁴⁶.

Esse parque, com parte de 2.000.000 de metros quadrados, virá triplicar a superfície dos jardins da nossa magnífica cidade-capital. Temos agora, em São Paulo, apenas 926.839 metros quadrados de parques e jardins para uso de uma população de quase 1.000.00 de habitantes⁴⁷.

A diretriz de Pires do Rio, entretanto, demoraria a ser efetivada.

⁴⁵ PMSP. *Op. cit.*, 1928, p. 26: “A defesa judiciária da municipalidade prestes será concluída e os criminosos punidos por lei. A ação judiciária, como dissemos, retardou mas não impediu a obra que temos realizado para o preparo do terreno destinado ao grande parque; despendeu a municipalidade para a aquisição de mais de 182.000 metros quadrados compreendidos entre a rua Abílio Soares, rua Coritiba e córrego Caaguassú, 650:000\$000 ou menos de 4\$000 o metro quadrado”. Das 85 reivindicações de posse durante a gestão de Pires do Rio em 1926, 11 se referiam a terrenos na várzea de Santo Amaro. Mas o departamento jurídico da prefeitura mostrou a falsidade dos documentos, invalidando muitas das alegações. Ver Torres, M. C. T. M., *Op. cit.*, s/d, pp. 95-98.

⁴⁶ Diário oficial de 10 de março de 1928, p. 6973 e resolução n°. 501, de 20 de setembro de 1928, incluídos no processo 1992-0.045.223-0, AHMWL.

⁴⁷ PMSP. *Op. cit.*, 1928, p. 26.

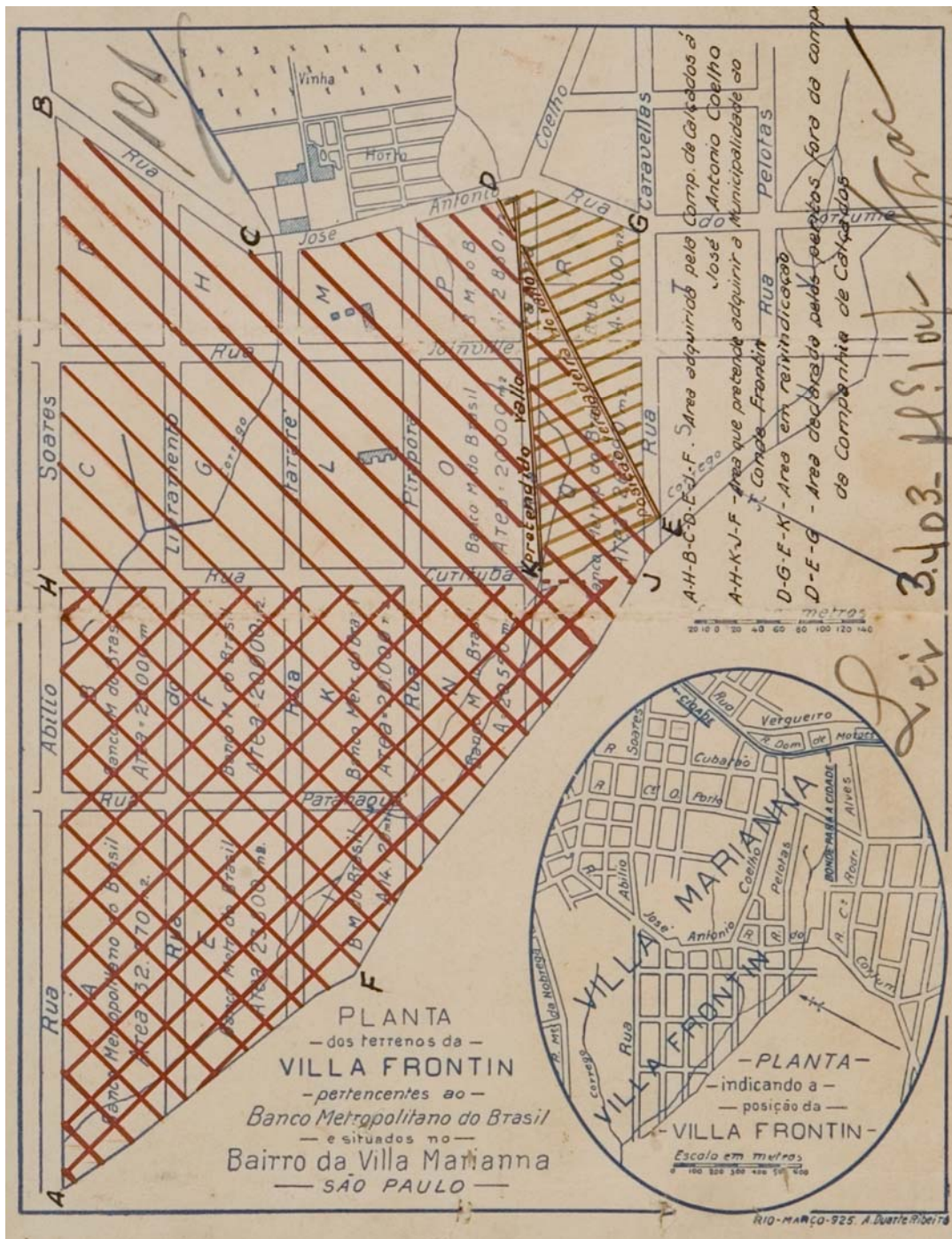


Imagem 07 - Planta do loteamento de Vila Frontin, com a discriminação das áreas negociadas com a Prefeitura. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 2, processo nº. 1992-0.045.223-0, AHMHL.

2. Conflito público-privado: hipódromo *versus* viveiro (1929-1933)

Em 1929, ainda na gestão de Pires do Rio, foi autorizada a transferência do hipódromo do Jockey Clube de São Paulo, localizado até então na Mooca, para os terrenos públicos do Ibirapuera⁴⁸. As negociações com o Jockey foram longas. A proposta havia sido encaminhada à Câmara no ano anterior pelo então vereador Goffredo da Silva Telles⁴⁹. A coincidência de datas entre a aprovação do projeto do Jockey no Ibirapuera e o início das atividades de implantação do viveiro municipal e tratamento do charco com eucaliptos, ainda que incipiente, mostra que mesmo dentro da Prefeitura havia litígios em relação à questão.

Outro aspecto interessante refere-se à intervenção da Secretaria Estadual da Agricultura nos negócios relativos à abertura de parques públicos no Município. O viveiro municipal havia sido inicialmente implantado no parque da Água Branca, terreno que pertencia então à Prefeitura⁵⁰. No mesmo momento, o Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura do Estado, criava o Instituto Biológico, para investigações no campo da patologia, dentro de um parque de 332.000 m², junto à área do futuro Parque Ibirapuera. Mais tarde, o viveiro municipal seria transferido para o Ibirapuera, e a Secretaria de Agricultura teria sua sede prevista no projeto do Parque.

Telles foi prefeito da cidade de São Paulo durante um curto período em 1932. Em seu mandato, aprovou pela primeira vez um projeto efetivo para implantação do parque⁵¹. Tornou-se, a partir de então, um intenso defensor do parque, como veremos mais à frente. Telles encomendou ao paisagista Reinaldo Dierberger um projeto para o Ibirapuera prevendo a reserva de uma área para a

⁴⁸ Lei municipal n.º 3.256, de 21 de janeiro de 1929.

⁴⁹ Goffredo da Silva Telles (1888-1980), advogado, era filho do engenheiro e vereador Augusto Carlos da Silva Telles, que participara da elaboração do projeto do Parque Anhangabaú em 1906. Como o pai, também foi vereador. Entre 1926 e 1930, defendeu o projeto de implantação da Avenida Anhangabaú, tornando-se o principal articulador em matéria de urbanismo na Câmara Municipal durante a gestão de Pires do Rio. Foi prefeito da cidade no ano de 1932 e membro da Sociedade Amigos da Cidade a partir de 1934. Sobre a atuação de Telles junto à Câmara nesse período, ver Campos, C. M. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2000, pp. 343-347.

⁵⁰ Processo n.º 2004-0.015.238-6, AHMWL.

⁵¹ O encaminhamento da proposta pelo então vereador Goffredo Telles é mencionado por Torres, M. C. T. M. *Op. cit.*, s/d, p. 98.

implantação do novo hipódromo⁵² (ver imagens 08 e 09). O projeto aprovado efetivava a proposta de transferência do Jóquei para o Ibirapuera.

A partir da prerrogativa do ato municipal, o Jóquei Clube dirigiu ofício ao prefeito, em 1933, tratando da “trasladação do Hipódromo da Mooca para o Parque Ibirapuera”⁵³. Segundo o Jóquei, o traslado do Hipódromo para o Ibirapuera liberaria uma área pública na Mooca de 225.000 m². Essa área era ocupada pelo Jóquei desde 1876, quando se iniciou a construção do Hipódromo. Em 1890 foi acordado o empréstimo do terreno público ao Jóquei, em aforamento, “com cessão a prazo indeterminado, mas sem o município abrir mão do seu direito de propriedade sobre o terreno”⁵⁴.

O traslado para o Ibirapuera previa a ocupação de uma área de 435.750 m². Pelos termos da negociação proposta pelo Jóquei, partia-se do pressuposto de que os terrenos da Mooca valiam quatro vezes mais que os do Ibirapuera. Além disso, o clube alegava que tinha implantado benfeitorias no terreno, no valor aproximado de 1.000 contos de réis. Sendo assim, além de propor ficar com uma área duas vezes maior, em localização privilegiada, o Jóquei ainda supunha que a transação favoreceria a prefeitura. Pelos seus cálculos, o município deveria reverter 7.000 contos de réis ao clube, que finalizava a proposta abrindo mão da metade do valor.

Em seguida, o processo revela a recusa da proposta por parte da prefeitura: “sendo o município o legítimo e único proprietário desse terreno não poderá aceitar a proposta feita pelo Jóquei Clube”⁵⁵.

⁵² O ato n.º. 378, de 29 de julho de 1932, aprovou o “projeto de Reinaldo Dierberger para a constituição do grande parque municipal de Ibirapuera”, e o ato n.º. 379, da mesma data, ratificou a lei n.º. 3.256. Os atos n.º. 378 e 379 constam do processo n.º. 2003-0.293.069-4, AHMWL.

⁵³ Processo n. 2003-0325.104-9.

⁵⁴ Idem, fl. 08.

⁵⁵ Idem.



Imagem 08 - “Parque Municipal Ibirapuera”. Planta do projeto, de 29 de novembro de 1933, prevendo a reserva de área para a implantação do Hipódromo. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 10, processo nº. 2003-0.328.958-5, AHMWL.



Imagem 09 - “Projeto do Parque Municipal da capital de São Paulo, sito na Várzea do Ibirapuera”, de julho de 1932. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 2, processo nº. 2003-0.293.069-4, AHMWL.

No entanto, os documentos emitidos pela prefeitura mostram o interesse no “aproveitamento futuro dos terrenos municipais da Mooca, quando os mesmos deixarem de ser utilizados pelo Jóquei Clube”⁵⁶. A prefeitura estava interessada na mudança do Jóquei para “um local mais próprio”, bem como em reaver a área da Mooca, “bairro industrial, densamente habitado”, que poderia “ser convertida em logradouro público ajardinado e arborizado, que irá contribuir para melhorar consideravelmente as condições higiênicas dessa parte da cidade”⁵⁷.

A contraproposta da prefeitura previa a construção do novo Hipódromo no terreno do Ibirapuera, pago “por 40 anos, à razão de 30 contos de réis por mês”, e a entrega dos terrenos da Mooca com as benfeitorias, sem ônus adicional para a prefeitura. Os gastos correspondentes às melhorias seriam debitados do valor da mensalidade do arrendamento e a diferença seria descontada nos últimos cinco anos, quando então o Jóquei deixaria de pagar o aluguel.

Ante a proposta, o Jóquei respondeu que “só poderá pleitear compensações pela desistência da servidão que goza (...) desde que tal servidão se restabeleça sobre área igual em situação que ele mesmo advoga como excelente e melhor que a atual”⁵⁸. Sendo assim, apresentou uma contraproposta. A negociação estendeu-se até o ano seguinte, incidindo sobre os valores dos terrenos, os direitos do Jóquei Clube e as condições de permuta, sem obter termos de acordo. O fluxo de propostas e contrapropostas foi encerrado por documento fundamentado sobre diversos dispositivos legais, concluindo-se que “não pode ser aceita a última proposta apresentada pelo Jóquei Clube”⁵⁹.

A solução da questão viria por outros caminhos. No final de 1933, o Jóquei Clube recebeu uma proposta de doação de terreno da Cia. City, no bairro de Cidade Jardim, para a construção do novo hipódromo⁶⁰.

Ao mesmo tempo, no Parque Ibirapuera, a Prefeitura procurava complementar a produtividade do viveiro municipal através da implantação de

⁵⁶ Processo n°. 2003-0.324.888-9, de 06 de março de 1934, fl. 04.

⁵⁷ Idem. *Ibidem*.

⁵⁸ Idem. *Ibidem*.

⁵⁹ Idem. *Ibidem*. Documento emitido em 12 de setembro de 1934.

⁶⁰ Para essa passagem, ver Sampaio, M. R. (coord). *São Paulo 1934-1938: anos da administração Fábio Prado*. São Paulo: FAUUSP, 1999.

diversas benfeitorias, com vistas não apenas a ampliar o projeto de arborização urbana, mas também a garantir a posse dos terrenos destinados ao futuro parque.

Em 1934, durante a gestão de Fábio Prado como prefeito, Manoel Lopes de Oliveira, diretor da Divisão de Parques e Jardins, solicitou uma área no terreno do Ibirapuera para um viveiro, com “estufa para sementeiras, ripados de sombreamento, canteiros de multiplicação, sistemas de irrigação, estrumeiras e outras construções de caráter definitivo”⁶¹. O paisagista alegava que não era possível que a cidade chegasse a ter o desenvolvimento exigido para seu embelezamento, arborização e reflorestamento com as instalações existentes, de caráter provisório. Explicava que era necessário que as plantas fossem cultivadas em viveiro durante 08 ou 10 anos, antes de serem implantadas em ruas e praças.

No mesmo processo, Carlos Lodi, da Divisão de Planejamento Geral do Departamento de Urbanismo, escreveu ao chefe da Divisão de Urbanismo no intuito de acomodar o novo prado de corridas do Jóquei na área do Ibirapuera, achando “difícil e desagradável qualquer mutilação do parque a fim de abrigar o viveiro de plantas”⁶². Sugeriu “deslocar o viveiro para outro terreno, ainda não utilizado”.

Ainda no mesmo processo, consta um “projeto de incorporação da área que tinha sido reservada ao Hipódromo Paulistano, ao Parque Ibirapuera” (ver imagem 10), prevendo a construção de um núcleo esportivo com estádio, grande piscina de natação e quadras de tênis, e sugerindo ainda que os terrenos ocupados pelo viveiro poderiam ser anexados ao parque futuramente, quando esse fosse implantado⁶³. Mas, em seguida, uma carta ao diretor do Departamento de Obras reiterava a defesa do viveiro⁶⁴.

⁶¹ Processo nº. 2003-0.324.888-9, carta de 21 de dezembro de 1934.

⁶² Idem, fl. 03.

⁶³ Idem, projeto de 14 de abril de 1935.

⁶⁴ Idem, carta de 14 de maio de 1935.



Imagem 10 - “Parque Ibirapuera. Planta do conjunto, sendo incluída a parte que tinha sido reservada ao Hipódromo Paulistano”, de 17 de abril de 1935. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 10, processo nº. 2004-0.015.1238-6, AHMWL.

O prefeito também era a favor da implantação do viveiro: em 24 de outubro 1935, a prefeitura destinava a importância de 90:000\$000 para a construção dos melhoramentos necessários ao viveiro, ocupando o setor antes oferecido ao Jóquei.

Em seguida ao episódio do Jóquei e ao seu curto mandato como prefeito, Telles viria a compor um grupo de defesa do Parque Ibirapuera em diversas instâncias de organização civil, destacadamente no âmbito da Sociedade Amigos da Cidade. Representativo desse grupo, o ex-prefeito tornou-se um dos principais defensores do Ibirapuera e um dos mais veementes opositores de qualquer tipo de construção dentro da área do Parque, como será mostrado mais à frente.

Novas tentativas de ocupação

Novas tentativas de ocupação da área do Parque não cessaram de incidir, a despeito da decisão municipal. Algumas delas foram descritas pelo jornalista Paulo Duarte⁶⁵. Em defesa constante da administração de Fábio Prado, de quem era assessor direto, o jornalista repetia que, durante seu mandato, o Parque Ibirapuera estava “quase pronto para ser aberto ao público, inteiramente arborizado e urbanizado”⁶⁶.

Quanto às pistas de corrida propostas pelo Jóquei, Duarte reiterava:

*Essa idéia o Fábio não admitia e eu sustentava até violentamente o prefeito. Aquilo deveria ser um grande parque de S. Paulo. A sua localização dentro da cidade mais impunha a sua preservação e a não aceitação de ali por um campo de corridas de cavalos*⁶⁷.

⁶⁵ Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte (1899-1984) era diplomado em Direito. Foi também escritor, jornalista e antropólogo. Quando jovem, engajou-se no movimento cultural da cidade, apoiando a Semana de Arte Moderna de 22. Politicamente atuante, foi membro do Partido Democrático e combateu junto aos paulistas as posturas do governo Vargas desde o início da década de 30, tendo sido exilado na França e nos Estados Unidos. Atuou na criação do Departamento de Cultura em São Paulo, foi diretor do Museu Paulista e fez parte do seletivo grupo de intelectuais que conceberam o projeto de criação da Universidade de São Paulo, em 1934, trabalhando posteriormente na criação do Instituto de Pré-História, entre diversas outras atividades. Na França, manteve estreita ligação com o *Musée de l'Homme*. Amigo de Fábio Prado, foi seu assessor durante o mandato como prefeito entre 1934 e 1938.

⁶⁶ Idem. *Ibidem*, p. 249.

⁶⁷ Duarte, P. *Memórias IV. Os mortos de Seabrook*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 167.

Paulo Duarte dedicou algumas páginas de suas memórias ao caso da tentativa de implantação do novo aeroporto de São Paulo na várzea do Ibirapuera⁶⁸. A questão só foi resolvida quando o loteador do bairro de Congonhas ofereceu ali uma área à prefeitura, mostrando que era “uma gleba a mais adequada para um grande aeroporto, situada no alto de um pequeno planalto, onde a conhecida cerração e neblina de S. Paulo quase não atingia”⁶⁹.

Como Telles, o jornalista também se tornou influente defensor da manutenção da área da várzea inteiramente livre para a implantação do parque. A postura de Paulo Duarte era representativa de um grupo formador de opinião que possuía voz ativa e influente sobre as decisões acerca dos destinos do parque⁷⁰. O escritor foi bastante persistente no ataque contra qualquer tipo de intervenção edificada na área do Parque Ibirapuera, publicando artigos e levantando polêmicas nos diversos veículos de comunicação em que atuava.

Outra tentativa de ocupar o terreno do Ibirapuera partiu do Clube Atlético Sírio Libanês. A colônia sírio-libanesa, tendo assumido compromisso moral de “contribuir com seus melhores esforços para o engrandecimento dessa progressista capital”, requeria um terreno para instalação de clube esportivo, com 60.000 m², para instalação de campo de atletismo, 10 a 15 quadras de tênis, 2 quadras para basquetebol e voleibol, um ginásio, uma piscina, um *playground*, uma sede com salões e vestiários e uma área administrativa.

Conhecendo a intenção da Prefeitura em implantar um estádio desportivo nos terrenos do Ibirapuera, e considerando a possibilidade de implantação do Jockey Clube, a colônia sírio-libanesa solicitava a área “situada

⁶⁸ “Depois da fundação da VASP, criação triunfadora do Armando com a colaboração principalmente do José Mariano de Camargo Aranha que teve a idéia imediatamente apoiada pelo interventor, o Campo de Marte não pode servir mais ao objetivo de um aeroporto (...). Mas alguns urbanistas de café ou de botequim inventaram que o bom lugar para a instalação do aeroporto são os terrenos do Ibirapuera que estão também na nossa mira para a instalação aí de um grande parque para a cidade, o Bois de Boulogne de São Paulo, e esses bobos querem meter ali um campo de aviões comerciais sem saber bem as conseqüências de instalá-lo, ao lado de um centro residencial e num terreno relativamente pequeno para tal coisa, pois a área exigida para isso, tendo em vista um futuro relativamente próximo, tem de ser enorme, capaz de atender às exigências de uma grande cidade pelo menos nos próximos cinquenta anos. Pois esse idiota do Imparcial está xingando-nos porque queremos instalar o aeroporto no Campo de Marte, com o que não estamos de acordo e não queremos instalá-lo num lugar apropriado que seria o Ibirapuera, o que também é burrice. Mas o fôlego desse sicofanta está quase esgotado...” Duarte, P. *Memórias III. Selva Obscura*. São Paulo: Hucitec, 1976, p. 234.

⁶⁹ Idem. *Memórias IV. Os mortos de Seabrook*. 1976, p. 69.

⁷⁰ Ver o desdobramento dessa discussão no Capítulo 6 deste trabalho.

no prolongamento da rua Abílio Soares onde essa rua faz ângulo com a rua Curitiba”, a título de concessão para fins de utilidade pública⁷¹.

A resposta da Prefeitura, porém, foi rápida e concisa, negando a proposta⁷². O clube veio a implantar-se em terreno próximo, junto à Avenida Ibirapuera⁷³.

3. A retomada do problema jurídico (1941)

Durante todo esse período de negociações, o problema do Jardim Lusitânia permaneceu sem solução. Em 1930, o prefeito Pires do Rio havia aprovado o novo arruamento do Jardim Lusitânia. Porém, os acordos de permuta dos terrenos particulares previstos naquele processo não foram feitos e o prazo foi expirado⁷⁴.

As negociações continuaram até 1935, quando a Cia. Mauá, que comprou grande parte dos terrenos do bairro, propôs implantar o novo arruamento (ver imagem 11) e negociar os lotes que estavam dentro do parque, trocando-os por outros fora, no mesmo loteamento⁷⁵. Porém, todas as cláusulas da proposta feita à Prefeitura já estavam previstas por lei como obrigação do loteador. Portanto:

*não interessa em absoluto à Prefeitura pois que ela contém somente as exigências previstas pelo código e que a companhia como qualquer outro particular é obrigada a respeitar em caso de desejar abrir ruas dentro do município*⁷⁶.

⁷¹ Processo n°. 2003-0.325.300-9, AHMWL.

⁷² “Outro seria o meu parecer, se a área do terreno visada não viesse afetar a realização de planos já aprovados”. Parecer de 25 de julho de 1934 anexado ao mesmo processo.

⁷³ O clube requereu ainda outra área de pouco mais de 50.000 m², entre as ruas Pelotas, Dr. Amâncio de Carvalho e rua aberta entre esse terreno e o terreno do Instituto Biológico. Esse terreno não era, no entanto, de propriedade da prefeitura, não podendo ser cedido ao clube, conforme resposta de 20 de janeiro de 1936. Processo n°. 2004-0.015.205-0, AHMWL.

⁷⁴ Processo n°. 2004-0.015.147-9, e informe de 17 de julho de 1936, constante no processo n°. 2003-0.325.232-0, AHMWL, fl. 05: “Dessa área triangular já tinha sido vendida em 1918 uma parte correspondente a 62%, o que justamente complicava a realização de qualquer projeto abrangendo a totalidade”.

⁷⁵ Proposta encaminhada à prefeitura em 1936, conforme processo n°. 2003-0.325.232-0, AHMWL.

⁷⁶ Parecer emitido pela prefeitura em 15 de setembro de 1936 em resposta à proposta da Cia. Mauá, fl. 17 do mesmo processo.

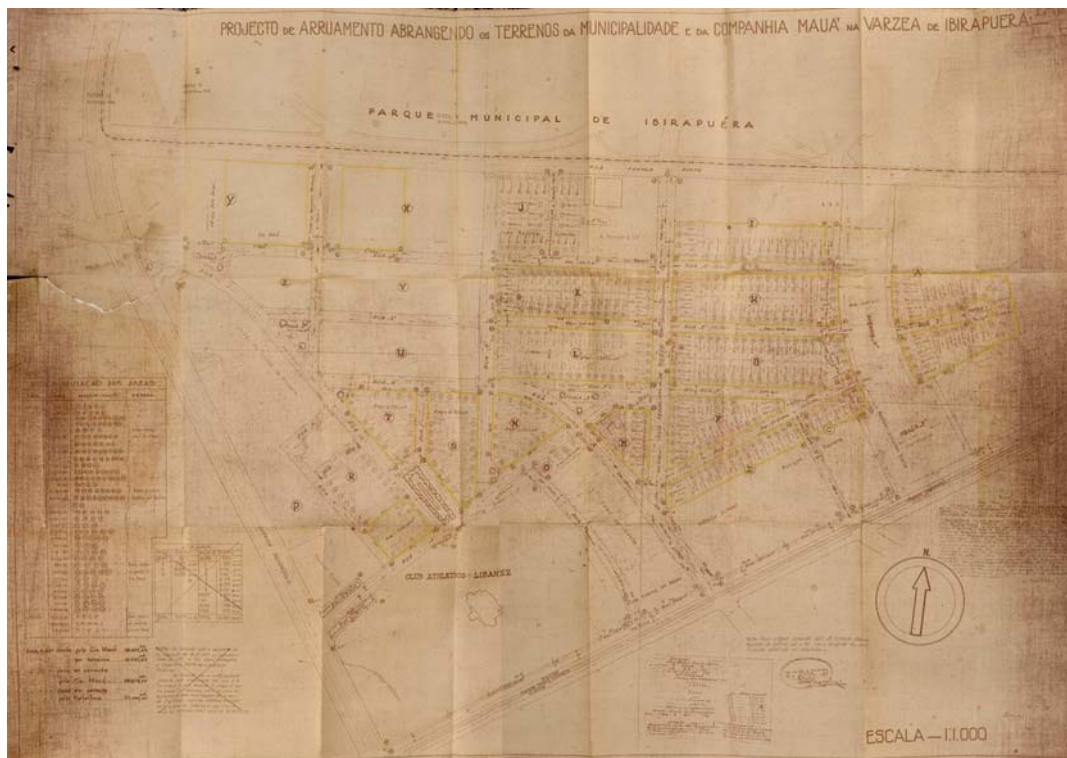


Imagem 11 - “Projeto de arruamento abrangendo os terrenos da Municipalidade e da Companhia Mauá na Várzea de Ibirapuera”. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 3, processo nº. 2003-0.325.271-1, AHMWL.

O parecer esclarecia ainda que

a percentagem de espaços livres e a cessão a título gratuito das áreas necessárias para a abertura de rua são exigências do Código de Obras e estão previstas nos artigos 733 e 746 respectivamente. A mais a percentagem de espaços livres é de 20% da área a arruar, sendo que os 15.000 metros quadrados da Companhia não perfazem a percentagem acima referida⁷⁷.

E também que “deveria a Companhia doar 27% entre ruas e espaços abertos”.

A proposta

verificou-se satisfazer apenas as exigências elementares dos dispositivos legais em vigor a que está sujeito qualquer particular para arruamentos que pretenda abrir, não apresentando, pois, maiores vantagens para a prefeitura⁷⁸.

Sendo assim, a permuta dos lotes 09, 11 e 12, que estavam localizadas no interior da área do parque, não se viabilizou. Um novo informe interno, de 10 de fevereiro de 1937, “tendo a Prefeitura necessidade de se tornar proprietária desses lotes de terreno”, propunha que “se abandone a idéia da permuta e que se faça a sua aquisição a dinheiro”⁷⁹.

No ano de 1940, o loteamento foi revisto por parte do poder público. O decreto-lei n.º. 31, de 07 de maio de 1940, revogou o plano de loteamento de terrenos municipais na Várzea do Ibirapuera e autorizou o prefeito a adquirir áreas particulares vizinhas, mediante permuta, no trecho compreendido entre a Rua França Pinto (atual Avenida Ibirapuera), Avenida Conselheiro Rodrigues Alves (IV Centenário) e Avenida Indianópolis (República do Líbano), com o fim de regularizar o perímetro do Parque. A revogação do loteamento visava a resolver o conflito causado pela venda das glebas 09, 11 e 12. Assim, o loteamento foi revogado, mas as propriedades continuaram dos particulares.

Nessa altura, iniciou-se um conflito sobre os impostos de propriedade dos terrenos⁸⁰. Os proprietários particulares negociaram permutas com a Prefeitura em escritura lavrada a 23 de julho de 1940, mas requereram a devolução dos impostos cobrados desde 1936, quando os terrenos foram

⁷⁷ Idem. *Ibidem*.

⁷⁸ Parecer de 21 de setembro 1936, fl. 18 do mesmo processo.

⁷⁹ Processo n.º. 2003-0.325.232-0 do AHMWL, fl. 24.

⁸⁰ Processo n.º. 2003-0.325.271-1, AHMWL.

declarados pertencentes ao perímetro do Parque Ibirapuera, obtendo resposta negativa. Os conflitos em relação ao imposto territorial perduraram, impedindo a resolução do problema da transferência desses lotes para o poder público⁸¹. Dessa forma, até hoje existem particulares estabelecidos dentro do perímetro do Parque Ibirapuera.

Em 1942, ainda havia terras no Ibirapuera sendo transferidas do Estado para o Município:

ficam transferidos à municipalidade de S. Paulo, nos termos e para os efeitos previstos neste decreto-lei, os seguintes imóveis, de propriedade do Estado: (...) a área sita no Ibirapuera, remanescente da antiga Invernada dos Bombeiros, limitada pela rua Manoel da Nóbrega, pelo terreno anexo ao Quartel de Esquadrão e Cavalaria, rua Abílio Soares, primeiro córrego que atravessa esta rua logo abaixo do terreno anterior, e auto-estrada até o entroncamento com a rua Manoel da Nóbrega, ponto onde se fecha o perímetro⁸².

Nesse terreno, foi implantado o Ginásio e o Velódromo do Ibirapuera, que foram separados do Parque pela implantação do Círculo Militar⁸³, da Avenida Brasil e depois da Assembléia Legislativa (ver imagem 12).

⁸¹ Novo processo aberto indica a persistência do conflito. Cf. processo nº. 2004-0.015.256-4, AHMWL.

⁸² Parecer nº. 246, publicado em 1943, integrante do processo nº. 1982-0.015.231-6, AHMWL.

⁸³ Paulo Duarte também conta sobre a ocupação de parte da gleba pelo Exército em suas memórias: “É verdade que algumas daquelas propriedades do Governo do Estado estavam já ocupadas pelo Exército, desde 1932, como o Campo de Marte, o antigo hospício situado na Várzea do Carmo, que fora transformado em quartel, uma área importante do Ibirapuera, mas a Hospedaria dos Imigrantes e outros foram posteriormente recuperados. O pedaço do Ibirapuera já ocupado foi depois até acrescido mas isto se fez com aparência legal, pois o prefeito que mais tarde o cedeu para aumentar a presa já ocupada desde 1932 não teve nem a coragem nem a habilidade de Armando, negando-se àquela extorsão, pois outro naco da velha Invernada dos Bombeiros foi acrescida mercê da fraqueza de um prefeito menos enérgico e pouco disposto a defender o patrimônio do município”. Duarte, P. *Op. cit.*, 1976, p. 105.



Imagem 12 - “Trecho do Parque Municipal de Ibirapuera”, de 1937, com discriminação de área para a implantação de um ginásio de esportes. Fonte: fundo “Parque Ibirapuera”, caixa PI 14, processo nº. 1982-0.015.231-6, AHMWL.

Com a finalidade de verificar a pertinência e a veracidade das alegações de propriedade na gleba, o Departamento Jurídico da Prefeitura Municipal elaborou um parecer técnico com vistas a discriminar o perímetro das terras devolutas pertencentes ao patrimônio público. O levantamento foi minucioso, incluindo cópias autênticas dos principais documentos que integram o processo de concessão das terras devolutas do Ibirapuera à Intendência Municipal de São Paulo pelo Governo Federal.

O parecer emitido em 1941 não deixava dúvidas:

*fica assim, definitivamente provado o domínio da Municipalidade de S. Paulo sobre as terras do Ibirapuera, representadas e nitidamente identificadas na planta que ora apresento em cópia autenticada*⁸⁴.

Dessa forma, o parecer concluía que “as terras julgadas devolutas o são de fato. O processo técnico de sua apuração foi perfeito, completo e honesto”⁸⁵.

Em adendo ao parecer técnico, informava-se que, tendo sido levantado e medido o terreno público, foram exatamente determinados suas extensões, divisas e rumos. A área do terreno desocupado era de 10.060,80 m², a área do terreno ocupado era de 1.014,10 m² e o perímetro da gleba totalizava 14.634,20 m⁸⁶.

Sendo assim, auferiu-se que vem daí a convicção de muitos paulistanos de que a área originalmente destinada à implantação do Parque Ibirapuera era muito maior que a que ele efetivamente ocupa.

Esse era também o momento da implantação do Monumento às Bandeiras. A cessão do terreno ao Município visava a “completar o Parque de Ibirapuera e proporcionar ambiente paisagístico e arquitetônico ao monumento às Bandeiras, assim como a estabelecer ligação do parque com a avenida Brasil”⁸⁷. O decreto estabeleceu também o uso da área:

Da área referida na alínea III supra, será reservada para a instalação escolar e esportiva da Diretoria de Esportes, uma fração, sita na sua extremidade superior, medindo 105.340,00 m², podendo o Estado

⁸⁴ Fillinger, W. *Op. cit.*, 1941, p. 83. A planta a que o consultor se referia está apresentada na imagem 03.

⁸⁵ *Idem*, p. 33.

⁸⁶ *Idem*, p. 80.

⁸⁷ *Idem*, alínea III. O Monumento às Bandeiras havia sido aprovado em 1936, mas foi efetivamente construído apenas em 1942.

*construir e fazer funcionar na mesma a citada instalação, sem outra restrição que a de manter o aspecto de parque e apresentar seus projetos à aprovação arquitetônica e paisagística da prefeitura, para harmonização do conjunto*⁸⁸.

A ressalva serviria para manter a prerrogativa do Estado de instalar um equipamento do porte da Assembléia Legislativa no mesmo terreno, dando frente para a Avenida Brasil.

Diante de todos esses interesses sobre a ocupação da área, foi apenas com a comemoração do aniversário da cidade que se possibilitou a efetiva implantação do parque. A assinatura de um convênio entre o Estado e o Município, firmado em 25 de janeiro de 1954, e a contração do empréstimo para as comemorações do IV Centenário foram os fatores que permitiram sua realização. Essa negociação será analisada no Capítulo 4. Antes, porém, é interessante verificar como o Parque Ibirapuera era compreendido entre os urbanistas da cidade, nos planos e nos debates que se fizeram em torno da questão. A esses temas estão dedicados os próximos capítulos.

⁸⁸ Idem, parágrafo 1º.

Capítulo 2.

O Parque Ibirapuera no Plano de Avenidas (1930)

Tendo sido concebido como parque a partir de 1926, o Ibirapuera apareceu nos planos, estudos e debates sobre a cidade, entre esse momento e sua realização, em 1954. É interessante ver, nessa sucessão de indicações e defesas do parque na Várzea, como foram se configurando e transformando a idéia e o conceito de parque urbano.

No Plano de Avenidas, de 1930, o Ibirapuera foi apresentado como um parque monumental, articulado ao sistema viário da cidade e situado em um sistema de espaços livres cujas principais funções eram a higienização e o embelezamento da cidade. O próprio caráter do Plano de Avenidas, um plano eminentemente viário, estabelecia limites para a conceituação do parque.

O Plano de Avenidas insere-se nos debates internacionais sobre o urbanismo no seu tempo. Nesse sentido, duas das referências mais importantes do Plano são os trabalhos do arquiteto-paisagista francês Eugène Hénard e do alemão Joseph Stübben⁸⁹. Preocupado com o problema da circulação viária urbana na cidade moderna, Stübben concebeu um sistema de vias baseado em um modelo rádio-concêntrico de organização da circulação urbana composto de avenidas radiais, perimetrais e diagonais, interligando bairros e distritos, estações de ferro e outros pontos importantes. O modelo proposto por Stübben inspirou o Plano para São Paulo. No entanto, o urbanista dedicava parte relevante do seu trabalho ao problema dos espaços livres urbanos, e essa parte de sua obra foi pouco utilizada como referência no Plano de Avenidas.

O caso de Hénard é ainda mais explícito. No início do século XX, Hénard havia se dedicado a um projeto de ampliação da oferta de espaços livres em Paris, para o qual realizou um grande esforço de justificativa e

⁸⁹ Sobre o Plano de Avenidas e a análise de suas principais referências, ver Leme, M. C. *Revisão do Plano de Avenidas. Um estudo sobre o Planejamento Urbano em São Paulo, 1930*. São Paulo: FAUUSP (doutorado), 1990.

convencimento que se tornaram fortes argumentos na defesa dos espaços livres urbanos na cidade moderna⁹⁰.

O projeto de Hénard estava inserido no contexto da expansão de Paris e articulava-se a uma grande discussão sobre a “organização espacial” urbana⁹¹. Nesse sentido, a obra de Hénard aprofundava-se também em outros aspectos, como o problema da circulação urbana, para o qual o arquiteto propunha um sistema de grandes eixos articulados por rotatórias. Esse sistema foi empregado na estruturação viária de Paris e imitado em outras grandes capitais internacionais.

Dada a prioridade estabelecida no Plano de Avenidas, enfocando o problema da circulação urbana, chama a atenção que suas referências tenham sido extraídas sobretudo do aspecto viário da obra de Hénard, minimizando sua contribuição em relação à questão dos espaços livres urbanos. Alguns elementos mostram-se dissonantes na apropriação da obra de Hénard por Prestes Maia, autor do Plano⁹². Aquele projeto, utilizado como referência para São Paulo, partia de uma proposta de espaços livres para Paris, uma necessidade reforçada nos meios de discussão sobre o urbanismo no início do século. A decisão do prefeito Pires do Rio de criar o Parque Ibirapuera, um dos elementos relevantes da sua gestão, sob a qual foi feito o próprio Plano de Avenidas, se insere em um debate semelhante a esse. No entanto, a referência a Hénard no plano para São Paulo não se articulava em torno do eixo dos espaços livres, mas sim em torno da questão viária. Apontar essa dissonância é, portanto, o propósito deste capítulo.

⁹⁰ Hénard, E. *Études sur les transformations de Paris*. Paris: Librairies-imprimeries Réunies, 1903-1909.

⁹¹ Neste trabalho, utilizaremos a expressão “organização espacial” para a tradução de *aménagement*, termo que não possui correspondente em português. A sugestão de tradução é do prof. Carlos Martins, que usa a mesma expressão empregada pelo prof. Luis Inácio de Anhaia Mello ao se referir aos trabalhos contemporâneos do urbanismo francês. Ver Mello, L. I. A. *O Urbanismo... esse desconhecido*. Conferência pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 08 de novembro de 1951. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, n.º 11, agosto de 1952.

⁹² Francisco Prestes Maia (1896-1965), engenheiro civil e político, autor do Plano de Avenidas, foi professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, prefeito de São Paulo por dois mandatos: de 1938 a 1945 e de 1961 a 1965. Entre suas obras de maior destaque como prefeito estão as avenidas, pontes e viadutos que compuseram a implementação do seu Plano de 1930.



Imagem 13 - Representação esquemática do projeto de avenidas para São Paulo desenvolvido por Francisco Prestes Maia em 1930. Fonte: Maia, F. P. *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1930.

1. Parques: espaços livres articulados ao sistema viário

Encomendado pelo então prefeito Pires do Rio, o *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*, ou Plano de Avenidas, foi elaborado em 1930, por Francisco Prestes Maia, na qualidade de engenheiro da Diretoria de Obras e Viação da Prefeitura do Município de São Paulo, da qual era funcionário⁹³.

O Plano de Avenidas é considerado o primeiro plano compreensivo feito para São Paulo, ou seja, o primeiro plano elaborado a partir da consideração da cidade como um todo⁹⁴. Ainda assim, o estudo não correspondia a um plano regulador da cidade nem o substituíam. De acordo com o texto de apresentação, assinado pelo engenheiro Arthur Saboya, não se tratava de um plano urbanístico completo para a cidade, mas sim de um plano de estruturação viária da capital⁹⁵.

O sistema de estruturação viária proposto no Plano de Avenidas era composto por 17 vias radiais que partiam do centro em direção aos bairros urbanos e por 3 anéis perimetrais concêntricos que distribuíam o fluxo de circulação, dentre os quais destacava-se o Perímetro de Irradiação. Além disso, o Plano previa algumas obras essenciais: a retificação e a canalização dos rios Pinheiros e Tietê, além de avenidas, pontes, túneis e obras de drenagem.

O Ibirapuera aparece indicado no capítulo “Parques”, como parte do conjunto de espaços livres articulados ao sistema viário proposto⁹⁶. As restrições para a compreensão do parque inserido em um sistema de espaços livres são claras: o capítulo “Parques”, além de estar localizado no apêndice do Plano, tratava de elementos de urbanização que deveriam ser destacados “em

⁹³ Maia, F. P. *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1930.

⁹⁴ Essa consideração foi feita pelo próprio Prestes Maia, e analisada por Leme, M. C. *Op. cit.*, 1990 e Meyer, R. P. *Metrópole e Urbanismo. São Paulo anos 50*. São Paulo: FAUUSP (doutorado), 1991.

⁹⁵ “O trabalho ‘Plano de Avenidas’ para a cidade de São Paulo, como o seu próprio título o indica, trata simplesmente do estudo de um plano de avenidas para completar o sistema de viação da cidade de São Paulo”. Saboya, Arthur. “Advertência de Arthur Saboya”, In: Maia, F. P. *Op. cit.*, 1930, p. III. Saboya era o diretor de Obras e Viação da PMSP na época da publicação do Plano de Avenidas.

⁹⁶ “Apêndice”. In: Maia, F. P. *Op. cit.*, pp. 339-349.

função de sua articulação com o sistema viário proposto”, e não em seus atributos *em si*⁹⁷.

O capítulo referente aos “Parques” previstos para a cidade parece ter sido incluído no Plano de Avenidas sobretudo a título de incorporar no Plano as obras e projetos do então prefeito, em sua relação com a proposta de estruturação viária de São Paulo:

*Só nos interessa no momento os grandes parques por suas relações (de estética e de tráfego) com o plano arterial. Do mesmo modo, porém em menor escala, os jardins interiores, playgrounds, etc., por concorrerem indiretamente para a facilidade de circulação, pois nos bairros populosos desviam das ruas a criança*⁹⁸.

Prestes Maia indicou que foi Pires do Rio quem “iniciou” a implantação do parque. Arthur Saboya, na advertência que fez na abertura do Plano, corroborou essa idéia. Inicialmente, Saboya explicou que

por ter sido levado a efeito e publicado quando Prefeito da capital o Exmo. Sr. Dr. J. Pires do Rio, cuja ação vem sendo assinalada por grandes e reais serviços à nossa cidade, foi de minha justiça nele inserir alguma documentação acerca das vultuosas obras e importantes empreendimentos que caracterizam seu brilhante período administrativo.

Apontando, em seguida, que

*o parque Ibirapuera, com os seus dois milhões de metros quadrados, está em formação. Dessa avultada área, um milhão e quinhentos mil metros quadrados foram reivindicados, após tenaz e inteligente esforço administrativo. Em moeda sonante a ação enérgica e patriótica do Dr. Pires do Rio pode ser traduzida pelo valor de 22.500 contos de réis, correspondente à área reincorporada ao patrimônio público. Se isso não fora suficiente para avultar-lhe a iniciativa, bastaria a circunstância de ficar o parque ao pé do centro da cidade, entre bairros residenciais e prósperos*⁹⁹.

⁹⁷ Uma análise do modo como são tratados os parques públicos no Plano de Avenidas é feita em Bartalini, V. “Os parques públicos nos planos para São Paulo”. In *Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Rio de Janeiro: ANPUR/PROURB, Volume II, novembro de 1996, pp. 1106-1117. A análise de Bartalini baseia-se em uma perspectiva histórica, enfocando o tratamento dos parques públicos em três momentos: no período que chama de “primeiras iniciativas”, no Plano de Avenidas e no Programa de Melhoramentos Públicos para São Paulo, de 1950, desenvolvido por Robert Moses.

⁹⁸ Idem, p. 339.

⁹⁹ Saboya, A. *Op. cit.*, 1930, p. IV.

Prestes Maia dividiu os parques considerados no Plano em duas categorias: grandes parques, Cabeceiras do Ipiranga e Ibirapuera, e parques médios, Ponte Grande, Pary, Moóca, Tatuapé, Lapa, Butantã e Aclimação. A classificação dos espaços livres era proposta a partir de uma tipologia baseada no tamanho e nos tipos de equipamentos oferecidos em cada categoria. Essa divisão pode ser considerada uma tentativa incipiente de estabelecer uma hierarquia de espaços livres urbanos, contribuindo para a consolidação de um sistema de espaços livres para a cidade.

Maior destaque no Plano recebeu o Parque das Cabeceiras do Ipiranga, cuja descrição ancorava-se em sua estética, programa e acessos. Destacava-se o circuito de avenidas e *parkways* previstos no Plano que garantiriam o seu acesso. Sobre o Parque Ibirapuera, o Plano apresentava uma pequena descrição e uma perspectiva do projeto do arquiteto Dierberger¹⁰⁰. O parque previsto tinha 2.000.000 m². O autor destacava ainda que o parque localizava-se no interior da cidade¹⁰¹. O destaque no Plano foi dado às *parkways* de acesso ao parque e aos quarteirões de bairros-jardins onde está inserido, bairros mais “fidalgos” que “concorrerão para estabelecer essa ligação estética”¹⁰².

Em seguida, o capítulo referia-se também aos Parques da Cantareira, do Alto da Serra, do Pary, da Moóca, da Ponte Grande, do Tatuapé e da Lapa, os últimos indicados como parques esportivos na beira do Tietê, do Butantã e da Aclimação. A apresentação desses parques se restringia apenas a relacioná-los com os projetos existentes para a cidade no âmbito estadual e municipal, sem estabelecer hierarquizações ou articulações entre as diversas áreas. A maioria desses parques seria instalada em áreas livres existentes ou reaproveitadas.

Finalmente, apresentava-se também a proposta de espaços para *playgrounds*, que poderiam ser entendidos como o terceiro nível de uma incipiente hierarquização dos espaços livres. Aos *playgrounds*, Prestes Maia

¹⁰⁰ Maia, F. P. *Op. cit.*, 1930, p. 343.

¹⁰¹ Nesse aspecto, a comparação feita no Plano era com Paris, cujos parques estavam fora dos limites da cidade. Ver tabela comparativa de parques urbanos nas cidades do mundo, na p. 344 do Plano. Com o mesmo intuito, Prestes Maia citava a conferência de Victor Freire publicada na revista *Polytechnica* n.º. 33, de 15 de fevereiro de 1911. Na conferência, Freyre apresentou uma relação de habitantes por hectare de parques e jardins. A relação melhorava com a construção dos Parques Ibirapuera e das Cabeceiras, superando a situação de Paris, porque Freyre não computava o *Bois de Boulogne* e o *Bois de Vincennes*, que estavam localizados fora da cidade.

¹⁰² Maia, F. P. *Op. cit.*, 1930.

dedicou uma atenção especial, em vista do “papel educativo dos jogos e esportes”¹⁰³. De acordo com o autor, esses *playgrounds* deveriam ser tratados em conjunto com a escola e ser instalados “no interior ou na vizinhança imediata das quadras densamente habitadas”¹⁰⁴. Nesse sentido, a proposta de criação de um sistema de *playgrounds* distribuídos pelos bairros da cidade apontava para um projeto de controle do adensamento da capital.

Na apresentação ao Plano, texto chamado “Duas Palavras”, o autor traz um quadro das “despesas extraordinárias” realizadas durante a gestão de Pires do Rio como prefeito de São Paulo (de 1926 a 1930), constando gastos com desapropriações, obras e despesas especiais¹⁰⁵.

Destaca-se, ainda, a terminologia adotada para a descrição dos parques da capital, e especialmente o Parque Ibirapuera, no Plano de Avenidas. Semelhante a outras fontes do mesmo período e prevalecendo até a década de 50, os parques da cidade eram denominados “espaços livres”, ainda que concorressem também outras denominações, como “áreas livres”, “parques e jardins”, “áreas ajardinadas”. Quando Prestes Maia tratava de um “sistema”, referia-se mais à articulação dos espaços à estrutura viária da cidade que aos espaços livres em si. A estética vislumbrada para esses parques era a estética pitoresca, com espaços monumentais, projetados para serem contemplados, no sentido do embelezamento da cidade, diferentemente do padrão estético que se proporia nos anos 50, voltado para o lazer ativo, como veremos no Capítulo 4.

¹⁰³ Idem, p. 389.

¹⁰⁴ Idem, pp. 346-347.

¹⁰⁵ O gasto previsto para a implantação do parque somava 147.492:900\$271. O item desapropriações somava 34.867:884\$178, dos quais 787:202\$000 foram utilizados no Parque Ibirapuera (cerca de 2,25% do valor gasto com desapropriações e 0,5% do total de gastos públicos municipais do período), indicando que parte das áreas que constituíam o parque haviam sido desapropriadas ainda na gestão de Pires do Rio.

2. Duas referências urbanísticas internacionais

A presença do Parque Ibirapuera no Plano de Avenidas é importante porque indica a consciência, em 1930, por parte do poder público, de que a cidade precisava de parques urbanos. Indica também o desígnio de que esses parques deveriam integrar um conjunto de espaços livres articulados à estruturação da cidade e de que eles eram elementos fundamentais do planejamento urbano. No entanto, a forma como os parques foram apresentados indica que eles eram vistos como espaços secundários em relação às necessidades de circulação. Os parques eram menos importantes que a rede viária da cidade, entendida como elemento definidor da estrutura urbana de São Paulo, em detrimento de qualquer outro elemento de planejamento e projeto urbano.

Entre as principais referências internacionais consultadas para a elaboração do Plano de Avenidas, como já foi mencionado, destacam-se os estudos e projetos de circulação viária urbana dos arquitetos Stübben e Hénard, por meio dos quais eles arquitetos tornaram-se internacionalmente reconhecidos¹⁰⁶. Como ambos os arquitetos também dedicaram parte significativa de seus trabalhos à defesa e ao projeto de espaços livres urbanos, tema relevante na discussão do urbanismo de início do século XX, cabe uma reflexão a respeito do discurso sobre os espaços livres na obra desses arquitetos, com vistas a compreender o lapso de sua apropriação na argumentação que sustentou a proposta do Plano de Avenidas.

Para Stübben¹⁰⁷, o plano compreensivo consistia em um plano geral de ruas e praças, de acordo com o qual as novas construções deveriam ser dispostas, de forma a organizar o premente crescimento das cidades a partir da estruturação do sistema de circulação urbana. A partir do plano, formava-se

¹⁰⁶ Ambos foram arquitetos convidados a expor seu trabalho em congressos internacionais, como veremos a seguir.

¹⁰⁷ Josef Stübben (1845-1936) era conselheiro real de construção na cidade de Colônia, na Alemanha. Estudou arquitetura em Berlim. Durante sua carreira, envolveu-se no planejamento de mais de trinta cidades na Alemanha e em outros países, tornando-se um dos mais conhecidos urbanistas europeus de sua época. Sua projeção internacional deveu-se, sobretudo, ao trabalho que desenvolveu no início do século XX sobre a circulação urbana. Sua principal obra escrita, *Handbuch des Städtebaue*, foi publicada pela primeira vez em 1890. Nela, o autor defendeu a proposta de um processo “sistemático” de crescimento urbano, baseado em um “plano compreensivo”, por oposição a um processo “arbitrário”.

uma rede completa de conexões viárias, organizando tanto os fluxos urbanos como a forma estética da cidade. Em sua concepção, o plano de ruas e praças constituía a “base essencial de uma cidade ordenada”, requisito para o tráfego e para o crescimento urbano¹⁰⁸.

O problema enfocado pelo urbanista era o crescimento desordenado da cidade. A solução proposta, inovadora pela racionalidade do plano, era a da viabilização do ordenamento urbano através da estruturação dos fluxos de circulação. Tal proposta se implantava por meio de um sistema completo de vias que acomodassem o tráfego urbano e ao mesmo tempo passassem a definir a forma construída da cidade através da rede viária.

A expansão urbana nas cidades européias, na virada do século, vinha sendo experimentada como um processo caótico que devia ser solucionado por meio de uma estrutura de conexões e acessos que promovesse a racionalização formal do crescimento e a planificação do tráfego urbano. Para responder a essa questão, Stübben propunha um sistema de vias que satisfizesse não apenas a demanda de tráfego centro-bairro, por meio das vias radiais, como também a interligação dos diversos setores da cidade por meio dos anéis perimetrais. A resposta de Stübben ao problema rendeu projeção internacional ao urbanista. O sistema rádio-concêntrico proposto por Stübben contribuía ainda para a setorização da cidade com base na estrutura da rede viária. Esse modelo foi caro à formulação do Plano de Avenidas, em São Paulo, quatro décadas mais tarde.

Mas o arquiteto também trabalhava com a cidade a partir de princípios estéticos. Stübben entendia o urbanismo como “arte pública”, conforme o jargão do final do século XIX, quando a cidade era vista como obra de arte e sua criação era regida por princípios de composição. Seu modo de entender o projeto urbano foi apresentado em uma palestra de 1898, que tratou dos princípios de composição das cidades¹⁰⁹. Para Stübben, o projeto de cidades devia seguir exigências de ordem prática e artística. As exigências práticas referiam-se à circulação, à higiene, à exploração do terreno; as considerações artísticas referiam-se à configuração de praças e terrenos reservados a

¹⁰⁸ Stübben, J. “Practical and aesthetic principles for the laying out of cities”. In: *Deutschen Vereins für öffentliche Gesundheitspflege*, Freiburg, 1885.

¹⁰⁹ Stübben, J. *Rapport au Premier Congrès International de l'Art Public tenu à Bruxelles du 24 au 29 septembre 1898*. Bruxelas, 1898, pp. 89-92.

construções públicas, monumentos e estátuas. A “arte pública” era, para o arquiteto, uma arte capaz de individualizar os setores das cidades, que evitava a uniformidade, a igualdade, a monotonia, concebida “de acordo com as exigências da habitação, que variam para as diferentes classes sociais” ¹¹⁰. Nessa filiação, um dos elementos fundamentais da composição da cidade como obra de arte eram os espaços livres: ruas, praças e bairros.

De acordo com Stübben, as considerações artísticas serviam para estabelecer o enquadramento e a configuração do espaço livre. Para o arquiteto, existiam ruas pitorescas, ruas monumentais, ruas ordinárias e ruas monótonas. A princípio, ele falava que havia um senso comum de que as ruas retas seriam mais belas, mas que as ruas curvas “favorecem a obtenção de efeitos pitorescos”: “a beleza não é uma qualidade exclusiva de ruas curvas ou retas”. Para o urbanista, as ruas deveriam obedecer a uma “proporção estética” entre largura e comprimento, para impedir o “sentimento de incerteza” provocado pela “desaparição do fim”. Deveriam ainda ser embelezadas com flores, árvores, jardins e fontes: as ruas vazias “ofendem o gosto estético”. Stübben previa também monumentos no final das ruas retas para encerrar a perspectiva. Finalmente apontava que as ruas côncavas eram preferíveis às convexas, pois permitiam ver os edifícios inteiros ao fundo da perspectiva, enquanto as convexas permitiam ver apenas o topo dos edifícios¹¹¹.

As praças, segundo ele, eram definidas pelo “aspecto total da superfície e das fachadas fechando o vazio” ¹¹². A seu ver, havia dois tipos de praças: as de cruzamentos viários, que serviam inteiramente à circulação, e praças monumentais, que poderiam receber monumentos. Deveria então haver uma proporção entre os cheios e vazios em praças do segundo tipo, com distâncias livres convenientes para se contemplar os monumentos e garantir a harmonia entre alturas, larguras e superfícies livres.

Em relação aos princípios de composição dos bairros, o projeto deveria considerar as construções públicas, os edifícios monumentais, as obras de escultores, as estátuas e as fontes. Os bairros deviam ter edifícios públicos ou monumentos de altura extraordinária, como fundo de perspectiva de ruas.

¹¹⁰ Idem, p. 90.

¹¹¹ Idem, p. 92.

¹¹² Idem, p. 90.

Finalmente, ressalta-se que, na concepção de plano compreensivo de Stübben, era fundamental a presença de parques de interesse higiênico na cidade, promovendo a saúde da população através da oferta de espaços para a prática esportiva ao ar livre, bem como a aeração e ventilação da cidade¹¹³. Os parques também eram entendidos pelo urbanista como elementos de embelezamento urbano. Essas idéias também repercutiram na concepção dos parques previstos no Plano de Avenidas, em 1930, em São Paulo.

O caso da apropriação do trabalho de Hénard merece uma observação ainda mais atenta¹¹⁴: Prestes Maia o cita no Plano de Avenidas, em referência aos modelos de circulação de cidades estudados pelo urbanista francês¹¹⁵. Esses modelos foram fundamentais para a concepção da estruturação viária proposta para São Paulo no Plano de Avenidas.

No entanto, para o próprio Hénard, o estudo desses modelos tinha um propósito muito diverso: foi desenvolvido em um contexto de intensas discussões sobre a supressão das muralhas que cercavam a cidade. Nesse debate, não considerado na interpretação de Prestes Maia, a questão dos espaços livres foi fundamental. Mais que um estudo eminentemente viário, os estudos de Hénard eram a expressão de um trabalho que resultou na apresentação de um projeto de doze parques ao redor da cidade, entre os quais nove inteiramente novos, que seriam implantados nos espaços liberados pela eliminação das muralhas. Interessa, pois, compreender o estudo de Hénard sobre as transformações de Paris no início do século XX a partir de seu próprio contexto e das questões que levaram à sua concepção.

A discussão sobre a supressão da fortificação de Paris remonta ao final do século XIX. Os debates sobre essa questão começaram em 1879, quando foi proposta pelo conselho municipal, pela primeira vez, a derrubada das

¹¹³ Stübben, J. *Op. cit.*, 1885.

¹¹⁴ Eugène Hénard (1849-1923), arquiteto, urbanista e paisagista francês, foi adjunto do diretor dos serviços de arquitetura da Exposição Universal de 1900, quando propôs a destruição do Palácio da Indústria para a construção de um novo bulevar, em continuidade ao plano de Haussmann, completando o Champs-Élysées com dois novos palácios de exposições: o *Grand Palais*, sede da Exposição Universal, e o *Petit Palais*. Foi também Diretor de trabalhos da Cidade de Paris e do Sena, colaborador de Bouvard e seguidor de Alphand.

¹¹⁵ Maia, F. P. *Op. cit.*, 1930. Ver pp. 50-51.

muralhas¹¹⁶. Naquele momento, alguns temas animavam o debate sobre a cidade e foram preponderantes para a proposta de preservar a faixa de terras em redor de Paris sem construções: em primeiro lugar, o desejo de eliminar entraves ao crescimento da cidade e facilitar a articulação urbana com a periferia, dentro de uma perspectiva de *organização espacial* para a expansão urbana; em segundo lugar, a necessidade de criação de espaços livres.

Os debates sobre o destino da fortificação de Paris foram encampados por um grupo de reformadores sociais que pretendiam discutir propostas, visando modificar as condições de vida das classes trabalhadoras. Esse grupo organizou-se em torno de uma instituição fundada em 1894, denominada Museu Social¹¹⁷.

O Museu Social

O Museu Social é uma fundação privada francesa instituída com o objetivo de “colocar gratuitamente à disposição do público os documentos, modelos, planos, estatutos, informações, etc., das instituições e organizações sociais que têm por objetivo e por resultado melhorar a situação material e moral dos trabalhadores”. Entre os principais meios de ação, a sociedade se propunha fazer “exposições permanentes de economia social”, criar uma “biblioteca e uma sala de trabalho”, organizar “conferências, cursos e demonstrações orais” e “missões de estudo e de pesquisa na França e no estrangeiro”, além de promover comunicações, consultas técnicas, publicações, prêmios e medalhas¹¹⁸.

A fundação reuniu um grupo de reformadores de diversas facções políticas e de diferentes campos profissionais: higienistas, técnicos municipais e profissionais liberais, engenheiros, médicos, sanitaristas, arquitetos e

¹¹⁶ Sobre o debate e as propostas em relação à supressão da fortificação de Paris, ver Charvet, M. *Les Fortifications de Paris. De l'hygiénisme à l'urbanisme, 1880-1919*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.

¹¹⁷ Sobre as origens e a formação do Museu Social e seu papel na discussão sobre as condições de vida do trabalhador na França cf. Horne, J. *Le Musée social aux origines de l'État providence*. Paris: Belin, 2004.

¹¹⁸ “Statut du Musée Social”, de 31 de agosto de 1894, modificado por decretos de 15 de maio de 1896 e 24 de abril de 1900, pp. 03-04. Trad. nossa.

urbanistas, políticos e militantes da habitação social, que tinham o objetivo comum de equacionar problemas econômicos e sociais¹¹⁹. Através dos estudos e propostas encampadas no Museu Social a partir da preocupação com os problemas gerados pelo crescimento industrial e urbano, seus membros desempenharam, entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX, um papel decisivo para o debate sobre a reforma social na França. Alguns autores consideram a elaboração do pensamento e das políticas sociais propostas nesse contexto como inauguradores do Estado de bem estar social francês¹²⁰.

Janet Horne caracteriza a rede de personagens associadas ao Museu Social como um grupo de elite que passou a se questionar sobre a formação de um mercado livre auto-gerido¹²¹. A autora insere esse questionamento em um contexto internacional, incluindo, sobretudo, os Estados Unidos, a Inglaterra e a Alemanha. Segundo Horne, os debates do período nesses países tendiam a “temperar o individualismo liberal com novas idéias relativas à justiça social e aos direitos e deveres dos cidadãos”, ajudando a “corrigir os excessos do liberalismo do *laissez-faire*”, que mostrava uma incapacidade de responder às crises provocadas pela economia industrial. O Museu Social foi criado em nome da defesa de uma “economia social” em substituição à economia política vigente, associada ao movimento operário do período e afinada com os interesses de um Estado liberal. “Para preservar as liberdades individuais, era necessário um mínimo de ação social organizada, graças à iniciativa privada, à via associativa, às municipalidades ou ao Estado”.¹²²

O Museu Social foi fundado pelo Conde de Chambrun¹²³, que designou para o comitê de direção da nova instituição Jules Siegfried como presidente,

¹¹⁹ Sobre a participação de diferentes grupos profissionais e facções políticas no movimento de reforma social na França, ver Topalov, C. *Laboratoires du nouveau siècle. La nebuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.

¹²⁰ Ver Horne, J. *Op. cit.*, 2004, p. 15. A autora contrapõe-se à noção tradicional de que o Estado de bem estar social francês foi inaugurado em 1945, com a legislação de seguridade social.

¹²¹ Horne, J. “Le libéralisme à l'épreuve de l'industrialisation: la réponse du Musée social”. In Chamberland, Colette (dir.). *Le Musée social en son temps*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1998, p. 14.

¹²² Idem, p. 17. Trad. nossa.

¹²³ O Conde de Chambrun (1821-1899) foi um político aristocrata, deputado e senador, ex-monarquista “convertido à economia social”: influenciado pelo pensamento de Aléxis de Tocqueville e Frédéric Le Play, passou a defender a transformação da economia política de Estado em uma nova economia que atentasse para as questões sociais. Ver Blum, F. “Le Comte

Charles Robert como vice-presidente e tesoureiro, Émile Cheysson como vice-presidente, Edouard Gruner como secretário, além de Emile Boutmy, Albert Gigot e Georges Picot¹²⁴.

Jules Siegfried¹²⁵, presidente da instituição entre 1896 e 1914, foi um pioneiro na discussão sobre a habitação social na França, concebida como parte de uma política de higiene e de melhoria das condições de vida operária. O liberal defendia uma política de construção de moradias que permitisse ao operário tornar-se proprietário¹²⁶. Sua posição a favor da reforma social tinha um conteúdo higienista e, ao mesmo tempo, moralista: garantir a salubridade da moradia operária era trabalhar pela defesa da família como base da sociedade, em uma perspectiva de regulação patronal da vida dos trabalhadores¹²⁷.

Durante a Exposição Universal de 1889, ocorreu o primeiro congresso internacional de habitação social. O congresso levantava a necessidade de uma política de habitação popular, sob a responsabilidade do Estado. No ano seguinte, por esforço de Siegfried, Cheysson e Picot¹²⁸, foi criada a Sociedade Francesa de Habitações Sociais, uma instituição privada que congregava particulares, industriais, profissionais liberais e sociedades locais. O propósito da Sociedade era estimular a iniciativa privada a colaborar pela melhoria das condições de moradia na França, com vistas a permitir o controle da salubridade, das epidemias, e a restauração da família, da moral e da pátria, além de lutar contra a ameaça das utopias socialistas¹²⁹. Em 1892, a Sociedade apresentou, por meio de Siegfried como deputado, um projeto de lei de habitação social, aprovado no mesmo ano.

Com a prerrogativa da melhoria das condições de higiene e saúde pública nas cidades, uma série de questões urbanas começou a ser discutida

de Cambrun: catholique, mécène des protestants?”. In Chamberlland, C. *Op. cit.*, 1998, pp. 27-41.

¹²⁴ “Statut du Musée social”, p. 07.

¹²⁵ Jules Siegfried (1837-1922), político republicano liberal de origem burguesa, foi prefeito do Havre, deputado e senador. Ver Ardaillou, P. “Foi protestante, action sociale et convictions républicaines: Jules Siegfried”. In Chamberlland, C. *Op. cit.*, 1998, pp. 75-101.

¹²⁶ Idem, p. 95.

¹²⁷ Idem, p. 99.

¹²⁸ Émile Cheysson (1836-1910), engenheiro politécnico, vice-presidente do Museu Social entre 1896 e 1911, defensor da função social do engenheiro, pensador da economia social, membro ativo e participante de diversas instituições associadas à reforma social; Georges Picot (1838-1909), juiz, discípulo de Le Play, anti-socialista declarado, administrador da Sociedade Filantrópica Francesa, membro do conselho diretor do Museu Social desde a sua fundação.

¹²⁹ Guerrand, R-H. “Jules Siegfried, la Société Française des habitations à bon marché”. In Chamberlland, C. *Op. cit.*, 1998, pp. 157-173.

entre os reformadores sociais. Alguns autores defendem que esse período encerra o próprio nascimento do urbanismo na França¹³⁰. Um dos temas fortemente discutidos nesse sentido foi o modelo inglês da cidade-jardim. Em 1903 o Museu Social confiou a Georges Benoit-Lévy¹³¹ a missão de estudar as cidades-jardim na Inglaterra. A pesquisa resultou em um trabalho publicado em 1904¹³², e deu origem a um amplo debate sobre o modelo de habitação operária proposto por Ebenezer Howard. Na Inglaterra, a cidade-jardim era uma cooperativa de construção e de gestão. Na França, a partir dessa discussão, o modelo foi assimilado não como cidade patronal, mas como solução para o problema da habitação nos bairros da periferia das grandes cidades¹³³.

Para a pesquisadora Suzanna Magri, essa nova interpretação do modelo correspondeu ao interesse da elite francesa na renovação das políticas patronais de habitação. Os liberais não ignoravam que a cidade-jardim era um modelo proveniente do movimento socialista inglês, que propunha cooperativas operárias de habitação auto-gestadas, com propriedade coletiva e fundada na

¹³⁰ Para alguns autores, o urbanismo surge na França a partir do movimento reformador do início do século XX, como desdobramento de ações de caráter higienista, de um lado, e filantrópico, de outro, com vistas à melhoria das condições de vida da população das grandes cidades. Segundo Viviane Claude, até o final do século XIX, eram raras as obras consagradas às técnicas urbanas em língua francesa. Claude, V. “Technique sanitaire et réforme urbaine”. In Topalov, C. *Op. cit.*, 1999, p. 271. Tal visão insere-se na análise feita por Christian Topalov do movimento reformador urbano na virada do século, na Europa e nos Estados Unidos da América. Outro trabalho que utiliza essa hipótese é Gaudin, J. P. “La gènesse de l’urbanisme de plan et la modernisation politique”. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 39, n.º. 03, FNSP/AFSP, junho de 1989. Essa hipótese contrapõe-se a uma visão segundo a qual o urbanismo na França teria nascido com a reforma encampada em Paris pelo Barão Haussmann, em um movimento de transformação das capitais europeias que remonta à metade do século XIX. Ver Choay, F. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985. Para Choay, o criador e primeiro sistematizador do urbanismo como disciplina e prática profissional foi Ildefonso Cerdá, em meados do século XIX, ainda que este nunca tenha utilizado o termo “urbanismo” para designar a nova disciplina. Ver o prefácio de Françoise Choay a Cerdá, I. *La théorie Générale de L’Urbanisation*. Paris: Seuil, 1979.

¹³¹ Georges Benoit-Lévy (1880-1971), advogado, membro do Museu Social, foi um dos promotores da Associação Francesa das Cidades-jardim.

¹³² Benoit-Lévy, G. *La cité-jardin*. Paris: Henri Jouve, 1904.

¹³³ “A cidade-jardim foi concebida como cidade patronal antes de ser concebida como uma modalidade de reorganização do habitat na *banlieue* urbana. Essa primeira interpretação da *garden-city* deveu muito a Georges Benoit-Lévy, fundador da Associação das cidades-jardim da França”. Magri, S. “Du Logement monofamiliar à la cité-jardin. Les agents de la transformation du projet pérormateur sur l’haitat populaire en France, 1900-1909”. In Chamberlland, C. *Op. cit.*, 1998, p. 190. Trad. nossa. Ela menciona que a cidade-jardim mais estudada por Georges Risler não foi Letchworth, mas Hampstead Garden Suburb, que fica localizada na periferia de Londres. Idem, p. 217.

solidariedade¹³⁴. A cidade-jardim dos franceses era concebida como um modelo de habitação para ser construído pelos industriais, de acordo com o pensamento liberal, dentro de uma perspectiva de contenção da “dilatação sem fim da cidade”. Para Magri: “combatendo os socialistas nesse terreno, os reformadores liberais procuravam soluções capazes de fazer as demandas operárias irem ao encontro de seus próprios objetivos políticos”¹³⁵. A transposição do modelo da Inglaterra para a França analisada por Magri é de fundamental importância, tendo em vista a perda do caráter “socializante” de sua apropriação na França como forma de solucionar o problema da habitação ao redor de Paris. A interpretação da proposta de cidade-jardim que se tornou hegemônica na França adquire importância central em relação ao modelo aplicado na cidade de São Paulo¹³⁶.

Ao mesmo tempo em que se discutia um modelo de cidade capaz de oferecer um controle das condições de moradia aos operários e do crescimento urbano desenfreado, estava em pauta a supressão da fortificação de Paris. A derrubada da muralha era a oportunidade vista pelos liberais para propor um sistema mais eficiente de articulação entre Paris e as cidades do entorno, e ao mesmo tempo criar uma série de espaços livres nos terrenos liberados.

Em 1908, também por iniciativa de Jules Siegfried, criou-se a Seção de Higiene Urbana e Rural do Museu Social. A primeira questão levantada pela Seção foi a supressão da muralha de Paris¹³⁷. O problema era tratado de maneira articulada à necessidade de uma política social abrangente, incluindo a solução para as questões de habitação popular, de higiene pública e de

¹³⁴ Para uma análise da formação do paradigma da cidade-jardim a partir dos debates de grupos como os fabianos, *quackers*, trabalhistas e socialistas na Inglaterra, ver Gunn, P. “O paradigma de cidade-jardim na via fabiana de reforma urbana”. In *Espaço e Debates*, n.º. 40, 1997, pp. 11-27.

¹³⁵ Idem. *Ibidem*, p. 218.

¹³⁶ A *Cia City of São Paulo Improvements and Freehold Company Limited*, fundada em 1911, tinha o objetivo de promover a urbanização de 12 milhões de metros quadrados de áreas adquiridas pelo banqueiro francês Edouard Fontaine de Laveleye, um dos fundadores da companhia, por sugestão do arquiteto Bouvard. Essa área correspondia a cerca de 37% da mancha urbana da cidade naquele momento. Ver Bacelli, Ronei. *Presença da companhia city em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim, 1915-1940*. São Paulo: FFLCH (mestrado), 1982. Sobre os acordos entre a Cia City de São Paulo e a Light na ocupação e comercialização das áreas da várzea do rio Pinheiros, ver Seabra, O. C. L. *Meandros dos rios nos meandros do poder: Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCHUSP (doutorado), 1987.

¹³⁷ O Museu Social promoveu uma campanha, nas eleições municipais de 1908, convocando votos para os candidatos favoráveis à supressão das fortificações para a criação de um “cinturão verde” em torno de Paris. Esses trabalhos ocuparam um lugar importante no nascimento do urbanismo moderno na França. Ver Charvet, M. *Op. cit.*, 2005, p. 47.

planejamento urbano. Os trabalhos da Seção de Higiene sintetizaram e reformularam essas idéias.

Segundo a socióloga Marie Charvet, o problema da supressão das fortificações de Paris originou-se com uma proposta de lei de 1882, que sugeria a desafetação dos terrenos da muralha e sua cessão à cidade, reservando-os como área *non aedificandi*. A proposta baseava-se na idéia de que a fortificação entravava o crescimento da cidade e colaborava com a proliferação de doenças contagiosas dentro de Paris. Dezesesseis anos depois, porém, uma nova lei propunha o loteamento e a venda da faixa ocupada pela muralha em frente ao *Bois de Boulogne*.

A partir do problema da muralha de Paris, lançou-se um debate sobre a questão dos espaços livres da cidade. A recém inaugurada Seção de Higiene do Museu Social iniciou uma atuação em favor da supressão da fortificação, anunciando o destino que sugeria para a faixa de terra liberada. Uma das primeiras atitudes tomadas foi a publicação de um artigo de Robert de Souza apresentando um resumo histórico dos espaços livres¹³⁸ e a organização de uma reunião em favor de tais espaços, levantando o tema entre os reformadores do Museu Social¹³⁹.

O resumo histórico de Robert de Souza iniciava-se indicando que a questão da reserva de espaços livres nas aglomerações urbanas era mais antiga do que se imaginava. Na França, o autor situava a preocupação no século XVII, com a criação dos bulevares circulares, mas em seguida apresenta uma comparação de Paris com cidades da Alemanha, com a multiplicação dos parques e perspectivas abertas; da Inglaterra, com os *open spaces*; e da América, com os parques nacionais, concluindo que a situação francesa encontrava-se em atraso em relação à disponibilidade de espaços livres urbanos. Sobre as cidades de Colônia e Viena, Souza frisava o aproveitamento dos terrenos das antigas fortificações suprimidas para a “aplicação do princípio dos

¹³⁸ Souza, R. “Les espaces libres. Résumé historique”. In *Mémoires et documents du Musée social*. Paris: Musée social, 1908, pp. 177-185.

¹³⁹ “Compte rendu de la réunion en faveur des espaces libres tenue dans le Grand Amphithéâtre de la Sorbonne le 05 juillet 1908”. In *Mémoires et documents du Musée social*. Paris: Musée Social, 1908, pp. 201-203.

espaços livres”¹⁴⁰. Em relação a Paris, opinava que os trabalhos de Haussmann e Alphand eram sempre valorizados, porém permaneceram incompletos, não apenas por causa do crescimento da população, mas também porque os jardins da Primeira República eram concebidos como espaços de repouso, e não como espaços de exercício, como exigiam os tempos atuais.

Souza apontava a importância do aparecimento de uma série de instituições, na virada do século, para a defesa dos espaços livres, dentre as quais o Museu Social e a Sociedade para a Proteção das Paisagens da França. Finalmente, apontava os trabalhos de Hénard e Forestier como obras fundamentais¹⁴¹, indicando soluções lógicas para o problema enunciado, confirmando nossa hipótese de que Hénard trabalhava a partir da proposição de espaços livre para Paris, e não a partir do problema da circulação viária:

*No ano de 1903, apareceram os primeiros estudos técnicos sobre os espaços livres de Paris que preocuparam um empirista depois dos trabalhos de Alphand. O sr. Hénard publicou com efeito naquele ano duas brochuras, uma sobre a questão das fortificações e outra sobre os espaços livres para toda a cidade*¹⁴².

As idéias de Hénard difundidas no contexto do Museu Social

O estudo de Hénard sobre as transformações de Paris foi apresentado em oito fascículos publicados entre 1903 e 1905. No fascículo II, a partir de um questionamento sobre a monotonia das ruas de Paris, Hénard anunciava sua preocupação com a retomada de um ideal de beleza e de arte na cidade. Articulado a essa preocupação, explicitava seu objetivo:

Seria deplorável que, sob pretexto de higiene ou de boa administração, nós esquecêssemos todo nosso passado de povo artista; é inadmissível que nós não possamos criar em nosso tempo tipos novos nos quais, sem sacrificar em nada as condições do progresso científico, o prazer dos habitantes e a beleza dos aspectos não cumpram também sua parte. No momento em que se propõe construir novos bairros se abrindo sobre

¹⁴⁰ Souza, R. *Op. cit.*, p. 179. Souza citava como exemplos os trabalhos de Stübben, especificamente o apresentado no Congresso Internacional de Arte Pública de Bruxelas, de 1898, além da obra de Camillo Sitte.

¹⁴¹ Parte da obra de Forestier foi publicada em Forestier, J. C. N. *Grandes Villes et Systèmes de Parcs*. France, Maroc, Argentine. Paris: Norma Éditions, 1997.

¹⁴² Idem, p. 184. Trad. nossa.

*o Bois de Boulogne, não é inútil tentar essa pesquisa. Esse será o fim deste capítulo*¹⁴³.

O autor tratava dos alinhamentos das vias públicas em Paris, da questão das fortificações e do bulevar do grande cinturão. Na primeira parte, propunha o desenho de um bulevar que apresentasse fachadas entrecortadas por recuos e jardins semi-públicos, sugerindo que esse bulevar fosse implantado na “zona desafetada das fortificações já designadas pelo governo militar na borda do *Bois de Boulogne*”¹⁴⁴.

Hénard retomava a história de Paris, lembrando que em 1646, durante o reinado de Luis XIV, as antigas fortificações do *Prévôt des Marchands* haviam sido concedidas à cidade “para lá estabelecer ruas e construir casas”, uma “ocasião única (...) para criar magníficas vias de circulação mais vastas, mais agradáveis, mais belas que todas aquelas que existiam então na cidade”¹⁴⁵. Para o arquiteto, era a origem dos grandes bulevares de Paris.

Os doze parques periféricos propostos pelo urbanista para a ocupação da área das fortificações seriam ligados por um amplo bulevar, também entrecortado de jardins. A “coroa verde” ao redor de Paris seria formada por “estações de ar e repouso” de 9 a 12 hectares cada uma, distantes cerca de 2 km umas das outras¹⁴⁶.

O arquiteto buscava instrumentalizar a municipalidade para lidar com o “crescimento contínuo” de Paris, através da criação de “espaços livres necessários à vida exterior da cidade”, e “indispensáveis à higiene pública”¹⁴⁷.

A argumentação de Hénard baseava-se em duas proposições fundamentais, explicitadas no terceiro fascículo de seus estudos: uma comparação entre Paris e Londres em relação aos espaços livres das duas metrópoles, mostrando a inferioridade da primeira, e uma comparação entre a

¹⁴³ Hénard, E. *Op. Cit.* Chapitre II: “Les Alignements brisés. La question des Fortifications et le boulevard de Grande Ceinture”. Paris: Librairies-imprimeries Reunies, 1903, p. 32. Trad. nossa.

¹⁴⁴ Idem, p. 45. A proposta do bulevar estava associada à deliberação de 1902, que especificava a “venda dos terrenos provenientes da supressão das fortificações” para a implantação de um loteamento. Hénard procurava, com sua proposta, oferecer um plano de viabilidade para a operação, criando reservas de espaço para a livre circulação do ar e o proveito da população em geral (p. 52). Com isso, seria realizado o “Grande Cinturão da capital”.

¹⁴⁵ Idem, p. 46. Trad. nossa. Hénard referia-se à situação de desafetação de Paris na virada do século XX como análoga àquela de 1646.

¹⁴⁶ Idem, p. 48.

¹⁴⁷ Idem, fascículo III, p. 62.

situação de Paris em 1789 e em 1900, evidenciando a perda de espaços livres sofrida pela cidade no período republicano¹⁴⁸.

Em relação a Londres, o urbanista chegava à conclusão de que Paris apresentava a metade da superfície da capital inglesa, com uma densidade muito maior, e um terço dos espaços livres disponíveis. O resultado da comparação era de que “Paris tem então três vezes menos espaços livres que Londres”. Em relação à Paris do período da Revolução, Hénard apontava a atuação dos especuladores privados na redução dos espaços livres com vistas a implantar novas construções, fazendo os terrenos aproveitáveis “desaparecerem irreparavelmente”, em nome de interesses particulares¹⁴⁹.

O Museu Social publicou também dois artigos de Hénard em defesa dos espaços livres em Paris. Nesses artigos, ele apontava para o “estado de inferioridade flagrante [da cidade] em relação a um bom número de grandes cidades estrangeiras”¹⁵⁰ e defendia seu projeto de nove parques novos em um grande bulevar, “necessários à percepção dos direitos de outorga” no espaço liberado pelas fortificações¹⁵¹.

No primeiro, o urbanista apresentava a “situação desvantajosa de Paris em relação a Londres e a Berlim”, desenvolvendo uma comparação sistemática entre as três cidades em relação aos espaços livres, com base em uma proporção entre as áreas das cidades e à população que nelas habitava. Para corrigir a defasagem de Paris, Hénard apresentou sua proposta como “um plano geral” para a cidade que fundamentava um “sistema” de parques e jardins, com “vastos gramados ordenados com flores e largas superfícies de areia próprias para as recreações, jogos e esportes de toda natureza”, para a “saúde e beleza de Paris”¹⁵². O bulevar seria o meio de ligação e articulação dos espaços propostos.

¹⁴⁸ Idem, pp. 63-83.

¹⁴⁹ Idem, p. 91. É interessante lembrar que pode ser estabelecido um paralelo entre a ocupação dos espaços livres em Paris e a história do vazio do Ibirapuera, que sofreu os mesmos tipos de agressões, indicando a generalidade do fenômeno da redução dos terrenos destinados a parques e jardins na cidade capitalista.

¹⁵⁰ Hénard, E. “Les espaces libres à Paris”, 1908, pp. 186-196.

¹⁵¹ Idem. “Les espaces libres à Paris. Les fortifications remplacées par une ceinture de parcs”. In *Mémoires et documents du Musée Social*. Paris: Musée Social, 01 de março de 1909, pp. 78-89.

¹⁵² Nota-se que é a mesma argumentação utilizada por Pires do Rio em 1926 e por Prestes Maia no Plano de Avenidas para justificar a proposta dos parques públicos urbanos.

O segundo artigo era precedido por uma proposta de lei, encaminhada por Jules Siegfried, para a reserva da área desafetada das fortificações em frente ao Bois de Boulogne com vistas à criação de “ao menos quatro parques de quinze a vinte hectares cada um”, instituindo também uma “Comissão superior de organização espacial da aglomeração parisiense”¹⁵³. A seguir, Hénard apresentou um relatório técnico, contendo o traçado dos parques e terrenos de jogos propostos, oferecendo também um quadro detalhado de orçamento do projeto e sugerindo a venda de alguns terrenos que restassem disponíveis com vistas a financiar a implantação dos parques¹⁵⁴.

A ameaça que pairava sobre a capital moderna – crescer indefinidamente – estava presente no trabalho de Hénard. Para Topalov, “depois da vigorosa campanha de 1908 para a transformação do espaço das fortificações em ‘espaços livres’, torna-se claro que se tratava de uma introdução à questão mais vasta da organização racional das cidades”¹⁵⁵. O estudo de Hénard articula-se assim ao problema da “organização do território” urbano, igualmente pesquisado no contexto do Museu Social.

A proposta de Hénard fundamentava-se na proposição de espaços livres, e não na solução para o problema da circulação. O debate sobre a criação de espaços livres estava associado à solução para o problema do trabalhador urbano na cidade, que engendrou uma preocupação com o crescimento e a “organização do território” urbano, a articulação com a periferia, o problema da habitação, mas também a criação de espaços para a saúde e higiene do trabalhador.

No entanto, a discussão sobre os modelos de estrutura de circulação urbana rendeu ao arquiteto uma posição internacional, à medida que Hénard passava a ser convidado para proferir palestras em outros países sobre a solução viária das rótulas de distribuição de tráfego¹⁵⁶.

¹⁵³ Siegfried, J. “Exposé de motifs”. In *Mémoires et documents du Musée Social*. Paris: Musée Social, 01 de março de 1909, pp. 73-77.

¹⁵⁴ Essa estratégia foi trazida para São Paulo por Bouvard, para financiar a implantação do Pq. D. Pedro II, em 1911, mas não foi executada. Ver Kliass, R. *Op. cit.*, 1989.

¹⁵⁵ Topalov, C. *Op. cit.*, 1999, pp. 24-25.

¹⁵⁶ Hénard, E. “The cities of the future”. Royal Institute of British Architects, Town Planning Conference London, 10-15 October 1910. In *Transactions*. Londres: The Royal Institute of British Architects, 1911, pp. 345-367.

Em função de sua projeção internacional como urbanista, não é de estranhar que o trabalho de Hénard tenha sido utilizado no Plano de Avenidas antes nos aspectos que tangem o problema da circulação e da estrutura viária que no aspecto que gerou o trabalho, a questão dos espaços livres.

Capítulo 3.

Espaços livres no urbanismo do “Plano Regulador” (1934-1937)

Os terrenos de Ibirapuera estão, e precisam estar destinados a ser o grande parque da Capital. Pradarias, bosques, áreas ajardinadas, campos esportivos, lagos para remo, piscinas, teatros ao ar livre, eis tão somente o que desejamos ver na famosa gleba.

(Sociedade Amigos da Cidade. “Reunião de 23 de janeiro de 1936”. Livro de atas de 06 de fevereiro de 1935 a 19 de maio de 37, fls. 12-16)

Se os espaços livres apareciam no Plano de Avenidas como elementos integrados à cidade através da articulação viária, é porque aquele próprio documento era entendido por seus autores como um plano de estruturação viária, não substituindo o papel importante a ser desempenhado por um Plano Regulador da Cidade. Prestes Maia, juntamente com Anhaia Mello, eram dois dos maiores defensores da necessidade de um Plano Regulador para São Paulo¹⁵⁷. Em fins de 1934, esses engenheiros associavam-se a outros profissionais e políticos paulistanos para fundar a Sociedade Amigos da Cidade, cuja finalidade era colocar os problemas do urbanismo na pauta das discussões.

A Sociedade Amigos da Cidade foi fundada como uma “sociedade civil sem fins lucrativos”¹⁵⁸, que

*tem por fim o estudo de todos os problemas relativos à melhoria e adaptação do ambiente urbano às necessidades coletivas, à colaboração com as autoridades administrativas para a solução desses problemas e à educação cívica do meio pela propaganda dos princípios do moderno urbanismo*¹⁵⁹.

¹⁵⁷ O Plano Regulador, nesse período, era também denominado “Plano Geral”, “Plano Ordenador da Cidade”, “Plano de Organização do Crescimento da Cidade”, ou simplesmente “Plano da Cidade”.

¹⁵⁸ Sociedade Amigos da Cidade. *Estatutos*, de 14 de novembro de 1934, art. 1º. A Sociedade foi fundada em 1934 por um grupo de políticos e urbanistas de expressiva influência. Entre seus membros, agregou futuros prefeitos, além do fundador da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo.

¹⁵⁹ Idem, art. 2º.

A Sociedade propunha-se a atuar por meio da fomentação das discussões sobre os problemas urbanos de seu tempo, da promoção da divulgação das informações referentes às questões urbanas e da publicação de uma revista sobre urbanismo, que não fosse técnica demais e que pudesse provocar o “entusiasmo” dos leitores.

Compunham os quadros da Sociedade, sobretudo, engenheiros, advogados e políticos preocupados com as questões do desenvolvimento urbano de São Paulo. Seu primeiro presidente foi Francisco Prestes Maia, de 1935 a 1937¹⁶⁰. Outros membros do primeiro conselho eram Antônio Prado Júnior (vice-presidente), J. M. Pinheiro Junior (primeiro tesoureiro), A. Rangel Christoffel (2º. tesoureiro), Alcides Penteado (1º. secretário), Dácio A. de Moraes (2º. secretário), além de Luiz Inácio de Anhaia Mello, Ricardo Severo e Aldo Mario de Azevedo. Eram também do conselho, com mandato por um ano, José Wash Rodrigues, Jayme Loureiro, José Ayres Netto, Julio de Mesquita Filho, Alberto Byington e Nelson Ottoni de Rezende.

Em parte, a criação da Sociedade visava exercer pressão no meio político para a implantação das obras previstas no Plano de Avenidas: um dos problemas mais recorrentes nas reuniões era o problema do trânsito, das ligações viárias e da abertura de grandes avenidas na cidade. Mas os objetivos desses urbanistas não se restringiam a essas obras viárias. O próprio autor do Plano de Avenidas, Prestes Maia, fundador e primeiro presidente da Sociedade, entendia o Plano como uma proposta restrita ao problema da circulação viária urbana, e defendia para a cidade um sistema de planejamento urbano mais complexo, com outras variáveis a serem consideradas. Esse sistema constituía-se, naquele momento, na proposta de um Plano Regulador da Cidade.

¹⁶⁰ Prestes Maia foi um dos membros mais atuantes na fundação da Sociedade. Entre outros presidentes da entidade, destacam-se também, para os fins deste trabalho, o engenheiro Luiz Inácio de Anhaia Mello e o jurista Goffredo da Silva Telles, por sua atuação em relação ao problema dos espaços livres na cidade e particularmente por seu papel na defesa do Parque Ibirapuera. Anhaia Mello foi presidente da Sociedade entre 1941 e 1942 e entre 1945 e 1946. Goffredo da Silva Telles foi presidente por três vezes, entre 1937 e 1938; 1947 e 1948 e 1953 e 1954.

Nessa época, a elaboração do Plano Regulador da Cidade era fortemente debatida e defendida pelos urbanistas ligados à Sociedade Amigos da Cidade, que faziam dessa questão o núcleo central e a finalidade concreta da própria associação. A fundação da Sociedade proporcionou aos seus membros uma ampla atuação em conjunto, através de debates aprofundados, opiniões publicadas e respeitadas e interlocução com o poder público. A Sociedade exercia forte influência sobre o poder público: em 1936, a Câmara Municipal aprovava o projeto de lei criando a Comissão do Plano da Cidade, ainda que só tenha sido efetivado onze anos depois.

O principal instrumento defendido pelos urbanistas partidários do Plano Regulador era o zoneamento. Em 1936, o primeiro número do periódico publicado pela Sociedade tratava desse tema. Escrito por Prestes Maia, o texto procurava definir o que eram “questões de zoneamento”, através de um contraste entre a “anarquia das construções particulares” e a possibilidade da “organização geral das cidades” e da “regulamentação”¹⁶¹.

O autor deu uma definição do instrumento:

*Zoneamento é a regulamentação das construções urbanas sob o ponto de vista do uso, da superfície coberta, da altura, do volume e da silhueta dos prédios. É a organização mais perfeita, lógica e conexa da cidade em bairros, distritos, núcleos, etc., homogêneos, perfeitamente proporcionados e relacionados entre si*¹⁶².

Ressaltava ainda que um zoneamento “completo e científico” encarava “todos os principais aspectos da vida da comunidade: homogeneidade dos bairros, relação entre eles, proporção conveniente das áreas, acesso e tráfego, amenidade, facilidade e economia dos serviços públicos, etc.” e era “inspirado numa concepção geral lógica”¹⁶³.

Segundo Prestes Maia, o zoneamento servia para combater o “abuso da propriedade”, imprimindo regras para o seu “uso justo”, e garantindo “o

¹⁶¹ Maia, F. P. *O Zoneamento Urbano*. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, n.º 01, 1936, p. 02.

¹⁶² Idem.

¹⁶³ Idem, p. 05.

crescimento harmônico, a eficiência da urbs e os direitos mais sagrados da população, que são o direito ao sol, à luz e ao sossego”¹⁶⁴.

Entretanto, era imprescindível que o instrumento fosse concebido dentro de um contexto de elaboração de um plano regulador para toda a cidade: “o zoneamento deve ser estabelecido junto com um plano geral das cidades”, do qual ele “é apenas um aspecto”. E, segundo o autor, já não era mais “possível esperar esse plano” em São Paulo, pois as cidades não podiam “crescer anarquicamente” enquanto ele não era elaborado¹⁶⁵.

Nos planos regionais, que começaram a ser divulgados, havia ainda zonas rurais, agrícolas ou florestais, com proteções especiais à paisagem, ao reflorestamento e à adequada utilização agrícola do solo.

Prestes Maia ponderava sobre a aplicabilidade do instrumento:

*O zoneamento é de fácil imposição nos bairros novos. Há mesmo uma concepção moderna, referente às ampliações urbanas, “unidade residencial” ou neighborhood unit, que está intimamente ligada à noção de zoning e que é da máxima importância. Mas a medida é indispensável também às áreas construídas, embora com mais elasticidade e tolerando maior proporção de áreas unrestricted ou mixtas*¹⁶⁶.

E elucidava que a importância do zoneamento se dava em três níveis diferentes: “uso, superfície e altura ou volume, formando sobre a planta da cidade manchas que não coincidem necessariamente”. Em relação ao uso, explicava que

*as cidades são divididas geralmente em zonas: comercial central, comerciais secundárias ou de bairro, residenciais em casas isoladas, de residências comuns, residenciais de apartamentos, de indústrias pesadas e nocivas, de indústrias leves e, finalmente, de zonas não classificadas ou livres, unrestricted*¹⁶⁷.

Sobre a questão da superfície, “assinala-se a cada bairro ou zona a fração máxima dos lotes que poderá ser coberta. Isto impede que, p. ex., um

¹⁶⁴ Idem. *Ibidem*.

¹⁶⁵ Idem, p. 02.

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ Idem.

bairro jardim venha a perder esse caráter, pela ganância de alguns proprietários isolados”.

Enfim, “a regulamentação de altura visa principalmente garantir o sol e a luz a todos” e “a uniformização estética das linhas e alturas, ou evitar as faces nuas laterais”¹⁶⁸.

O autor dava uma explicação detalhada do instrumento através de diversos exemplos nos bairros da cidade, Perus, Pirituba, Barra Funda, Campos Elíseos, avenida Paulista, além de exemplos no Rio de Janeiro¹⁶⁹. Apresentava também exemplos de aplicação do zoneamento nos Estados Unidos e na Europa¹⁷⁰.

Prestes Maia teve também a preocupação de destacar que o zoneamento tinha um “papel não somente restritivo mas também construtivo”¹⁷¹. Assim, o instrumento teria uma dupla função: estabelecer os parâmetros da ocupação da terra, controlando a verticalização, e ordenar e organizar toda a cidade, estabelecendo restrições de usos nos bairros. Com isso, também se poderia obter resultados no sentido do controle do valor da terra, da decadência de setores da cidade, etc.

Da mesma forma, acentuava a flexibilidade do instrumento: “a limitação [das alturas dos edifícios] não costuma ser rígida porque pode permitir maior elevação mediante o recuo sucessivo dos andares. Já temos exemplos na rua S. Bento”. Prestes Maia defendia também o zoneamento para a melhoria do aspecto estético da cidade, mostrando como se “teria evitado o desastre arquitetônico que é o nosso largo da Sé, desastre, aliás, que a av. S. João está reproduzindo”¹⁷².

Ao mesmo tempo em que a Sociedade Amigos da Cidade definia os instrumentos técnicos para a implementação do urbanismo em São Paulo, o jornal *O Estado de São Paulo* divulgava diversos temas relacionados ao urbanismo por meio da publicação dos debates da SAC. O jornal tornava-se um dos veículos de difusão de muitas das questões debatidas no contexto da

¹⁶⁸ Idem, p. 06.

¹⁶⁹ Idem, pp. 02-03.

¹⁷⁰ Idem, pp. 03-05.

¹⁷¹ Idem, p. 02.

¹⁷² Idem, p. 06.

Sociedade¹⁷³. No entanto, o material da SAC publicado pelo jornal era triado e tinha objetivos definidos.

O tema que o jornal priorizou para tratar da questão da necessidade do Plano Regulador, colocada pelos urbanistas da Sociedade, foi a ameaça de verticalização dos bairros nobres da cidade. Na época, era o bairro de Higienópolis que se verticalizava. Outros bairros, como Jardim América e Pacaembu, eram tratados como zonas a serem protegidas dessa ameaça que pressionava a cidade. Era como instrumento de preservação dos bairros de elite, ajardinados, insolados e arejados que os articulistas do *Estado de São Paulo* entendiam e apresentavam o zoneamento a ser aplicado por meio do Plano Regulador.

Assim, a discussão sobre a verticalização iniciava-se no jornal com uma crônica contra os arranha-céus¹⁷⁴. A crônica tematizava a ameaça de verticalização do bairro de Higienópolis, substituindo os palacetes rodeados de jardins por “mastodontes de cimento armado, de seis, de oito, de dez andares”. Depois de compartilhar da opinião contra os arranha-céus, o autor dizia que

*enquanto os arranha-céus se levantaram no centro, e daí passavam para a avenida São João ou rua Barão de Itapetininga, nada ou quase nada se podia dizer contra eles. No fim de contas, o encarecimento dos terrenos traz dessas coisas, naturais numa cidade grande que progride sempre. Mas agora que os arranha-céus se espraiam pelos bairros elegantes, não será oportuno e necessário chamar a atenção das autoridades e do público para os prejuízos que à cidade poderão resultar de semelhante expansão prejudicial e injustificada? Não acha v. que a Prefeitura devia impedir esse aproveitamento nocivo dos terrenos nas avenidas mais belas da cidade?*¹⁷⁵

A crônica foi comentada no próprio jornal por um dos membros da Sociedade, o engenheiro Dácio de Moraes:

Gostei muito mais ainda quando ele abordou, na sua divagação, o crime de se construírem arranha-céus nos nossos Bairros Residenciais. Acho também que é um caso de polícia e lesão indiscutível a ameaça permanente que sofrem os habitantes destas zonas com o fato de permitir a Prefeitura estas construções com enormes paredes lisas,

¹⁷³ Nota-se a presença do presidente do jornal, Júlio de Mesquita Filho, eleito por um ano como membro do conselho da Sociedade Amigos da Cidade.

¹⁷⁴ Uma discussão sobre a polêmica dos arranha-céus estimulada pelo jornal *O Estado de São Paulo* é feita em Sampaio, M. R. A. *Op. Cit.*, 1999.

¹⁷⁵ “Arranha-céus”. *OESP*, coluna Coisas da Cidade, 05 de maio de 1935, p. 03.

*laterais e nas divisas de um pacato cidadão que lá foi plantar-se para gozar das vantagens de uma boa vizinhança com tão belos jardins. As nossas avenidas residenciais são ainda o pouco que nos resta de notável em S. Paulo (dando-lhe até o justo título de cidade-jardim)*¹⁷⁶.

Segundo Nádía Somekh, a verticalização da cidade era vivida como ameaça nos círculos leigos desde a década de 1920¹⁷⁷. A autora estabeleceu cinco marcos de ação do poder público para definir diferentes fases da verticalização de São Paulo¹⁷⁸. A discussão sobre o perigo dos arranha-céus, identificada aqui como uma das entradas para a defesa de um plano regulador para a cidade junto à opinião pública, por meio do jornal, corresponde, segundo a autora, ao primeiro período de verticalização da cidade, que vai de 1920 a 1939¹⁷⁹. Nessa primeira fase, São Paulo reproduzia um padrão europeu de ocupação urbana, mas assumiria, depois, cada vez mais características da urbanização norte-americana. Nesse período, no qual ainda não existia uma regulação dos coeficientes de aproveitamento dos lotes urbanos, a verticalização estava concentrada na área central e expandia-se para os bairros lindeiros – daí a ameaça discutida no jornal.

Anhaia Mello¹⁸⁰, quando prefeito, baixou um ato de controle da expansão urbana no qual estabelecia uma taxa de ocupação de lote de 2/3 para alguns distritos da cidade¹⁸¹. O ato instituiu também o uso exclusivamente residencial no Jardim América. Mas não regulamentava a verticalização¹⁸².

Finalmente, um novo artigo de autoria do próprio Anhaia Mello contra a verticalização juntava-se ao debate.

O ilustre engenheiro que pretende transformar São Paulo em cidade de arranha-céus, não considerou devidamente os problemas ligados à concentração urbana. Cidade é, de fato, concentração; mas esta não

¹⁷⁶ “Um problema de urbanismo”. Carta de Dácio Moraes em resposta ao artigo “Arranha-céus” publicado na rubrica Coisas da Cidade. *OESP*, 08 de maio de 1935, p. 02.

¹⁷⁷ Somekh, N. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo, 1920-1939*. São Paulo: FAUUSP (doutorado), 1994, pp. 148-149.

¹⁷⁸ Idem. *A (des)verticalização de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (mestrado), 1987, p. 52.

¹⁷⁹ Idem, pp. 54-75.

¹⁸⁰ Luis Inácio de Anhaia Mello (1891-1974), engenheiro e político, foi prefeito da cidade de São Paulo por um curto período em 1931. Professor da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo, foi um dos fundadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade.

¹⁸¹ Ato municipal n.º 25, de 23 de dezembro de 1930.

¹⁸² Apenas em 1957 é promulgada lei restringindo em coeficiente de aproveitamento do lote.

deve ser excessiva e se transformar em congestionamento. É por isso condenável o acúmulo de arranha-céus, mesmo nos centros comerciais.

Anhaia Mello levava ao jornal outra forma de combater o problema do crescimento urbano:

*O meio de se evitar os inconvenientes que o referido engenheiro menciona não é a construção de arranha-céus nos bairros residenciais mas sim a limitação do desenvolvimento horizontal da área urbana e enchimento dos grandes claros que apresenta na sua extensão*¹⁸³.

A celeuma sobre a verticalização passava pela defesa dos bairros de elite. Os adeptos da não-verticalização buscavam meios de criar um sistema de proteção a esses bairros:

*É de absoluta necessidade impedir a todo transe a construção dessas altas estruturas nos bairros residenciais de alta classe: Avenida, Higienópolis, Jardim América e outros. Elas poderão ser toleradas em outros bairros e ruas de residências múltiplas, apartamentos e mesmo comerciais*¹⁸⁴.

Anhaia Mello explicava então um dos instrumentos legais que o urbanismo oferecia para corrigir “os inconvenientes” do crescimento descontrolado da cidade: o zoneamento.

*É isso que se chama ‘zoneamento’, e poderei mostrar ao ilustre colega os regulamentos das grandes cidades americanas, para que verifique que nos bairros residenciais dessas cidades só se permitem construções de até 35 pés de altura, no máximo, ou 10 metros e 50*¹⁸⁵.

Finalmente, no artigo, o urbanista indicou como o zoneamento definiria a ocupação do lote, apresentando os parâmetros de aproveitamento do solo ao grande público e discutindo limites para a ocupação dos lotes, com o fim de “evitar o congestionamento”.

¹⁸³ “Arranha-céus”. Carta de Luiz Inácio de Anhaia Mello manifestando-se contrário aos arranha-céus. *OESP*, coluna Coisas da Cidade, 11 de maio de 1935, p. 05. O engenheiro que Anhaia Mello criticava, favorável à verticalização da cidade, era o seu companheiro fundador da Sociedade, Francisco Prestes Maia. Para as controvérsias e oposições entre Prestes Maia e Anhaia Mello, ver Meyer, R. *Op. cit.*, 1991.

¹⁸⁴ Idem. *Ibidem*.

¹⁸⁵ Idem. *Ibidem*. Para uma discussão sobre o processo de elaboração do instrumento de zoneamento em São Paulo, desde suas origens até sua consolidação sob a forma de lei abrangendo a cidade como um todo, ver Feldman, S. *Planejamento e zoneamento. São Paulo, 1947 a 1972*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.

Assim, o zoneamento a ser instituído através do Plano Regulador e principal instrumento defendido pelos urbanistas da SAC, era explicado como o mecanismo capaz de garantir o controle da verticalização¹⁸⁶.

No jornal, para o público leigo, a verticalização era identificada como “o problema dos arranha-céus”. O caso dos arranha-céus em Higienópolis e na Avenida Paulista “põe em foco mais uma vez a necessidade de um plano de urbanização para São Paulo”. O plano dividiria “a metrópole em zonas, onde fossem previstos espaços livres e para os quais fossem fixadas regras gerais de construção”¹⁸⁷.

Espaços livres

Veremos que, na proposta do Plano Regulador da Cidade defendida pela Sociedade Amigos da Cidade a partir de 1934, os espaços livres eram compreendidos como elementos estruturais. Mais que equipamentos urbanos articulados ao sistema viário da cidade, portanto secundários, como estavam apresentados os parques no Plano de Avenidas, os espaços livres eram entendidos como elementos fundamentais, com uma dupla atribuição: indispensáveis para o usufruto da população urbana, eram também considerados instrumentos de contenção da expansão da cidade. Os espaços livres passavam assim de elementos articulados à estrutura urbana a elementos articuladores da cidade. Como tal, deveriam estar previstos em todos os bairros residenciais.

Nessa estruturação, o parque Ibirapuera era um espaço fundamental. Se no Plano de Avenidas ele era apresentado como um elemento higienizador e embelezador da cidade, nos debates que tiveram lugar na Sociedade o parque

¹⁸⁶ Da mesma forma, Prestes Maia, na publicação sobre o zoneamento, também estabelecia a mesma ponte entre o problema dos arranha-céus, o controle da verticalização e o zoneamento, dizendo que os arranha-céus “tiram o sol e a luz às casas que lhe ficam ao pé” e que os apartamentos “estragam bairros residenciais”. O autor complementa a idéia com outros benefícios do zoneamento, como a separação dos usos, para que as fábricas não sujeem os bairros residenciais ou os açougues, armazéns, etc. não destoem do local onde se metem. Maia, F. P. *Op. cit.*, 1936, p. 02.

¹⁸⁷ “O plano regulador”. *OESP*, coluna Coisas da Cidade, 16 de maio de 1935, p. 04, texto assinado por Dácio de Moraes e Anhaia Mello, os mesmos membros da SAC que elaborariam o parecer de defesa do Ibirapuera em 1936 junto a Goffredo da Silva Telles, como exposto a seguir.

ganhava um novo conteúdo. Entre os espaços livres, o Ibirapuera colocava-se naquele momento como uma área que deveria ser protegida a todo custo, com vistas a garantir sua utilização futura como parque público. Sendo assim, o parque foi objeto de pauta logo na primeira reunião da associação, indicando não apenas sua importância dentro do modelo urbanístico perseguido pelos participantes como também a urgência de se proteger a área naquele momento.

Logo que fundada, a Sociedade foi noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que divulgou as discussões levantadas na sua primeira reunião. Esse encontro foi previsto para debater os estatutos da Sociedade. Porém, segundo o jornal, a discussão foi interrompida quando Anhaia Mello propôs à pauta o problema da transferência do Jockey Clube para o Ibirapuera:

*O dr. Anhaia Mello estudou o caso do ponto de vista do urbanismo, mostrando que seria um atentado contra o patrimônio da cidade transformar-se o espaço livre do atual Prado em espaço construído, (...) porque S. Paulo é uma cidade verdadeiramente miserável quanto a espaços livres*¹⁸⁸.

Assim, a proteção do Ibirapuera como espaço público e a garantia de sua transformação em um parque a ser entregue à população figuraram entre as primeiras preocupações da entidade, antes mesmo de finalizadas as discussões sobre o seu regimento interno.

Inicialmente, a opinião de Anhaia Mello acerca da questão da transferência do Jockey para os terrenos do Ibirapuera não era uma unanimidade entre os urbanistas. De acordo com o noticiário publicado no *Estado*, os membros da Sociedade divergiam de opinião. O próprio jornal emitia uma posição contrária nessa matéria. Na época da publicação dos debates na Sociedade sobre o assunto, o jornal divulgava artigos com conteúdos favoráveis à construção do Jockey no Ibirapuera, para a satisfação dos turfistas de São Paulo¹⁸⁹.

Em relação à Sociedade, o jornal publicava as opiniões a favor do Jockey. “Inteirados do caso [da transferência do Jockey para o Ibirapuera], vários

¹⁸⁸ “Sociedade Amigos da Cidade”. *OESP*, coluna Movimentos Associativos, 31 de outubro de 1934, p. 02.

¹⁸⁹ “A construção do Hipódromo de Ibirapuera”. *OESP*, 20 de outubro de 1934, p. 09.

fundadores da associação [Sociedade Amigos da Cidade] endereçaram ao sr. Prefeito uma moção”¹⁹⁰ em defesa da preservação do espaço livre correspondente ao hipódromo da Mooca. A opinião corrente, tanto do poder público como do jornal, associava a transferência do Jóquei à necessidade de criação de um espaço livre na Mooca para usufruto da população local.

*O bairro da Moóca, que tem hoje no Hipódromo um vasto espaço livre, ficaria dele privado. E é um bairro de população densa, sem jardins nem ‘play-grounds’ onde as crianças das modestas habitações possam oxigenar os pulmões. Mostrou que seria mais vantajoso conservar-se o atual espaço livre da Mooca, transformando-o também em parque, depois da transferência do hipódromo para o parque de Ibirapuera, com o que lucrariam os dois pontos extremos da cidade*¹⁹¹.

O jornalista prosseguia, “aludindo a nossa indigência em matéria de espaços livres” e lembrando “da vantagem que resultaria a população da Mooca e, portanto, para a cidade, do aproveitamento do espaço livre do atual Hipódromo para um vasto jardim público”. Acrescentava ainda, a título de confirmação:

nem os fundadores da SAC são contrários à transferência do Jóquei Clube para o futuro Parque do Ibirapuera – a qual já foi prevista em lei, há anos – nem tiveram qualquer outro motivo, além do urbanismo, agindo como agiram.

E finalizava: “Os amigos da cidade querem ser um órgão colaborador, e não de oposição, dos poderes públicos”¹⁹².

O caso fez da questão dos espaços livres um tema de discussão no jornal: “Os espaços livres são poucos, muito poucos, em relação à grande população da metrópole: seria necessário fazer-se a respeito, muito mais do que tem sido feito até agora, em benefício da população”¹⁹³. Mas o tema do espaço livre não aparecia sem propósito. O jornal divulgava e defendia a idéia do governo de utilizar o prado da Mooca como espaço livre de recreação para o

¹⁹⁰ “Urbanismo”. *OESP*, coluna Coisas da Cidade, 09 de novembro de 1934, p. 03.

¹⁹¹ *Idem. Ibidem.*

¹⁹² *Idem. Ibidem.*

¹⁹³ “Espaços Livres”. *OESP*, coluna Coisas da Cidade, 06 de abril de 1935, p. 08.

bairro, projeto que justificava a proposta de transferência do Jóquei para o Ibirapuera, de forma a atender a contento os interesses do clube:

*Mesmo os parques, ou jardins públicos, são insuficientes em S. Paulo, constando-se vários bairros, de grande população, que não dispõem de um só. Tal, por exemplo, a Mooca, onde não há jardim público algum e onde são pouco numerosas as ruas que dispõem de arborização*¹⁹⁴.

Como veremos, foi a partir da formação da Sociedade Amigos da Cidade, dos debates por ela fomentados e publicados e das opiniões e pareceres emitidos por alguns de seus membros que a opinião do jornal sobre o assunto mudou. A Sociedade passou a desenvolver uma verdadeira campanha contra a construção do que quer que fosse no Ibirapuera. E o jornal acompanhou essa tendência.

Se houve mesmo uma divisão entre os participantes da SAC noticiada pelo jornal em relação à ocupação do parque Ibirapuera com a proposta do Jóquei¹⁹⁵, essa cisão foi praticamente eliminada logo em seguida, quando se cogitou a implantação do aeroporto na área. Contra essa proposta, os urbanistas da Sociedade se uniram em protesto a favor da proteção do terreno para os fins a que estava destinado.

Na reunião da Sociedade de dezembro de 1935, foram convidados os diretores da recém-criada VASP, Paulo Vicente de Azevedo e Marcos Melega, “que apresentaram à discussão a possibilidade de utilização dos terrenos de Ibirapuera para um aeroporto”¹⁹⁶. Segundo os diretores,

a VASP aponta os terrenos do Ibirapuera como os mais capazes no momento, de constituir um campo seguro, próximo e livre de neblina, condição eminentemente necessária nos domínios dos transportes coletivos.

Em resposta aos diretores da empresa de aviação, pediu a palavra Goffredo da Silva Telles, ex- vereador e ex-prefeito da capital, que

¹⁹⁴ Idem. *Ibidem*.

¹⁹⁵ As atas das reuniões não apontam tal divergência.

¹⁹⁶ Sociedade Amigos da Cidade. “Ata da reunião de 12 de dezembro de 1935”. *Livro de atas de 06 de fevereiro de 1935 a 19 de maio de 1937*, fls. 08-11.

externou, então, seu ponto de vista, discordando do local apontado, por duas séries de razões referente às qualidades do campo em si, acidentado, pequeno, dentro de uma zona residencial (...). Outras razões referem-se ao destino já dado ao terreno, onde a Prefeitura está construindo um grande parque¹⁹⁷.

Quando era prefeito de São Paulo, Telles foi responsável pela aprovação do primeiro projeto do parque. Naquele projeto, entretanto, reservava-se uma vasta área para a implantação do hipódromo do Jockey Clube. Depois disso, o ex-prefeito mudou radicalmente sua posição. Talvez em razão de ser o autor da aprovação do projeto do parque, em 1932, o ex-prefeito tornou-se um de seus defensores mais atuantes, assinando diversas cartas, artigos e pareceres. Mas, contrariamente à sua postura inicial de instalar um equipamento como o hipódromo na área, passou a defender a ausência absoluta de construções no terreno. A mudança de atitude de Telles seria permanente, a partir de então.

O ex-prefeito utilizou argumentos que seriam retomados futuramente para a defesa do parque em outras circunstâncias. Tratava-se de discutir os espaços livres em termos quantitativos, impingindo na argumentação um conteúdo cada vez mais técnico. Assim, lembrava “a nossa pobreza extrema em espaços livres que não excedem a 0,70 m² por habitante”¹⁹⁸. Em seguida, propôs uma alternativa para o problema da localização do aeroporto:

considerou quase um crime privar a cidade de seu futuro ‘Bois de Boulogne’, quando há outras áreas próprias para a aviação, em especial o Campo de Marte que, mesmo antes das obras de retificação do Tietê, pode perfeitamente ser posto em condições de servir¹⁹⁹.

Seguiu-se uma discussão sobre a capacidade do terreno em receber uma pista de pouso de 1.400 m, contra a qual argumentavam os defensores do parque que não caberia uma pista maior que 600 m no Ibirapuera. Falava-se também sobre

os grandes inconvenientes do Campo de Marte, onde tem ocorrido interrupções de serviço por mais de um mês, devido às inundações. Além disso, o terreno é turfoso, inconsistente, considerado inadequado pela Panair e pela própria VASP²⁰⁰.

¹⁹⁷ Idem. *Ibidem*.

¹⁹⁸ Idem. *Ibidem*.

¹⁹⁹ Idem. *Ibidem*.

²⁰⁰ Idem. *Ibidem*.

Surgiram também propostas de substituição do Ibirapuera “por 2 ou 3 parques médios, espalhados em redor da urbs, sempre com mais de 500.000 m² cada um”. Nesse sentido, “os diretores da VASP mostraram como o parque de Ibirapuera poderia ser substituído por outro, no Brooklin Paulista”²⁰¹.

Finalmente, “o Dr. Luis Anhaia Mello manifestou-se pelo Campo de Marte, mostrando-se intransigente contra qualquer redução dos espaços livres da cidade”. A discussão incidiu sobre qual dos dois terrenos teria melhores condições para funcionar como aeroporto.

*Em vista, porém, da complexidade do assunto, achava melhor iniciar a coleta de dados, entre os quais já pode mencionar um volumoso e precioso estudo há pouco realizado numa repartição que lhe foi gentilmente posto a disposição. Naturalmente terá para o mesmo fim, de dirigir-se à Prefeitura, cujas conclusões e razões serão certamente acatáveis*²⁰².

Revela-se, então, um aspecto da discussão entre os membros da Sociedade que parecia fundamental para dar encaminhamento aos trabalhos. Pretendendo emitir uma opinião oficial da associação sobre essa questão, a SAC questionava-se se deveria ser uma entidade técnica ou cívica.

Um fator determinante para essa questão era a posição que a Sociedade deveria assumir em relação aos órgãos político-administrativos. Se a Comissão do Plano, para Prestes Maia, buscaria característica “mais técnica do que cívica”, em relação à SAC o urbanista defendia um papel cívico. No caso da defesa do parque no Ibirapuera, Prestes Maia argumentava que a opinião da entidade deveria ser baseada em estudos de dados reais e de informações consistentes, prestando um serviço de avaliação dos planos municipais a toda a cidade. Para ele,

a SAC é uma Sociedade cívica e não propriamente técnica, não pretendendo colocar-se acima dos técnicos e das repartições competentes. Precisara, por isso, antes de mais nada, documentar-se e coligir os pareceres oficiais e técnicos. Sobretudo coligir informações numéricas e incontestes, pois vê que há enorme divergência de opiniões e mesmo de cifras. Precisar, igualmente, encarar as coisas muito de cima, para evitar o sacrifício de grandes interesses da comunidade a

²⁰¹ Idem. *Ibidem*.

²⁰² Idem. *Ibidem*.

*meras dificuldades momentâneas de uma empresa de transportes, ou a simples atrapalhões oficiais (municipais ou governamentais) que a cada momento surgem por motivo de imprevidência e falta de planos administrativos ou técnicos, ou, também, sobretudo, a puros interesses comerciais, capazes de querer inverter todo o sentido do desenvolvimento da cidade*²⁰³.

Essa postura também foi noticiada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que valorizava movimentos de associação oriundos da sociedade civil²⁰⁴:

*A Sociedade colocou-se no ponto de vista simplesmente do cidadão (e não do ponto de vista técnico, que cabe aos órgãos competentes) que, vendo realizada e em andamento depois de mil esforços e despesas, uma velha aspiração coletiva, vê surgir a idéia de desviar essa área do destino já fixado*²⁰⁵.

O articulista acrescentava ainda, nessa missão cívica, o papel da Sociedade como entidade avaliadora das decisões públicas:

*Não se sentiu porém, a Sociedade, à vista dos superficiais estudos e comparativos existentes, suficientemente informada para admitir o Ibirapuera como a única solução possível*²⁰⁶.

Na verdade, a postura da Sociedade era motivo de discórdia entre Prestes Maia e Anhaia Mello, que acreditava que a associação deveria assumir uma postura técnica diante dos problemas da cidade. A discussão refletia a divergência de opiniões entre os membros sobre a relação que a associação deveria assumir com o poder público, mais ou menos articulado, mais ou menos interventor.

Quer fosse técnica ou cívica a posição adotada, o próprio debate interno levou à criação de uma comissão na Sociedade, “nomeada a fim de estudar o projeto de instalação do aeroporto no parque Ibirapuera e composta dos srs. Luiz de Anhaia Mello, Goffredo da Silva Telles e Dácio A. de Moraes”²⁰⁷. A

²⁰³ Idem. *Ibidem*.

²⁰⁴ Nesse período, havia uma coluna intitulada “Movimentos Associativos” logo nas primeiras páginas do jornal, onde era publicada a formação de entidades e organizações civis. A própria fundação da Sociedade foi noticiada nessa coluna.

²⁰⁵ “Amigos da Cidade”. *OESP*, 04 de fevereiro de 1936, p. 09. O autor defendia o destino já estabelecido da área, de tornar-se um parque, ainda que reconhecesse a necessidade de um “campo bom e urgente” de aviação na cidade.

²⁰⁶ Idem. *Ibidem*.

²⁰⁷ Sociedade Amigos da Cidade. “Ata da reunião de 23 de janeiro de 1936”. *Livro de atas de 06 de fevereiro de 1935 a 19 de maio de 1937*, fls. 12-16.

comissão emitiu um parecer sobre o assunto que passou a ser defendido como opinião consensual e oficial da Sociedade sobre a questão.

*Após consciencioso estudo, a comissão manifestou-se contrária ao projeto, (...) por entenderem não ser lícito abrir-se mão do único parque público existente em São Paulo, muito embora considerem ser de suma importância e de grande urgência a instalação de um aeroporto digno do nosso progresso e capaz de satisfazer aos requisitos futuros da aviação, cada vez mais em progresso*²⁰⁸.

Esclarecendo que o parecer de “oposição ao infeliz projeto acima referido” foi unânime entre os membros da comissão, os membros da comissão responderam que “os terrenos do Ibirapuera já têm seu destino marcado por lei” e que “qualquer obra que importe na supressão ou na mutilação desse logradouro constitui um crime contra a população de São Paulo”²⁰⁹.

Os argumentos expostos firmavam-se, sobretudo, em dois parâmetros: o conhecimento do problema dos espaços livres urbanos em termos quantitativos e a referência internacional sobre esse tema, com base nos casos de grandes cidades da Europa e dos Estados Unidos. Partindo da idéia de que “São Paulo é, até agora, uma cidade privada de logradouros públicos”, a comissão sustentava que a cidade “precisa de seu *Hyde Park*, de seu *Bois de Boulogne*, de seu *Tiergarten*”²¹⁰. O Ibirapuera viria a ser um parque nos moldes dos grandes parques urbanos internacionais.

O argumento quantitativo era utilizado para eliminar dúvidas: “Excluídos os terrenos de Ibirapuera, o total das áreas ocupadas, em nossa Capital, com jardins e parques públicos não chega sequer a 700.000 metros quadrados”, representando “bem pouco mais de meio metro por habitante”. A importância de espaços livres nas cidades era incontestável: “Sabem os urbanistas, sabe todo o mundo, o que representa, para as grandes cidades, como fator de salubridade, conforto e bem estar, os grandes jardins coletivos”. Os especialistas salientavam ainda os “esforços desmedidos [dos governos municipais] por dotar suas cidades de grandes áreas ajardinadas”²¹¹.

²⁰⁸ Idem. *Ibidem*.

²⁰⁹ Idem. *Ibidem*.

²¹⁰ Idem. *Ibidem*.

²¹¹ Idem. *Ibidem*.

Naquele momento, entre os técnicos do urbanismo, discutiam-se as cidades a partir de sua forma de ocupação: cidade rala ou compacta, esparsa ou densa. São Paulo era caracterizada como uma cidade rala e esparsa. No entanto, esse modelo de ocupação estava mudando:

*São Paulo, entretanto, com suas ruas estreitas e o adensamento progressivo de sua população, justificaria sobremodo a existência de amplos espaços abertos, jardins, parques e bosques, disseminados por todos os bairros da cidade (...). A curva de crescimento de nossa metrópole, acusando aumento superior a cinqüenta por cento em cada decênio, autoriza-nos a prever uma população de três milhões de habitantes dentro de vinte e cinco anos*²¹².

Se nenhuma atitude fosse tomada no sentido da promoção de mais espaços livres, no futuro, a cidade corria o risco de apresentar uma “média inferior a um quarto de metro quadrado por habitante”²¹³.

Em seguida, os autores a argumentavam que “as cidades de tipo esparsa (...) necessitam menos de jardins públicos do que as de construção compacta e grande densidade de população”²¹⁴. Sustentavam que

*a observação moderna tem levado os técnicos da matéria à convicção de que essas mesmas cidades ralas e de edificação disseminada, não devem, não podem admitir, em áreas livres de jardins e parques públicos, índice inferior a 7 ou 8 metros quadrados por habitante*²¹⁵.

Dessa forma, entendiam que “precisamos ter cerca de quatorze vezes mais do que temos atualmente para atingir o mínimo tolerável”²¹⁶.

No intuito de expor parâmetros internacionais para a discussão, a comissão salientava: “Não pretendemos ser Londres nem Paris”; nem tentar aplicar em São Paulo as “soluções que foram encontradas para os daquelas grandes metrópoles, exemplos típicos de cidades compactas”²¹⁷.

Nesses termos, os autores comparavam o caso de São Paulo ao das cidades americanas, que também eram “de tipo ralo”: “As cidades esparsas,

²¹² Idem. *Ibidem*.

²¹³ Idem. *Ibidem*.

²¹⁴ Idem. *Ibidem*.

²¹⁵ Idem. *Ibidem*.

²¹⁶ Idem. *Ibidem*.

²¹⁷ Idem. *Ibidem*.

mais raras na Europa, são numerosíssimas em todos os países da América”²¹⁸. Na comparação, São Paulo entrava perdendo, inclusive para as cidades menos dotadas de espaços livres:

*não temos notícia de quaisquer grandes cidades adiantadas que sejam presentemente tão mal dotadas de jardins públicos como nossa capital (...). Na média, de 7 a 8 metros quadrados por habitante acham-se as cidades de Chicago, Sheffield, Colônia, etc., consideradas, por quantos as conhecem, como parcamente servidas de logradouros públicos. Citemos igualmente como exemplo interessante, as de Filadélfia, S. Louis e Estocolmo, de tipo igualmente ralo, onde a porcentagem de 14 metros por habitante é tida ainda como insuficiente*²¹⁹.

E constatavam, para o caso em vista: “Nossa grande Paulicéia, que caminha para um milhão e meio de habitantes, não chega a ter setenta hectares”.

Por oposição, no caso de cidades densas, o exemplo citado era Paris, mostrando um grande conhecimento por parte daquela comissão do problema dos espaços públicos discutidos por Hénard e pelos membros do Museu Social cerca de duas décadas antes.

*Paris oferece-nos o exemplo clássico da cidade densa, estando longe de ser a mais bem dotada de jardins e parques. Sirva-nos, por isso, de argumento. A área total de seus logradouros públicos passa de 2.000 hectares*²²⁰.

Os autores citavam o *Bois de Vincennes* e o de *Boulogne*, além dos bosques e jardins como o *Jardin des Plantes* e o *Buttes-Chaumont*, sempre apresentando suas dimensões. “A despeito, porém, de tão amplos respiradouros, têm sido consideradas escassas essas superfícies de terrenos livres, reservados para o gozo do público e destinados ao desafogo e arejamento da cidade”²²¹. Ou seja, mesmo em uma cidade que possuía vários e amplos espaços livres,

²¹⁸ Idem. *Ibidem*.

²¹⁹ Idem. *Ibidem*.

²²⁰ Nota-se, na argumentação de Telles, a comparação constante entre os espaços livres das mais importantes cidades européias e americanas em termos quantitativos, mesmo argumento construído por Hénard na defesa de seu projeto de parques públicos ao redor de Paris em 1903, comparando a situação dos espaços livres de Paris, Londres e Berlim. Ver Hénard, E. *Op. cit.*, 1905, fascículo III.

²²¹ Sociedade Amigos da Cidade. “Ata da reunião de 23 de janeiro de 1936”. *Livro de atas de 06 de fevereiro de 1935 a 19 de maio de 1937*, fls. 12-16.

estes ainda não eram suficientes para os padrões mínimos desejáveis nessa matéria.

Finalmente, argumentava-se que “São Paulo não será sempre uma cidade de tipo ralo”, pois

a densidade de construção aumenta à vista de olhos. Reduzem-se os espaços livres entre os prédios, desaparecem os jardins e quintais particulares, aglomeram-se as construções, alteando-se os edifícios com duas, várias, muitas habitações, sobrepostas na mesma área de terreno. Os inconvenientes atuais só tendem portanto a agravar-se. Queiramos ou não, dentro de um prazo curto, a cidade será compacta. Precisando, então, mais do que nunca, de espaço para o arejamento dos prédios, de áreas abertas para a ventilação das ruas, refúgios frescos e arborizados para o descanso, para o recreio, para o conforto da população, a capital de São Paulo, caso não defenda desde já, obstinadamente, suas últimas reservas de terreno público ajardináveis, virá certamente a ser, no tocante a este assunto, a mais desfavorecida das grandes cidades modernas²²².

O adensamento da capital passava a ser um motivo fundamental para a construção de mais espaços livres. Assim, os argumentos do parecer chegam a termo, com a seguinte conclusão: “Conservar e aumentar as áreas livres, eis a única norma a seguir. É o prestígio e a beleza de São Paulo que se acham visados. É a saúde e o bem estar do povo que está em jogo”²²³.

Tal conclusão dava prosseguimento a posturas defendidas pela entidade anteriormente:

A Sociedade Amigos da Cidade já se ergueu, tempos atrás, com memorável unanimidade de seus membros, contra a alienação de um próprio municipal destinado igualmente a um parque para o povo. Mantenha-se ela coerente com sua opinião anterior, defendendo a inteira força de sua autoridade moral, esta parte valiosíssima do patrimônio público do Parque de Ibirapuera²²⁴.

Os autores finalizavam lembrando ainda o trabalho já aplicado na área, argumento recorrente na defesa da transformação do Ibirapuera em parque:

As obras do parque, reiniciadas com vigor na última administração, prosseguem auspiciosamente. Não tardará muito que se ultimem, com a

²²² Idem. *Ibidem*.

²²³ Idem. *Ibidem*.

²²⁴ Idem. *Ibidem*.

*entrega definitiva do incomparável logradouro ao uso e gozo da população*²²⁵.

A partir desse parecer, consolidou-se uma opinião “oficial” da SAC em relação ao Parque Ibirapuera, sedimentada em dados, informações e conhecimento sobre a questão. O argumento quantitativo, a relação de espaços livres por habitante, a análise da cidade por densidade e tipo de ocupação e a comparação internacional compunham uma nova racionalidade técnica para operacionalizar a questão. Os dados numéricos davam cientificidade ao discurso de defesa do parque.

Com essa postura, defendia-se que nenhuma construção fosse erguida na área destinada para o parque público. Tal posição seria reiterada em diversas circunstâncias posteriores, como veremos mais à frente. Essa postura também influenciaria em larga medida outros agentes da opinião pública, como o próprio jornal *O Estado de São Paulo*, como se verá no Capítulo 6 deste trabalho.

Parques de fronteira

Finalmente, os espaços livres aparecem em uma nova discussão da Sociedade Amigos da Cidade, sobre os parques de periferia e os bairros jardins nos arrabaldes. Essas novas modalidades de ocupação revelam a existência de uma idéia de fronteira, indicando que os parques e os bairros ajardinados eram propostos como meios de contenção da forma e do crescimento da cidade.

Esse modelo é sugerido em uma discussão sobre Santo Amaro.

Quanto às sugestões (...) tendentes a estabelecer leis favorecendo o desenvolvimento do bairro de Santo Amaro, encontraram objeções por parte dos presentes, estando, porém, todos de acordo em que se deva favorecer o turismo e o embelezamento dos arrabaldes de S. Paulo, mas de uma maneira geral, estudando-se o assunto em conjunto. No parecer da Comissão do Cadastro Urbano (Comissão do Plano da Cidade), o sr. Prestes Maia (...) entende ser indispensável, para a abertura de bairros-jardins, o consenso de um paisagista, que não é propriamente um engenheiro. O sr. Anhaia Mello declara-se de pleno acordo com o exposto, (...) entende que devemos cuidar dos grandes parques de periferia e não dos pequenos parques, “play-grounds”, etc. Já existentes, pois, à medida que a cidade se estende, essas áreas crescem

²²⁵ Idem. *Ibidem*.

de tal forma em valor, que a sua aquisição se tornaria impossível mais tarde. “Não se pode cuidar tão somente de Santo Amaro”, conclui S. S. “um programa geral – eis o que precisamos organizar. Aliás, Santo Amaro não é um lago comparável ao de Berlim ou de grandes cidades, pois é uma represa particular, sujeita a ser esvaziada nas épocas de grande estiagem, que é justamente quando mais seria procurada pela população²²⁶.

Seguia o Sr. Ubaldo Franco Caiuby,

salientando que deve a Sociedade dar todo o seu apoio ao problema da criação de parques e zonas de recreio mas de um modo geral. Assim como alguns apreciam Santo Amaro, outros darão preferência aos bairros da Cantareira e de Tremembé (...). Pela adoção de um plano geral de embelezamento dos bairros da Capital, sem isenção de taxas nem concessão de favores²²⁷.

Por meio dessas discussões, da divulgação de debates na imprensa e das intermediações com o poder público, a Sociedade Amigos da Cidade instituía um novo patamar de ação no campo do urbanismo, no qual os espaços livres, e particularmente o Parque Ibirapuera, cumpriam uma função essencial. O debate a respeito do caráter técnico ou cívico da atuação da Sociedade indicava uma primeira questão: como deveria ser sua forma de atuação junto ao poder público e à realidade da cidade. Essa questão indica que, técnica ou cívica, tal atuação era tida como pertinente e vigorosa.

Nesse contexto, o Parque Ibirapuera passava a ser defendido no âmbito de um plano regulador, adquirindo uma função no controle do crescimento da cidade, diferentemente do parque proposto no Plano de Avenidas, onde se apresentava essencialmente como equipamento de embelezamento e higiene da cidade. Essa discussão será retomada no Capítulo 6, mas antes é necessário verificar qual era a proposta de parque que iria ser efetivada a despeito de toda a discussão urbanística sobre os espaços livres em São Paulo registrada até então.

²²⁶ Sociedade Amigos da Cidade. “Ata da reunião de 07 de julho de 1937”. *Livro de atas de 1937 a 1941*, p. 04-07.

²²⁷ Idem. *Ibidem*.

Capítulo 4.

Um parque para as Indústrias e as Artes

Tanto a realização do Parque Ibirapuera como o seu projeto arquitetônico e paisagístico foram decisões que partiram sobretudo da influência de uma mesma pessoa: Francisco Matarazzo Sobrinho. Indicado pelo governador do Estado, o herdeiro do império Matarazzo foi escolhido para orquestrar as comemorações do aniversário da cidade. Desse posto, o industrial e mecenas decidia onde e como seriam os festejos. Suas decisões foram acompanhadas de muito engenho: no seu aniversário, a cidade ganharia nada menos que um parque público de dimensões metropolitanas, projeto ensaiado por governos sucessivos há mais de 25 anos. Mas não era apenas a generosidade para com a cidade que estimulava suas decisões. Diversos interesses estavam envolvidos, inclusive com fortes oposições. O presente capítulo está dedicado a esse tema.

1. Ciccillo Matarazzo, um industrial culturalmente engajado

Desde 1948, a comemoração do IV Centenário de fundação da cidade de São Paulo era uma preocupação do poder público municipal. Em 1950, foi designada por Lineu Prestes, prefeito da capital, uma primeira comissão para dirigir as comemorações, presidida por Armando Arruda Pereira²²⁸. Mas em 1951, Pereira assumiria o próprio cargo de prefeito da cidade, abrindo mão da presidência da comissão.

²²⁸ A comissão contava ainda com Gumercindo Pádua Fleury, Oscar Reinaldo Muller Caravellas, José Pedro Leite Cordeiro, Christiano Stockler das Neves, Otávio de Andrade e Armando Leal Pamplona.

Em ofício de 26 de junho de 1951, o governador do Estado de São Paulo, Lucas Nogueira Garcez, apoiado pelo novo prefeito, Armando de Arruda Pereira²²⁹, designou Francisco Matarazzo Sobrinho, o Ciccillo (1898-1977), “para exercer as funções de coordenador geral das atividades relativas à exposição nacional e internacional, industrial e agrícola e artística” do IV Centenário²³⁰.

Sobrinho do Conde Francisco Matarazzo, imigrante que fez fortuna no Estado de São Paulo diversificando os ramos de atividade de suas empresas – de produtos de utilização doméstica, como o sabão e a farinha, até linhas de produção sofisticadas, como a metalurgia e a tecelagem –, Ciccillo Matarazzo era, na época, um dos mais bem-sucedidos industriais de São Paulo²³¹. Na ocasião do convite para presidir a Comissão do IV Centenário, porém, Ciccillo suspendeu temporariamente todas as suas atividades para dedicar-se exclusivamente ao novo cargo²³².

²²⁹ Ver carta de Lucas Garcez a Armando Arruda Pereira, de 08 de maio de 1951, fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 43, processo n.º. 98. Lucas Nogueira Garcez (1913-1982) era engenheiro formado pela Escola Politécnica e foi eleito governador para o mandato de 1951 a 1954. Como engenheiro, sobressaiu-se no ramo da construção de hidrelétricas, do saneamento e da saúde pública. Sua gestão foi marcada pela autonomia com que se desvincilhou da proteção política de Adhemar de Barros. Armando de Arruda Pereira (1889-1955), também engenheiro, foi prefeito da capital entre 1951 e 1953. Foi também diretor do Instituto de Engenharia de São Paulo, presidente emérito da CIESP e presidente do SESI. Foi o próprio Garcez quem nomeou Arruda Pereira como prefeito, no dia de sua posse como governador.

²³⁰ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 85, processo n.º. 173.

²³¹ Imigrante italiano, o Conde Matarazzo chegara ao Brasil em 1881, com 27 anos, instalando-se em Sorocaba, onde começou como pequeno comerciante. Em 1900, inaugurava seu primeiro moinho de trigo e logo no ano seguinte já tinha empresas em quatro ramos industriais diferentes. O complexo Matarazzo foi um dos grupos de empresas característicos da primeira fase industrial de São Paulo, produzindo uma gama extremamente variada de bens, sobretudo de consumo não-durável, voltados para o mercado interno. O grupo continha dentro de si todas as etapas da divisão social do trabalho, desde o beneficiamento das matérias-primas até a distribuição das mercadorias finais, passando inclusive pela produção dos próprios bens de capital. Nesse sentido, o complexo Matarazzo era uma imensa empresa que não apenas cresceu junto com a metrópole, como foi agente de seu crescimento. O Conde Matarazzo foi também um dos fundadores da FIESP, juntamente com Roberto Simonsen. Para sua biografia, ver Cunha Lima, J. E. Humberg, M. E. *Matarazzo 100 anos*. São Paulo: CL-A Comunicações Ltda., 1982, livro feito em comemoração aos 100 anos das Indústrias Reunidas F. Matarazzo, editado pela própria empresa. Jorge da Cunha Lima escreveu o prefácio do livro, comentando que Francisco Matarazzo Jr. inaugurou a modernidade industrial brasileira. Outra biografia do Conde, mais recente e menos comprometida, foi feita por Couto, R. C. *Matarazzo*. 2 volumes. São Paulo: Planeta, 2004.

²³² Almeida, F. A. *O franciscano Ciccillo*. São Paulo: Pioneira, 1976. A data da publicação, um ano antes da morte de Ciccillo, sugere que tenha se tratado de uma homenagem para o mecenas, ainda em vida. A editora Pioneira dizia-se satisfeita e orgulhosa de publicar a “vida e a obra de um homem excepcional”, “o maior mecenas que o Brasil já teve”. Fernando Azevedo de Almeida, jornalista do *Diário de São Paulo na TV e Repórter Esso*, mostra admiração e respeito por seu biografado. Essa admiração emana não apenas do próprio texto, como ela é enaltecida no prefácio, de Paulo Nathanael Pereira de Souza.

Para o aniversário da cidade, estava prevista uma série de comemorações, festas, atividades, apresentações, congressos e feiras internacionais de indústria, agricultura e artes. Um convênio celebrado entre a municipalidade e o governo estadual, firmado em 25 de janeiro de 1952, dividiu o orçamento estimado para os festejos, de Cr\$ 600.000.000,00, entre as duas instâncias do poder público²³³. Esse convênio viabilizaria, finalmente, em 1954, a realização do parque.

Ciccillo nomeou e comunicou a composição da Comissão por meio de ofícios, em 27 e 28 de fevereiro de 1952, dirigidos aos governadores e ministros de Estado, acrescentando que “os festejos e comemorações do IV Centenário da cidade de São Paulo visam de maneira primacial a afirmar o sentido de superior brasilidade que preside ao esforço de todas as comunidades da Nação”²³⁴.

Nessa época, Ciccillo já havia dado início ao seu projeto pessoal de promover o apoio e a divulgação das artes e da cultura modernista no cenário brasileiro. O projeto era encampado juntamente com sua esposa, Yolanda Penteado, sobrinha de Olívia Guedes Penteado, protetora das artes modernas em São Paulo. Anos antes, em 1948, Ciccillo desempenhara um papel fundamental na criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Em 1951, veio a desembolsar uma pequena fortuna pessoal para os preparativos da primeira Bienal de Artes de São Paulo, tornando-se assim o mais importante patrono das artes no Brasil²³⁵. O nome de Ciccillo à frente da Comissão do IV Centenário conferia um grande prestígio ao evento. Além disso, transformava a celebração em uma oportunidade de divulgar o modernismo brasileiro para uma população cada vez maior.

²³³ Ciccillo sugeriu ao secretário da Presidência da República, Lourival Fontes, que a União contribuísse com uma parcela não menor que a contribuição do estado e do município, mas o pedido lhe foi negado. Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 35, processo n.º 410, 1952, fls. 02-09.

²³⁴ Idem, caixa 35, processo n.º 340, 1952. A Comissão, autarquia definida pela lei municipal n.º 4.166 de 29 de dezembro de 1951, ficou assim composta: Francisco Matarazzo Sobrinho (presidente), Carlos Alberto de Carvalho Pinto, João Pacheco Fernandes, Joaquim Canuto Mendes de Almeida, José de Mello Moraes, Mário Bens e Oscar Pedrosa Horta. O conselho consultivo era composto por José Ermírio de Moraes (presidente), Fernando Edward Lee (secretário), Fábio da Silva Prado, Nicolau Filizola e Odilon de Souza.

²³⁵ A Bienal era organizada pessoalmente por Yolanda Penteado, em viagens pela Europa para realizar os acordos de participação dos países e dos artistas, assim como os trâmites para viabilizar a presença de obras significativas da vanguarda internacional. Para tanto, Yolanda contava com o apoio dos mais prestigiados representantes do Brasil, inclusive do próprio presidente Vargas. Ver Penteado, Y. *Tudo em cor de rosa*. São Paulo: edição da autora, 1977.

Ciccillo foi o grande responsável pela escolha do local onde seriam realizados os festejos. Foi ele quem pressionou para que os eventos comemorativos se concentrassem no Ibirapuera, dando assim o argumento que faltava para que, em cerca de um ano e meio, o primeiro parque metropolitano da cidade fosse implantado e aberto ao público²³⁶. Outros lugares eram cogitados, como o Anhembi, na zona norte, e o futuro *campus* da Universidade de São Paulo, a oeste. Uma espécie de disputa estava sendo travada entre aqueles que defendiam que as comemorações deveriam acontecer no novo *campus* universitário e os que queriam um novo espaço construído especialmente para o evento²³⁷.

Mas o patrono das artes no Brasil também se esforçou para que a construção desse novo espaço público se adequasse a um programa formal de cultura e lazer para as massas urbanas. Nesse sentido, em vez de se investir em pavilhões temporários para as feiras e exposições do parque, ele propôs que os pavilhões fossem construídos e mantidos em caráter permanente. Por trás da proposta, havia seu interesse pessoal em obter um novo edifício para sediar a Bienal de Artes de São Paulo, projeto que decolava naquele momento. Conseguindo sediar sua Bienal em um edifício público, Ciccillo poderia institucionalizar definitivamente seu projeto, disseminando assim a arte moderna para o público de São Paulo.

Em ofício de 21 de janeiro de 1952, Ciccillo demandava ao prefeito a remoção da favela existente no terreno do Ibirapuera, situada entre as ruas Padre Manoel da Nóbrega e Abílio Soares²³⁸. A solução do problema veio através de carta informando ao presidente da Comissão os “serviços procedidos no Parque Ibirapuera, no sentido de reaver, inteiramente livre, o terreno situado entre as ruas Abílio Soares e Manoel da Nóbrega, que estava ocupado por favelas”: 186 barracos e 204 famílias, sendo 180 deslocadas para terrenos

²³⁶ A Comissão foi instaurada em 20 de dezembro de 1951. Como vimos no Capítulo 1, parque já estava previsto por lei desde 1928, e já tinha projeto aprovado desde 1932, mas apenas em 21 de agosto de 1954 o Ibirapuera foi efetivamente entregue à população como parque.

²³⁷ Para as disputas envolvendo a decisão de onde seria celebrado o aniversário da cidade, ver Oliveira, F. L. *Op. cit.*, 2003. Oliveira mostra como o cargo de presidente da Comissão foi disputado entre o Ciccillo e Christiano Stockler das Neves, que defendia outra idéia de modernidade, apoiada nos valores tradicionais das *Beaux-Arts* e manifesta como arquitetura através do ecletismo.

²³⁸ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 42, processo n.º. 224.

próprios e 06 para a favela do Canindé. A remoção dos barracões foi feita pelo Departamento de Obras e pela Divisão de Parques e Jardins²³⁹.

Em 22 de março de 1952, à Divisão de Patrimônio e Almojarifado da Prefeitura, Ciccillo requisitou as plantas de todos os terrenos públicos com mais de 3.000 m² existentes na cidade, “acompanhadas de esclarecimento com respeito a sua ocupação por entidades públicas ou particulares, ou destinação reservada”²⁴⁰. Finalmente, em carta de 24 de março de 1952, o presidente da Comissão solicitava ao prefeito a área do Ibirapuera, “apesar de todas as controvérsias”, bem como a suspensão de projetos da municipalidade para áreas nas imediações do futuro parque²⁴¹.

2. O Parque Ibirapuera

A edição de 24 de janeiro de 1954 do *Correio Paulistano* dizia que o Parque Ibirapuera seria “a mais alta expressão do desenvolvimento industrial de nossos tempos”²⁴². O Ibirapuera era o parque das indústrias e das artes. Ciccillo tinha o poder centralizador de tomar as rédeas não apenas do encaminhamento das comemorações do IV Centenário, mas também da urbanização do maior parque público da metrópole.

Situa-se entre essas comemorações a urbanização da extensa área que compreende o chamado Parque Ibirapuera, onde se operou a mágica de fazer surgir de repente um dos mais atraentes logradouros da cidade, qualificado como “símbolo do progresso da arquitetura nacional”²⁴³.

Em carta de 20 de setembro de 1951, Ciccillo convidou o arquiteto Rino Levi, então presidente da seção paulista do Instituto dos Arquitetos do Brasil, para liderar uma Equipe de Planejamento para elaborar o “plano completo indispensável para as obras das comemorações de 1954”²⁴⁴.

²³⁹ Carta de 15 de outubro de 1952. Idem, caixa 62, processo n.º 1267.

²⁴⁰ Idem, caixa 35, processo n.º 417.

²⁴¹ Idem, caixa 35, processo n.º 408, fl. 03.

²⁴² *Correio Paulistano*, 24 de janeiro de 1954.

²⁴³ *Correio Paulistano*, 26 de junho de 1954.

²⁴⁴ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 61, processo n.º 411.

O relacionamento entre Ciccillo e os arquitetos modernistas era intenso naquele momento. O crítico de artes Paulo Mendes de Almeida indica que, dentre aqueles que assinaram a ata de criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo, em 1948, predominavam largamente os arquitetos, como Eduardo Kneese de Mello, Roberto Cerqueira César, João Batista Villanova Artigas e Rino Levi²⁴⁵.

Rino Levi indicou alguns colegas para dividirem a tarefa: “fui autorizado pelo sr. Governador a nomear os componentes dessa equipe de arquitetos”²⁴⁶. A equipe ficou assim composta pelos arquitetos Oswaldo Bratke, que havia sido presidente do IAB na gestão anterior, e Roberto Cerqueira César. Acertou-se também a inclusão dos arquitetos Eduardo Kneese de Mello e Ícaro de Castro Mello. Os arquitetos Carlos Alberto Gomes Cardim Filho e Carlos Brasil Lodi, funcionários da Prefeitura, também se integraram à equipe.

Foi essa a equipe responsável pela coordenação dos trabalhos urbanísticos e arquitetônicos, recreativos, culturais, artísticos, paisagísticos e esportivos para os festejos. O “contrato” para os trabalhos da Equipe de Planejamento incluía um plano de conjunto, com anteprojeto, compreendendo traçados viários, circulação, estacionamento, comunicações e distribuição de áreas para parques, jardins e as várias atividades e locação dos vários edifícios. A princípio, essa equipe deveria também “fazer o projeto definitivo do conjunto”²⁴⁷, após o acerto do anteprojeto.

O trabalho estava previsto dentro de um prazo de oito meses, incluindo a planificação geral, em outubro e novembro de 1951, e a elaboração do

²⁴⁵ Almeida, P. M. *De Anita ao museu*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 204. O IAB-SP também era bastante ativo, nessa época, junto aos eventos relacionados à arquitetura e ao urbanismo. Da Sociedade Amigos da Cidade, recebiam convite para a semana do urbanismo e pedido para divulgação do dia do urbanismo. A Comissão do IV Centenário também interagiu com o IAB-SP no sentido de pedir a organização do Congresso Nacional de Arquitetura e Urbanismo, a ser realizado durante os festejos. Na ata da reunião do IAB de 04 de março de 1953, consta o recebimento de “carta do Museu de Arte Moderna acusando a indicação do arquiteto Oswaldo Arthur Bratke como representante do IAB na 2ª. Bienal”. Ver Instituto de Arquitetos do Brasil, Departamento de São Paulo. *Livro de Atas nº. 02 das reuniões do Conselho Diretor*, de 03 de março de 1952 a 04 de outubro de 1954. Caixa nº. 107, reuniões de 12 de novembro de 1952, fl. 36 e 19 de novembro de 1952, fls. 37 e 48. Não há menção à formação da Equipe de Planejamento nas atas das reuniões do IAB-SP. Segundo informou o funcionário responsável, grande parte do material que compunha esse arquivo foi perdido em um incêndio e uma inundação.

²⁴⁶ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 61, processo nº. 411.

²⁴⁷ Idem, fl. 43.

anteprojeto, em janeiro de 1952, para elaboração do projeto definitivo até maio de 1952. Nesse contrato, os pagamentos foram previstos apenas para a primeira fase, de planificação geral.

Na reunião de 08 de outubro de 1951, ficou proposto que a exposição seria realizada no Parque Ibirapuera. Outra proposta levantada foi a construção da avenida de ligação do parque com o centro da cidade “e com outros equipamentos públicos em relação com as utilidades do IV Centenário”²⁴⁸.

Com relação aos limites do parque, a equipe incluía todo o terreno pertencente à Prefeitura, inclusive o viveiro Manequinho Lopes, todo o terreno pertencente ao Instituto Biológico, com área mínima para seu funcionamento, todos os terrenos entre a Av. Rodrigues Alves, Estrada de Santo Amaro e Avenida Indianópolis, pertencentes à Prefeitura, com desalojamento dos “intrusos” e permuta de áreas adjacentes. Além disso, para outras atividades correlatas às comemorações, a equipe propunha o terreno localizado junto ao Viaduto Jacareí, Rua Santo Antônio, em Santo Amaro, Sede do Executivo e Legislativo Municipal, com todos os departamentos, teatros, auditório, pequeno museu, etc., e sugeria também a expropriação da quadra entre a Rua Santo Antônio-João Adolpho e Praça da Bandeira.

A equipe fez também um “relatório esquemático referente à orientação que a nosso ver deveria ser adotada para a planificação dos festejos comemorativos do 4º. Centenário de São Paulo” explicitando os estudos realizados para o projeto do parque, para serem executados em três etapas: a primeira correspondente ao plano de conjunto e anteprojeto, feito pela própria equipe de planejamento, a segunda ao projeto das unidades, a ser desenvolvido por arquitetos especialistas “de modo entrosado com o trabalho da Equipe de Planejamento” e a terceira à execução das obras, a ser contratada pela comissão dos festejos. As obras foram concebidas para serem “projetadas de modo a poderem ser utilizadas posteriormente, ficando incorporadas ao patrimônio da cidade”. O relatório entregue em 7 de dezembro de 1951 indica, portanto, que foram cumpridas as atribuições e obrigações da primeira etapa dos trabalhos.

²⁴⁸ Reunião de 08 de outubro de 1951. Fundo “IV Centenário”, caixa 61, processo n.º. 411.

Nesse sentido, foi a própria Equipe de Planejamento que definiu, a princípio, o programa de projeto dos pavilhões do Ibirapuera²⁴⁹.

No entanto, houve desentendimentos entre os membros da Equipe de Planejamento e a Comissão, em relação aos honorários a serem pagos aos arquitetos. Em reunião de 18 de setembro, ficou estabelecido que Eduardo Kneese de Mello e Ícaro de Castro Mello iriam receber honorários, sendo que os outros membros da equipe se dispuseram a trabalhar abrindo mão dos honorários. Os desentendimentos levaram ao pagamento de honorários para os dois arquitetos, mas provocaram a dissolução da equipe porque os funcionários municipais agregados à equipe, Gomes Cardim e Lodi, indispueram-se contra essa decisão. Rino Levi depôs o cargo de membro da Equipe de Planejamento nas mãos de Francisco Matarazzo três meses depois de iniciados os trabalhos de projeto, “com o intuito de permitir a maior liberdade na escolha dos elementos que deverão executar a parte técnica dos trabalhos”²⁵⁰, seguido de Bratke, Kneese de Mello e Castro Mello.

Assim, uma nova equipe, liderada pelo arquiteto modernista Oscar Niemeyer, foi indicada para desenvolver o projeto dos pavilhões²⁵¹. Evidentemente, a comissão buscava um arquiteto modernista para a realização do projeto, demarcando assim que a posição de Ciccillo como patrono das artes modernas incluía também a arquitetura. Além disso, a escolha da estética modernista, por meio da indicação de Niemeyer, demarcava uma nítida diferença entre a opção estética proposta por Ciccillo para o parque e a opção anterior, proposta por Christiano das Neves, seu rival na disputa pela presidência da Comissão, que havia feito um projeto para o parque seguindo os princípios da criação artística do pitoresco, dos jardins franceses do final do século XIX²⁵².

²⁴⁹ Idem, caixa 61, processo n.º 270.

²⁵⁰ Idem. *Ibidem*, carta de 31 de dezembro de 1951.

²⁵¹ A equipe era composta pelos arquitetos Zenon Lotufo, Eduardo Kneese de Mello e Hélio Cavalcanti, membros do IAB-SP, com colaboração de Gauss Estelita e Carlos Lemos, representante do escritório de Niemeyer em São Paulo.

²⁵² Uma análise do projeto de Christiano das Neves para o Parque Ibirapuera é feita por Oliveira, F. L. *Op. cit.*, 2002. Sobre o papel de Christiano das Neves na discussão sobre a questão da arquitetura no Brasil, ver Sampaio, Maria Ruth A. “Christiano Stockler das Neves: o opositor do ‘Futurismo’ em São Paulo”. In Ribeiro, L.C. de Q., Pechman, R. (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996

Àquela altura, no início dos anos 50, o arquiteto Oscar Niemeyer já desfrutava de reconhecimento internacional²⁵³. Niemeyer começou sua carreira como estagiário de Lúcio Costa (1902-1998), em uma época em que o arquiteto e professor carioca era também diretor da Escola Nacional de Belas Artes e dividia o escritório com Gregori Warchavchik. O aprendizado e o convívio com os responsáveis pela introdução e disseminação da arquitetura moderna no Brasil não seria em vão. Deriva daí a busca de Niemeyer por uma linguagem que ao mesmo tempo seguisse os cânones do Movimento Moderno e representasse uma autêntica expressão estética nacional em termos de arquitetura.

Desde o início de seu trabalho, nota-se a forte influência da obra de Le Corbusier. Em 1937, Niemeyer teve sua primeira obra pública construída, a Obra do Berço, no Rio de Janeiro. O projeto já se configurava como um cubo de concreto e vidro protegido por *brises-soleil* na fachada exposta ao sol. Nos projetos em que trabalhou diretamente com Le Corbusier, tanto no MES como na sede da ONU, suas soluções derivaram das propostas do mestre, mas sugerindo um questionamento das posições por ele assumidas²⁵⁴. Sendo assim, pode-se inferir que, desde o começo, a obra de Niemeyer está em diálogo direto com a de Le Corbusier, sendo quase uma extensão dessa. Nasce assim o compromisso de sua arquitetura com o objetivo de levar a linguagem corbusiana até o limite das possibilidades técnicas do concreto armado²⁵⁵.

²⁵³ O projeto do Ministério da Educação - MES, no Rio de Janeiro, elaborado entre 1937 e 1944, conferiu-lhe projeção no campo profissional e permitiu-lhe trabalhar diretamente com Le Corbusier. Sua participação foi decisiva para a solução final de implantação do edifício. O Pavilhão do Brasil na Feira Internacional de Nova Iorque, de 1939, assinado juntamente com Lúcio Costa, marcou o início efetivo da obra de Niemeyer em território estrangeiro. Finalmente, em 1947, poucos anos antes do convite para o projeto do Parque Ibirapuera, ele participou do projeto da sede da Organização das Nações Unidas - ONU, também em Nova Iorque, juntamente com um grupo internacional. Dentre os projetos apresentados por cada um dos arquitetos da equipe, foi escolhido o de Niemeyer.

²⁵⁴ A solução do projeto do MES é significativa não apenas pelo questionamento da proposta de Le Corbusier, mas também porque teria repercussão sobre a solução de implantação adotada no projeto do parque Ibirapuera. Enquanto o mestre propunha ocupar o centro do lote por um volume, Niemeyer propunha manter o centro vazio, afastando o volume maior para uma das laterais, conferindo assim maior monumentalidade ao conjunto. No Ibirapuera, a marquise exerce essa mesma função, organizando os edifícios em órbita, em torno de um vazio central.

²⁵⁵ Tão importante quanto a linguagem plástica adotada por Niemeyer e o estágio em que se encontrava sua carreira em 1951 é a opção pelo uso do concreto armado em sua obra e as implicações sobre a indústria da construção civil no Brasil. Esse problema é de relevância fundamental para uma análise crítica não apenas da obra de Niemeyer, como de toda a arquitetura moderna brasileira. Entretanto, a questão é tão ampla que não poderia ser tratada satisfatoriamente dentro do escopo deste trabalho.

Segundo o próprio Niemeyer, a questão a ser enfrentada pela arquitetura de seu tempo é a da inventividade da forma, da originalidade, da fantasia. Na prática de sua arquitetura, é o desafio da utilização do concreto armado, em toda a sua plasticidade e maleabilidade, na exploração dos limites de suas capacidades e possibilidades que se resolve o problema da inventividade. É disso que trata a obra de Niemeyer, desenvolvida no sentido da busca de um “caráter original”²⁵⁶. Nesse sentido, a invenção da casca de concreto é entendida por grande parte da crítica como a plena realização de uma inquietação fundamental²⁵⁷.

O conjunto da obra de Niemeyer até 1950 já apresenta todo o referencial das questões perseguidas como o problema central de sua arquitetura: a volumetria dos edifícios, a implantação dos volumes no espaço e o diálogo estabelecido entre as formas construídas. Através do discurso da volumetria, por meio da tecnologia do concreto armado, o arquiteto propôs a resposta para o problema da inventividade, da fantasia e do “caráter original” em arquitetura²⁵⁸.

O Parque Ibirapuera foi projetado como um espaço público para a cidade. O primeiro esboço, de 1952, já continha o partido que iria ser adotado: grandes edifícios interligados por uma marquise e um lago. O lago seria construído através do represamento dos córregos que atravessavam o terreno. A marquise, na escala do conjunto do Ibirapuera, assumiria uma dimensão de símbolo da própria idéia do espaço público, concebido de acordo com a linguagem da arquitetura moderna. Na solução inicial, havia apenas três edifícios e a marquise ainda tinha dimensões reduzidas. No mesmo ano, em um segundo estudo de implantação, a marquise toma o espaço, dando acesso a seis

²⁵⁶ Ver entrevista publicada na revista *Architecture d'Aujourd'hui*, n. 171, jan-fev, 1974.

²⁵⁷ Em 1942, Niemeyer foi convidado pelo então prefeito de Belo Horizonte, Juscelino Kubitschek, para projetar o conjunto da Pampulha. No projeto, o arquiteto experimenta a forma criativa da casca de concreto armado, sua principal invenção na sua área. É também do mesmo projeto da Pampulha a primeira aplicação da marquise solta e de desenho livre, que será retomada como um elemento fundamental na obra do Parque Ibirapuera. Como o parque, o conjunto é abraçado por um lago, fazendo da integração do conjunto com o exterior um dado importante do problema a ser equacionado. Essa integração é proposta em termos da relação entre os volumes criados, por meio da implantação do conjunto.

²⁵⁸ Ver Mindlin, H. E. *Modern architecture in Brazil*. Nova Iorque: Reinhold Publishing Corporation, 1956.

edifícios: o Auditório, o Planetário, os Palácios das Indústrias, das Nações e dos Estados, e o restaurante²⁵⁹.

A marquise proposta tinha inicialmente um desenho retilíneo não-ortogonal, que foi substituído por formas curvilíneas cada vez mais suaves e elegantes. Na solução final, proposta em fevereiro de 1953, a marquise definiu-se por uma forma alongada e expandida em quatro direções: a entrada do parque, com acesso para o Auditório e o Pavilhão de Exposições (antigo planetário) e os três Palácios²⁶⁰.

²⁵⁹ Niemeyer, O. (et al). *Ante-projeto da exposição do IV Centenário de São Paulo*. São Paulo: Edições de Arte e Arquitetura sob direção de Dante G. Paglia, outubro de 1952.

²⁶⁰ Na construção do parque, entretanto, não foram executados o Auditório, que compunha a entrada monumental juntamente com o Palácio de Exposições, e o restaurante previsto à beira do lago – não sem o registro de lamento do autor do projeto. Ver Niemeyer, O. “A verdade sobre o projeto e a construção do belo traçado destinado às comemorações do IV Centenário de São Paulo: a concepção, a realização e o que ainda pode ser feito”. In *Módulo*, nº 1, pág. 18.

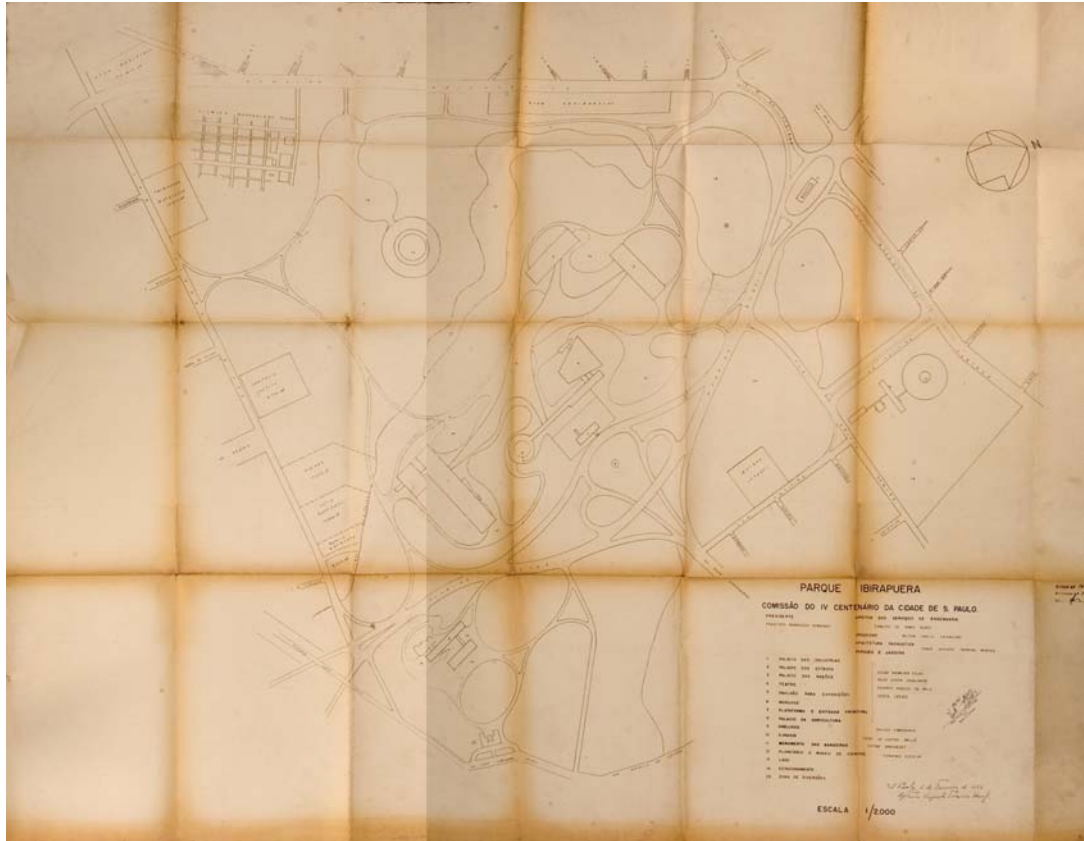


Imagem 14 - Implantação dos pavilhões do Parque Ibirapuera, elaborada em 05 de fevereiro de 1952, pela equipe de Oscar Niemeyer. Fonte: fundo “IV Centenário”, caixa 61, processo nº. 878, AHMWL.

Os elementos que compõem o conjunto descrevem o processo criativo do arquiteto na busca da solução do seu problema artístico: volumetria, implantação e relação entre os volumes. Os Palácios foram concebidos como prismas sobre pilotis, de forma a garantir a legibilidade do cubo de seis faces. O purismo de matriz corbusiana é manifesto através de volumes apoiados sobre pilotis, de planta livre, estrutura independente e panos de vidro protegidos por *brises-soleil*. Os dois edifícios dispostos na entrada monumental, Pavilhão e Auditório, eram volumes abstratos emanados da geometria pura: uma semi-esfera enterrada no solo e um prisma triangular invertido, que não foi construído. A unidade formal do projeto discursa sobre volumes geométricos, formas puras, brancas, suspensas no espaço, em casca e em balanço.

A implantação segue um padrão de composição ortogonal, reincidindo sobre a ortogonalidade dos próprios prismas. O vazio alargado através da distância entre os edifícios discursa sobre um elemento fundamental da composição: a monumentalidade. É o imenso vazio que ocupa o centro do conjunto, fazendo as formas puras gravitarem ao seu redor, sugerindo uma atitude de reverência para com os edifícios.

No Ibirapuera, o vazio monumental é ocupado pela marquise. Seu desenho livre pretende expressar a liberdade do próprio uso do espaço pelo público. A solução estrutural da marquise evoca a liberdade, seja pela sua imensidão, pelo seu desenho livre ou pela sua leveza. O desenho livre é garantido pela plasticidade do concreto armado. A imensidão e a leveza são fruto da elaboração técnica do uso da estrutura em caixão perdido, permitindo vencer o imenso vão livre com vigas robustas que têm extremidades em balanço e afinadas, sugerindo a leveza da peça, do ponto de vista do observador usuário, pedestre, freqüentador do parque.



Imagens 15 e 16 - Palácio dos Estados, à noite e de dia. Fonte: Centro de Documentação “Francisco Matarazzo Sobrinho” do Arquivo Histórico Wanda Swevo da Fundação Bienal de São Paulo.



Imagens 17 e 18 - Palácio das Nações (acima) e das Indústrias (abaixo), atual sede da Fundação Bienal de São Paulo. Fonte: Centro de Documentação “Francisco Matarazzo Sobrinho” do Arquivo Histórico Wanda Swevo da Fundação Bienal de São Paulo.



Imagens 19 e 20 - Vistas internas do Palácio das Indústrias (pavimento térreo e mezanino). Fonte: Centro de Documentação “Francisco Matarazzo Sobrinho” do Arquivo Histórico Wanda Swevo da Fundação Bienal de São Paulo.

A marquise foi concebida dentro do princípio modernista da continuidade espacial. A continuidade espacial, no Ibirapuera, é dada pelo discurso das superfícies. Evocando a abstração do plano contínuo, já sugerida pela imensidão da marquise, a superfície adentra os edifícios por meio de rampas, como planos se desdobrando em novos níveis. O espaço é pensado de forma ininterrupta, para ser livremente ocupado em uma apreensão fluida e contínua. Em nome da continuidade espacial, a arquitetura do Parque Ibirapuera é resolvida em corte: é na seção vertical dos edifícios que se define a organização, a continuidade e o desdobramento dos planos.

Tendo em vista o projeto concebido pela equipe de Niemeyer, dois elementos parecem fundamentais para compreender por que teria sido ele o arquiteto escolhido para desenhar o Parque Ibirapuera: de um lado, a sua arquitetura; de outro, a sua projeção internacional.

Em termos estéticos, a linguagem de Niemeyer é, em grande parte, uma extensão da obra dos arquitetos com os quais ele dialoga. Segundo o próprio arquiteto, seu compromisso arquitetônico era com uma forma que pudesse ser identificada como uma linguagem autoral, nova, brasileira, inesperada, inusitada, única. Porém, a forma nova de Niemeyer não derivava do que existia de específico e tradicional na arquitetura brasileira, mas sim dos problemas colocados pela arquitetura moderna internacional, por meio de um elemento inventivo: a curva²⁶¹. Niemeyer teria atingido, assim, a vanguarda da vanguarda.

Ora, essa era exatamente a atitude esperada por grande parte dos críticos da arquitetura moderna nos anos 50, não apenas no Brasil, mas também nos grandes centros urbanos da Europa, dos Estados Unidos e do Japão²⁶². Sendo assim, deriva daí sua projeção profissional no meio internacional. Sua problemática estética era a problemática da arquitetura moderna do período. Pode-se dizer então que, em Niemeyer, a forma arquitetônica e a projeção profissional não se separam... fazem parte de sua própria problemática artística.

²⁶¹ Pouco desse discurso está baseado na arquitetura brasileira. A curva em Niemeyer está referenciada na obra de outro arquiteto moderno, o alemão Erich Mendelsohn.

²⁶² Essa questão dá margem a um importante debate sobre a historiografia da arquitetura moderna nos anos 50, ainda não encerrado. Para os objetivos deste trabalho, entretanto, é suficiente lembrar, por exemplo, as discussões do brutalismo inglês, do metabolismo japonês ou da monumentalidade americana, em contraponto ao problema do Estilo Internacional.

Se, para a arquitetura brasileira, o desenvolvimento de uma estética que se considerasse nova em relação à própria vanguarda correspondia a um grande anseio, no meio político, a nova estética também cumpria um papel essencial. Os atributos de sua obra conferiam uma ligação com a própria imagem do Estado Nacional emergente. Tamanho reconhecimento artístico dentro e fora do Brasil dava ao Estado o argumento necessário para a adoção da arquitetura moderna como um dos ícones da vanguarda brasileira e da modernidade do país. Sendo assim, de um só golpe, a escolha do arquiteto conduzia à possibilidade, para Ciccillo, de garantir sua imagem de mecenas das artes no Brasil, incluindo a própria arquitetura; ao mesmo tempo, para os políticos envolvidos, o novo parque evocava publicamente a imagem de um Estado moderno, de vanguarda, inovador, que já havia sido evocada no Ministério, na Pampulha e seria evocada ainda em Brasília e em outros tantos exemplos, por mais pelo menos 50 anos de arquitetura de Niemeyer.

Além da conveniência da projeção de Niemeyer para os interesses em jogo, era no diálogo da arquitetura com a vanguarda internacional que se compunha a expressão de um Brasil moderno, novo, inventivo, fantástico, que atendia diretamente aos objetivos políticos da obra pública. Nesse duplo contexto, o projeto de Niemeyer oferecia a solução para o problema do Parque Ibirapuera.

O paisagismo do parque também foi feito por alguém escolhido por Ciccillo. Em carta de 15 de abril de 1952, Francisco Matarazzo solicitou ao secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, João Pacheco e Chaves, que Otávio Augusto de Teixeira Mendes, chefe da Seção de Parques, Jardins e Arborização daquela Secretaria, fosse posto à disposição da Comissão a partir de 1º de abril, “a fim de colaborar nos trabalhos de jardinagem paisagística”²⁶³. O pedido foi concedido. A proposta de Teixeira Mendes foi encaminhada à Comissão em 09 de setembro de 1952, com a seguinte nota explicativa:

²⁶³ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 85, processo nº. 479. O ajardinamento da cidade era assunto ligado à Secretaria da Agricultura, conforme indica carta de 06 de fevereiro de 1954, em que o secretário Renato da Costa Lima pôs à disposição de Ciccillo “toda a colaboração” do Departamento de Engenharia e Mecânica de Agricultura, Serviço Florestal e Instituto de Botânica para a preparação dos festejos do IV Centenário. Da mesma forma, diversos outros funcionários públicos, engenheiros, advogados, bibliotecários, estatísticos, policiais, da prefeitura ou do governo do Estado, foram solicitados, sem prejuízo de suas vantagens e de seus direitos, ou seja, continuando a prestar serviço público.

*quando do seu planejamento, condicionado que foi ao grupo arquitetônico do recinto da Exposição do IV Centenário, procurou-se, dentro dos postulados da moderna arquitetura paisagística, obter um traçado singelo, funcional e como envolvente daquele mesmo grupo. Procurou-se sobretudo valorizar o conjunto arquitetônico, tendo-se assim chegado ao plano definitivo cuja execução deverá ser iniciada sem demora.*²⁶⁴

A proposta foi endossada por Ciccillo, resultando em um parque vegetado pela própria equipe do serviço público.

Ao mesmo tempo, o paisagista carioca Burle Marx também realizava um projeto para o Ibirapuera. Encaminhado por Zenon Lotufo a Ciccillo, o projeto previa plantas, plantio, irrigação, adubo animal, bancos, piso de Vidrotil, caminhos de concreto, fontes e repuxos, armações para trepadeiras, orçados em CR\$ 20.000.000,00²⁶⁵. Burle Marx contava com a prefeitura para o fornecimento de 95% das plantas, desde que fosse facilitado o transporte. No entanto, em defesa de seu próprio projeto, Teixeira Mendes interfere contra a proposta de Burle Marx:

*A chamada região do Ibirapuera tem sido conservada e reservada pelas diferentes administrações municipais para a organização de um grande parque público. Este tem sido e é o anseio da população paulistana, que dele necessita e o reclama. Várias tem sido as investidas para o aproveitamento do local de maneira outra, provocando todavia reação tamanha, que os terrenos até hoje ali se conservaram inaproveitados, para este ou aquele Centenário da Cidade de São Paulo. Da grande oposição à localização de um recinto para exposições, naquele local, chegou-se a um acordo, uma vez que o mesmo seria totalmente envolvido por um grande parque*²⁶⁶.

Teixeira Mendes apresentava também levantamentos planialtimétricos e da vegetação existente, do represamento do córrego que atravessa o terreno, etc. Depois de explicar amplamente o processo de projeto de criação do parque em torno dos pavilhões projetados, “magnífico conjunto de edifícios elaborado por grandes arquitetos”²⁶⁷, expôs que:

²⁶⁴ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 197, processo n.º. 1120.

²⁶⁵ Idem, processo n.º. 1946.

²⁶⁶ Carta de 24 de abril de 1953, constante do mesmo processo.

²⁶⁷ Idem. *Ibidem*.

Todavia, chegou às mãos um novo projeto para ajardinamento do Ibirapuera [referindo-se ao projeto de Burle Marx]. Não nos parece mais oportuno por razões que passamos a expor. Em primeiro lugar, o que se tem em vista é um grande parque não um grande jardim ou conjunto de jardins, como apresenta o referido projeto; sobre ser de construção caríssima, a sua conservação seria mais onerosa ainda. Para o caso em pauta, só um grande parque, moderno porém sóbrio, poderá envolver com vantagem o grande conjunto arquitetônico, sendo, além disso, se construção e conservação muito mais baratas²⁶⁸.

Teixeira Mendes reclamava ainda que o projeto não fora feito sobre a base de um levantamento planialtimétrico, sem prever os movimentos de terra que seriam necessários. Também não haviam sido consideradas as “zonas paisagísticas de primeira grandeza” ao lado do Palácio das Indústrias e outros grupos florestais já existentes, que não poderiam ser eliminados. O projeto de Burle Marx não foi executado, tendo a Comissão optado pelo trabalho de Teixeira Mendes.

O paisagista defendia também a equipe técnica da prefeitura:

Possui o Estado e a municipalidade elementos à disposição da Comissão do IV Centenário; aqui trabalha uma equipe de técnicos especializados; a prefeitura possui viveiros de mudas e outros elementos para a execução do parque. A Secretaria da Agricultura colabora com o fornecimento de plantas selecionadas por processos genéticos. Assim sendo, não nos parece mais aconselhável que se abandone obra de envergadura já em andamento, o que representará perda não só de material como também de mais de um ano de estudos e trabalhos²⁶⁹.

Uma nota final encerra o texto, antes de criticar o alto custo do projeto de jardins proposto, deixando claro que “não nos move sentido de crítica ao trabalho apresentado. Apenas nos limitamos aos esclarecimentos solicitados”²⁷⁰.

Ciccillo Matarazzo acompanhou de perto a execução das obras no parque, desde o anteprojeto dos pavilhões até sua realização final, fazendo-se fotografar em suas visitas à obra (ver imagens 21 e 22).

²⁶⁸ Idem. *Ibidem*.

²⁶⁹ Idem. *Ibidem*.

²⁷⁰ Idem. *Ibidem*.



Imagens 21 e 22 - Ciccillo Matarazzo discutindo o projeto e em visita às obras do Parque Ibirapuera. Fonte: Centro de Documentação “Francisco Matarazzo Sobrinho” do Arquivo Histórico Wanda Swevo da Fundação Bienal de São Paulo.



Imagem 23 - Vista aérea da construção do Palácio das Exposições. Fonte: Divisão de Iconografia e Museus, DPH/SMC/PMSP.



Imagem 24 - Vista aérea do parque em execução. Nota-se a utilização do vazio ainda não vegetado com um parque de diversões. Fonte: Centro de Documentação “Francisco Matarazzo Sobrinho” do Arquivo Histórico Wanda Swevo da Fundação Bienal de São Paulo.

Graças ao projeto moderno, o parque tornou-se referência de uma imagem futurista associada à metrópole. O discurso das superfícies ganhou a cena da mídia impressa. Três dos seus elementos tornaram-se personagens essenciais da imagética futurista da metrópole espelhada na arquitetura: a marquise, as rampas e a esfera semi-enterrada. O meio pelo qual esses elementos converteram-se em personagens futuristas da cidade foi a fotografia.

Durante a década de 1940, a fotografia tornou-se uma modalidade artística de vanguarda no Brasil. Até meados dos anos 20, a fotografia não era considerada uma forma de arte. Em São Paulo, o *status* da fotografia começava a se transformar, em função do próprio interesse de fotógrafos amadores. Inicialmente, esses fotógrafos se reuniam na loja “Photo-Dominadora”, de Antônio Gomes de Oliveira e Lourival Bastos Cordeiro para discutir seu trabalho, seus equipamentos e os procedimentos técnicos envolvidos. Logo o corpo de interessados e as discussões tornaram-se mais volumosos, levando o grupo a fundar um clube de fotografia²⁷¹.

O Foto Clube Bandeirante foi fundado em 1939, por um grupo de cerca de cinquenta fotógrafos amadores²⁷². O Clube promovia concursos de fotografia, salões, exposições internacionais, além de discussões sobre os processos fotográficos praticados pelos próprios membros. Sobretudo a partir de 1945, os fotógrafos do Clube passaram a praticar experimentações com seu trabalho, partindo para um novo caminho expressivo. Pesquisas com luz lateral, efeitos de contraste, composição das imagens e intervenções no negativo passaram a gerar abstrações, grafismos e texturas, construindo uma linguagem moderna e inovadora, e ao mesmo tempo específica da fotografia.

Ao mesmo tempo, a fotografia passava por um processo de profissionalização no mercado de imagens, tanto para a ilustração de revistas e jornais, em matérias jornalísticas, como na própria publicidade.

²⁷¹ O Foto Clube Bandeirante teve alguns antecedentes que determinaram, em parte, sua organização. Em 1926, já havia sido fundado em São Paulo um clube fotográfico, a “Sociedade Paulista de Fotografia”, mas com insucesso. Esse clube lançou uma revista, “Sombras e Luzes”, definindo temas de pesquisa e experimentação. Havia também um programa de rádio dedicado à fotografia, “Instantâneos no Ar”, produzido pelo fotógrafo José Medina, futuro integrante do Bandeirante. Para a história dos clubes de fotografia em São Paulo, ver Costa, H. e Silva, R. R. *A fotografia moderna no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.

²⁷² O profissionalismo em fotografia nasceu junto com o Foto Clube Bandeirante. A primeira campanha publicitária feita no país data de 1948 e foi produzida por Eduardo Salvatore, fundador do Foto Clube Bandeirante.

Nesse contexto, desenvolvem-se os trabalhos de fotógrafos como Alice Brill, German Lorca e Hans Günter Flieg. Provenientes de meios diferentes, esses fotógrafos produziram imagens do conjunto arquitetônico do Parque Ibirapuera que se tornaram ícones do futurismo de São Paulo. Essas imagens registraram um momento no qual se cristalizavam, ao mesmo tempo, a arquitetura, a fotografia moderna e a própria cidade-metrópole em São Paulo.

Alice Brill²⁷³ eternizou a marquise (ver imagem 25). Fotografada a partir de um ângulo que acentuou o desenho da curva, a imagem só pode ter sido realizada naquele momento, em que a vegetação do parque ainda era rarefeita e minguada.

As rampas do Palácio das Indústrias, sede da Bienal de São Paulo, também eram retratadas com vigor cênico dramático (ver imagens 26 e 27).

Mas o chamado mais eloquente para o futuro veio da fotografia de German Lorca²⁷⁴. Ele havia sido contratado como fotógrafo do IV Centenário, pela editora Abril, para registrar a cidade no período em que comemorava seus 400 anos e fazer a cobertura de todos os eventos e festividades. Grande parte desse trabalho foi publicada na revista do IV Centenário, uma homenagem da editora ao aniversário da cidade, inclusive uma fotografia da semi-esfera do Palácio das Exposições, atual Oca, publicada em página inteira (ver imagem 28). A fotografia captou uma simbologia: retratava o edifício como representação do próprio futuro que chegava à cidade.

²⁷³ Alice Brill (1920), artista plástica alemã radicada no Brasil em 1934, é filha do pintor Erich Brill. Estudou pintura e gravura nos Estados Unidos da América. Em São Paulo, entre 1938 e 1942, participou do Grupo Santa Helena, juntamente com artistas como Rebolo, Mário Zanini e Volpi. Participou da II e da IX Bienais de Artes de São Paulo e da I e da II Bienais da Bahia. Como fotógrafa, colaborava para a revista Habitat e para o Museu de Arte de São Paulo - MASP, realizando coberturas de eventos artísticos e obras de arquitetura moderna.

²⁷⁴ German Lorca (1922), fotógrafo brasileiro, nascido e criado no bairro do Brás, em São Paulo, foi membro ativo do Foto Clube Bandeirante desde 1948, juntamente com Thomaz Farkas, Geraldo de Barros, Eduardo Salvatore, José Yalenti e outros pioneiros da fotografia moderna no Brasil. Em 1952, montou seu próprio estúdio, colaborando para revistas como Life e Cruzeiro. O trabalho para a editora Abril durante os festejos do IV Centenário lançou-o como fotógrafo profissional.

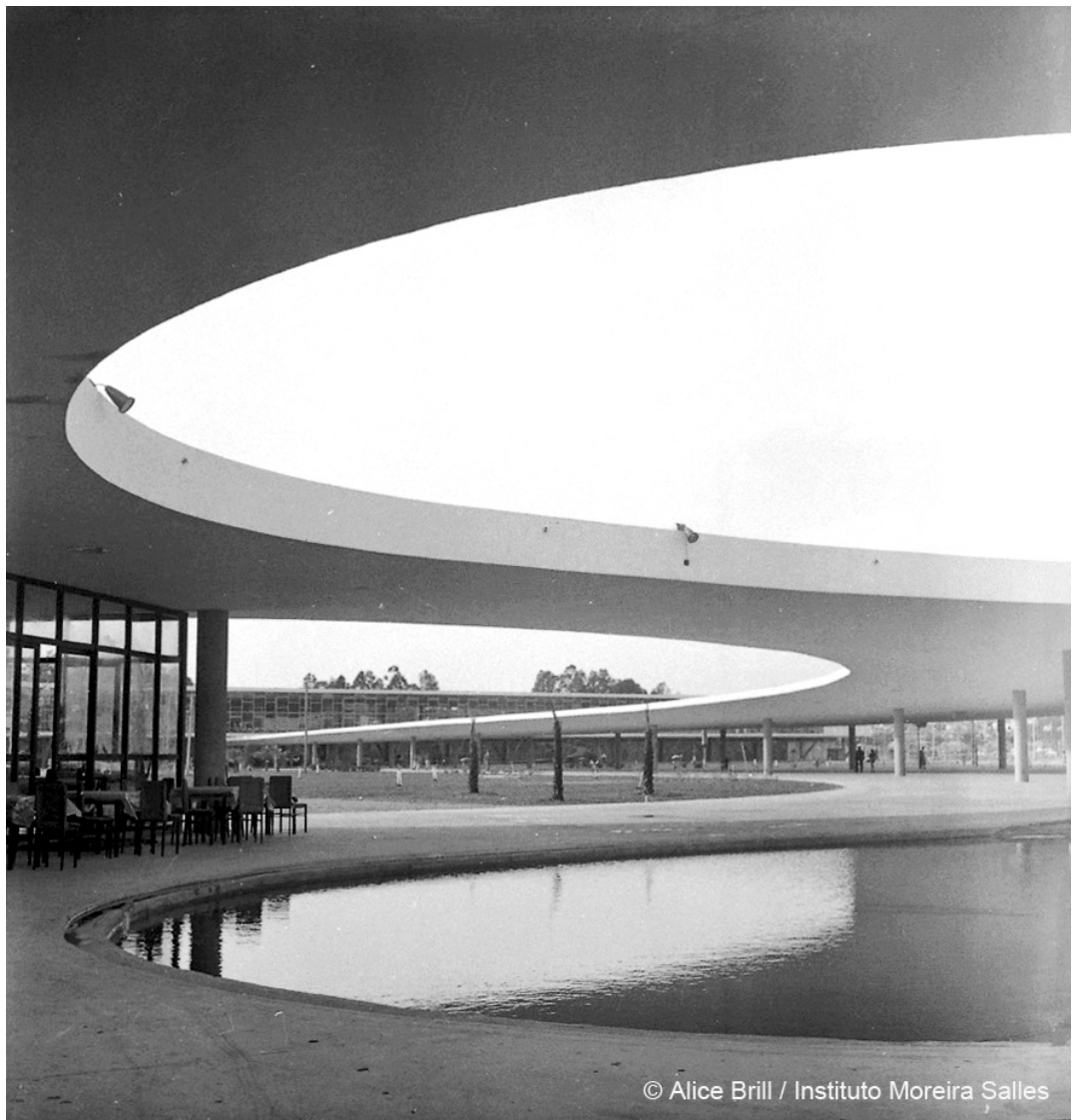


Imagem 25 - Alice Brill. Fotografia da marquise do Parque Ibirapuera, de 1954. Essa imagem foi publicada na revista *Habitat*, n.º. 16, maio/junho de 1954, p. 24. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.



Imagens 26 e 27 - Vistas internas das rampas do Pavilhão das Indústrias. Fonte: Centro de Documentação “Francisco Matarazzo Sobrinho” do Arquivo Histórico Wanda Swevo da Fundação Bienal de São Paulo.



Imagem 28 - German Lorca. Fotografia do Palácio das Exposições, com senhora e criança andando sobre a terra. A imagem foi publicada na matéria “Nasce Ibirapuera”, na Revista do IV Centenário de São Paulo, São Paulo: Abril, 1954. Fonte: <http://www.abril.com.br/especial450/materias/lorca/index.html>, acessado em fevereiro de 2007.

3. Indústria, ciência e artes plásticas

O Parque Ibirapuera apresentava um programa peculiar para o público paulistano dos anos 50. A partir das comemorações do IV Centenário, oferecia aos visitantes, nos seus pavilhões, feiras de produtos industriais, congressos científicos e exposições de arte de vanguarda.

Em 06 de setembro de 1951, a Secretaria do Trabalho, Indústria e Comércio, nas pessoas de Ângelo Zanini, Diniz Gonçalves Moreira, Archilino Santos e Honório de Sylos, encaminhou parecer sobre o certame industrial na Feira Internacional do IV Centenário, requisitando que “seja edificado, no Parque de Ibirapuera, o ‘Palácio das Indústrias’ para sede do Museu Industrial do Estado”. Disse ainda que “o Parque de Ibirapuera é vasto e a ocupação pretendida pela Exposição (cerca de 50.000m²) não prejudicará outras pretensões a respeito daquele imóvel municipal”²⁷⁵.

A Exposição Internacional da Indústria ocupou o parque com inúmeros galpões provisórios para os produtos dos estados e dos diversos países participantes, além do Pavilhão das Indústrias, de caráter permanente. Fotografias da época, feitas por Hans Günther Flieg²⁷⁶, mostram estandes de empresas importantes no mercado, montados no Pavilhão e no grande galpão construído exclusivamente para a Feira (ver imagens 29 a 31). Externamente, a feira também era fotografada, registrando os galpões dos Estados. A fotografia de Alice Brill, publicada em *Acrópole*, mostra o pavilhão do Rio Grande do Sul (ver imagem 32).

²⁷⁵ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 62. Nota-se a menção ao tamanho da área construída, em resposta à polêmica sobre a ocupação da área verde do parque com edifícios, analisada no Capítulo 6 deste trabalho.

²⁷⁶ Hans Günther Flieg (1923), fotógrafo alemão radicado no Brasil desde 1939, onde se tornou um dos primeiros fotógrafos de publicidade. Especializou-se também em fotografias de arquitetura, registrando as obras de arquitetos como Henri Maluf e do próprio Oscar Niemeyer. Também se dedicou ao registro do desenvolvimento industrial em São Paulo.



Imagens 29 e 30 - Hans Günther Flieg. Fotografias dos estandes das indústrias Rodhia e Calçados Clark, localizados no interior do Palácio das Indústrias, por ocasião da Feira Internacional do IV Centenário, em 1954. A fotografia foi feita por encomenda do arquiteto Henri Maluf, criador dos estandes. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.



Imagens 31 - Hans Günther Flieg. Fotografia do estande da indústria Peixe/Duchen, localizada no interior do galpão construído no Parque Ibirapuera exclusivamente para a Feira Internacional do IV Centenário, em 1954. A fotografia foi feita por encomenda do arquiteto Henri Maluf, autor do projeto do estande. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.



Imagem 32 - Alice Brill. Fotografia do pavilhão de exposições do Rio Grande do Sul. A fotografia foi publicada em *Acrópole*, ano 17, nº. 199 maio de 1955, página 335. Fonte: Acervo Instituto Moreira Salles.

Os maiores interessados na promoção da Feira Internacional eram os próprios industriais. A *Revista Paulista de Indústria* era um dos veículos mais entusiásticos. Logo em 1953, publicava uma fotografia da maquete do Pavilhão de Exposições, reiterando que, dentre as solenidades previstas para o IV Centenário da grande metrópole latino-americana, sobressaía-se a Exposição do IV Centenário e a I Feira Internacional da Indústria²⁷⁷.

O modo pelo qual o parque foi descrito na revista denuncia o entusiasmo:

*O certame será localizado no Parque Ibirapuera, próximo ao centro comercial e onde, em meio a abundante vegetação e lagos dispostos harmoniosamente, se erguerão, de acordo com os modernos ditames do urbanismo, os Palácios das Indústrias, dos Estados, das Nações, das Exposições e da Agricultura, bem como o grande auditório. Esses edifícios serão ligados entre si por gigantesca ‘marquise’ de arrojada concepção arquitetônica*²⁷⁸.

Quanto à Feira, o entusiasmo era ainda maior, sobretudo em relação ao êxito industrial de São Paulo: “abrigará o Palácio das Indústrias exclusivamente os expositores paulistas, numa demonstração da pujança industrial do nosso Estado”.

Em outro artigo, a revista publicava também que a feira seria “organizada segundo os moldes das grandes feiras européias, localizada no belo Parque de Ibirapuera e realizada por celebridades da engenharia nacional”. A revista ressaltava ainda a “monumental rampa de acesso”, além dos “lagos, bosques, avenidas e primorosos edifícios”. Ressaltando seu caráter perene, a revista frisava que a feira constituiria “motivo de permanente atração”²⁷⁹.

A dinâmica da indústria paulista era celebrada no edital de um novo número:

*A Exposição Industrial comemorativa do IV Centenário de São Paulo está exibindo ao público brasileiro magnífica seleção de produtos nacionais, que nos permite aquilatar o valor, diversidade e qualidade de nossa produção*²⁸⁰.

²⁷⁷ “Notícias diversas”. In: *Revista Paulista de Indústria*, ano III, 4º. bimestre de 1953, nº. 15, 1953, pp. 81-82.

²⁷⁸ *Idem. Ibidem.*

²⁷⁹ “Celebrando o IV Centenário de São Paulo”. In: *Revista Paulista de Indústria*, ano IV, nº. 18, janeiro de 1954, p. 67.

²⁸⁰ “Edital”. In: *Revista Paulista de Indústria*, ano IV, nº. 29, dezembro de 1954, p. 01.

Para integrar o evento, os sindicatos patronais foram mobilizados. Uma circular do sindicato da indústria de aparelhos elétricos e similares destacava, entre os festejos comemorativos do IV Centenário, “a grande Exposição-Feira Internacional de São Paulo, em face de localização no Parque Ibirapuera, onde serão erguidos diversos pavilhões representativos dos grandes empreendimentos comerciais e industriais”. A circular prestava-se a informar a abertura de inscrições para a locação de áreas para estandes²⁸¹.

A Diretoria Executiva da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP e do Centro das Indústrias de São Paulo – CIESP foi convocada pela própria Comissão a participar da elaboração do evento, com vistas a dar sugestões e colaborações.

*O sr. Oscar R. M. Caravellas fez uma comunicação sobre os entendimentos com a Comissão do IV Centenário, visando a participação das duas entidades nesses festejos*²⁸².

Seis meses depois da comunicação, notava-se que

*o sr. Presidente fez uma comunicação sobre os entendimentos que as duas entidades vêm tendo com a autarquia promotora dos festejos do IV Centenário de São Paulo*²⁸³.

O conteúdo dos entendimentos é desconhecido²⁸⁴. Porém, seja qual tenha sido esse entendimento, ele resultou em um evento bem-sucedido. Os demais países também tiveram uma participação expressiva, trazendo sua contribuição para a Feira Internacional. Mas foi a própria indústria nacional que deu continuidade ao evento, justificando a importância dos pavilhões

²⁸¹ “Localização de ‘stands’ na Exposição-Feira Internacional”. *Diário de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1953.

²⁸² FIESP/CIESP. *Carta Semanal Informativa*, nº. 87, 04 a 10 de fevereiro de 1952, p. 05.

²⁸³ FIESP/CIESP. *Carta Semanal Informativa*, nº. 106, 25 de agosto a 07 de setembro de 1952, p. 05.

²⁸⁴ A biblioteca da FIESP foi doada em 1998 para a Universidade Estadual de Campinas, que selecionou, dentre os volumes do acervo, o material que deveria ser transferido para a Unicamp. Entre o material selecionado, constam os volumes publicados como livros, as revistas e um parco material de arquivo interno da FIESP. A bibliotecária que recebeu o acervo informou que a documentação de arquivo não foi incluída no termo de doação, sendo portanto difícil localizar e consultar esse material.

permanentes no parque. Entre 1958 e 1979, foram realizadas cerca de cem feiras no Pavilhão das Indústrias, incluindo 10 edições do Salão da Criança, 11 da Feira de Utilidades Domésticas – UD, 13 da Feira Nacional da Indústria Têxtil – Fenit, além de feiras agrícolas, de mecânica, do couro, de eletro-eletrônica, e salões, como o salão médico, o salão do automóvel, entre outros eventos. Após 1979, as feiras e salões de promoção dos produtos industriais foram transferidos para o Anhembi, na marginal Tietê, construído especialmente para isso.

Para o certame do IV Centenário, estavam previstos, além da Feira Internacional, uma série de congressos, colocando a indústria lado a lado com o conhecimento científico e técnico desenvolvido no Brasil. Estavam previstos congressos nas áreas de engenharia, odontologia, botânica, sociologia, direito, arquitetura e urbanismo, entre outros²⁸⁵.

A Revista Paulista de Indústria destacava também essa vinculação:

*Numerosos congressos científico-culturais terão sede em São Paulo, em 1954, entre os quais o X Congresso Internacional de Organização Científica, um Congresso Internacional de Direito Social, o II Congresso Hispano-Luso-Americano de Direito Internacional, os Congressos Nacionais de Imprensa, de História de Escritores e de Folclore, uma dezena de congressos médicos, além de outros conclave, de âmbito nacional e internacional, compreendendo os mais variados setores da Cultura, da Ciência e do Trabalho e Produção*²⁸⁶.

Entre as manifestações artísticas e culturais, eram destacadas a II Bienal de Arte Moderna e a II Exposição Internacional de Arquitetura.

O Congresso Nacional de Arquitetura e Urbanismo, organizado por Oswaldo Arthur Bratke, previa “a participação de arquitetos de todo o Brasil, assim como de convidados especiais estrangeiros”. O programa estava baseado na discussão de duas teses: “a casa popular, sua solução prática, econômica e arquitetônica” e “a cidade brasileira, seu aparecimento, seu desenvolvimento, sua correção”²⁸⁷.

O congresso estava ligado ao VIII Congresso Panamericano dos Arquitetos, à II Bienal de Artes de São Paulo e à II Exposição Internacional de

²⁸⁵ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 158, processos n.º 743, 745, 758, 759 e 762.

²⁸⁶ “Notícias diversas” In: *Revista Paulista de Indústria*, ano III, 4.º bimestre de 1953, n.º 15, 1953, pp. 81-82.

²⁸⁷ Fundo “IV Centenário” do AHMWL, caixa 158, processo n.º 762.

Arquitetura. A comissão organizadora do Congresso, decidida em assembléia geral extraordinária do IAB em 22 de janeiro de 1953, era composta por Léo Ribeiro de Moraes, Abelardo Riedy Souza, Oswaldo Arthur Bratke, Eduardo Kneese de Mello, João Batista Villanova Artigas, Ícaro de Castro Mello, Oswaldo Correa Gonçalves, Zenon Lotufo, Rubens Gouveia Carneiro Vianna e Eduardo Corona²⁸⁸.

O IV Congresso Brasileiro de Arquitetos teria como temas “A arquitetura no Brasil”, englobando arquitetura e tradição, arquitetura e indústria, ensino de arquitetura e a profissão de arquiteto, e “O urbanismo no Brasil”, englobando o urbanismo e a realidade nacional, o ensino do urbanismo no Brasil e a profissão de urbanista. Entre as participações internacionais, contaria com palestras de Walter Gropius e Alvar Aalto.

Complementando o tripé indústria, ciência e cultura, as artes modernas foram amplamente incorporadas à programação do parque a partir do IV Centenário, com uma perspectiva de permanência através das Bienais de São Paulo.

Ao discutir o contexto de criação da Bienal de São Paulo, Paulo Mendes de Almeida conta que a associação entre artes e indústria já vinha se efetivando desde 1941, por meio de um empreendimento inédito no Brasil: o I Salão de Arte da Feira Nacional de Indústrias²⁸⁹. A iniciativa partia não de Ciccillo, mas do pintor Quirino da Silva.

Era, pois, sem dúvida, qualquer coisa de inédito o acontecimento, significando que os homens da produção, os homens da indústria e do comércio, os homens de negócios, em suma, vinham ao encontro dos artistas, propiciando-lhes, dentro de sua organização, um lugar para uma parada das artes plásticas²⁹⁰.

O autor acrescentava ainda que se tratava de “uma premonição – pois que, oito anos mais tarde, precisamente de um homem da indústria nasceria a idéia da criação do Museu de Arte Moderna de São Paulo”²⁹¹.

A associação entre artes e indústria no projeto do Ibirapuera tinha, pois, antecedentes históricos e um significado profundo. Basta lembrar que o edifício

²⁸⁸ Carta de Rino Levi, de 27 de janeiro de 53, ao diretor de serviços de congressos M. M. Silva.

²⁸⁹ Almeida, P. M. *Op. cit.*, 1976.

²⁹⁰ Idem, p. 186.

²⁹¹ Idem. *Ibidem*.

onde está localizada a sede da Bienal chamava-se, originalmente, “Palácio das Indústrias”. Poderia se pensar que era um projeto de cultura que se propunha naquele momento, por um determinado grupo da elite, integrando as artes plásticas e a produção de ponta da indústria.

O projeto teria garantido seu sucesso pela própria reedição tanto das feiras industriais como das artísticas. No entanto, essa idéia de cultura não conquistou hegemonia no meio das artes. Ao publicar o projeto dos pavilhões do Ibirapuera em um guia de arquitetura moderna paulistana, por exemplo, Xavier, Lemos e Corona apresentavam os Palácios dos Estados e das Nações como “edifícios imaginados para abrigar exposições, especialmente de artes plásticas”, o que exclui de golpe as feiras industriais concebidas originalmente pelos propositores dos pavilhões²⁹².

Por outro lado, o projeto da própria Bienal era fortemente criticado no meio artístico, independentemente de sua associação com as feiras industriais. Aracy Amaral mostra que durante a passagem dos anos 40 para os 50, a arte passava por um período de “dominação pelo mecenato”. Relativizando a “generosidade” e o “espírito empreendedor” de Ciccillo, a autora cita o jornalista Fernando Pedreira, que colocava a Bienal

*mais como uma resposta do empresariado, tentando induzir o meio artístico a se alinhar com as novas tendências da arte mundial, ao invés de se remoer com inquietações que poderiam resultar em crises desestabilizadoras de um sistema que a classe dominante deseja que permaneça*²⁹³.

O crítico procurava mostrar que as intenções do mecenas em “dar a São Paulo, no terreno artístico, a liderança que já conquistou como centro industrial”, tinham o intuito de “controlar e orientar o desenvolvimento das artes plásticas”, como se o destino das artes plásticas estivesse a partir de então colocado “nas mãos de meia dúzia de capitães da indústria, repentinamente transformados em generosos mecenas”²⁹⁴.

²⁹² Xavier, A. (et al). *Arquitetura Moderna Paulistana*. São Paulo: Pini, 1983, p. 26.

²⁹³ Amaral, A. *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira, 1930-1970*. São Paulo: Studio Nobel, 1983.

²⁹⁴ Pedreira, F. “A Bienal: impostura cosmopolita”. In: *Fundamentos*, São Paulo, (nº 21), vol. 14-15, 1951, apud Amaral, A. *Op. cit.*, 1983.

A briga a que se reportava Pedreira estava circunstanciada na disputa entre realismo e abstracionismo, vertentes opostas entre os principais artistas modernos que pleiteavam a posição de vanguarda.

Do lado do realismo, figuravam artistas como Cândido Portinari e Di Cavalcanti, para quem a arte moderna passava a adquirir um caráter elitista e incompreensível para a maior parte do público. Di lutava por uma arte “de síntese”, engajada com a evolução social do homem e com a função social da arte, defendendo uma linha de esquerda mais dogmática, de participação da arte nos problemas do seu tempo. Portinari defendia uma arte mais legível, que o povo pudesse compreender. O abstracionismo era visto como a fuga do artista para dentro de si, em uma espécie de idealismo pequeno-burguês.

Entre os abstracionistas, estavam Waldemar Cordeiro, Geraldo de Barros e Samson Flexor. Os abstracionistas pretendiam o rompimento com o “velho”, identificando esse com o naturalismo, mas também o primitivismo, o surrealismo, o expressionismo, para a defesa de princípios “claros e inteligentes” em arte e a “renovação dos valores essenciais da arte visual”²⁹⁵.

A briga tinha implicações profundas. Dependendo das tendências dominantes, definiam-se os próprios artistas a serem projetados no cenário artístico nacional e internacional. Para além disso, os limites entre as tendências divergentes não eram secos e estanques, mas maleáveis e oscilantes. A confusão colocava-se desde cedo, com a crítica dos artistas à predileção oficial pela temática social contida na obra de Cândido Portinari, por exemplo²⁹⁶. O alvo da crítica, naquele caso do final dos anos 30, não era a obra do pintor, mas a posição do patronato das artes no Brasil.

O patronato das artes, representado pelo mecenas Ciccillo Matarazzo e seu grupo, optara, desde a abertura do MAM, em 1948, por dar ênfase aos trabalhos do grupo abstracionista. A partir de 1951, as Bienais também favoreciam a tendência. Para Aracy Amaral, as disputas travadas no meio artístico de São Paulo eram um “reflexo da luta dos artistas comprometidos em confronto com a implantação das bienais”, a “emergência (...) do nacionalismo *versus* internacionalismo”²⁹⁷.

²⁹⁵ O grupo abstracionista fazia-se representar pelo Manifesto Ruptura, de 1952.

²⁹⁶ Sobre esse assunto, ver Almeida, P. M. *Op. cit.*, 1976, pp. 141-153.

²⁹⁷ Amaral, A. *Op. cit.*, p. 230.

O problema das vanguardas estéticas adquiria, assim, uma dimensão política. A Bienal era acusada de ser uma “máquina de corrupção e propaganda” das classes dominantes²⁹⁸. Mas a reivindicação dos artistas mais radicais não vinha da opção estética privilegiada na Bienal, mas das filiações institucionais por trás dela. Em seu estudo, Hélio Herbst mostra como o esforço de Ciccillo em inserir o Brasil definitivamente no panorama das artes modernas e no cenário internacional passava por uma associação com o político liberal norte-americano Nelson Rockefeller, que fazia aportes financeiros para contribuir com as iniciativas do mecenas brasileiro, e do Museu de Arte Moderna de Nova Iorque – MoMA, que contribuía com obras para o acervo do MAM²⁹⁹.

Todas essas colocações são indícios de como a cultura convertia-se em um campo de disputas entre os grupos de poder naquele período, envolvendo o patronato das artes, os artistas e os intelectuais das mais variadas filiações políticas. Vista como propaganda da arte abstrata para o público de São Paulo, a Bienal de São Paulo levava ao questionamento da própria vinculação entre os interesses do mecenas Ciccillo e do Estado na celebração do IV Centenário, no Parque Ibirapuera, definitivamente associados a partir da II Bienal, em 1954. Com suas feiras industriais, seus congressos e sua exposição artística moderna e abstrata, o Ibirapuera representava a consolidação desses interesses materializada na formação de um espaço para a classe média em formação, ampliando-a por meio da educação do povo para uma nova sociabilidade. Não era a classe média que exigia um Ibirapuera. Era o Ibirapuera, por meio de seu programa, que intentava forjar uma classe média para São Paulo durante os anos 50.

²⁹⁸ Pedreira, F. *apud* Amaral, A. *Op. cit.*, 1983.

²⁹⁹ Herbst, H. *Promessas e conquistas: arquitetura e modernidade nas Bienais*. São Paulo, FAUUSP (mestrado), 2002, pp. 22-25.

4. Um parque para a classe média

A consolidação da classe média brasileira contribuiu para o processo de mudança do próprio padrão de industrialização, à medida que conformou um mercado de consumo interno para os bens industrializados, estimulado pelo próprio capital internacional, com vista a criar uma indústria na “periferia do capitalismo” com um novo papel na divisão internacional do trabalho.

O poder de Ciccillo de implantar o Parque e nele construir pavilhões para sediar exposições de arte abstracionista, feiras industriais e congressos científicos não pode estar baseado exclusivamente em sua influência pessoal como um dos maiores industriais do país. Aparentemente, Ciccillo concentrava todo o poder em suas mãos. No entanto, a decisão de se construir pavilhões definitivos dentro do parque foi amplamente combatida pelos representantes mais notáveis da cultura, em diversas organizações e veículos de comunicação, como veremos no Capítulo 6 deste trabalho. Ciccillo não poderia estar, portanto, sozinho. Dando sustentação a suas decisões, havia o objetivo latente do governo do Estado de São Paulo e também do próprio governo brasileiro em fomentar o desenvolvimento da classe média paulistana. No caso do Ibirapuera, através da disseminação das artes e da cultura como objetos de consumo público.

A formação da classe média brasileira foi um fator de eminente importância para a industrialização em São Paulo, consolidando um mercado de consumo interno para os bens industrializados, de roupas a eletrodomésticos e automóveis. Oliveira mostra que o Estado brasileiro teve um papel ativo na consolidação da indústria nacional, por meio da criação de um mercado de trabalho, através da regulação das relações de trabalho, forjando uma classe média urbana³⁰⁰.

No contexto do desenvolvimento industrial de São Paulo, a criação de um parque dotado de edifícios para exposições de produtos de consumo cultural, industrial e científico adquiria uma dimensão cada vez mais vinculada a uma “missão civilizatória”. O Ibirapuera é o primeiro parque público metropolitano da cidade. Inaugurado em 1954, o parque estava associado à

³⁰⁰ Oliveira, F. “O Estado e o Urbano no Brasil”. In *Espaço & Debates*. São Paulo, 1982, pp. 36-54.

consolidação de uma imagem de São Paulo moderna, com uma vida cultural animada e internacional.

A compreensão dessa passagem exige o entendimento das relações de poder estabelecidas entre o núcleo urbano de São Paulo e o poder central da União. Se desde os anos 20 já se antevia o impulso de modernização em São Paulo, expresso sobretudo no caldo de cultura da “Semana de 22”, a partir da década de 30 se verificam transformações consideráveis nas instituições públicas paulistas, resultado direto de suas conquistas econômicas e políticas.

Durante os anos 1930, o cenário político nacional assistiu ao rompimento inusitado com a antiga forma de alternância do poder entre as oligarquias agrárias, que imperava desde a Proclamação da República. E, no entanto, o rompimento não veio no sentido de ampliar o acesso à democracia no país. Pelo contrário, foi através de um golpe de Estado que se instituiu o Estado Novo (1930-1945). Para afirmar a liberdade do capital industrial, foi através da negação das liberdades políticas que se deu a revolução burguesa no Brasil³⁰¹.

Oliveira mostra o papel assumido pelo Estado no sentido de mudar o padrão de acumulação capitalista agro-exportador para um padrão industrial, por meio da transposição de excedentes de certos grupos sociais para outros. Nesse sentido, foi por meio da intervenção do Estado na regulação das relações capital-trabalho, desde os anos 30, que se criou um mercado de trabalho industrial, ou mais precisamente, em suas palavras, um “mercado de força de trabalho”³⁰². Foi esse mercado que veio a constituir a classe média urbana.

Para o autor, o urbano no Brasil nesse período é a própria intervenção do Estado na regulação das relações capital-trabalho. Da mesma forma, no seu ponto de vista, as demandas das cidades brasileiras são principalmente determinadas pelo peso social dessa classe média na nova estrutura de classes³⁰³.

³⁰¹ Oliveira, F. *Op.cit.*, 1982, 45.

³⁰² Idem, p. 41.

³⁰³ O autor ressalta ainda a opção do Estado brasileiro, desde esse período, em priorizar o atendimento das demandas da nova classe média urbana, em detrimento da cobertura das necessidades das classes de renda mais baixas, dada a incapacidade de atendimento à totalidade das demandas, gerando uma cidade organizada para a reprodução do espaço das classes médias, com amplas deficiências nos setores populares. “Eu resumiria afirmando que o urbano hoje no Brasil são as classes médias, isso é, as cidades são, por excelência, a expressão urbana dessa nova estrutura de classe, onde o peso das classes médias emerge com enorme força (...) Do ponto de vista do urbano, das relações entre o Estado e o urbano, essas novas classes médias

Thomas Skidmore já havia proposto que, a partir dos anos 30 no Brasil, a classe média passava a ser extremamente visada como objeto de políticas e investimentos, em função de seu peso político³⁰⁴. Segundo o autor, nesse momento, a classe média paulistana era composta por burocratas, profissionais liberais, empregados da indústria leve, pelos quadros executivos da sociedade industrializada e por comerciantes, formando um grupo médio autoconsciente, mas ainda não plenamente articulado em uma mentalidade de classe. Por vezes, Skidmore usa substituir a categoria “classe média” pelo genérico “população urbana”, mostrando como as grandes cidades passavam realmente a expressar os novos anseios dos grupos médios em formação.

Segundo Skidmore, os grupos médios careciam de liderança nas grandes cidades, e seu principal objetivo político era, portanto, obter uma representação mais autêntica. De forma geral, os grupos médios compartilhavam o espírito de orgulho que contaminava os paulistas desde 1930, em função da autonomia política conquistada.

Naquele momento, o governo Vargas empenhava-se em romper com a política de governadores, através da mudança das instituições, centralizando o poder com vistas a criar um mercado nacional. Em 1937, a classe média já representava um número significativo de votos. Os programas políticos começavam a voltar-se para ela, tendo em vista a regulamentação das relações de trabalho, a criação de uma legislação de previdência social e a organização sindical paternalista. Carente de liderança política, a classe média estava dividida em relação à direção considerada adequada para o desenvolvimento do Brasil. Tornava-se claro que se tratava de um grupo a ser conquistado politicamente.

Ainda hoje, a classe média brasileira é um objeto pouco conhecido pelas ciências sociais. Um dos autores que trabalhou mais profundamente com a

criaram demandas dentro das cidades. E o Estado hoje, entre outros aspectos importantes, saliente, é em grande maioria determinado pela demanda das classes médias dentro das cidades (...). O urbano, de certa forma, é hoje a expressão da forma de organização da atividade econômica, de um lado, que cria uma certa estrutura de classes e, do lado do regime político, da falta de voz das classes populares, direcionando, portanto, os gastos do Estado, todo o seu poder, desse ponto de vista de investimentos, para atender sobretudo aos reclamos advindos das demandas das classes médias”. Oliveira, F. *Op. cit.*, 1982, p. 50.

³⁰⁴ Skidmore, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Trad. Original em inglês de 1966. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

questão da formação e caracterização da classe média no Brasil foi Décio Saes³⁰⁵.

Com vistas a compreender o comportamento político da classe média ao longo de diferentes períodos da história social e política brasileira, Saes mostra como ela não era um bloco monolítico, alinhado com a classe dominante, mas um agregado de facções divididas entre a velha e a nova classe dominante e entre as classes dominantes e as classes populares.

Durante o regime oligárquico, o desenvolvimento industrial articulou a economia do centro-sul cafeeiro definitivamente ao mercado mundial, alargando o processo de acumulação de capital, organizando o trabalho livre e criando um mercado de consumo interno. A burguesia industrial emergente lutou pela autonomia política no seio da classe dominante, com vistas a favorecer a imigração, o financiamento, a comercialização dos bens produzidos, etc. Essas lutas não ambicionavam a tomada do poder direto mas, antes, uma articulação com a classe dominante agrária, com vistas à descentralização política, em um movimento de alternância de favorecimentos e vantagens públicas, no regime republicano³⁰⁶.

Saes explica o nascimento da classe média sob a custódia da consolidação do Estado nacional, que requeria um vasto campo burocrático civil e militar, e da expansão da economia cafeeira, que criava um novo aparelho urbano de serviços. Dois grupos principais formavam essa nova massa urbana: de um lado, as famílias de pequenos proprietários expulsos pela concentração fundiária. A eles, foram reservados os melhores cargos da burocracia de Estado. Do outro, as massas rurais impelidas à cidade devido à exploração, à miséria e à concentração da propriedade rural. Esses ocupavam os

³⁰⁵ Saes, D. *Classe Média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985. Para o autor, a definição logicamente incoerente do conceito de classe média contribui para seu comportamento social ambíguo e passível de manipulação: a categoria “classe” pressupõe uma posição quanto às relações de produção, enquanto a noção de “média” pressupõe uma estratificação social. Assim, a classe média não se engaja diretamente no antagonismo entre as classes, como a burguesia e o operariado. A classe dominante e o Estado capitalista utilizam-se dessa fragmentação do mundo do trabalho como uma prática cotidiana e permanente de consolidação de sua dominação. Daí, talvez, o esquecimento no qual a classe média permaneceu como objeto de estudos durante período tão extenso no Brasil, ainda que tenha sido considerada como camada social essencial para o pleno desenvolvimento capitalista por autores como Florestan Fernandes.

³⁰⁶ A burguesia industrial nasceu no seio da economia agrário-mercantil e permaneceu estreitamente ligada a ela. Waren Dean mostra como a indústria nacional nasce de necessidades locais ligadas ao comércio de exportação dos produtos agrícolas. Dean, W. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)* [1969]. São Paulo: Difel, 2ª ed., s/d.

postos de menor prestígio, patamares inferiores do terciário urbano, tornando-se empregados de bancos e escritórios ou pequenos funcionários do Estado³⁰⁷.

Ao longo da etapa agrária, a impessoalidade no mercado de trabalho foi turvada pela presença dos critérios tradicionais de recrutamento baseados nas relações de cordialidade e lealdade. Na nova sociedade industrial, consolidavam-se novos critérios de recrutamento, de caráter impessoal e mais independente, impedindo a pré-disposição pró-oligárquica.

As relações entre as camadas médias urbanas e o sistema político só se estabelecem de fato a partir dos anos 30, por meio de uma inclusão das camadas médias tradicionais e da exclusão da baixa camada média e das camadas populares³⁰⁸.

A classe média formava o mercado de consumo urbano. Ao destruir o monopólio político das oligarquias, a Revolução de 30 criou condições para a aceleração da industrialização e para a implantação de um Estado intervencionista e industrializante. O objetivo dos grupos emergentes era destruir o monopólio oligárquico do sistema político, por meio da instauração de um Estado “de compromisso”, de uma nova relação entre o bloco dominante e as classes populares, para que a quebra do monopólio fosse definitiva³⁰⁹.

O equilíbrio de poder durante todo o período dos anos 30 era instável. Eram as massas urbanas que garantiam estabilidade à nova política dominante. Saes mostra o percurso da classe média desde o reconhecimento do direito à política e da possibilidade de influenciar no processo nacional de tomada de decisão pelo próprio Estado até a negação desse direito a partir do golpe militar³¹⁰.

A presença da classe média requeria do Estado a ampliação do acesso à cultura e ao lazer urbano, que já vinha sendo promovido em São Paulo desde os anos 30³¹¹. Nos anos 50, O Parque Ibirapuera representava esses mesmos

³⁰⁷ Saes, D. Op. cit., 1985, pp. 47-62.

³⁰⁸ Idem, p. 62.

³⁰⁹ Idem, pp. 83-84.

³¹⁰ Idem, pp. 22-24.

³¹¹ Em São Paulo, nesse período, uma nova fase do desenvolvimento urbano toma corpo, circunstanciada nas profundas mudanças em nível nacional, apoiadas no amplo desenvolvimento econômico experimentado a partir da implantação industrial e também do debate político em torno da Revolução Constitucionalista de 1932. Particularmente entre 1930 e 1937, foi possível a emergência de uma relativa autonomia de poder político no contexto paulista. As pressões políticas provenientes de São Paulo giravam em torno da luta por uma

interesses. Além de fomentar o espaço de sociabilidade e de contato com a natureza previsto por Harvey nos casos de urbanização intensa, o parque ainda difundia o valor das artes, da ciência, do desenvolvimento e da cultura, visando tanto criar um novo elemento de consumo coletivo como incrustar modos de conduta burgueses na classe trabalhadora e garantir determinado equilíbrio psicofísico que impedisse o colapso fisiológico do trabalhador³¹². O papel de Ciccillo nesse sentido foi preponderante.

Entre os trabalhos encomendados pela comissão do IV Centenário, consta um estudo de opinião pública solicitado com vista a “dar informações seguras para a execução do programa de relações públicas da Comissão”³¹³. O estudo propunha-se a esclarecer o que sabia o público paulistano sobre os trabalhos da Comissão, o que se pensava a respeito desses trabalhos e se havia ou não aprovação pública do projeto. No caso de desaprovação, propunha-se também a investigar as razões dessa opinião e as sugestões do público sobre o programa de comemorações.

A pesquisa foi realizada entre os dias 10 e 30 de abril de 1953, por 12 entrevistadores, em residências particulares de vários bairros da cidade³¹⁴. Foram realizadas 400 entrevistas em domicílio, com um público de classe “alta e média”, com grau de instrução intermédio (secundário) e superior³¹⁵. A pesquisa seria feita só com pessoas de classes média e alta “em obediência a

nova Constituição. Como resultado dessa pressão, em 1934 é promulgada a nova Constituição. Nesse contexto, Armando Salles de Oliveira (1887-1945) e Fábio Prado (1887-1963) do Partido Democrático, são nomeados, respectivamente, interventor estadual e prefeito da cidade de São Paulo. Tendo em vista a situação conturbada, de grande instabilidade política, esse período terá importância significativa no sentido de consolidar, por um lado, a oposição ao governo federal e, por outro lado, a implementação de uma política de caráter social que amortizasse os efeitos do movimento anarco-sindicalista.

³¹² Essa idéia provém da leitura marxista de David Harvey sobre a criação de espaços livres na cidade moderna e industrial. Ver Harvey, D. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. In *Espaços e Debates*, n.º 06, São Paulo: NERU, setembro de 1982.

³¹³ Fundo IV Centenário, caixa 62, processo n.º 1740 do AHMWL, de 25 de fevereiro de 1953.

³¹⁴ Houve uma pequena licitação para a contratação da pesquisa, da qual participou também o IBOPE, com uma proposta mais cara, que teria sido recusada pela Comissão. A proposta do IBOPE se comprometia a apurar o grau de interesse do paulistano pelas comemorações programadas; o que deveria ser feito na opinião do paulistano, para dar maior realce aos festejos do IV Centenário; o índice dos paulistanos que acompanhavam as realizações da Comissão do IV Centenário; a opinião dos paulistanos sobre a Comissão do IV Centenário; o índice dos paulistanos que acreditavam no êxito das comemorações do IV Centenário e outros dados de interesse da contratante.

³¹⁵ Instituto de pesquisa de opinião e mercado – IPOM. “Estudo de opinião pública sobre as comemorações do IV Centenário de São Paulo”. 25 de junho de 1953. O estudo foi desenvolvido por Octavio da Costa Eduardo (diretor de pesquisa e responsável pela pesquisa), C. Wilson, Monroe L. Mendelsohn, Elmo Rooper e Joshua B. Powers.

instruções da comissão de relações públicas da comissão do IV centenário, a qual desejou limitar o estudo a uma amostra selecionada, presumivelmente mais bem informada que o grosso da população”³¹⁶. Entre os entrevistados, havia 21 donas de casa, 18 profissionais liberais, 15 comerciários, 13 comerciantes, 8 estudantes, 6 funcionários públicos, 5 contadores, 3 industriais, 2 militares, 2 bancários 1 padre e 6 pessoas de outro enquadramento segundo a ocupação³¹⁷.

Ainda que a proposta de sondagem aprovada se comprometesse a trabalhar “com pessoas de ambos os sexos, de diferentes idades e das várias camadas sócio-econômicas, residentes em vários distritos do município”, o estudo selecionou uma mulher para cada três homens, em função da presunção de que os homens estariam mais bem informados que as mulheres. De acordo com o relatório, “o número de pessoas do sexo feminino é, porém, satisfatório para permitir a comparação com os homens, os quais, como é sabido, são os líderes de opinião na sociedade brasileira”³¹⁸.

Aos entrevistados, foi perguntado se sabiam qual era o órgão encarregado; quando se iniciariam os festejos; se tinham conhecimento da feira internacional e onde se localizaria; se sabiam se a feira ocuparia uma área grande ou pequena do parque. Nesse ponto, o questionário especificava: “algumas pessoas têm dito que com a localização da Feira no Parque Ibirapuera, esse grande parque será devastado, com prejuízo para a cidade. Que acha dessa opinião?”³¹⁹.

Outras perguntas versavam sobre quais eram as principais atividades culturais, congressos, concursos, festividades e divertimentos programados, pedindo a opinião dos entrevistados; sobre o que a comissão estava fazendo pela acomodação das pessoas; sobre o atraso ou adiantamento dos trabalhos da comissão, em dias; sobre se a comissão era paga; se a repercussão seria local, estadual, nacional ou internacional; se o Governo Federal devia ou não conceder divisas para propaganda no estrangeiro; se seria vantajosa, do ponto de vista

³¹⁶ Fundo “IV Centenário”, caixa 62, processo n°. 1740 do AHMWL, de 25 de fevereiro de 1953, fl. 01.

³¹⁷ Idem, fl. 03.

³¹⁸ Idem. *Ibidem*.

³¹⁹ Fundo “IV Centenário”, caixa 62, processo n°. 1740 do AHMWL. Novamente, nesta pergunta, torna-se evidente a reação à polêmica gerada com relação à construção de pavilhões permanentes no parque, analisada no Capítulo 6.

econômico, a vinda de turistas³²⁰. Finalmente, perguntavam se o entrevistado desejaria dizer mais alguma coisa, fazer críticas ou dar sugestões³²¹.

Os resultados do estudo feito não visavam alterações no programa, no projeto, ou na destinação de verbas, mas objetivavam, sobretudo, informar à própria comissão sobre como a população da cidade estava recebendo os trabalhos para comemoração IV Centenário, com a finalidade avaliar sua repercussão e sua popularidade. Mesmo a questão sobre a proteção de áreas verdes e a polêmica em relação à área construída foram levantadas, menos para considerar uma reversão na ocupação do parque do que para confirmar a anuência da população em relação às decisões tomadas. O que importava era que a população se identificasse com os festejos comemorativos³²².

No relatório contratado, a classe média parece ter sido considerada uma camada fundamental para a formação da opinião pública acerca da própria Comissão. Na década de 50, o Parque Ibirapuera era proposto como lugar de vazão para uma “missão civilizatória”, herdeira do modernismo institucional paulistano da década de 1930, agora com feições voltadas para a massa urbana e para a construção de uma metrópole que tinha um futuro promissor. Seu programa implicava em uma estratégia de ampliação do acesso ao lazer e à cultura para toda a população urbana. A proposta do parque comemorativo, institucional e de forte apelo cultural vem mostrar o quanto se conjugavam, à época, os interesses do Estado em fomentar a ampliação da camada média urbana – através da democratização do acesso às artes e à cultura como programa público – aos interesses da elite em promover a criação de um mercado consumidor de arte, de cultura, de produtos industriais, de ciência e de tecnologia no Brasil.

³²⁰ Sem dúvida, um dos objetivos dos festejos do IV Centenário era o fomento do turismo na capital. Prova disso são todos os recursos mobilizados pela Comissão e pela Prefeitura para o investimento em hotéis, por exemplo, ou os artigos de jornal sobre o tema, como “Centenas de milhares de visitantes serão atraídos pela exposição feira internacional de 1954”. *Diário de São Paulo*, 17 de fevereiro de 1953. Ainda que considerada sua relevância para a cidade no momento, as implicações dos festejos sobre o turismo não foram incluídas no escopo deste trabalho.

³²¹ Fundo “IV Centenário”, caixa 62, processo nº. 1740 do AHMWL. Não cabe à abrangência deste trabalho a análise dos resultados de tal enquête. Merece destaque, a título de curiosidade, que 90% dos entrevistados sabiam que os festejos seriam no Ibirapuera e 85% sabiam da Feira Internacional, 79% não achavam que o parque seria devastado e os 12% que achavam isso se justificavam “com o argumento de que São Paulo, como grande metrópole, precisa de parques”, 69% achavam que os trabalhos da comissão estavam atrasado, 74% não sabiam qual era a verba destinada para os festejos e 26 % sabiam que a Comissão nada recebia.

³²² O relatório da pesquisa explicita que os resultados prestavam-se “para providências publicitárias”, deixando claros os objetivos da pesquisa de opinião. *Idem*, fl. 14.

Capítulo 5.

Espaços livres no relatório de Robert Moses (1950)

Durante a década de 50, na Sociedade Amigos da Cidade, um dos principais assuntos de discussão ainda era o Plano Regulador. O tema era invocado novamente em função da vinda a São Paulo dos urbanistas americanos da equipe de Robert Moses³²³, convidados pela Prefeitura para desenvolver um estudo que desse bases para a formulação do Plano. A vinda da equipe foi financiada pelo International Basic Economy Corporation – IBEC, instituição fundada em 1947 por Nelson Rockefeller para dar apoio econômico aos países em desenvolvimento. Sua atuação na cidade de São Paulo era observada pelos membros da Sociedade:

O sr. Walfrido Prado Guimarães, usando da palavra, tratou do Plano Regulador, em virtude da próxima vinda de técnicos americanos para prestar colaboração nesse novo órgão da prefeitura municipal. S. s. fez referências a um dos técnicos, o Sr. Robert Moses enaltecendo a sua grande competência, comprovada em obras por ele realizadas, destacando-se a reconstrução de Nova York, orçada em um bilhão de dólares, e a remodelação de Baltimore, cidade de grande tráfego³²⁴.

O relatório de Moses discutiria, entre outros temas, os parques públicos da metrópole, de forma sistêmica e articulada, menos por qualquer tipo de filiação teórica que por uma questão pragmática: o acesso aos grandes equipamentos de lazer era uma premissa importante para seu sucesso. Moses

³²³ Robert Moses (1888-1981), doutor em ciências políticas, é considerado o mais poderoso político no campo das obras públicas da cidade de Nova Iorque durante as décadas de 1930 a 1960. Foi um dos autores do Plano Regional de Nova Iorque e Presidente do Conselho de Parques daquela cidade. Sob sua influência, foram construídas pontes, viadutos, túneis, vias expressas e estradas, favorecendo sempre o automóvel particular sobre o transporte público coletivo. Foi o proponente também de um amplo sistema de parques e grandes áreas de lazer para Nova Iorque, em escala metropolitana. Demoliu bairros inteiros para dar origem a novos projetos urbanos, substituindo edifícios tradicionais baixos por torres altas, multiplicando o valor do solo urbano. Ver Caro, R. *The power broker Robert Moses and the fall of New York*. Nova Iorque: Vintage, 1975.

³²⁴ Sociedade Amigos da Cidade. *Livro de atas de 17 de setembro de 1951 a 14 de setembro de 1955*. Reunião de 12 de Junho de 1950.

entendia que o acesso aos diferentes setores da metrópole deveria ser feito por meio de grandes avenidas, favorecendo a circulação de automóveis particulares.

Os objetivos do trabalho, conforme o contrato assinado com a Prefeitura Municipal, eram o estabelecimento da planta geral e o plano de zoneamento do município, um sistema de artérias de tráfego e de transporte coletivo, um sistema de parques e praças de recreio, a retificação do rio Tietê e do rio Pinheiros, o saneamento e a urbanização das várzeas e um plano de eliminação de resíduos urbanos, prevendo também a sugestão de métodos de financiamento para a aplicação das propostas previstas³²⁵.

O plano da equipe de Robert Moses defendia o controle do crescimento da cidade através do zoneamento. Sua concepção de controle da cidade por meio do zoneamento estava articulada, entre outros itens, ao projeto de um sistema de parques e recreação para toda a cidade: o “controle de zonas” deveria ser “precedido pela escolha da localização de espaços livres tais como: principais artérias de tráfego, parques, praças de recreio, jardins públicos e edifícios”³²⁶.

Justificava Moses: “Os parques são necessários no planejamento inteligente de uma cidade”, porque contribuem para seu embelezamento, porque os espaços livres, gramados e flores “quebram a monotonia do cimento” e porque “proporcionam ar saudável e luz do sol ao ambiente”, agindo diretamente sobre a “saúde física e mental dos habitantes”, contribuindo para seu “descanso e recreação”. Ressaltava que “sua função é sobretudo recreativa”³²⁷.

Em termos do sistema de parques e jardins existente na cidade de São Paulo, a equipe de Moses apontava para a sua “inadequação”, “especialmente nos bairros”. Atentava para o fato de que “as possibilidades de expandi-lo vão desaparecendo rapidamente, em conseqüência da alta vertiginosa dos preços dos terrenos e da construção descontrolada dos edifícios, que absorvem todos os espaços livres”³²⁸.

³²⁵ Moses, R. (et al). *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo*. Nova Iorque: Steidinger Press, 1950, p. 08.

³²⁶ Idem, p. 17.

³²⁷ Idem, p. 56.

³²⁸ Idem, p. 16.

O “sistema de recreação pública” existente e, segundo a equipe, inadequado, era composto por três categorias diferentes de espaços:

1. parques, praças, refúgios e canteiros ajardinados das vias públicas, que estavam sob a jurisdição do Departamento de Serviços Municipais, Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios;
2. os vinte e quatro centros de recreação e o Estádio Municipal, controlados pelo Departamento de Educação, Assistência e Recreação;
3. os três grandes parques estaduais situados dentro dos limites da cidade³²⁹.

Para aqueles urbanistas, os grandes parques também eram inadequados, sobretudo por não serem suficientes para o tamanho da cidade. Nesse sentido, a equipe sugeria a reserva de áreas junto aos canais dos rios Pinheiros e Tietê, nas terras a serem beneficiadas através das obras de retificação.

Sua crítica aos parques e praças de São Paulo sob a autoridade da Divisão de Parques, Jardins e Cemitérios era que eles não haviam sido projetados visando a recreação de pessoas de todas as idades, mas sobretudo “o embelezamento da cidade”. Além disso, eram “poucos em números”, “pequenos” e “inadequados para o recreio ativo”. Os 24 centros e parques de recreio sob jurisdição do Departamento de Educação, Assistência e Recreio estavam em melhores condições, segundo o plano, sobretudo os mais recentes, porém “suas instalações não são satisfatórias do ponto de vista da recreação”: voltavam-se mais para o atendimento médico, dentário e higiênico da população, oferecendo também alguns equipamentos esportivos, quadras, piscinas e salas de ginástica³³⁰.

Sobre os parques estaduais, seus principais apontamentos críticos são no sentido da dificuldade de acesso e dos terrenos acidentados, apesar de reconhecer neles a utilização para “*pic-nics*, exposições botânicas e outras formas de recreação passiva”³³¹.

O plano propunha uma espécie de definição do que deveria ser um sistema recreativo bem organizado:

³²⁹ Idem, p. 55.

³³⁰ Idem, p. 56.

³³¹ Idem, p. 57.

*atender às necessidades de indivíduos de todas as idades, contar com um certo número de parques razoavelmente amplos e acessíveis, com extensas áreas arborizadas e ajardinadas, muitos campos marginais de recreio e espaçosas áreas para atletismo, além de parques locais, nos bairros, de um a três hectares, dotados, da mesma sorte, de instalações adequadas para pessoas de todas as idades*³³².

A idéia de sistema tornava-se mais complexa à medida que o estudo diferenciava os tipos de espaços livres sugeridos: parques, jardins de recreio e instalações recreativas. Em relação a parques, propunha-se uma distinção entre os parques de bairro e os grandes parques. A segunda distinção feita no relatório da equipe de Moses era entre os centros de recreio, “amplos e equipados de bons e modernos parques infantis”, e praças de recreio, ou *playgrounds*³³³. Para esses últimos, sugeria-se a multiplicação dos espaços e a simplificação e unificação dos equipamentos para seu barateamento, possibilitando o atendimento de toda a população, considerada de 2 a 3 milhões de habitantes³³⁴.

Como na proposta de Moses para Long Island, em Nova Iorque, a equipe apontava a importância das praias de Santos para o sistema de recreio metropolitano, embora afastadas da cidade³³⁵. Sugeria-se para as praias da cidade portuária a construção de uma estrada-parque ao longo da orla, edifícios para serviços públicos em geral e praças de estacionamento para o acesso à praia através de automóveis particulares, a fim de prepará-las para receber visitação em massa.

Para a equipe de urbanistas americanos, “o propósito essencial de um parque é o recreativo, não o estético”³³⁶. Entre as recomendações feitas no plano, constavam:

1. a adaptação dos parques existentes para uso de recreação ativa, inclusive no Parque Ibirapuera, para o qual os planos existentes

³³² Idem, p. 56.

³³³ Nota-se que a terminologia utilizada para designar os espaços livres, “parques”, “jardins” e “playgrounds” era a mesma utilizada por Prestes Maia no Plano de Avenidas.

³³⁴ Clubes particulares também são mencionados, evidenciando-se porém a restrição de acesso e o encarecimento desses equipamentos em função da localização e do valor crescente do terreno em que estão implantados. “Os clubes esportivos particulares que contam com instalações adequadas não fazem parte do sistema recreativo da cidade e tampouco podem substituí-lo”. Idem. *Ibidem*.

³³⁵ Sobre o projeto de Moses para Long Island, ver Berman, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.

³³⁶ Moses, R. *Op. cit.*, 1950, p. 56.

deveriam ser reconsiderados, visando o fornecimento de áreas mais convidativas para a recreação ativa;

2. a necessidade de o município iniciar imediatamente a construção de 50 novos parques locais de recreio, para uso de recreação ativa para todas as idades. Reforçava-se que a prefeitura não vinha sabendo aplicar a lei que regulamentava a doação de 10% de áreas de glebas parceladas para instalação de parques, jardins e espaços públicos quando da abertura de loteamentos urbanos;

3. a reserva de área para quatro grandes parques, em locais acessíveis a partir do centro da cidade, aproveitando as várzeas dos rios Pinheiros e Tietê. Sugeria-se também a instalação de um parque em Santo Amaro;

4. as praias de Santos e o Parque do Estado seriam obras estaduais, mas deveriam fazer parte do sistema de parques e recreação da cidade³³⁷.

Para o financiamento do sistema de espaços livres, Moses propunha três formas diferentes: verbas escolares para parques recreativos previstos junto às escolas, fundos provenientes de obras viárias e da canalização dos rios Tietê e Pinheiros e impostos e fundos da dívida municipal.

*Pela lei vigente, o município tem autoridade para exigir o estabelecimento de parques de recreio adequados, em todas as extensas zonas urbanizadas, da mesma maneira e de acordo com os mesmos princípios que regulam o estabelecimento das ruas*³³⁸.

Além dessas recomendações, o plano sugeria ainda a construção de 20 campos locais e marginais de recreação nos parques existentes (orçados em Cr\$ 26.000.000,00), 50 novos parques locais de recreação (Cr\$ 140.000.000,00), parques maiores nos vales dos rios Pinheiros e Tietê (Cr\$ 71.000.000,00), e investimentos em melhorias para recreação ativa no Parque do Estado (Cr\$ 7.500.000,00) e nas praias de Santos (Cr\$ 42.000.000,00), os dois últimos com recursos do Estado.

O item “parques e praças de recreio” aparece no relatório de Moses em pé de igualdade com os demais itens do urbanismo metropolitano, como o transporte ou o sistema de infra-estruturas urbanas. Essa forma de apresentar o

³³⁷ Idem, pp. 59-60.

³³⁸ Idem, p. 17.

problema indica que o tema dos parques e espaços livres passava a ter outro valor, inclusive para a própria Prefeitura, que havia encomendado o estudo. Ainda que não tenha sido implementada, a proposta de Moses revela que o problema dos parques públicos passava para um novo patamar em São Paulo a partir de 1950. Não era mais entendido como um problema secundário, mas como uma questão estrutural do desenvolvimento urbano.

No entanto, para Moses, esse “sistema de parques” inseria-se no complexo urbano através do zoneamento. Para o autor, os parques urbanos deveriam fazer parte de um sistema “articulado e integrado”. Moses apresentava a questão dos parques de forma sistêmica porque pensava em uma hierarquia entre os espaços – articulada, porque pensava em cada pedaço da cidade, e integrada, porque pensava na cidade como um todo. Sua proposta de zoneamento previa a setorização da cidade, de forma a permitir a regulamentação dos adensamentos e da verticalização, além dos parques, inseridos nos diferentes setores como equipamentos de lazer para a população urbana. No entanto, não consta no seu relatório a localização dos parques na cidade.

No modo como é empregada no relatório, no caso do sistema de parques de São Paulo, a palavra “sistema” significa apenas “conjunto”. Embora sugerisse a criação de diversos parques por setor da cidade, hierarquizados, diferenciados quanto a seus usos e funções e interligados por meio de avenidas e vias expressas, sua proposta não partia do pressuposto da efetiva conversão dos espaços vazios no território existente em parques e áreas verdes.

Outra questão que merece destaque é a importância dada no plano para a conversão de usos das áreas de lazer existentes na cidade para uma função de recreação ativa. “Há de aumentar a procura de espaços dedicados à recreação pública” em função da política estabelecida de levar a educação a todos os cidadãos e da liberação do tempo do trabalhador com a diminuição das jornadas de trabalho, como resultado da industrialização crescente do país³³⁹.

Ao comparar as formas de tratamento dos parques públicos nos planos para São Paulo, Bartalini ressalta diferenças de conteúdo entre o modo pelo qual os parques são apresentados no Programa de Melhoramentos, de Moses, e

³³⁹ Idem, p. 58.

no Plano de Avenidas, de Prestes Maia, elaborado 20 anos antes. Para o autor, a diferença fundamental concentra-se na passagem de um paradigma sustentado por um amplo referencial teórico, no caso de Prestes Maia, para um paradigma de caráter pragmático, no caso de Moses³⁴⁰. Tendo em vista, porém, o modo pelo qual o referencial teórico internacional era incorporado por Prestes Maia, a exemplo da obra de Hénard, analisada no Capítulo 2 deste trabalho, supomos que tal referencial era utilizado pelo autor antes para dar sustentação ao plano proposto que propriamente para demarcar uma filiação teórica. Nesse sentido, o plano de Prestes Maia também continha, a nosso ver, um caráter fortemente pragmático, apesar das inúmeras citações e da mostra de um vasto conhecimento das obras de urbanismo realizadas no mundo.

Nesse sentido, não seria a passagem do plano teoricamente fundamentado para o pragmatismo a principal diferença entre os planos. Para nós, sobressai-se outra diferença fundamental. No Plano de Avenidas, destacava-se a função dos parques no embelezamento e na higiene urbana, emergindo o aspecto contemplativo. No Programa de Melhoramentos, os parques eram apresentados como elementos fundamentais de um sistema recreativo de lazer ativo³⁴¹. Essa passagem parece essencial, revelando uma mudança no próprio conceito de “parque” entre os dois momentos.

No caso do Parque Ibirapuera, essa mudança foi fundamental. A concepção do parque efetivamente implantado em 1954 não foi diretamente influenciada pelo relatório de Moses. Há quem tenha dito que os arquitetos de São Paulo não chegaram sequer a tomar conhecimento do plano³⁴². Ainda assim, é possível pensar que as proposições sobre os espaços livres contidas no documento permitiram atribuir novas funções para os parques municipais em

³⁴⁰ Bartalini, V. *Op. cit.*, 1996.

³⁴¹ A idéia de Moses foi retomada por Anhaia Mello, que inseriu essa nova modalidade de “espaços livres” como “sistema de recreio” em um modelo complexo de cidade, como veremos no Capítulo 6 deste trabalho.

³⁴² Quem fez a afirmação foi o arquiteto João Batista Villanova Artigas, em entrevista a Aracy Amaral. “Ele [Nelson Rockefeller] mandou para cá um urbanista de Nova York que contratou, e ele esteve aqui, ‘fechado num ônibus’, como eu disse... mas nunca saiu do papel. Esse plano foi apresentado num relatório que a Biblioteca Municipal deve ter. Quem o publicou foi o Adhemar de Barros, que era o prefeito de São Paulo, com o título de Plano de Melhoramentos para São Paulo, sem o nome do IBEC. Papel cuchê, tem umas trinta páginas, com capa, e é um documento histórico muito importante. Por que o planejamento urbano perdeu toda continuidade, com essa tecnocracia indignada que está havendo por aí, essa gente de hoje...” E, logo em seguida: “Nenhum arquiteto paulista tomou conhecimento daquilo, nenhum.” Amaral, A. *Textos do Trópico de Capricórnio. Artigos e ensaios (1980-2005)*. Vol. 1: Modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: editora 34, 2006, pp. 193-194.

São Paulo, incluindo um novo programa de cultura e lazer para o Ibirapuera. Mas as repercussões do trabalho de Moses surtiram efeito também sobre outros agentes: os opositores da idéia de se construir pavilhões permanentes no parque. Essa discussão, que provocou uma longa e profunda polêmica entre os anos de 1951 e 1954, será analisada no próximo capítulo.

Capítulo 6.

Argumentos de oposição: opinião pública, entidades e imprensa (1950-1953)

A construção desses palácios significa o desaparecimento definitivo do Ibirapuera como parque público.

(“Mutilação do Parque Ibirapuera”. In: *Anhembi*. Ano III, nº 29, vol. X, abril de 1953, p. 294)

Sem dúvida, as decisões tomadas pela comissão encabeçada por Cicillo não foram colocadas em prática sem polêmica, sem opositores e sem disputas. Muita gente era contra a idéia de construir pavilhões permanentes no parque.

Um dos artigos mais veementes contra a edificação dos pavilhões na área do parque foi publicado em 1953 na revista *Anhembi*. Editada pelo jurista, jornalista e antropólogo Paulo Duarte entre 1950 e 1962, a revista *Anhembi* divulgava para o público leitor artigos de intelectuais ligados à Universidade de São Paulo³⁴³. O artigo sobre o parque, não assinado, não poupava adjetivos.

*Consumaram-se os incríveis atentados resolvidos pela Comissão de Executivos do IV Centenário contra o Parque do Ibirapuera. Foi inútil o clamor público, inúteis os protestos de urbanistas, de entidades como a dos Amigos da Cidade (que aliás, parou logo a sua voz) e a maioria da imprensa de S.Paulo. Todos os homens de bom senso levantaram-se contra essa acanhada resolução de fazer-se naquele parque a exposição do centenário e erigirem-se as enormes construções ali projetadas*³⁴⁴.

Após as comemorações, o artigo defende que os pavilhões deveriam ser destruídos, com a finalidade de recuperar o verde do parque. Seu autor faz crer que não estava sozinho em sua opinião: pelo contrário, contava com o apoio do “clamor público”, dos “urbanistas”, de “entidades” e da “maioria da imprensa”,

³⁴³ Antes do artigo publicado explicitamente contra a decisão de se fazer a comemoração do IV Centenário no Parque Ibirapuera, a revista já havia publicado um artigo em defesa das áreas livres, dos parques e jardins da cidade. Ver “Os abandonados jardins, parques e praças públicas do Brasil”. In: *Anhembi*. Ano II, nº 13, vol. V, dezembro de 1951, pp. 130-136.

³⁴⁴ Ver “Mutilação do Parque Ibirapuera”. In: *Anhembi*. Ano III, nº 29, vol. X, abril de 1953, pp. 293-295. Grifos nossos. Retomaremos outros trechos do artigo para uma discussão do que parece ter sido a mais forte oposição à construção dos diversos pavilhões de feiras e exposições no Parque Ibirapuera na época.

e acusava a comissão de ir “contra a opinião pública, contra o parecer de entidades culturais, contra o parecer da melhor imprensa”³⁴⁵. Quem seriam esses interlocutores singelamente ocultados, mas tão ativos e sonoros nos seus clamores e protestos?

Ao mesmo tempo em que a questão dos espaços livres de São Paulo era estudado de forma sistêmica, articulada e integrada no relatório de melhoramentos públicos desenvolvido pelos especialistas norte-americanos, o Parque Ibirapuera voltava a ser assunto central nas discussões da Sociedade Amigos da Cidade, e sobretudo tema de notícias no jornal *O Estado de São Paulo*. O principal problema colocado em relação ao parque, em ambos, era a ameaça de ser ocupado pelas instalações da exposição do IV Centenário.

Em 1950, a Sociedade publicou um texto de Goffredo da Silva Telles defendendo a implantação definitiva de um parque nos terrenos de Ibirapuera³⁴⁶. O documento é, na verdade, uma carta endereçada ao prefeito da cidade, Christiano Stockler das Neves, em 1947, tratado como “abalizado especialista em matéria de urbanismo”³⁴⁷. A carta era um pedido para que não fossem “desvirtuados os fins a que se destinam as terras de Ibirapuera”³⁴⁸, tendo em vista os propósitos do governo de “dispensar sua atenção ao problema dos parques e jardins públicos”³⁴⁹.

O ex-prefeito colocava a questão em termos da retomada de uma preocupação “que já se apresentava com aspectos de real gravidade aos olhos dos observadores de outrora”, inserindo o problema no contexto de uma

³⁴⁵ Idem, p. 295.

³⁴⁶ Telles, Goffredo T. da Silva. *São Paulo. Cidade sem parques e sem áreas livres*. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, maio de 1950. A coleção não foi muito regular: os sete números precedentes foram publicados, um por ano, de 1936 a 1938, em 1941, 1943, 1944 e 1947; os assuntos vão do zoneamento e do loteamento urbano aos temas ligados ao tráfego, transportes coletivos, cruzamentos e acidentes de trânsito. Em seu artigo, Telles retoma muitos dos argumentos expostos no parecer feito em defesa do Parque Ibirapuera contra a implantação do aeroporto, de 1935, discutida no Capítulo 1.

³⁴⁷ Christiano Stockler das Neves (1889-1982), arquiteto e político, foi prefeito da cidade de São Paulo por um curto período em 1947. Filho do engenheiro Samuel das Neves, realizou diversas obras públicas de arquitetura, como a Estação de São Paulo da E. F. Sorocabana, atual Estação Júlio Prestes, pela qual foi premiado. Foi criador do curso de arquitetura na Escola de Engenharia Mackenzie, em 1917, e fundador da Faculdade de Arquitetura Mackenzie, em 1947. Em 1951, desenvolveu um projeto para o Parque Ibirapuera, em estilo *Beaux-Arts*.

³⁴⁸ Telles, G. T. S. *Op. cit.*, 1950, p. 04.

³⁴⁹ Idem. *Ibidem*, p. 05. Os argumentos do texto retomam também os termos do parecer elaborado pelo mesmo Goffredo da Silva Telles juntamente com Anhaia Mello e Dácio de Moraes contra a implantação do aeroporto no Ibirapuera.

evolução histórica e citando inclusive sua própria atuação em 1932 no sentido de instituir o Parque Ibirapuera.

Seu discurso retomava a argumentação do parecer emitido contra a implantação do aeroporto na várzea do Ibirapuera em 1936³⁵⁰, chegando a repetir trechos do texto ou modificando algumas palavras. O novo texto sustentava-se, inicialmente, no “plano elevado em que os técnicos de administração de cidades têm colocado a questão das reservas e distribuição de áreas livres para logradouros ajardinados ou florestados de uso público”³⁵¹.

Tal como no parecer de 1936, o tratamento da questão das áreas livres era colocado no plano do debate internacional, comparando a situação de São Paulo com cidades da Europa e dos Estados Unidos. São Paulo era descrita como uma cidade carente de “zonas de respiração”, “privada de logradouros públicos” e “uma das mais desfavorecidas das grandes aglomerações humanas”. Novamente, o ex-prefeito lembrava que a “cidade de tipo ralo”, como São Paulo era considerada, estava mudando, se adensando a cada dia³⁵². Assim, a gravidade observada outrora tendia a piorar, dado o “crescimento da população”, a acentuação do “adensamento das construções e o congestionamento dos bairros”, o “caráter cada vez mais tumultuoso da vida moderna” e o aumento da “insalubridade do meio urbano”³⁵³.

O debate internacional foi retomado por Telles em dois sentidos: o primeiro, recorrente em seu discurso, é o da comparação entre as grandes cidades do mundo em termos de áreas livres por habitante³⁵⁴; o segundo é o da inserção econômica de São Paulo no cenário internacional, que favorecia um desenvolvimento urbano ainda mais acirrado.

Em termos das perspectivas de crescimento para São Paulo, Telles trabalhava com os dados de um “relatório elaborado nos Estados Unidos”, que apontava, de acordo com os índices de desenvolvimento de São Paulo, que a

³⁵⁰ Ver análise do parecer no Capítulo 1 deste trabalho.

³⁵¹ Telles, G. T. S. *Op. cit.*, 1950, p. 05.

³⁵² *Idem*, p. 07.

³⁵³ *Idem*, p. 05.

³⁵⁴ Telles utilizara dados comparativos de espaços públicos de grandes cidades no parecer de 1936 e na campanha de proteção da natureza contra a construção do parque. Na carta de 1947, o ex-prefeito retomava o texto do parecer de 1936, citando o caso das “*growing cities*” americanas, como Huston e Washington, ou cidades como Chicago, Colônia e Sheffield, consideradas como “parcamente servidas de logradouros públicos”, ou ainda Paris, cidade muito densa porém “longe de ser a mais bem dotada de jardins públicos”. A semelhança com os argumentos utilizados por Hénard em 1903 é notável.

cidade estava tornando-se “entreposto de uma vasta região do continente”, exercendo uma “verdadeira supremacia comercial”³⁵⁵.

Nesse sentido, com o aumento previsto da população urbana – que deveria quadruplicar em vinte anos –, a cidade passaria a ter o índice infame de um quarto de metro quadrado de áreas livres por habitante, sendo necessário multiplicar em 24 ou 25 vezes as áreas de parques públicos em duas décadas. Perspectiva flagrante, tendo em vista as poucas áreas livres ainda disponíveis dentro da cidade para esse fim.

*Dada a escassez de terrenos municipais para a compra de glebas novas, fácil é predizer, em qualquer hipótese, a despeito de quantos esforços possam ser empregados pelas sucessivas administrações, a mediocre posição que nossa Capital poderá ostentar no tocante a esse assunto*³⁵⁶.

O ex-prefeito explicitava, assim, seu ponto, evocando o “imperioso dever (...) de melhorar a situação de nossa Capital no que diz respeito a seus parques públicos”³⁵⁷. E arrematava:

*Cabe a Vossa Excelência, Senhor Prefeito, o esforço necessário para que o parque municipal de Ibirapuera seja solene e definitivamente entregue ao uso do povo no período da presente administração*³⁵⁸.

Subjacente ao discurso do ex-prefeito jazia um modelo de “área livre” forjado de uma re-interpretação da idéia de cidade contida na proposta inglesa da cidade-jardim. Primeiramente, no discurso de Telles, a população se atirava “aos arrabaldes e subúrbios distantes, em busca de um refrigério que lhe é negado no borborinho da Capital”. Telles pontuava que “os parques urbanos não constituem simples motivo decorativo das cidades, mas condição de bem-estar e, sobretudo, fator importante de saúde pública”³⁵⁹.

O parque tal como havia sido apresentado no Plano de Avenidas também era concebido como um elemento de higiene e embelezamento. No entanto, na carta ao prefeito Stockler das Neves, Telles destacava uma clara

³⁵⁵ Idem. *Ibidem*. Nota-se que Telles sustentava que a cidade se desenvolvia não pela indústria, mas pelo comércio.

³⁵⁶ Idem, p. 08.

³⁵⁷ Idem. *Ibidem*.

³⁵⁸ Idem. *Ibidem*.

³⁵⁹ Idem, p. 06.

diferença de valor entre os dois aspectos, na qual o fator decorativo é secundário em relação à importância do parque em termos de saúde pública. O valor da área livre estava colocado, acima de tudo, no “arejamento e insolação” que proporcionaria à cidade.

Tem-se aqui a faceta de um modelo de cidade proposto na qual as “áreas livres” têm importância fundamental e são buscadas pela população. A cidade se rarefaz à medida que se afasta do centro, e essa rarefação é desejável para os urbanistas e desejada pelos habitantes. Quanto mais a cidade circundada por áreas livres e verdes, mais salubre e adequada é em relação a um padrão urbanístico moderno e próprio. Para a eficiência do modelo, portanto, era imperativa uma distribuição homogênea de espaços livres nos bairros em torno do centro congestionado, “espaços para o arejamento dos prédios, de áreas abertas para a ventilação das ruas, de refúgios frescos para o descanso, o exercício esportivo, o recreio e o conforto da população”³⁶⁰.

Na Sociedade Amigos da Cidade, além da publicação do texto de Telles, a discussão continuava nas reuniões do conselho. Seja por “não ter as ligações necessárias”³⁶¹, seja por existirem outros locais mais aconselhados para implantar a exposição³⁶², o fato é que as discussões sobre o parque mantinham a posição anteriormente defendida: preservar o terreno inteiramente desprovido de construções, a fim de constituir-se um parque inteiramente ocupado por jardins e bosques.

Os argumentos desenvolvidos pelos urbanistas eram reproduzidos nas discussões da Câmara Municipal:

Como o objetivo de mostrar a necessidade de ser construído em São Paulo um parque público e ainda sobre a conveniência de se aproveitado o Parque Ibirapuera, o vereador Francisco Assunção Ladeira pronunciou entre outras coisas, as seguintes palavras: “São

³⁶⁰ Idem, p. 07.

³⁶¹ Sociedade Amigos da Cidade. “Reunião de 12 de setembro de 1950”. *Livro de atas de 28 de novembro de 1945 a 12 de setembro de 1951*.

³⁶² “O Dr. Walfrido Prado Guimarães falou sobre a possibilidade de ser localizado em Interlagos a Exposição Comemorativa do 4º. Centenário da Fundação da Cidade, uma vez que a várzea do Tietê, anteriormente sugerida, apresentou diversos inconvenientes, entre eles o longo tempo para tratamento das águas e o das áreas a serem ocupadas para a Exposição não pertencerem inteiramente à Prefeitura. S. S. É de opinião que Interlagos oferece melhores vantagens, passando a ler o plano de melhoramentos para aquela região, ilustrado com plantas expostas pelo Sr. Luiz Romero Samson”. Idem. “Reunião de 11 de outubro de 1950”. *Livro de atas de 28 de novembro de 1945 a 12 de setembro de 1951*.

Paulo é uma cidade de mais de dois milhões de habitantes e que não possui para a sua população um Parque público de recreação a exemplo do que são para os parisienses o “Bois de Boulogne” ou para o portenho o Parque de Palermo, parques que constituem para a grande massa da população uma possibilidade de fuga à vida malsã dos grandes centros urbanos, das grandes aglomerações industriais³⁶³.

O problema dos parques públicos era percebido na Câmara como uma questão de necessidade de contato com a natureza.

A necessidade de um refúgio desta natureza, onde a população cansada da cidade possa em seus dias de folga encontrar-se com a natureza, com o sol, com o ar puro, fica bem evidenciada a quem quer que transite pelo chamado Parque Ibirapuera aos domingos ou dias feriados. Nos dias de calor, muita gente sente desejo de fugir para viver algumas horas em praias ou à sombra das árvores³⁶⁴.

Além disso, uma das maneiras de retratar o problema era apontar o abandono em que se encontrava o parque, um projeto incompleto, jamais terminado.

Muitos prefeitos já passaram pela Capital e nenhum se lembrou de tomar uma providência concreta para o aproveitamento do local. Fala-se em estudos, planos, etc. Mas a verdade é que isso não passa de conversa, e o Ibirapuera continua esquecido, abandonado e insalubre³⁶⁵.

Frisando o estado de abandono do projeto, a argumentação do vereador ressaltava também os perigos do uso público da área:

Comumente, vemos homens e mulheres sentados ao longo da avenida Central existente no Parque Ibirapuera. Crianças com patins ou bicicletas ali procuram distração e outros banham-se em uma infecta e perigosa lagoa ali existente. Não seria demais repisar aqui os perigos que o local oferece como se encontra, ressaltando o tráfego intenso pelas avenidas por onde transitam inúmeros automóveis que se dirigem a Santo Amaro. Quanto à lagoa, tem ela tragado a vida a muitas crianças, sendo objeto até de uma portaria recente do juiz de Menores, proibindo sua utilização³⁶⁶.

³⁶³ “Câmara Municipal – aproveitamento do Parque Ibirapuera”. *OESP*, 10 de abril de 1951, p. 04.

³⁶⁴ *Idem. Ibidem.*

³⁶⁵ *Idem. Ibidem.*

³⁶⁶ *Idem. Ibidem.*

Finalmente, recorria-se à necessidade dos espaços livres em cidades grandes, e o Parque Ibirapuera era lembrado como o único parque de grande porte da cidade.

*Há necessidade urgente de construir-se em São Paulo um parque público e lugar nenhum melhor que a referida área para a instalação desse parque. São Paulo possui recantos como Santo Amaro ou o Horto Florestal mas, são passeios para pessoas que possuem automóveis, para as classes mais abastadas, porque na verdade a população pobre tem dificuldade enorme de atingir esses locais, quer pela dificuldade de transporte ou por outro motivo*³⁶⁷.

O IV Centenário era visto como uma oportunidade para “dotar São Paulo de um parque”, pois

*aqui serão realizadas grandes festas e para cá virão turistas de todo o mundo. Fala-se em aproveitar essa área para a construção de pavilhões, exposições, etc. Seria pois o caso de ser feito um estudo imediato de aproveitamento desse parque, conjugando-se ambos os interesses*³⁶⁸.

No jornal, nesse período, surgiam diversas matérias sobre os parques e jardins de São Paulo, em uma valorização evidente do espaço verde na cidade. Em 1951, uma série de cinco artigos tratava do tema, enfatizando a importância das áreas livres para a recreação, o descanso e o recreio da população³⁶⁹.

Os artigos tratavam de São Paulo como uma cidade que crescia sem planejamento. “Ninguém previu o crescimento vertiginoso por que [a cidade] iria passar, em particular nos últimos 50 anos”³⁷⁰. A ausência de previsão e a “impossibilidade de traçar com justeza, a ponta de lápis, um traçado feliz que avance pelo tempo, um traçado sempre atual, que desafie o progresso humano nas suas mil e uma modalidades” geravam então um problema considerado fundamental: “a ausência de parques e jardins na cidade”³⁷¹.

³⁶⁷ Idem. *Ibidem*.

³⁶⁸ Idem. *Ibidem*. Nota-se, portanto, que em 1951 já se cogitava a idéia da implantação dos pavilhões no parque, para a Feira Internacional, inclusive na Câmara Municipal.

³⁶⁹ “Parques e Jardins de S. Paulo”, I a V. *OESP*, 03 de julho de 1951, p. 09; 8 de julho, pág. 09; 11 de julho, p. 07; 15 de julho, p. 09; 18 de julho, p. 08. Conforme o primeiro artigo, o objetivo das matérias era “chamar a atenção dos poderes municipais para um aspecto da cidade, de real importância, que reclama providências imediatas”.

³⁷⁰ Idem. 03 de julho de 1951, p. 09.

³⁷¹ Idem. *Ibidem*.

O problema era duplo: os parques existentes eram “poucos e maltratados” e a “numerosa população” via-se “na impossibilidade de gozar alguns momentos de prazer e recreio em domingos e feriados”³⁷².

*A rigor, até o presente, ainda não podemos falar de parques em São Paulo, considerada a expressão legítima do termo e tendo-se em vista as características próprias que lhe são peculiares, bem como as funções sociais que desempenham em outros grandes centros civilizados. Mas apenas de jardins, os quais, diga-se de passagem, nas condições em que se encontram, antes de enfeitar, enfeiam uma cidade que se orgulha de se inscrever entre as maiores da terra*³⁷³.

Estava presente uma contradição entre o crescimento da cidade, motivo de orgulho para muitos, e sua feiúra, preocupação crescente nas discussões dos urbanistas. O Parque Ibirapuera era apresentado como um elemento fundamental nesse debate, pois seria o único parque de porte da cidade. No entanto, não estava implantado.

*Pois a verdade é que não temos nenhum parque na zona urbana do Município, não podendo ser considerados como tais os que se designam pelos nomes de Ibirapuera, D. Pedro II e Tenente Siqueira Campos. Percorra-se o Ibirapuera e o Pedro II. O primeiro foi esquecido e abandonado. Podendo construir um dos recantos mais aprazíveis de S. Paulo resume-se, na prática, num serviço de passagem: mero ponto de ligação aos que demandam Congonhas ou procuram atingir o centro da cidade, através da 9 de julho ou da Brigadeiro Luis Antônio. No mais, sua vasta área, quase um milhão de meros quadrados, é um capinzal desolador, com duas enormes manchas de água estagnada*³⁷⁴.

O jornal anunciava que o parque estava incluído no plano quadrienal de obras e melhoramentos da prefeitura. De certa forma, o projeto era apresentado “a fim de que tais melhoramentos não se paralisem, até final e integral conclusão do projeto”. Era uma forma de apressar o projeto para se viabilizar antes da comemoração do IV Centenário, visto que “se cogita em fazer realizar naquele recanto da Capital” os festejos. O ideal seria então que o parque fosse

³⁷² Idem. *Ibidem*.

³⁷³ Idem. *Ibidem*.

³⁷⁴ Idem. *Ibidem*.

implantado antes da comemoração, para não ver ameaçado seu projeto de “área livre”³⁷⁵.

Foi nesse momento e contexto, em setembro de 1951, que se instituiu uma campanha da Sociedade de proteção da natureza a favor da preservação do parque e contra a construção dos pavilhões de exposições do IV Centenário, que chegou a tentar impugnar o projeto³⁷⁶. A campanha mencionava que a Sociedade havia tomado conhecimento, pela *Folha da Manhã* de 07 de setembro de 1951, que o Parque Ibirapuera estava “indicado para uma infinidade de construções destinadas à exposição comemorativa do IV centenário da cidade”³⁷⁷. Os manifestantes argumentavam que

*Com muito mais de 2 milhões de m², desapropriado para ser o único parque, verdadeiramente parque de São Paulo – as constantes mutilações que sofreu reduziram sua área ao pauperismo de menos de 1 milhão e meio de m², para a cidade que no centenário terá 2,5 milhões de habitantes, com pouco mais de meio m² para cada pessoa!*³⁷⁸.

Além disso, lembravam que “por leis até imperativas, São Paulo está crescendo, não só em extensão, mas em altura, com incontáveis arranha-céus”, para frisar a importância da preservação de áreas livres na cidade. A campanha retomava a contradição da cidade, sem enaltecer o seu crescimento, mas vendo-o como ameaça à qualidade urbana e como obstáculo para a abertura de espaços livres³⁷⁹.

O documento citava ainda comparação feita por Goffredo da Silva Telles, cotejando São Paulo com as grandes cidades da América do Norte e Europa e dizendo que as menos arborizadas possuíam pelo menos 8 vezes mais

³⁷⁵ “Parques e Jardins de S. Paulo”, V. *OESP*, 18 de julho de 1951, p. 08.

³⁷⁶ A Sociedade de Proteção da Natureza tinha como membros Christovam Ferreira de Sá (presidente), Agenor Couto de Magalhães (vice-presidente), J. de Carvalho Barbosa (secretário), Emílio Bomeisel (tesoureiro), Noêmia Saraiva de Matos Cruz, Amadeu Mendes e Marino Nicolau Berzaghi, e como patrocinadores a Sociedade Amigos da Cidade, a Sociedade Amigos da Flora Brasileira, o Círculo Paulista de Orquidófilos, a União Internacional Protetora dos Animais, a Sociedade Rural Brasileira, a Sociedade Geográfica Brasileira e o Instituto de Engenharia.

³⁷⁷ *Folha da Manhã*, 07 de setembro de 1951.

³⁷⁸ Carta de 13 de setembro de 1951 à Comissão do IV Centenário constante do fundo “IV Centenário”, série “Gabinete”, processo 215 de 1951. Em 12 de setembro e 07 de dezembro de 1951, a Sociedade encaminhou seus protestos à Assembléia Legislativa, buscando impugnar o projeto.

³⁷⁹ Idem. *Ibidem*.

áreas verdes que São Paulo, chegando a 20, 30 e 50 vezes. E indicava que Telles referia-se à área do parque como “pulmão verde”³⁸⁰.

Finalmente, criticava-se “toda e qualquer construção que se faça, por mais arquitetônica que seja”³⁸¹, pontuando uma diferenciação: de um lado, os arquitetos desenvolviam uma linguagem moderna para os novos edifícios; do outro, os defensores dos espaços livres, urbanistas, engenheiros, advogados e outros profissionais, defendiam as áreas urbanas arborizadas como “pulmão verde da cidade”, contrapondo as áreas vegetadas às áreas ocupadas pelos blocos de concreto. Esse argumento seria retomado diversas vezes no discurso em defesa do parque, como veremos.

O jornal *O Estado de São Paulo* também noticiou a campanha:

*A Campanha de proteção à natureza (...) faz veemente apelo no sentido de não ser dado encaminhamento a um projeto de lei há dias apresentado, (...) indicando o Parque Ibirapuera para construções destinadas a Exposição comemorativa do 4º. Centenário da cidade*³⁸².

Na publicação do jornal, a campanha lembrava o estado de abandono do parque e a ameaça de se fazer ocupar pelos edifícios do IV Centenário:

*e o malsinado Ibirapuera, tantas vezes reduzido e nunca ajardinado, como fora previsto pela municipalidade, e que agora, pelo projeto apresentado a essa nobre assembléia, ver-se-á praticamente extinto, tal o volume das construções projetadas*³⁸³.

A campanha não ficou sem resposta. Em 28 de setembro de 1951, Ciccillo Matarazzo retrucou sobre os protestos dos protetores da natureza, dizendo que o uso do Parque Ibirapuera vinha “ao encontro das aspirações da

³⁸⁰ Idem. *Ibidem*. Também aqui o argumento da comparação de cidades foi lembrado. Nota-se, entretanto, o acréscimo dessa nova terminologia, o parque como “pulmão verde” da cidade, extraída do discurso de Telles por parte dos protetores da natureza.

³⁸¹ Idem. *Ibidem*.

³⁸² “Contra a destruição do Parque Ibirapuera”. *OESP*, coluna Notícias Diversas, 19 de setembro de 1951, p. 09. A coluna lembrava o estado de abandono de diversas áreas arborizadas da cidade: “Por mais incrível que pareça, os poderes públicos e os habitantes de S. Paulo têm aversão aos espaços arborizados. Desapareceram a Chácara de D. Veridiana, a Chácara Baruel, a Chácara do Carvalho, o Bosque da Saúde, o Jabaquara, o Parque Antártica, o velho Hipódromo e tantas outras áreas particulares que poderiam ser desapropriadas e conservadas como laboratório de saúde do corpo e recreio do espírito de sua população. O que é mais incrível ainda é que as próprias áreas pertencentes aos próprios poderes públicos foram mutiladas, como a reserva da Água Funda, onde está o orquidário do Estado, o Parque D. Pedro II, já tão reduzido, e que falam em extinguir, com construção esportiva”.

³⁸³ Idem. *Ibidem*.

população paulistana”, proporcionando “um logradouro de real utilidade para o povo”³⁸⁴.

Essa campanha pode ter sido o ato de “clamor público” identificado pelo jornalista anônimo de *Anhembi*: além de ser patrocinada pela própria Sociedade Amigos da Cidade e de contar com a colaboração de Goffredo da Silva Telles, tinha também o amplo apoio do jornal. Nota-se, portanto, que se tratava de um grupo coeso atuante no sentido da preservação do parque, articulado a diversos órgãos de representação da sociedade civil, e não, como se poderia supor, de diversos grupos que teriam se unido em torno da causa.

As “entidades” citadas pelo autor do enfurecido artigo podem ter sido a própria Sociedade de proteção da natureza e a Sociedade Amigos da Cidade, que apoiava a primeira. Muito provavelmente, os referidos “urbanistas” que se posicionavam contra os pavilhões permanentes citados no artigo teriam sido os próprios membros da Sociedade Amigos da Cidade, bastante atuantes na defesa dos “espaços livres” de São Paulo, e particularmente do Parque Ibirapuera. Finalmente, a imprensa referida pelo autor estava solidamente representada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que publicava não apenas cada passo da campanha e das ações da Sociedade Amigos da Cidade, como realizava a sua própria discussão do assunto, com uma orientação bastante definida.

Em relação à imprensa, é necessário destacar que outros jornais fizeram uma cobertura diferente do processo de criação do Parque Ibirapuera, ressaltando aspectos diversos. O jornal *Diário de São Paulo*, por exemplo, nunca mencionou a polêmica sobre a mutilação da vegetação do parque. Ao contrário, anunciava a Feira Internacional como um grande feito: “No centenário da fundação de São Paulo será montada exposição industrial e comercial no Parque Ibirapuera”. A manchete lembrava ainda que “espera a Comissão do Centenário a colaboração de todos os paulistanos”. O próprio parque resultante do projeto de Niemeyer, com seus pavilhões, era enaltecido pela manchete de 22 de maio de 1952: “Da grande área do Ibirapuera surgirá um verdadeiro parque”. A notícia frisava que havia tempo suficiente para a execução do parque, acalmando os ânimos exaltados contra os trabalhos da

³⁸⁴ A carta de resposta à campanha está arquivada no mesmo processo 215 do fundo IV Centenário.

Comissão³⁸⁵. Especificamente sobre os pavilhões, em 20 de março de 1953, o jornal noticiava com entusiasmo que “serão entregues até o fim do ano os pavilhões do Ibirapuera”³⁸⁶.

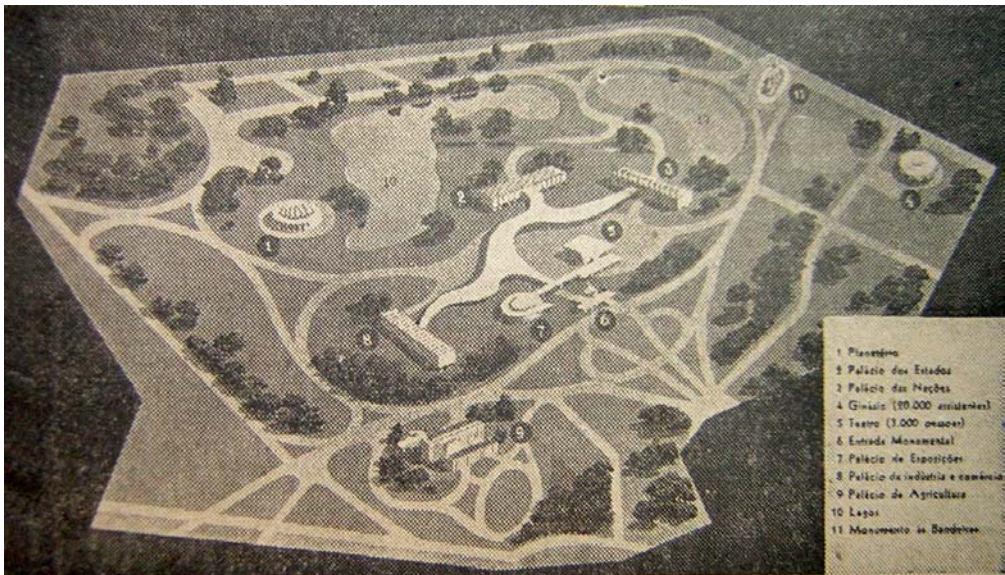
A partir de então, o jornal passa publicar uma série de reportagens sobre os espaços livres da cidade, incluindo o parque do Ipiranga, a área de Guarapiranga, os bosques de Santo Amaro e Jabaquara, etc., reunidos em uma rubrica denominada “Recantos pitorescos da cidade”, ilustrada por grandes fotos mostrando vegetação exuberante, lagoas e detalhes paisagísticos desses “recantos”.

Nesse contexto de defesa dos espaços livres como lugares pitorescos, o Parque Ibirapuera era noticiado a partir da ameaça de sua destruição, no sentido de substituição das áreas plantadas por construções. As notícias sobre o parque ressaltam as posturas municipais como atos criminais. A terminologia utilizada nos artigos fala em “mutilação”, “atentado”, “destruição” e “desvirtuação”³⁸⁷. Em 1952, tais artigos foram publicados como crítica frontal ao projeto da Comissão do IV Centenário de instalar no Ibirapuera os pavilhões de exposições da feira internacional.

³⁸⁵ *Diário de São Paulo*. 22 de maio de 1952.

³⁸⁶ *Diário de São Paulo*. 20 de março de 1953.

³⁸⁷ “(...) Além do crime que representa a destruição de algo que é mais do que um patrimônio municipal, que é um autêntico patrimônio da população da cidade”. “Ainda o Ibirapuera”. *OESP*, coluna Notícias Diversas. 11 de maio de 1952, p. 13.



A gravura mostra como será apresentado o Parque Ibirapuera no ano de 1954, depois de concluídas as obras de construção de edifícios, de pavimentação e ajardinamento, que

a Comissão do IV Centenário de São Paulo está realizando naquele logradouro, o qual será, assim, recuperado e definitivamente entregue à população com os requisitos de verdadeiro parque público.

Imagens 34 e 35 - As fotografias de Cicillo Matarazzo e da maquete do projeto do parque ilustravam artigos do jornal *Diário de São Paulo*. Fonte: *Diário de São Paulo*.

*É de lamentar-se que a Comissão do IV Centenário persista no propósito de comemorar a grande data paulistana mutilando a cidade, destruindo a esperança há tanto tempo acalantada pela população, de ver transformado o Ibirapuera num parque público, o único, aliás, da Capital*³⁸⁸.

O Ibirapuera era descrito como “derradeiro reduto paulistano de vegetação e frescor”, enquanto os planos da Comissão eram uma “infeliz idéia”, uma “tentativa de defender o indefensável”³⁸⁹. A oposição ia no sentido da crítica aos edifícios, seja porque eram “mais alguns blocos de cimento, cal e ferro!”³⁹⁰, seja porque seriam permanentes:

*Já está decidida, com efeito, a construção, um em frente ao outro, nos terrenos do Instituto Biológico, à entrada do Ibirapuera, de dois enormes edifícios: os assim chamados Palácio da Indústria e Palácio da Agricultura. O espaço inicialmente tomado por essas obras ir-se-á dilatando depois, à medida que se inventarem outras coisas – na realidade já planejadas – como um recinto para exposições permanentes*³⁹¹.

A contrariedade era clara para os opositores: quanto mais construções, menos vegetação no parque.

*Mais para o meio do parque, do lado do viveiro Manequinho Lopes, estão projetadas numerosas construções para a exposição de 1954. Para isso será indispensável a derrubada das árvores ali existentes, a única coisa que até hoje se fez pelo infeliz logradouro*³⁹².

Nesse sentido, o valor defendido era a preservação das árvores, em detrimento dos blocos de concreto.

Os opositores se auto-identificavam como “resistência da opinião pública”, constituindo a “veemente oposição encontrada pelo projeto”, apresentando-se como porta-vozes da “antipatia do público por esse atentado”³⁹³.

Durante algum tempo, o debate foi sustentado em termos de pavilhões provisórios *versus* pavilhões permanentes:

³⁸⁸ “Contra o Ibirapuera”. *OESP*, 09 de março de 1952, p. 13.

³⁸⁹ *Idem. Ibidem.*

³⁹⁰ *Idem. Ibidem.*

³⁹¹ *Idem. Ibidem.*

³⁹² *Idem. Ibidem.* O artigo lembra o plantio realizado por Manequinho Lopes durante a gestão de Fábio Prado, relatado por Paulo Duarte em suas memórias, conforme analisamos no Capítulo 1.

³⁹³ *Idem. Ibidem.*

*assegura a comissão do IV Centenário que os edifícios serão provisórios. Mas temos motivos, os paulistanos, para desconfiar das coisas provisórias, que tem, nessa desordenada capital, notável tendência para eternizar-se*³⁹⁴.

O jornalista anônimo de *Anhemi* também frisava essa passagem:

*Inicialmente afirmava-se que a totalidade das construções seriam provisórias, sendo o parque devolvido ao público lindamente urbanizado e livre de qualquer construção*³⁹⁵.

A associação entre os atributos do parque, “lindamente urbanizado” e “livre de qualquer construção”³⁹⁶, por parte do autor, novamente aponta para um modelo de parque para uma determinada cidade, que deveria organizar suas construções dando lugar a jardins e áreas verdes.

O grupo dos opositores defendia a localização dos festejos em outro local,

*como a magnífica área reservada à futura cidade universitária e o bairro de Interlagos, este como que feito para exposições e mesmo para parques de diversões. Por que, neste caso, persistir em desviar o Ibirapuera dos seus fins, contrariando os desejos da unanimidade dos paulistanos?*³⁹⁷

Retomando a grande polêmica lançada sobre o local que deveria sediar os festejos do IV Centenário, o jornalista de *Anhemi* também sugeria que a feira permanente fosse construída “noutro local, e não num dos raros logradouros com que conta a cidade em seu perímetro urbano”, propondo mesmo uma

*área de terreno municipal apropriadíssima aos fins da exposição comemorativa do centenário (...) distante nem uma centena de metros, entre a rua França Pinto e os dois braços da estrada que leva ao aeroporto. Nesse local poderiam construir-se os pavilhões e os gigantescos palácios projetados no Ibirapuera*³⁹⁸.

³⁹⁴ Idem. *Ibidem*. Nota-se que, na Sociedade Amigos da Cidade, o debate passava exatamente pelos mesmos receios.

³⁹⁵ “Mutilação do Parque Ibirapuera”. *Op. cit.*, 1953.

³⁹⁶ Idem. *Ibidem*.

³⁹⁷ “Contra o Ibirapuera”. *Op. cit.*, 1952.

³⁹⁸ “Mutilação do Parque Ibirapuera”. *Op. Cit.*, 1953.

Tudo leva a crer que o colunista de *Anhembi* era o próprio Paulo Duarte, diretor da revista³⁹⁹. Além de ocupar esse cargo na revista, Paulo Duarte foi redator de *O Estado de São Paulo* desde 1927 e, nesse jornal, assinou diversos artigos sobre a preservação do Parque Ibirapuera, usando um vocabulário e expressões bastante semelhantes às do artigo de *Anhembi*. Compare-se, por exemplo, com:

*Não era possível que o assunto ficasse indiferente à Comissão de Cultura, porque o que se pretende executar constitui um atentado à própria cultura paulista (...). O que há de lamentável na mutilação de um parque público entra pelos olhos de todos e evidentemente já entrou também pelos olhos dos poderes públicos que não tomaram conhecimento do que está acontecendo*⁴⁰⁰.

O jornalista continuava:

Agora localizou-se nele, contra tudo e contra todos, a exposição de 1954. O pior é que, segundo corre, estão sendo executadas no local não apenas obras provisórias, mas edificações definitivas, quer dizer, a condenação irremissível do Parque Ibirapuera (...). Vê-se, pois, que a teimosia com que se persiste em localizar uma exposição no Ibirapuera é fruto mais de um capricho do que qualquer outra orientação (...). Assim, não era possível que naquela Comissão Cultural das comemorações não se levantasse um protesto contra esse gesto profundamente prejudicial à cidade, antipático e revoltante mesmo.

Paulo Duarte era um forte oponente da idéia de os pavilhões, os festejos e as feiras tomarem lugar no Parque Ibirapuera, por ser uma destruição de um dos raros cinturões verdes da cidade.

Consciente do modo pelo qual o projeto do parque vinha sendo conduzido, o autor continuava sua argumentação com críticas à Comissão:

*É a conseqüência de haver sido aquela Comissão Executiva organizada apenas com elementos representativos da Política, da Indústria e do comércio, com a ausência a mais flagrante dos representantes da cultura paulista*⁴⁰¹.

³⁹⁹ Alguns autores já sugeriram a autoria do artigo como sendo de Paulo Duarte. Ver Toledo, J. Flávio de Carvalho, *o comedor de emoções*. Campinas: ed. Unicamp; São Paulo: ed. Brasiliense, 1994.

⁴⁰⁰ Duarte, P. "O IV Centenário da cidade. A mutilação do Ibirapuera". *OESP*, 23 de julho de 1952, p. 08. Além disso, Paulo Duarte havia defendido explicitamente o Parque no jornal, em um artigo publicado em duas partes, em 08 e 09 de setembro de 1949, sob o título de "Ibirapuera", lembrando os feitos de Fábio Prado para assegurar a implantação do parque.

⁴⁰¹ "Mutilação do Parque Ibirapuera". *Op. cit.*, 1953.

Paulo Duarte era membro da Comissão Técnica de Cultura da Comissão do IV Centenário. Demitiu-se da Comissão juntamente com Aurélio Buarque de Holanda, Décio de Almeida Prado e Lourival Gomes Machado, em 03 de setembro de 1952, em função de desavenças com relação à sua composição, voltando a dar sua contribuição à comissão duas semanas depois⁴⁰².

Os opositores ao projeto nunca perderam a perspectiva histórica do problema, lembrando sempre as dificuldades enfrentadas pelo poder público para implantar o parque:

Não conseguimos atinar com as razões que levam, de tempos a tempos, certos elementos a projetos a eliminação do Parque Ibirapuera. Aquela área de terras, que ainda permanece praticamente abandonada, é a última esperança que nos resta de ver quebrada, com um retiro de vegetação e sossego, a árida e turbulenta cidade em que São Paulo se transformou. Sempre há, entretanto, quem pense em privar a Capital do seu pulmão, entupindo o Ibirapuera com a tranqueira das mais esdrúxulas edificações⁴⁰³.

Tal perspectiva pode ser compreendida como uma forma de destacar os esforços do prefeito Fábio Prado para viabilizar a implantação do parque, entre 1934 e 1938, conforme reiterava Paulo Duarte:

Já em 1937 prosseguiam ativíssimos os trabalhos de ajardinamento e organização do Parque de Ibirapuera, entregues então à competência inigualável de Manequinho Lopes. No início de 1938, deixava a Prefeitura o sr. Fábio Prado e o Ibirapuera foi abandonado. Durante oito anos de administração do sr. Prestes Maia, parece incrível tratando-se de um prefeito para o qual administração municipal era apenas urbanismo, mas durante anos de administração do sr. Prestes Maia, o Ibirapuera ficou abandonado! Não era de admirar pois que os que seguiram nada fizessem. E o Ibirapuera que fora já vítima de inúmeras invasões, uma parte cedida a um quartel, uma grande parte cedida ao Instituto Biológico, uma parte tomada pelos grileiros, contra os quais a prefeitura se mostrou incapaz de defender-se, passou por outra série de vicissitudes que se renovaram todos os dias. A administração Fábio Prado defendera aquela área contra a idéia primeiro de instalar-se ali o Jôquei Clube e, a seguir, o aeroporto, que foi depois localizado em Congonhas⁴⁰⁴.

⁴⁰² “Comissão do IV Centenário”. *OESP*, 03 de setembro de 1952, p. 10, e 16 de setembro de 1952, p. 13.

⁴⁰³ “Contra o Ibirapuera”. *Op. cit.*, 1952.

⁴⁰⁴ “O IV Centenário da cidade. A mutilação do Ibirapuera”. *OESP*, 23 de julho de 1952, p. 08. O grupo de opositores ligados ao jornal tinha portanto uma filiação política: estavam ligados ao Partido Democrático de Armando Salles de Oliveira.

Em seguida, através do jornal, o grupo começou a atacar diretamente a Comissão. “Pouco se sabe ainda do desenvolvimento dos trabalhos da autarquia encarregada de organizar as comemorações, em 1954, do quarto centenário da fundação da cidade”. Ainda que não se pudesse “negar apoio à idéia” de “constituir um motivo a mais de atração aos turistas que nos pretendem visitar”, os opositores começavam a achar “escasso o tempo para um empreendimento desse vulto” e a “considerar a impossibilidade de inaugurar, dentro de menos de dois anos, uma grande exposição internacional”⁴⁰⁵.

O maior problema era que continuava “em pé o plano de utilização, para o grande certame, do Parque Ibirapuera”. Para os opositores, “nada compensaria a cidade da privação que se lhe quer impor, de seu único parque público”. O grupo queria ver a Comissão empenhada “na execução dos velhos planos de sua transformação num verdadeiro parque, quebrando, com sua vegetação, a aridez da Capital”⁴⁰⁶.

Nesse artigo, também aparecia a oposição à linguagem arquitetônica do projeto do parque. Os opositores se posicionavam contra “os barracões provisórios com que se pretende atravancar o parque e os dois grandes blocos de cimento armado que se projetam construir”⁴⁰⁷.

Já em 1953, Lourival Gomes Machado pronunciava-se contra a estratégia de erguer um conjunto moderno para abafar o problema maior, do corte de vegetação no parque:

*São abundantes e entusiasmados os comentários sobre a primeira parte do conjunto arquitetônico ideado pelo Sr. Oscar Niemeyer para fazer esquecer a destruição do último punhado, inculto e belo, de vegetação do Parque, ou melhor, do que foi o Parque Ibirapuera. Os imensos planos envidraçados a flutuar por sobre o espaço em que a longa serpentina de concreto se flexiona molemente, muito embora nada digam da utilização humana e social da obra, já bastam, contudo, para justificar o maravilhamento geral. (...) não é pequeno o número dos que perceberam o que isso representa para o Brasil*⁴⁰⁸.

⁴⁰⁵ “Sugestões para o IV Centenário”. *OESP*, coluna Notícias Diversas, 20 de março de 1952, p. 08.

⁴⁰⁶ *Idem. Ibidem.*

⁴⁰⁷ *Idem. Ibidem.*

⁴⁰⁸ Machado, L. G. “A propósito da II Bienal, nem todo número é ouro”. *OESP*, 15 de dezembro de 1953.

Um novo artigo foi publicado no jornal, motivado pela “notícia da abertura, no Departamento de Obras Públicas da Prefeitura, de concorrência para a construção, no viveiro Manequinho Lopes – que faz parte integrante do Ibirapuera – de um grande edifício para o Arquivo Municipal”, considerada “uma notícia suscetível de indignar os paulistanos”⁴⁰⁹.

Nesse caso, a crítica voltava-se contra “os poderes municipais”, que “mostram-se em São Paulo cada vez mais insensíveis às aspirações da opinião pública, parecendo mesmo comprazer-se em contrariá-la”⁴¹⁰. A opinião pública era identificada como o próprio grupo de oposição a qualquer construção no Ibirapuera.

*Insurgiu-se a opinião pública, veementemente, contra os planos de retalhamento do Ibirapuera, seja para a realização, ali, de uma exposição internacional, seja para a construção de alguns blocos de cimento armado destinados a abrigar a burocracia de algumas secretarias de Estado*⁴¹¹.

Apoiados pelo parecer dos mais influentes urbanistas do período, os opositores lançavam mão de argumentos coerentes:

*Desde que se projetou, esse empreendimento, a população paulistana tem procurado revelar, por todos os meios, o seu desejo de ver realizado aquele plano, cuja execução viria corrigir uma das maiores lacunas urbanísticas da Capital. Entretanto, continua a cidade a crescer: quase duplicou sua população nesta última década! – sem que a Prefeitura se dispusesse a conceder verbas suficientes ao preparo daquele logradouro, que viria corrigir a aridez da já imensa área urbana da Capital*⁴¹².

Nesse artigo, também o jornalista coloca o problema do Ibirapuera sob uma perspectiva histórica, considerando a evolução da questão:

Enquanto o mal não ia além dessa displicência dos poderes públicos municipais, ainda nos restava a esperança de que um bom governo atendesse, no futuro, a esse desejo da população, Ultimamente, porém, começam a multiplicar-se os projetos de aproveitamento do Ibirapuera, não para a construção de um parque, mas para outros fins que se afastariam, definitivamente, da Comissão Organizadora

⁴⁰⁹ “Ainda o Ibirapuera”. *OESP*, coluna Notícias Diversas, 11 de maio de 1952, p. 13.

⁴¹⁰ *Idem. Ibidem.*

⁴¹¹ *Idem. Ibidem.*

⁴¹² *Idem. Ibidem.*

dos Festejos do IV Centenário da Cidade. Infelizmente, dizemos, porque, dispondo-se a desviar aquela área de terras dos fins para que foi reservada, ofereceu a autarquia deplorável demonstração de insensibilidade a uma das mais gritantes falhas da cidade, cujos problemas a comissão não tem o direito de desconhecer.

Os argumentos no jornal se afinavam, à medida que progrediam, sempre na mesma direção: contra a Comissão, apresentando-se como “a opinião pública” e apoiando-se no discurso técnico dos urbanistas. Uma nova matéria era publicada, para anunciar que se iniciava, a machadadas, a “derrubada das poucas árvores existentes no Ibirapuera”:

Vão cedendo, à força do machado, as poucas aléias ali existentes, implantando-se, nas clareiras abertas, os barracões iniciais dos edifícios com que se entulhará aquela área de terra, desviando-a dos fins para que fora, há vinte anos, reservada pela administração pública⁴¹³.

Contra a Comissão, o jornal passava a contrastar a “lerdeza”, a “inatividade” e “a perda de tempo que vem caracterizando sua ação” à “presteza com que se dispõe ela a executar seus planos de desmembramento do Parque Ibirapuera”. A autarquia era descrita como “irredutível”, “ditatorial” e “intolerante” na questão do parque, ao mesmo tempo em que revelava “absoluta falta de opinião” em outros assuntos⁴¹⁴.

O Ibirapuera era descrito como “última possibilidade que lhe resta [à cidade] de possuir um parque à altura de sua grandeza”. Já a proposta da exposição internacional não passava de “uma dezena de blocos de vidro e cimento armado de um mau gosto doloroso”, fazendo parte dos “planos de mutilação do Ibirapuera”, “plano absurdo e criminoso” de “desvirtuamento dos fins a que se destina aquele logradouro”, “um projeto contra o qual se levanta o clamor da opinião pública”. Finalmente, indicava que se tratavam de “obras prejudiciais ao urbanismo da Capital e combatidas pela unanimidade da população”, levando novamente a uma identificação do próprio grupo de oposição com o conjunto da opinião pública geral⁴¹⁵.

⁴¹³ “O desvirtuamento do Ibirapuera”. *OESP*, 03 de julho de 1952, p. 05. Nota-se aqui que o autor considerou que a área havia sido reservada para o parque em 1932, e não em 1926.

⁴¹⁴ *Idem. Ibidem.*

⁴¹⁵ *Idem. Ibidem.*

Em resposta, a Comissão enviou uma carta ao jornal, publicada em seguida, na qual se defendia, inicialmente, dos ataques contra os prazos e tempos das atividades: os estudos para o “reajustamento do prazo arquitetônico já se acham praticamente concluídos”. Além disso, “prosseguem os trabalhos de terraplenagem, (...) visando preparar toda a imensa área do Ibirapuera para a execução do plano geral de urbanização e ajardinamento”. E em seguida, mostrava os propósitos de “fazer entrega à cidade de São Paulo de um verdadeiro Parque Público, dando assim à área do Ibirapuera o destino certo para que foi reservado: o de um ponto de atração popular e turística”⁴¹⁶.

A Comissão ressaltava ainda o “enriquecimento vegetal” e a possibilidade de “utilização noturna” do parque, incluídos no projeto. E defendia a localização da feira:

*Em torno do interesse e da curiosidade que despertará o certame, das suas múltiplas atrações, de sua localização privilegiada, das facilidades de transporte, se estará criando o clima propício para que de futuro, o Parque Ibirapuera seja o local preferido dos paulistanos e dos que nos visitem*⁴¹⁷.

Defendia também os edifícios e sua implantação dentro do parque:

*Além das realizações de caráter ornamental e artístico, destinadas ao embelezamento do local, como a entrada monumental e o planetário – que está outro fator de permanente curiosidade pública – serão construídos os Palácios da agricultura e da indústria, que servirão para a exposição pública permanente, como parte integrante do parque, de produtos industriais e agrícolas do Estado de São Paulo. E todas as construções projetadas, incluindo o planetário, compreenderão apenas 5% da área total do parque*⁴¹⁸.

E finalizava:

*Surgirá, portanto, das comemorações do IV Centenário, um novo Ibirapuera, não mutilado ou relegado ao abandono, mas à altura de suprir a falha de nossa Capital e de proporcionar a nossa laboriosa população o gozo de um grande e formoso logradouro, a par dos já existentes em outros pontos ou bairros da cidade*⁴¹⁹.

⁴¹⁶ OESP, 12 de julho de 1952, p. 09.

⁴¹⁷ Idem. *Ibidem*.

⁴¹⁸ Idem. *Ibidem*.

⁴¹⁹ Idem. *Ibidem*. No dia seguinte, foi publicado um anúncio de página inteira da Comissão do IV Centenário “ao Povo de São Paulo”, apresentando a programação prevista para a

O primeiro passo para a conciliação foi dado na Sociedade Amigos da Cidade, por um membro que também fazia parte da equipe de projeto do Parque Ibirapuera. Na reunião de 13 de fevereiro de 1952, a palavra era dada ao arquiteto Eduardo Kneese de Mello,

*declarando ter feito parte de uma Comissão que, durante três meses, estudou o projeto dos pavilhões, bem como de sua localização, esclarecendo que os seus membros sempre consideraram a conservação do parque e das suas árvores, idealizando até a plantação de outras*⁴²⁰.

Kneese de Mello propôs, então, uma visita dos membros da Sociedade à Comissão, “para que a Sociedade pudesse ficar melhor esclarecida sobre o assunto”⁴²¹.

Ainda assim, os urbanistas reiteravam sua posição.

*Em ordem do dia entrou novamente em discussão o assunto relativo às comemorações do 4º. Centenário de São Paulo e à localização da exposição no Ibirapuera. O sr. Presidente dá a conhecimento da casa de uma publicação no “Diário de S. Paulo” de hoje, fazendo referência ao desaparecimento daquele logradouro. Em seguida, submeteu a debate a conveniência da SAC publicar um manifesto esclarecendo a opinião pública de S. Paulo a respeito de sua atitude em defesa do Ibirapuera, bem como manifestando os inúmeros erros em que incide a Comissão dos festejos, prejudiciais ao bom êxito das comemorações e ao interesse público*⁴²².

comemoração. No anúncio, o Ibirapuera era apresentado como “um parque comparável aos maiores do mundo: Área a ser arborizada: 1.800.000m²; Área a ser construída: 86.000m²”. OESP, 13 de julho de 1952, p. 03. Ao mesmo tempo, na reunião ordinária da Comissão, o assunto era levantado: “O senhor Presidente faz referência a um artigo publicado pelo *Estado de São Paulo*, de autoria do senhor Paulo Duarte o qual não reflete a realidade. Discutido o assunto, ficou deliberado que não se tomaria conhecimento oficialmente, visto como o senhor Presidente trouxe o fato ao conhecimento do plenário apenas para frisar que não esteve presente a essa reunião à qual faz referência dito artigo.” Ata da 31ª. reunião ordinária da Comissão do IV centenário da cidade de São Paulo, em conjunto com seu conselho consultivo, 25 julho de 1952, p. 01.

⁴²⁰ Sociedade Amigos da Cidade. “Reunião de 13 de fevereiro de 1952”. *Livro de Atas de 17 de setembro de 1951 a 14 de setembro de 1955*, fls. 13-14. O arquiteto Eduardo Kneese de Mello era membro do IAB-SP, da Sociedade Amigos da Cidade desde 1945, e fez parte da Equipe de Planejamento do IV Centenário e também da equipe de projeto do parque, liderada por Oscar Niemeyer.

⁴²¹ Idem. *Ibidem*.

⁴²² Sociedade Amigos da Cidade. “Reunião de 20 de agosto de 1952”. *Livro de Atas de 17 de setembro de 1951 a 14 de setembro de 1955*, fl. 29.

Na reunião de 25 de junho de 1952, o presidente leu entrevista de Ciccillo Matarazzo publicada na imprensa, relativa à escolha do Parque Ibirapuera para sediar a feira industrial.

*A entrevista em apreço deu ensejo a longos debates por parte dos presentes, manifestando-se a maioria favorável a que a sociedade mantenha o seu ponto de vista já firmado em ocasiões anteriores, isso é, contrário a qualquer utilização daquela gleba municipal que não seja para transformá-la exclusivamente em parque público*⁴²³.

Os membros da Sociedade solicitaram pormenores do projeto para sua avaliação.

Houve também uma polêmica registrada pelo jornal entre a Sociedade e o prefeito Armando de Arruda Pereira, que teria contestado o objetivo da agremiação, a partir de uma desavença em relação à urbanização do Ibirapuera. A Sociedade defendeu-se dos ataques do prefeito, indicando seus esforços de luta pela

*transformação do Ibirapuera num logradouro público adequado às necessidades de São Paulo, destacando-se o fundamentado memorial encaminhado a 14 de maio de 1947, na presidência do Sr. Goffredo T. da Silva Telles, e publicado em opúsculo sob o título – “São Paulo – Cidade sem parques e sem áreas livres*⁴²⁴.

A Sociedade também julgava não estar sendo precipitada

*ao se rebelar contra a localização da mostra industrial no Ibirapuera, antes de conhecer todos os pormenores do projeto da Autarquia. Fiel ao roteiro traçado, insistiu na imediata urbanização do parque, para ensejar sua entrega ao povo em 1954. O seu ponto de vista, há muito firmado, independia de quaisquer esclarecimentos*⁴²⁵.

A primeira tentativa de apaziguar a situação partiu de Armando de Arruda Pereira, e foi registrada nas atas de reuniões da Sociedade:

tendo o sr. Prefeito municipal, na visita feita pela Sociedade, manifestado o desejo de convidá-la a se manifestar, digo, a se fazer representar na Comissão Consultiva dos Festejos do 4º. Centenário,

⁴²³ Idem. “Reunião de 25 de junho de 1952”, fl. 26.

⁴²⁴ OESP, 19 de julho de 1952, p. 09.

⁴²⁵ Idem. *Ibidem*.

*antecipando convite que oportunamente formulará por ofício, o sr. Presidente afirmou que está certo de que esse convite será realmente efetivado, ao contrário do que sucedeu com a promessa feita à diretoria anterior pelo Presidente da Comissão dos festejos*⁴²⁶.

Com isso, a Sociedade acabou sendo formalmente convidada a participar da Comissão do IV Centenário.

Mas a celeuma só foi definitivamente eliminada quando os membros da Sociedade foram convidados a conhecerem as obras dos pavilhões no Parque Ibirapuera, dando continuidade àquela sugestão feita por Eduardo Kneese de Mello. Foi acertado um “almoço de confraternização em visita às obras” entre Ciccillo Matarazzo e os membros da Sociedade, no dia 26 de setembro de 1953⁴²⁷.

Na reunião de 15 de outubro, a Sociedade já formalizava outra opinião sobre as obras no parque. A construção do planetário tornou-se emblemática dessa mudança:

*Em seguida, submeteu ao debate da casa a proposta do dr. José Barbosa de Almeida, presidente em exercício da Comissão do IV Centenário, da Sociedade criar uma campanha para obtenção de recursos financeiros para a construção do planetário, programada para os festejos de 1954, proposta essa formulada durante a visita que a SAC fez às obras da exposição no Ibirapuera, a 26 de setembro findo. Após longo debate sobre o assunto, reconheceu-se que o empreendimento é de grande interesse para a cidade, sob o ponto de vista cultural, sendo de se desejar que a sua concretização se torne em breve uma realidade*⁴²⁸.

Nota-se, portanto, que o “clamor público”, os “urbanistas” e as “entidades” apontadas pelo artigo de *Anhembí* como defensores das áreas livres urbanas não apenas têm um ideal comum de cidade, como também configuram um único grupo: todos remetem de alguma maneira às discussões encampadas pela Sociedade Amigos da Cidade. As diferentes iniciativas registradas nos artigos analisados são, na verdade, diversas iniciativas originárias de um mesmo grupo que se estende e se manifesta em diferentes formas de organização civil. Apesar de suas divergências internas, tal grupo pode ser

⁴²⁶ Sociedade Amigos da Cidade. “Reunião de 28 de maio de 1953”. *Livro de Atas de 17 de setembro de 1951 a 14 de setembro de 1955*, fl. 50.

⁴²⁷ Idem. “Reunião de 27 de agosto de 1953”, fl. 58.

⁴²⁸ Sociedade Amigos da Cidade. “Reunião de 15 de outubro de 1953”. *Livro de Atas de 17 de setembro de 1951 a 14 de setembro de 1955*.

identificado como um núcleo do debate que consolidou uma linha de opinião sobre a cidade naquele momento.

Finalmente, vale a pena registrar que, depois de toda a celeuma em torno da defesa do parque contra os pavilhões permanentes, Paulo Duarte e seu grupo do *Estado* fizeram vasta campanha contra a ocupação dos pavilhões por órgãos da Prefeitura. Desde o final das comemorações, a autarquia transformou-se em “Fundação Ibirapuera”, com Ciccillo na presidência. A proposta, encampada pela Fundação e altamente defendida pelo jornal, era de transformar-se o parque em um centro cultural, especificamente no setor compreendido pelo conjunto de pavilhões.

Porém, o projeto estava impedido em função do plano municipal de instalar dependências administrativas no local⁴²⁹. Diversos artigos foram publicados no jornal entre 1955 e 1957, reprovando a decisão. Os mesmos termos, “mutilação” e “desvirtuamento” eram usados então para designar a nova ocupação dos edifícios⁴³⁰.

O próprio Paulo Duarte, em homenagem a Ciccillo, anos depois, defendeu os edifícios:

Depois dos festejos comemorativos, queria fazer do Ibirapuera o maior centro de cultura e lazer do país. Os palácios ali construídos, após servirem aos festejos, deveriam tornar-se casas de cultura, como era seu desejo. Mas foram ocupados por outras atividades completamente fora do assunto cultural, intelectual e espiritual. O prédio que se destinava ao Museu de Arqueologia de São Paulo foi ocupado pelo Estado, instalando ali a repartição de trânsito, o DETRAN. Um outro que deveria ser também museu abriga uma repartição pública que, de tão importante que é, até não me lembro do nome. Outro dos pavilhões que deveria ser aproveitado para a vida espiritual e intelectual é hoje sede da Prefeitura⁴³¹.

⁴²⁹ As decisões do então prefeito Jânio Quadros de instalar órgãos de administração pública no Parque levaram à demissão de Ciccillo do cargo de honra na Fundação.

⁴³⁰ Ver, por exemplo, “Protesta a Sociedade de Escritores contra a mutilação do Ibirapuera”. *OESP*, 03 de janeiro de 1956.

⁴³¹ Duarte, P. Transcrição do depoimento “Homem generoso, inclinado às aspirações culturais”, discurso proferido em 04 de maio de 1976, por ocasião de homenagem feita a Ciccillo Matarazzo. Paulo Duarte já havia sido responsável por outro discurso em homenagem a Ciccillo, em março de 1955, no Palácio das Indústrias do Parque Ibirapuera, em desagravo às causas que redundaram em seu pedido de demissão da Presidência da Comissão do IV Centenário. Ver pasta n.º 411 do Fundo “Francisco Matarazzo Sobrinho” do Arquivo Histórico Wanda Svevo.

Cinturão verde

Durante a década de 50, o “urbanismo” passava a ser celebrado em data comemorativa, com o fim de divulgar as idéias, as possibilidades, os objetivos, os meios e os instrumentos da disciplina. No “dia do urbanismo”, 08 de novembro, o prof. Anhaia Mello proferia palestras na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, com a finalidade de explicar todos os aspectos da disciplina. Das palestras de Anhaia Mello, emerge um modelo de cidade no qual os espaços livres adquirem um significado importante. Foi esse modelo que sustentou as idéias que combateram a construção dos pavilhões de exposições no Parque Ibirapuera durante os primeiros anos de atuação da Comissão do IV Centenário.

Na palestra de 1952, Anhaia Mello indicava um contraponto entre duas etapas na evolução do urbanismo. Segundo ele, o urbanismo teria evoluído de simples arte urbana (embelezamento) para a ordenação do espaço (*aménagement*)⁴³². Nesse sentido, o professor defendia um planejamento que integrasse as diferentes escalas, concebido em âmbito regional e articulado na escala nacional:

*Para conseguir o equilíbrio das quatro funções, habitar, trabalhar, recrear e circular, o planejamento deve ser feito em escala nacional, e um individualismo excessivo freado com a estrutura complexa da civilização atual. Só para fins de pesquisa é que se isolam os fatos. Os problemas urbanos têm que ser integrados com os regionais, e estes com os nacionais*⁴³³.

Em sua concepção, o urbanismo deveria ser aplicado como disciplina de controle do crescimento urbano:

*É preciso, um exemplo apenas, limitar o crescimento urbano em extensão e em altura, reduzindo drasticamente os gabaritos absurdos que os códigos permitem. Por que admitir altura de prédio superior a 30 metros, em qualquer zona urbana? Dirão, mas o terreno vale... vale justamente por causa das alturas permitidas*⁴³⁴.

⁴³² Anhaia Mello, L. I. *O Urbanismo... esse desconhecido*. Conferência pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 08 de novembro de 1951. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, n.º 11, agosto de 1952, p. 05.

⁴³³ Idem, p. 13.

⁴³⁴ Idem, p. 19.

Esse controle deveria ser orientado por meio da elaboração e aplicação do principal instrumento do urbanismo defendido por Anhaia Mello, o Plano Diretor, agora em escala regional.

*O município não é unidade capaz de real planejamento, a não ser que se pretenda apenas fazer arte urbana e programa de obras (...). Na ausência de qualquer política nacional de planejamento, o que é de lastimar, o que se pode tentar, com possibilidades de êxito, é um Plano Diretor Regional, cujo centro seja a cidade de São Paulo*⁴³⁵.

E mais à frente: “Há remédios para todos os males; e desses remédios deve cuidar o Plano Diretor Regional, enquanto é tempo. E o tempo urge...”⁴³⁶

A conferência de 1954 inicia-se com a defesa de um plano regional para São Paulo. Seu modelo de urbanismo inseria-se, portanto, na escala regional e, nele, o plano era imprescindível. Esse modelo era de interesse não apenas municipal, mas nacional, e envolvia a questão dos recursos, do crescimento e distribuição da população, das infra-estruturas, dos transportes, etc. Deveria haver, também, uma escala de organização por Estados, por bacias hidrográficas, etc.

O modelo de Anhaia Mello era uma reinterpretação da proposta original da cidade-jardim inglesa, amplamente influenciada pela leitura que fizeram os urbanistas americanos dessa proposta⁴³⁷. Mas o modelo de urbanismo que o professor defendia não se restringia às investidas da Cia. City na urbanização de alguns bairros jardins em São Paulo. Segundo ele,

*Garden city é cidade, e não simples bairro ou subúrbio residencial dormitório de uma metrópole qualquer. Cidade é organismo e como tal é um todo, de tamanho definido e definitivo. É preciso ser inteiramente planejada de início, afim de haver equilíbrio entre as quatro funções urbanas: residência, trabalho, recreio e comunicação*⁴³⁸.

⁴³⁵ Idem, p. 16.

⁴³⁶ Idem. *Ibidem*.

⁴³⁷ Para o estudo das influências do pensamento urbanístico americano sobre Anhaia Mello, ver Feldman, S. *Op. cit.*, 2005.

⁴³⁸ Anhaia Mello, Luiz Ignácio de. *O Plano Regional de São Paulo. Uma contribuição da Universidade de São Paulo para o estudo de um “código de ocupação licita do solo”*. Conferência pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 08 de novembro de 1954, texto mimeografado, p. 39.

O objetivo final do plano, para Anhaia Mello, era organizar as comunidades urbanas, com todos os usos e serviços integrados. Essas comunidades deveriam ter forma, tamanho e equipamentos definidos pelo plano. Os elementos formadores de seu modelo de urbanismo, reiterados nas sucessivas palestras, serviriam como instrumentos formais e conceituais de controle do crescimento dessas comunidades.

Três são os conceitos básicos, criadores, orientadores dessa ação: a cidade-jardim, a idéia de Radburn e a “neighborhood unit”, ou, em outras palavras, a cinta verde para limitação da extensão da cidade, o abastecimento de “fresh food”; a superquadra, que permite a convivência pacífica com o automóvel e a unidade de vizinhança, que permite a rearticulação social e comunitária da urbes⁴³⁹.

Portanto, havia um tamanho ideal para a cidade.

A população ideal para o pleno desenvolvimento de todos os estímulos da associação humana orça entre 35.000 a 60.000 pessoas, distribuídas em “unidades de vizinhança” de 6.000 a 10.000 pessoas cada uma⁴⁴⁰.

A pergunta então era “como impedir a extensão dos limites urbanos além dessa distância razoável?” E a resposta estava prevista no modelo: “É essa justamente uma das funções da ‘rural belt’ ou muralha verde”⁴⁴¹.

Anhaia Mello explicava exatamente o problema do tipo de desenvolvimento urbano experimentado nas cidades, e a função desempenhada pelo cinturão verde no sentido de conter esse desenvolvimento:

um dos aspectos mais desagradáveis e mais inconvenientes das cidade atuais é o que se chama desenvolvimento em fita – ‘ribbon development’ ao longo das vias de comunicação. Esse desenvolvimento se estende por quilômetros ao longo das estradas, congestionando-as com habitações de ínfima classe, desprovidas de serviços essenciais e uma vida decente. A cinta verde formada de terrenos rurais, e que como tais devem ser permanentemente conservados, evita esses inconvenientes⁴⁴².

⁴³⁹ Idem, p. 38.

⁴⁴⁰ Idem, p. 40.

⁴⁴¹ Idem. *Ibidem*.

⁴⁴² Idem. *Ibidem*.

Finalmente, o modelo protegia a própria cidade-jardim: “evita também que um qualquer centro metropolitano vizinho envolva com os seus tentáculos a cidade-jardim, que nesse caso ficaria reduzida a simples subúrbio de centro maior”⁴⁴³.

A idéia de cidade-jardim de Anhaia Mello estava apoiada no conceito de “unidade de vizinhança” proveniente do trabalho de Clarence Stein, no qual os espaços livres tinham uma importância fundamental. Segundo Anhaia Mello, a “*neighborhood unit*” já estava prevista por Howard, que dividiu a cidade-jardim em seis setores, com 5.000 habitantes cada, autônomos, “com equipamento social completo, inclusive zona industrial na periferia”⁴⁴⁴. De certa forma, cada unidade de vizinhança deveria ser uma cidade em si mesma.

No modelo de Anhaia Mello, o centro da unidade de vizinhança era a escola primária, e a cada duas unidades de vizinhança deveria haver uma escola secundária. Além disso, cada unidade de vizinhança tinha um complexo sistema de recreio.

*Recreio, no seu verdadeiro sentido, implica participação pessoal, ao contrário, ou além, de diversão (amusement) que é uso não criador do tempo de lazer. E tem duas fases; a forma ou ato e os meios. A primeira é problema de organização de grupo, de planejamento social; a segunda é problema material, de organização e equipamento do espaço interior e exterior. Este problema está diretamente ligado ao problema difícil do Urbanismo, que é o de não construir, de deixar espaços livres, abertos, verdes. É fácil construir, explorando a valorização imobiliária, de acordo com a mentalidade megalopolitana. Não construir, ou construir menos, é difícil, muito difícil*⁴⁴⁵.

Anhaia Mello justificava os espaços livres com a mesma argumentação de Robert Moses, valorizando um sistema de parques e áreas ajardinadas que favorecesse a prática de esportes e o lazer ativo, além do simples embelezamento da cidade:

É preciso, pois, para todos, ar livre, sol, atividade, esporte, recreio em uma palavra. O espaço livre é elemento essencial à vida urbana, uma responsabilidade comunal e pública, que perdeu aquela

⁴⁴³ Idem. *Ibidem*.

⁴⁴⁴ Idem, p. 46.

⁴⁴⁵ Idem, p. 52.

*característica estética e respiratória dos parques dos planos anteriores*⁴⁴⁶.

Nesse sentido, concebia tal sistema de recreio como um complexo que atendesse a toda a população de forma variada e específica, de acordo com as diferentes necessidades, tal como propunha Moses no programa de melhoramentos para São Paulo. “É preciso, pois, organizar o espaço social nesse sentido, planejando um sistema de recreio para todas as classes e todas as idades da população”⁴⁴⁷.

O sistema de recreio modelado por Anhaia Mello devia ser pensado na escala municipal, estadual e nacional, e previa uma relação de proporção de espaços livres por pessoa. O ideal era de 10 acres por 1.000 pessoas (40 m² por pessoa), mas proporções como 5 ou 7 acres por 1.000 pessoas (20 m² a 28 m² por pessoa) também eram consideradas. Em espaços livres de 7 acres, 4,5 deviam ser para recreio ativo (ou atlético); 2 para parques e *parkways* (recreio contemplativo ou de passeio) e 0,5 para crianças (pré-escolar ou educacional)⁴⁴⁸.

Diversas modalidades de espaços livres integravam o sistema de recreio municipal proposto pelo urbanista: *play-lots* para crianças com menos de 6 anos, de 250 m² a 50 m², atendendo a um raio de 200 a 400 m; *playgrounds* para crianças de 5 a 11 anos, de 12.000 a 20.000 m², atendendo a um raio de 400 a 800 m; *playfields* para rapazes com mais de 15 anos, de 40.000 a 80.000 m², atendendo a um raio de 800 a 1.200 m; parques de vizinhança de recreio contemplativo para todas as idades, de 100.000 a 200.000 m², atendendo a um raio de 1.600 m. Nos anos 50, era nesses termos que se falava em sistema de parques.

Em uma terceira conferência comemorativa do “dia do urbanismo”, em 1955, Anhaia Mello retoma o argumento dos três conceitos básicos da cidade orgânica para o equilíbrio das quatro funções: a cidade-jardim, elemento fundamental “para a limitação da extensão horizontal das áreas urbanas e também para recreio e abastecimento das cidades”; a idéia de Radburn, “que

⁴⁴⁶ Idem, p. 53.

⁴⁴⁷ Idem, p. 53.

⁴⁴⁸ Aqui, Anhaia Mello aplica em seu modelo a norma quantitativa de espaços livres por habitante sempre citada por Telles em seus discursos.

permite a convivência com o automóvel”; e a unidade de vizinhança, que permite a rearticulação social e comunitária da urbe⁴⁴⁹.

Esse argumento aparecia, na nova conferência, inserido no contexto de formação e transformação das cidades paulistanas (interior do Estado), apoiado nos dados do recenseamento da população de 1950 e na análise do desequilíbrio dos processos ecológicos que geram o crescimento dos centros industriais com “incontrolada velocidade”⁴⁵⁰.

Em relação à estrutura física de controle do crescimento urbano, Anhaia Mello falava em um cinturão verde “de cerca de 3 milhas de largura, cerca de 5 quilômetros, como havia sido previsto de acordo com a cidade-jardim original de Ebenezer Howard, como a zona rural de baixa densidade (30 pessoas por hectare)”. No seu modelo, estava também prevista uma segunda função para o cinturão verde: “Outra função da ‘green-belt’ é o abastecimento da cidade com produtos da pequena lavoura e laticínios. E também recreio rural”⁴⁵¹.

No seu discurso, a função de abastecimento era secundária. O cinturão verde de Anhaia Mello tinha como função prioritária o desadensamento da capital e a definição de uma faixa contínua em torno da cidade, estabelecendo um limite entre a área urbana e a periferia. No entanto, de acordo com o plano da Secretaria da Agricultura, foi essa a função que inscrevia os municípios do cinturão verde na escala do planejamento regional, estadual e nacional, e não a função urbanística apontada pelo engenheiro, como veremos a seguir.

“Proibir novas indústrias no município da Capital”

*O que possa acontecer à maior cidade do Brasil não se inscreve apenas nos 1500 quilômetros quadrados do seu município, mas interessa ao Estado de São Paulo e à nação brasileira*⁴⁵².

Na conferência de 1954, Anhaia Mello abre sua argumentação com uma crítica à forma de distribuição da população sobre o território, contrapondo, em uma espécie de escala, “imensas áreas abandonadas”, “propriedades rurais”,

⁴⁴⁹ Mello, Luiz Inácio de Anhaia. *Urbanismo positivo e urbanismo negativo. As modernas cidades inglesas*. Conferência pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 09 de novembro de 1955, texto mimeografado.

⁴⁵⁰ Idem, pp. 13-17.

⁴⁵¹ Mello, L. I. A. *Op. cit.*, 1954, p. 41.

⁴⁵² Idem, p. 04.

“povoados e vilas” e “cidades”, também chamadas “polis, metrópolis ou megalópolis”⁴⁵³. Sendo assim, seu discurso inseria o sistema de planejamento proposto em uma escala que abrangia todo o território nacional, prevendo para o urbanismo uma atuação regional que significava uma articulação entre as esferas municipal, estadual e regional, com o fim de redistribuir as atividades e as concentrações de população de forma integral.

*Se urbanismo é arte de correlação e integração – problema de função, de textura, de economia e de síntese estética – só pode ser realmente praticado no plano regional, e na maior das regiões – a Nação*⁴⁵⁴.

Sendo assim, o plano regulador não deveria ser mais elaborado como um plano para a cidade, mas para todo o território municipal, incluindo distritos, núcleos, vilas e a zona rural. Além disso, o plano diretor municipal deveria prever também uma articulação com os planos dos municípios vizinhos, “objetivando compor o plano regional”⁴⁵⁵.

*Grandes planos regionais e pequeninos planos de vizinhança se completam, se integram. A cidade, como tal, embora não esteja fora de discussão, nunca é o elemento base, a unidade de planejamento, enquadrada sempre num sistema regional*⁴⁵⁶.

Para ser enquadrado em um sistema regional, o sistema de planejamento deveria ser implementado em âmbito nacional: “o plano nacional é a fixação dos vários usos a atribuir ao solo e aos recursos naturais”⁴⁵⁷. A abordagem do problema do urbanismo em escala nacional, segundo Anhaia Mello, era essencial para corrigir o “desequilíbrio demográfico” no país e para implementar todas as políticas e planos, fixar normas, regulamentações e reformas necessárias para favorecer o equilíbrio na distribuição de população, recursos e atividades. No mesmo sentido, o sistema nacional de planejamento deveria prever uma atuação no âmbito estadual, com a elaboração de um plano e de um conselho estadual, e a obrigatoriedade de elaborar planos municipais.

⁴⁵³ Idem, p. 02.

⁴⁵⁴ Idem. *Ibidem*.

⁴⁵⁵ Idem, p. 03.

⁴⁵⁶ Idem, p. 05. Anhaia Mello citava Jacqueline Tyrwhitt: “O urbanismo hoje alargou e retraiu os seus limites”.

⁴⁵⁷ Idem, p. 10.

Anhaia Mello defendia uma cidade polinucleada, “melhor em vez de maior”:

*A tese da limitação do crescimento é incontestável. Desagrada a muita gente, porque põe termo a muita exploração imobiliária, a muita fortuna fácil – mas é uma organização sob uma autoridade*⁴⁵⁸.

As medidas para o equilíbrio demográfico propostas por Anhaia Mello na escala regional ou intermunicipal passavam por

*proibir novas indústrias no município da Capital; incentivar seu estabelecimento nos outros municípios; melhorar as condições das pequenas cidades; fundar novos núcleos tipo cidade-jardim e “trading-estates*⁴⁵⁹.

Desde 1952, a Secretaria Estadual de Agricultura implementava um programa geral de criação de um cinturão verde ao redor de São Paulo, esboçando os primórdios do que seria então a região metropolitana⁴⁶⁰. O cinturão verde implantado pela Secretaria de Agricultura baseava-se na criação de

*casas da lavoura em municípios vizinhos da Capital como as de Santo André, Mogi das Cruzes, São Roque Piedade e Guarulhos (já implantadas) e novas como Suzano, Cotia, Itapeverica da Serra, Barueri, Franco da Rocha, Mairiporã, Santa Isabel e S. Bernardo do Campo*⁴⁶¹.

O projeto previa 15 unidades compondo uma rede de serviço de fomento agropecuário da Capital. Também estava prevista uma unidade em Santo Amaro, que era então um município independente:

*A grande orla cultivável que constituía antigamente o município de Santo Amaro precisava ser estimulada mais de perto, mesmo porque sua influência estende-se naturalmente a extensas glebas circunvizinhas de municípios limítrofes*⁴⁶².

⁴⁵⁸ Idem, p. 14.

⁴⁵⁹ Idem, p. 19. A tese de descentralização industrial era extraída de Patrick Abercrombie: “*the new light industries should be prohibited from towns that have grown too large*”. Citado por Anhaia Mello, p. 20.

⁴⁶⁰ “Pleiteia Atibaia a sua inclusão no “Cinturão Verde”. *OESP*, 29 de julho de 1952, p. 10.

⁴⁶¹ “Cinturão Verde de S. Paulo”. *OESP*, 09 de novembro de 1952, p. 14.

⁴⁶² *OESP*, 22 de novembro de 1952, p. 08.

Na verdade, tratava-se de uma determinação da Secretaria da Agricultura para o abastecimento da capital, mas não de controle de urbanização.

Anhaia Mello conhecia e favorecia a iniciativa:

*O cinturão verde é outra iniciativa do Governo do Estado, de grande interesse para a capital, mas que precisa ser completada por medidas de urbanismo regional como a fixação dos limites da área edificada (...). dentro de 100 quilômetros de raio, estabelecendo-se um loteamento rural de área mínima de 20.000 metros quadrados por lote e a valorização e melhoramentos sistemáticos das zonas rurais*⁴⁶³.

E acrescentava, ainda, que

*se não se fixar o destino rural da área do cinturão verde, serão inúteis os esforços no sentido de criação de uma zona verde de abastecimento em torno da capital e cidades vizinhas*⁴⁶⁴.

Enfim, o engenheiro comentava a política estadual de promoção do cinturão verde em torno da capital:

*Quinze Casas da Lavoura já forma instaladas nessa zona, mas o decreto 21.330, de 01/03/1952 que instituiu o serviço de fomento agro-pecuário da capital, precisa ser complementado pelas medidas referidas (...). É preciso, pois, complementar a obra iniciada, impedindo que se transformem em 'jardins, vilas ou parques', de loteamentos de usura, essas áreas verdes produtoras*⁴⁶⁵.

Os conflitos que apareceram em torno da questão da construção de pavilhões no Parque Ibirapuera, em contraponto com o modelo de cidade que vinha sendo formulado entre os urbanistas de São Paulo, indicam a importância do parque para a cidade nesse período. Por um lado, vimos que os opositores aos pavilhões, que inflamavam o debate sobre o parque, constituíam um grupo coeso, que se aglutinava em torno das figuras de Prestes Maia, Anhaia Mello, Goffredo da Silva Telles e Paulo Duarte. Apesar das inúmeras diferenças políticas que separavam esses indivíduos, sua posição de defesa de um parque

⁴⁶³ Idem, p. 17.

⁴⁶⁴ Idem, *Ibidem*.

⁴⁶⁵ Idem. *Ibidem*.

exclusivamente verde para a metrópole era unânime. Para manifestarem sua opinião, os opositores espalharam-se em diferentes estruturas de representação, com múltiplas finalidades. A questão do Ibirapuera tornava-se um ponto em comum entre elas.

São inúmeras as interligações entre as notícias publicadas no jornal *O Estado de São Paulo* e as atividades favoráveis ao parque exclusivamente verde nas entidades de defesa da natureza, na SAC, na revista *Anhembi*, etc. Tais interligações atestam antes a coesão de agrupamentos distintos, animados pelas mesmas pessoas, do que uma multiplicidade, como faria supor o artigo publicado na revista *Anhembi*. Em nome da defesa do parque exclusivamente verde, a SAC revelava-se não um lugar de oposições emergentes entre Prestes Maia e Anhaia Mello, mas uma estrutura de articulação para levar avante uma única e mesma idéia.

Em termos do modelo perseguido, nota-se a proposta de um parque voltado para o arejamento e a insolação da cidade, vinda da idéia da cidade-jardim pelo viés do urbanismo americano, amalgamada em São Paulo por Anhaia Mello. Um primeiro contraponto que essa proposta estabelecia era com a idéia do parque higienista, que se prestava ao embelezamento e à salubridade. O contraponto era sutil: incorporando a noção higienista, o parque exclusivamente verde previa também a possibilidade de tornar-se um elemento de rarefação urbana. Além disso, oferecia a possibilidade de estabelecer um limite para o crescimento da cidade, situando-se na divisa com Santo Amaro e constituindo uma parte do cinturão verde, voltada exclusivamente para o lazer e a purificação da cidade.

Subjacente a esse discurso, jazia uma noção mais silenciosa de que a indústria era indesejada. Com a indústria, também o programa de uma Feira Industrial no parque verde era combatido. No discurso de Anhaia Mello, a posição favorável ao afastamento das indústrias do centro urbano de São Paulo torna-se mais evidente. Nas atas da SAC, a menção de rebeldia contra a mostra industrial revela que não apenas os pavilhões permanentes eram malquistos pelo grupo, como também o era o programa a eles destinado.

Finalmente, a linguagem utilizada pelos opositores é criminalista. A construção dos pavilhões no parque representaria um “atentado”, uma “mutilação”, um “crime”. Crime contra a possibilidade do cinturão verde,

contra a natureza na cidade, contra o único parque metropolitano, o único “verdadeiramente parque”. Personificando os “criminosos”, registra-se também a postura dos urbanistas, juristas, escritores, jornalistas, etc., ligados ao grupo de opositores, com relação à proposta modernista da indústria paulista de estabelecer no parque mais privilegiado da cidade uma feira de exposições de caráter permanente. A ameaça, jamais declarada explicitamente, é instigante.

Capítulo 7.

São Paulo: metrópole moderna, cidade-metrópole, cidade-catedral (1952-1959)

Como vimos até aqui, a construção do Parque Ibirapuera provocou discussões que envolveram tanto urbanistas como políticos, fazendo parte dos modelos de cidade propostos para o desenvolvimento de São Paulo, de diferentes formas. Se o parque colocava-se como um tema importante durante os anos 50, é porque sua realização era fundamental para a constituição da metrópole como fato naquele momento, já que a questão dos espaços livres no debate sobre a cidade era central e o Ibirapuera era o espaço livre mais discutido na cidade desde a segunda metade da década de 20.

A defesa dos espaços livres tornava-se fundamental para aqueles urbanistas, como parte do tema da metrópole. Para o engenheiro Anhaia Mello, por exemplo, a questão da metrópole configurava-se na proposta de um plano para São Paulo que não se limitasse ao próprio município, mas que abrangesse toda sua região de influência. No que dizia respeito à forma da cidade, o Plano Regional de Anhaia Mello considerava necessária a implantação de espaços livres de diferentes tamanhos e para finalidades diversas nas várias unidades de vizinhança que organizariam a cidade. O Parque Ibirapuera era decisivo, nesse modelo, porque era o único parque de São Paulo com abrangência e dimensões metropolitanas.

Mas não foi somente para os urbanistas engajados na esfera política que o tema da metrópole tornou-se central nos anos 50. Ao contrário, o assunto foi objeto de diversas publicações também na esfera intelectual, sobretudo nos campos da geografia, da sociologia e da história, indicando a importância do processo de consolidação da metrópole no período. Mais que isso, a questão da metrópole constituiu um eixo de discussões que atestava a própria pertinência dessas disciplinas, de modo a fornecer os instrumentos adequados para lidar com a nova dimensão de problemas a serem enfrentados em São Paulo, como veremos a seguir.

No ano de 1958, a Associação dos Geógrafos Brasileiros publicou uma coleção sobre a cidade de São Paulo, em quatro volumes, organizada por Aroldo de Azevedo⁴⁶⁶, também como produto das comemorações do IV Centenário. O terceiro volume⁴⁶⁷, dedicado ao estudo dos aspectos da metrópole paulistana, é uma coletânea de artigos de diversos geógrafos sobre cada um dos aspectos que faziam da cidade uma metrópole: seu parque industrial, a questão da energia elétrica, as partes e a fisionomia da cidade, dividida em centro e bairros.

Cabe então, a pergunta: por que, para esse grupo de geógrafos no final dos anos 1950, metrópole significava indústria, energia elétrica e divisão urbana em centro e bairros por zonas? O próprio texto dá subsídios para a compreensão dessa questão.

O livro tem início com um artigo sobre a industrialização em São Paulo⁴⁶⁸. A abertura indica uma filiação à corrente entusiasta do crescimento da cidade a partir do desenvolvimento industrial. O autor, Lino de Mattos, começa o texto com a célebre exclamação do período, de que São Paulo é “a cidade que mais cresce no mundo”, acrescida da máxima de “maior centro industrial da América Latina”⁴⁶⁹.

Para o autor, a lógica da formação da metrópole residia na relação entre desenvolvimento industrial, crescimento demográfico e urbanização, fundamentada no tripé clássico: acumulação do capital com a exportação do café, imigração e situação geográfica de São Paulo. O tripé articulava-se a outras estruturas, como a implantação de uma rede ferroviária, ao longo da qual se estabeleciam as zonas industriais, e o porto de Santos como mercado exportador de produtos manufaturados.

⁴⁶⁶ Aroldo de Azevedo (1910-1974), geógrafo, formou-se pela Universidade de São Paulo, onde se tornou um dos primeiros professores dessa disciplina. Foi autor do primeiro mapa do relevo brasileiro. Por seu trabalho de ensino e pesquisa, marcou a formação de uma geração de geógrafos. Foi também autor de mais de trinta livros didáticos.

⁴⁶⁷ Azevedo, Aroldo de (org). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Volume III. Aspectos da metrópole paulistana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

⁴⁶⁸ Mattos, L. “O parque industrial paulistano”. In Azevedo, A. *Op. cit.*, 1958, pp. 05-98.

⁴⁶⁹ Idem, p. 05.

Somavam-se a esses fatores, ainda, o desenvolvimento da lavoura algodoeira, cujo beneficiamento era propulsor de industrialização; a formação de um mercado potencial de mão-de-obra e de consumo criado a partir da migração dos excedentes de população, ligado à lavoura do café, permitindo que o desenvolvimento da indústria paulistana se fundamentasse no mercado interno; a política de impostos aos bens importados e a crise provocada no mercado internacional pela primeira Guerra Mundial. Nesse sentido, o autor indicava que a indústria que mais se desenvolveu em São Paulo, naquele período, foi a indústria têxtil, seguida da indústria alimentícia, ambas voltadas para o mercado interno. Predominavam, portanto, as indústrias de bens de consumo, mas nota-se indicada a decolagem da indústria de base, que iria predominar no período seguinte, na passagem para a década de 60.

Para explicar a complexidade metropolitana, Mattos mostrou que a função industrial não sucedeu outras funções urbanas, mas ajustou-se a elas, aumentando o grau de articulação da cidade com a sua região de influência, extrapolando os limites do próprio Estado, e conferindo-lhe o grau de metrópole: “De fato, não houve, na evolução da metrópole paulista, uma sucessão de funções e, sim, um progressivo enriquecimento de sua estrutura funcional”, fazendo a cidade adquirir, “em curto lapso de tempo, a complexidade que caracteriza as grandes metrópoles modernas”⁴⁷⁰. A questão metropolitana, portanto, era tratada no sentido da influência regional e do grau de complexidade das relações entre o município central e as outras cidades da região.

*São Paulo passou a ser no presente século a metrópole regional de uma extensa área geográfica cujos limites vão bastante além das fronteiras do Estado, alcançando o Sul de Minas Gerais, o Triângulo Mineiro, o Sul de Goiás, o Sul de Mato Grosso e o Norte do Paraná; e tal hegemonia econômica e cultural se deve ao fato de constituir um posto-chave, um centro nevrálgico, um ponto de convergência, uma espécie de ponta de funil para onde se dirigem ou de onde partem todas as rotas terrestres e aéreas que servem aquela vasta região do país*⁴⁷¹.

Como explicação ao primeiro surto de desenvolvimento industrial da cidade, o autor caracterizou o isolamento de São Paulo, antes de se tornar

⁴⁷⁰ Idem, p. 06.

⁴⁷¹ Idem, p. 23.

metrópole regional, que permitiu sua auto-suficiência, levando ao desenvolvimento de uma indústria local doméstica, para suprir suas necessidades internas⁴⁷². Em seguida, o geógrafo salientou a liderança absoluta de São Paulo em termos de produção industrial, mostrando que em 1950 correspondeu a mais de 50% do total brasileiro⁴⁷³.

No setor da indústria, a cidade orgulhava-se de possuir o maior centro industrial da América Latina. De seus 3 milhões de habitantes, nada menos de 420.000 dedicavam-se às atividades industriais; não existia, no país, maior concentração de operários. Essa massa humana concentrava-se, de preferência, em bairros das zonas Leste e Sudeste da cidade, embora também se destacassem outras áreas, dentro dos perímetros urbano, suburbano e rural⁴⁷⁴.

O segundo aspecto relevante da metrópole, focado no artigo seguinte⁴⁷⁵, foi a questão energética. O consumo de energia elétrica era tratado por Radesca ao mesmo tempo como fator e medidor de desenvolvimento: o aumento do consumo, e particularmente a passagem do consumo doméstico para o consumo industrial, era um dos marcos que podiam ser estabelecidos para determinar a metrópole⁴⁷⁶. Esse argumento foi construído no texto como um aspecto a ser estudado e aperfeiçoado a partir dos instrumentos próprios do campo disciplinar da geografia.

O aparelho produtor de energia era apresentado como um sistema composto de várias fontes de produção e de articulações que permitiam o manejo da oferta. A interligação das várias usinas era matéria a ser estudada pelos geógrafos, com vistas a manejar o desenvolvimento urbano nos diversos focos abrangidos pelo sistema⁴⁷⁷.

⁴⁷² Idem, p. 25.

⁴⁷³ Idem, p. 41.

⁴⁷⁴ Idem, p. 70. O autor cita as Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo como empresa típica de um processo de expansão a partir de uma origem modesta, que partindo de um pequeno capital inicial familiar, ampliou-se, ramificou-se e dominou o mercado de produtos de consumo interno.

⁴⁷⁵ Radesca, M. L. P. S. “O problema da energia elétrica” In Azevedo, A. *Op. cit.*, 1958, pp. 99-120.

⁴⁷⁶ Idem, p. 103.

⁴⁷⁷ “O conjunto das usinas hidrelétricas (Cubatão, Porto Góis, Rasgão e Itupararanga) e termelétricas (Piratininga) constituem um verdadeiro sistema interligado por linhas de transmissão”. A interligação do sistema permitia enviar e receber energia inclusive ao Rio de Janeiro, “fato de grande vantagem, desde que as usinas de cada sistema dependem de bacias hidrográficas e de áreas pluviométricas diferentes, o que permite que um sistema possa socorrer o outro, em caso de crise de energia”. Idem, p. 106.

O engenho da transposição do curso do Pinheiros para a produção de energia elétrica também era incluído como um dos temas da geografia, na medida em que se tratava de uma exploração das “condições naturais” que permitiram a produção de energia elétrica: o aproveitamento da topografia e do desnível da Serra do Mar em Cubatão⁴⁷⁸.

Mas o grande fato motivador do artigo sobre a energia elétrica era o problema da crise: o perigo das estiagens e a possibilidade de diminuição de vazão, acarretando perdas de produção energética. A autora citava trabalho de 1953 ressaltando a “falta de providências para o aumento da capacidade geradora”⁴⁷⁹. A “crise” de que tratava o artigo teria iniciado em 1946, “ano em que a capacidade geradora foi inferior à demanda”⁴⁸⁰. O crescimento sempre ascendente da demanda, decorrência da expansão tanto do setor industrial como da rede urbana, somado à acentuação das estiagens, resultou em uma crise manifestada “em toda sua intensidade” a partir de 1952⁴⁸¹.

Finalmente, o argumento da geografia para tratar da questão energética incluía também a questão da modificação da paisagem decorrente da implantação da indústria hidrelétrica de São Paulo. A autora terminava seu texto citando a criação dos grandes lagos artificiais das Represas de Guarapiranga e Billings, “para uso de recreio e para os esportes náuticos”, permitido surgirem “novos bairros repletos de pequenas chácaras, residências para fins de semana e habitações permanentes”⁴⁸². A autora citava ainda a possibilidade de criação dos novos bairros jardins a partir da liberação das terras obtida através da retificação do rio Pinheiros⁴⁸³.

A geografia era mostrada como ciência da terra, que partia das condições naturais para explicar os fenômenos humanos e a elas volta para buscar soluções para os problemas enfrentados, numa tentativa de manipulação e domínio da natureza como fonte do desenvolvimento.

⁴⁷⁸ Idem, pp. 108-115.

⁴⁷⁹ Andrade, Henrique. “A atual crise de energia em São Paulo”. In: *Engenharia*, n. 128. São Paulo, abril de 1953, p. 235, *apud* Azevedo, A. *Op. cit.* 1958.

⁴⁸⁰ Azevedo, A. *Op. cit.*, p. 115

⁴⁸¹ Idem, pp. 116-117.

⁴⁸² Idem, p. 118. Interessante lembrar que, nesse período, essas represas eram retratadas no jornal *O Estado de São Paulo* como recantos pitorescos a serem explorados como áreas de lazer.

⁴⁸³ Idem, p. 119.

O aspecto seguinte abordado pelos geógrafos era a descrição física da cidade, a partir de uma divisão do território em centro e bairros⁴⁸⁴. O problema inicial, que se evidenciava em tal recorte, era a própria definição dos limites da área central. O desafio levava o autor a lançar mão de uma série de instrumentos próprios da disciplina para solucionar a questão.

A inserção da geografia como disciplina no debate sobre a metrópole foi estabelecida a partir de um recurso próprio da disciplina: a leitura da paisagem. O texto apontava critérios de leitura da paisagem para uma compreensão do centro da cidade, para uma definição de seus limites e para sua identificação como o “coração” da metrópole⁴⁸⁵.

Esses critérios foram estabelecidos ou extraídos da própria leitura feita pelos geógrafos do desenvolvimento urbano de São Paulo, segundo a qual as condições morfológicas do sítio configuraram uma determinada situação estratégica para o desenvolvimento de determinado tipo de atividade humana. Essa interpretação filia-se ao estudo de Caio Prado Jr. sobre a formação da cidade de São Paulo, baseado na configuração morfológica do terreno onde a vila se implantou, aplicada agora para a evolução urbana da cidade a partir do centro⁴⁸⁶.

O geógrafo estabelecia um paralelo entre o centro da cidade e a cidade como um todo, como se o centro pudesse “refletir” a própria cidade:

*O centro da cidade (...) aparece como uma das unidades urbanas mais estreitamente ligadas à origem, ao desenvolvimento e às funções de toda a metrópole paulista, como se fora um reflexo das suas características*⁴⁸⁷.

⁴⁸⁴ Muller, N. L. “A área central da cidade” In Azevedo, A. *Op. cit.*, 1958, pp. 121-182.

⁴⁸⁵ Esses temas foram abordados posteriormente como leitura da paisagem entre os arquitetos. Exemplo disso é o grupo de disciplinas de paisagismo do departamento de projeto da FAUUSP, que utiliza esses critérios de análise da paisagem urbana. Nota-se também a aproximação com os debates promovidos no âmbito do VIII Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, CIAM, de 1951, que propunha a discussão do centro da cidade moderna como seu coração. Ver Rogers, E. (et al). *Il Cuore della città: per una vita umana della comunità*. Milão: Hoepli, 1954.

⁴⁸⁶ Cf. Prado Jr., C. “O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo” [1936]. In: *Revista do Arquivo Municipal*, n.º. 202, *Antologia*. São Paulo: DPH, 2004. Caio Prado Jr. era membro da Associação de Geógrafos Brasileiros, fundada em 1934, que publicou a obra sobre a cidade de São Paulo organizada por Aroldo de Azevedo em 1958.

⁴⁸⁷ Azevedo, A. *Op. cit.*, 1958, p. 169.

Mas, sobretudo, criava instrumentos de leitura da paisagem próprios da geografia, que permitiam estabelecer critérios para uma definição, uma delimitação e uma compreensão do que seria a área central da cidade, em franca discussão no período e de suma importância em termos da nova condição de metrópole atribuída a São Paulo⁴⁸⁸.

Nesse texto⁴⁸⁹, podem ser identificados elementos, instrumentos e procedimentos de análise da paisagem apropriados, difundidos e utilizados pelos urbanistas, de maneira recorrente, até a atualidade. Portanto, nosso propósito não é retomar o argumento desenvolvido no texto, mas analisar a construção do discurso geográfico sobre a cidade naquele momento de constituição da idéia de metrópole por parte das diferentes disciplinas.

Sem dúvida, era um momento em que o centro da cidade estava em evidência, em função da implantação do perímetro de irradiação, da verticalização, e da multiplicidade de funções exercidas pela área central, não apenas para a cidade, como também para a região, reforçando seu caráter metropolitano. Não por acaso, todos esses aspectos são abordados por Azevedo⁴⁹⁰.

A questão inicial era o problema da delimitação da área central, para a qual o autor apontava pelo menos duas soluções: “a que se baseia no chamado Perímetro de Irradiação e a que se fundamenta na legislação municipal”⁴⁹¹. De início, torna-se clara a aproximação desses geógrafos a Prestes Maia e Ulhôa Cintra, com a valorização do perímetro de irradiação como novo limite estabelecido para o centro.

O centro de São Paulo era apresentado como uma área de fácil identificação, em função da “intensidade do tráfego de veículos e de pedestres”, da “presença das melhores lojas” e do “bloco compacto de arranha-céus”, porém havia dificuldade em “estabelecer seus limites e fixar sua área”⁴⁹². O

⁴⁸⁸ Para identificar o centro da cidade e buscar meios de estabelecer seus limites, o autor trabalha com uma analogia entre as relações cidade x centro, metrópole x centro e capital x centro.

⁴⁸⁹ Azevedo, A. *Op. cit.*, 1958, p. 169.

⁴⁹⁰ Idem. *Ibidem*.

⁴⁹¹ Idem, p. 121.

⁴⁹² Idem. *Ibidem*.

autor logo apresentou os motivos desse obstáculo: a não coincidência entre o centro administrativo e o núcleo original.

Para solucionar o problema, Azevedo sugeria a adoção de critérios estruturais “do ponto de vista paisagístico”. Dividindo a estrutura da área central em “horizontal” e “vertical”, mostrou que a falta de correspondência entre o centro funcional e o centro histórico para uma delimitação dava-se na “estrutura horizontal”. No entanto, existiam valiosos elementos para a sua caracterização a partir da sua “estrutura vertical”. Para Muller, “já se torna imponente e impressionante o bloco compacto dos arranha-céus que se erguem na área central da cidade”⁴⁹³.

Os aspectos funcionais do centro constituíam outro critério de análise. O centro era entendido como a área mais complexa da cidade⁴⁹⁴. O critério funcional seria então “um dos mais expressivos para a solução do problema de sua delimitação”⁴⁹⁵. A partir do critério funcional, Muller propunha a distinção de três zonas diferentes: o centro propriamente dito, as áreas periféricas ao centro e uma zona de transição.

Azevedo sugere ainda um terceiro critério, o demográfico, que permitia observar a tendência de expansão da área central, identificada sobre o vetor oeste.

O autor propunha então uma análise da evolução histórica da área central por etapas. Em uma primeira etapa (séculos XVI a XVIII), o Pátio do Colégio era identificado como núcleo central, sobrepondo as funções administrativas à de “centro irradiador das principais vias públicas”⁴⁹⁶.

Com o desenvolvimento da função comercial do centro, sua área expandiu-se, configurando o chamado “triângulo” – de característica essencialmente comercial durante o século XIX. Novamente, o autor estabelecia um paralelo entre o crescimento da cidade e a expansão da área central: “Com o crescimento da cidade, registrado na segunda metade do

⁴⁹³ Idem, p. 125. Nota-se o entusiasmo com relação à verticalização, bastante diverso das críticas registradas no jornal *O Estado de São Paulo* no mesmo período.

⁴⁹⁴ Nota-se a analogia com a própria complexidade da metrópole na sua relação com a região, que é tema do próprio livro.

⁴⁹⁵ Idem, p. 126.

⁴⁹⁶ Idem, p. 129.

oitocentismo, particularmente na década de 1870-80, teve início também a expansão do centro e, mais que isso, sua melhor caracterização”⁴⁹⁷.

Finalmente, o autor propunha uma terceira etapa de expansão do centro, correspondente à superação dos limites da colina histórica:

*a expansão do centro para além da colina histórica processou-se muito vagarosamente; e, para isso, concorreram alguns fatores de natureza puramente geográfica, sobretudo o relevo e a presença da várzea do Tamanduateí.*⁴⁹⁸

No léxico do autor, a leitura paisagística da cidade reportava-se à sua fisionomia e às massas construídas. Além disso, a visibilidade da cidade era analisada por meio de fotografias aéreas⁴⁹⁹.

Para definir a estrutura do núcleo antigo a partir de critérios geográficos, o autor recobrava os elementos de análise do “sítio urbano”, tal como proposto por Caio Prado, mostrando que as “vias de saída” correspondiam aos eixos mais favoráveis do relevo, e que o “triângulo reproduz esquematicamente a colina”⁵⁰⁰. Para o núcleo novo, os critérios utilizados eram diferentes: o traçado regular e geométrico, feito dentro das concepções urbanísticas da época, com ruas muito mais largas, era um indicativo da sua própria modernidade.

O autor atribuía aos prefeitos Antônio Prado, Raimundo Duprat e Prestes Maia as principais transformações urbanísticas de remodelação do centro, responsáveis por essa modernização. Duas características complementares eram ressaltadas nesse processo: a abertura de “espaços mais amplos e logradouros mais arejados” e “o caráter maciço, compacto [da área construída], crescendo vertiginosamente no sentido vertical”⁵⁰¹.

⁴⁹⁷ Idem, pp. 130-131. Ou seja: a caracterização do centro enquanto tal teria a ver também com o crescimento e a dinâmica estabelecida em relação à cidade.

⁴⁹⁸ Idem, p. 136. Novamente, nota-se uma retomada dos procedimentos propostos por Caio Prado Jr. no estabelecimento de critérios próprios para a disciplina: a geomorfologia do terreno influenciaria a conformação e a evolução histórica da cidade.

⁴⁹⁹ Nota-se novamente uma aproximação com a análise desenvolvida no âmbito do VIII CIAM, valendo-se de análises de volumetria de massas e de fotografias aéreas da cidade para estabelecer critérios de leitura da paisagem urbana.

⁵⁰⁰ Idem, p. 145.

⁵⁰¹ Idem, p. 150. Destaca-se novamente que a relação reporta ao problema da verticalização a partir de um ponto de vista favorável e relacionado à abertura de espaços livres.

Finalmente, o autor propunha uma delimitação para a zona de transição entre a área central e os bairros. Tratava-se novamente de um problema de leitura do espaço, desta vez decorrente do processo de deslocamento e conseqüente ampliação dessa zona de transição, dado que o próprio centro deslocou-se historicamente sobre o território⁵⁰².

Mas não foi esse o único problema identificado. O próprio processo de formação da zona de transição incorria em “um fenômeno de verdadeira ‘desintegração’ de antigos bairros”, processo “diretamente ligado à valorização dos imóveis”, acarretando a deterioração material e moral da cidade⁵⁰³:

Os velhos prédios dessa zona de transição, outrora exclusivamente residenciais, passam a ser paulatinamente desocupados pelas famílias, que se vêem obrigadas a procurar locais de moradia mais acessíveis às suas posses, embora situados em pontos mais afastados. Resulta daí a sua utilização por várias famílias ou sua transformação em hotéis modestos, pensões, quando não em casas de cômodos, onde se abriga uma população pertencente à classe média ou de menos recursos, menos exigente no que se refere ao conforto, mas desejosa de permanecer no centro, por não dispor de meios próprios de locomoção ou porque prefere evitar o problema do transporte para os bairros afastados. Consequentemente, a zona de transição, bem ao contrário do que se verifica no centro, apresenta uma elevada densidade demográfica e constitui uma área de concentração de determinados grupos étnicos, menos privilegiados sob o ponto de vista econômico⁵⁰⁴.

Também fazia parte do trabalho do grupo de Aroldo de Azevedo a leitura da cidade a partir da ocupação dos bairros ao longo dos eixos que compunham as diferentes zonas urbanas⁵⁰⁵.

Os bairros foram apresentados, por oposição ao centro, como a “verdadeira cidade de São Paulo, através dos elementos mais típicos de seu sítio urbano, de sua população heterogênea, de suas mais expressivas funções, com suas grandezas e suas misérias”⁵⁰⁶. Mendes propôs um “estudo geográfico

⁵⁰² Idem, p. 175.

⁵⁰³ Idem, p. 177.

⁵⁰⁴ Idem, p. 178.

⁵⁰⁵ Ver Mendes, R. S. “Os bairros da zona norte e os bairros orientais” e “Os bairros da zona sul e bairros orientais”. In Azevedo, A. *Op. cit.*, 1958, pp. 183-364. O próprio Aroldo de Azevedo estudou particularmente o desenvolvimento urbano da zona leste. Ver Azevedo, A. *Subúrbios orientais de São Paulo*, tese de concurso à cátedra de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1945.

⁵⁰⁶ Mendes, R. S. *Op. cit.*, p. 183.

dos bairros paulistanos” a partir dos seus contrastes, baseando sua observação no “sítio, suas origens, sua estrutura e suas funções”⁵⁰⁷.

Os bairros constituíam o que o autor denominava um “mosaico de paisagens”⁵⁰⁸. Estabeleceram-se critérios de comparação entre os fragmentos desse mosaico, sobretudo a partir dos aspectos geomorfológicos do terreno, tais como rios, cadeias de montanhas, várzeas, etc., que determinariam caminhos e estruturas viárias, atividades, funções e relações entre esses fragmentos. Assim, as vertentes direita e esquerda do rio Tietê, por exemplo, apresentariam diferenças que se originavam na sua posição geográfica em relação ao centro da cidade, às linhas de transportes, etc., resultando em formas de ocupação e articulação urbana diversas. Os bairros eram descritos a partir dos caminhos de ligação estabelecidos com outras partes da cidade, condicionados pela topografia local.

A partir das relações firmadas entre os bairros e o centro, eram definidas diferentes funções para cada segmento da cidade, incluídas também como critério de análise. Finalmente, a geografia assumia uma posição privilegiada como disciplina, na medida mesma do esforço de Mendes em oferecer uma classificação dos bairros da cidade a partir de critérios de análise baseados fundamentalmente em sua posição geográfica⁵⁰⁹. A geografia seria então a disciplina que disponibilizaria os instrumentos para essa classificação.

Na mesma época, Roger Bastide⁵¹⁰ mostrou outro ponto de vista ao descrever os signos de desenvolvimento e modernidade de São Paulo em comparação com o Rio de Janeiro⁵¹¹. O volume *Brasil terra de contrastes* mostra um alinhamento ligado a outra corrente, no seio da formação de um pensamento crítico sobre São Paulo, na cidade, a partir da Universidade. Tal postura estava filiada ao grupo de Armando Salles de Oliveira⁵¹², o mesmo que manteve forte oposição à construção dos pavilhões do Ibirapuera.

⁵⁰⁷ Idem, p. 184.

⁵⁰⁸ Idem. *Ibidem*.

⁵⁰⁹ Idem, p. 186.

⁵¹⁰ Roger Bastide (1898-1974), sociólogo francês, foi um dos professores europeus convidados para ocupar a cátedra de sociologia da Universidade de São Paulo em 1938.

⁵¹¹ Bastide, R. “Duas capitais: Rio de Janeiro e São Paulo”. In: *Brasil terra de contrastes*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1959, pp. 126-149.

⁵¹² O governador constitucionalista é citado por Bastide na p. 149. O prefácio do livro foi escrito por Paulo Duarte.

Para construir a imagem de contrastes entre as duas cidades, Bastide lançava mão, inicialmente, da mesma linguagem da geografia, partindo dos contrastes de paisagem. No Rio de Janeiro, descrevia o litoral, a praia, as montanhas, a natureza: a cidade se espremia entre a floresta e as ondas, e superou a natureza. Em São Paulo, eram apontados o altiplano e a cidade construída. A cidade assumia a forma de estrela, formada de arestas que irradiavam do triângulo central.

Se o Rio de Janeiro tinha a beleza natural, São Paulo tinha a beleza do cimento. Mas a economia do centro de negócios era aquecida: “lojas, escritórios industriais e de advogados, clínicas particulares, bancos, cinemas, locais de divertimento”⁵¹³.

Chama a atenção que os bairros citados por Bastide tenham sido justamente os bairros jardins: o “elegante” Pacaembu, o Jardim América e o Jardim Europa. E em seguida, o autor citava também os criticáveis arranha-céus, “para responder a essa nova necessidade” das “dificuldades e circulação”⁵¹⁴. A semelhança de sua percepção da cidade com a posição defendida pelo grupo de opositores aos pavilhões do Ibirapuera e divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo* é notável.

Sobre os arranha-céus:

*trata-se agora de escalar o céu, de prender as nuvens aos cimos dos edifícios de vinte, de trinta, de quarenta andares, de esmagar as torres das igrejas velhas ou as chaminés longínquas das fábricas modernas sob enormes movimentos de cimento, numa obsessão de verticalidade*⁵¹⁵.

Condenando o cimento, o autor amenizava sua descrição, lembrando as “imensas janelas” e os “jardins que substituem os tetos”. É nesse contexto que se insere sua frase célebre: “a mão do arquiteto, aqui, substituiu a mão de Deus”⁵¹⁶.

Continuando sua crítica amena, lembrava que “com o desenvolvimento dos arranha-céus, as antigas canalizações de águas, de gás, de esgotos não são mais suficientes”⁵¹⁷. Assim,

⁵¹³ Bastide, R. *Op. cit.*, 1959, pp. 128-129.

⁵¹⁴ Idem, pp. 129.

⁵¹⁵ Idem, p. 129.

⁵¹⁶ Idem, *Ibidem*.

⁵¹⁷ Idem, p. 131.

*a cidade vertical abre-se em valetas, em fossos, e o inferno das ruas esburacadas acompanha a ascensão dos arranha-céus; abismos em que arquejam homens sujos de terra estão ao lado de andaimes em que os pedreiros parecem brincar com os tijolos; junto aos despojos dos encanamentos arrebentados, zumbem barulhentas as máquinas que firmam os alicerces dos edifícios orgulhosos*⁵¹⁸.

Essa era a “cidade-catedral”, cujo centro “eriça-se em edifícios-torres, edifícios flechas, edifícios-campanários”. O autor destacava ainda a rapidez da construção da cidade e seu ritmo cotidiano acelerado, no qual “não se pode flanar” (a comparação é com Paris); a ausência de monumentos antigos, devida a um passado pobre e a uma riqueza tardia; e o eterno renovar dos edifícios que, com mais de 20 anos, eram considerados vetustos e entregues à picareta do demolidor: “a cidade-catedral é uma cidade em construção”⁵¹⁹.

O autor ressaltava a ausência de vegetação:

*sobraram alguns recantos de vegetação, mas são muito poucos para uma cidade que tem mais ou menos a extensão de Paris, e contra eles desencadeiam-se as cóleras dos automobilistas, que desejariam, sem dúvida, transformá-los em garagem. Nada semelhante ao magnífico Jardim Botânico que D. João VI fez plantar no Rio de Janeiro. Não lhe podem ser comparados, nem a Praça da República, com plátanos raquíticos e pardais importados de Paris, que pipilam o dia todo, nem o Horto Florestal, e nem mesmo o Orquidário. O paulista não gosta de árvores; prefere os relvados verdes à inglesa ou os maciços de flores. Nesta cidade as roseiras exibem o ano inteiro a suntuosidade de suas flores alegres, banhadas de orvalho ou de luz, conforme a hora do dia*⁵²⁰.

Terminava afirmando que

*a audácia paulista alcança seu maior triunfo na construção dos edifícios do Parque Ibirapuera para a comemoração do IV Centenário, com suas conchas de caramujo, rampas helicoidais, longas pérgolas, a que só falta a moldura de um jardim que lhe esteja à altura*⁵²¹.

Em seu texto, diferentemente dos geógrafos do grupo de Aroldo de Azevedo, Bastide não se mostra preocupado em afirmar os instrumentos de análise de sua disciplina. O intelectual francês situava-se em um “lugar”

⁵¹⁸ Idem. *Ibidem*.

⁵¹⁹ Idem. *Ibidem*.

⁵²⁰ Idem, p. 128.

⁵²¹ Idem, p. 133.

diferente, fazendo uma análise do país da perspectiva de um “estrangeiro”, ainda que viesse com a finalidade de colaborar na construção do campo disciplinar da sociologia em São Paulo. Sua posição de estrangeiro permitia assumir um ponto de vista mais afastado no processo de construção da instrumentação teórica da disciplina, atuando antes como um observador instrumentalizado pelo saber construído fora. Sua percepção da metropolização da “cidade-catedral” era tanto filtro como modelo de análise, e prestava-se a ser utilizada por outros pesquisadores no processo de consolidação da disciplina, sem confundir-se necessariamente com tal processo.

Em posição diferente, outro intelectual enfrentou o problema da metrópole nesse período: o sociólogo Florestan Fernandes⁵²². Considerado um fundador da escola de sociologia crítica no Brasil, Fernandes estava preocupado com a consolidação da sociologia como campo disciplinar na Universidade de São Paulo e com sua instrumentalização para a análise, a reflexão e a atuação sobre os problemas sociais do seu tempo. Marxista, o professor Fernandes era um intelectual orgânico que defendia a educação como agente de mudança social e os educadores como militantes engajados na transformação da realidade do país.

Sua reflexão sobre São Paulo como metrópole⁵²³ não propunha uma conceituação teórica. Pelo contrário, o autor pontuava, logo de início, que a questão metropolitana ainda era bastante desconhecida mas que, ainda assim, “é preferível romper o silêncio e discutir as coisas de modo subjetivo a conservar a reflexão sociológica afastada dos problemas cruciais da atualidade”⁵²⁴.

⁵²² Florestan Fernandes (1920-1995), sociólogo e político, formou-se pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo – FFCLUSP em 1943, tornou-se mestre em 1947 pela Escola de Sociologia e Política de São Paulo e doutor em sociologia pela FFCLUSP em 1951, onde se tornou professor catedrático. Durante o regime militar, foi perseguido e cassado pelo Ato Constitucional nº. 5, exilando-se em 1969 no Canadá. Foi duas vezes eleito deputado federal pelo Partido dos Trabalhadores, com a plataforma da defesa do ensino público.

⁵²³ Fernandes, F. “O homem e a cidade-metrópole” [1959]. In *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960. O artigo havia sido publicado originalmente na revista *Educação e Ciências Sociais*, v. 04, nº. 11, Rio de Janeiro: INEP/CBPE, pp. 23-44, agosto de 1959. Uma análise da obra completa de Florestan Fernandes em relação ao momento histórico da cidade de São Paulo foi feita por Arruda, M. A. *Op. cit.*, 2001. Sobre a filiação política de Fernandes no contexto paulistano, destaca-se sua articulação com o grupo de fundadores da Universidade de São Paulo, especificamente com Paulo Duarte, com quem trabalhou sobre o tema do preconceito de raça, marcando posteriormente uma profunda divergência com o escritor em relação ao problema do racismo na sociedade brasileira. Neste trabalho, enquadraremos especificamente o tema da metrópole.

⁵²⁴ Idem. *Ibidem*, p. 267.

A metrópole era, portanto, um problema crucial. O tratamento dado pelo sociólogo ao objeto era problematizado. Não enfocava conceituações ou caracterizações; sua posição não era nem eufórica nem desacreditada. Em lugar disso, o autor fazia uma análise de alguns aspectos que lhe pareciam fundamentais para desvelar determinados problemas que emergiam da rápida transformação de São Paulo em “cidade-metrópole”.

O perigo identificado por Fernandes era de que a cidade passava por “uma revolução social, mas esta não é plenamente percebida, entendida ou desejada por seus habitantes”⁵²⁵. Nesse sentido, seu papel, ainda que baseado mais em opinião que em dados, era o de dar a entender determinados aspectos dessa revolução, que colocavam em risco o futuro da metrópole.

Entre esses problemas revelavam-se, no argumento do autor, uma série de dificuldades: de provisão de um ambiente efetivamente urbano no espaço da nova metrópole; de instituição de comportamentos racionais que priorizassem o controle dos problemas sociais e econômicos, tanto em termos da reconstrução dos serviços públicos quanto na esfera econômica privada; de modificação da estrutura tradicional herdada do passado a fim de explorar novas técnicas racionais, científicas e tecnológicas; de interpretação do novo papel das instituições na sociedade, tendo sido superado o modelo de dominação patrimonialista.

Retomando o argumento entusiástico da vitória do homem sobre a natureza, superando condições ecológicas desfavoráveis, o sociólogo recompunha o tripé “aumento de população, urbanização e industrialização” que caracterizava a vida metropolitana. No processo de urbanização, o autor apontava como o principal problema “ecológico” vivido em São Paulo a dificuldade em prover a cidade de um “substrato material verdadeiramente urbano e metropolitano”⁵²⁶. Segundo ele, “o homem conquistou o espaço, mas não o domesticou no sentido urbano”⁵²⁷, ou seja, o espaço foi ocupado nas condições mais precárias, “com frequência sem serviços regulares de abastecimento de água potável, de esgotos, de assistência médica, de ensino, de calçamento, de iluminação pública, etc”.

⁵²⁵ Idem. *Ibidem*, p. 276.

⁵²⁶ O significado do termo “ecológico” deriva do modo como é empregado pela escola sociológica de Chicago. Ver p. 269.

⁵²⁷ Fernandes, F. *Op. cit.*, 1959, p. 298.

Fernandes, da mesma forma, apontava que “a base demográfica estável não era bastante numerosa e diferenciada para promover a imposição dos padrões preexistentes de solidariedade e de devoção aos interesses públicos”⁵²⁸. Sem deixar de mostrar a “expansão contínua” e a “prosperidade ímpar” da economia, que causava “a admiração mais positiva e as avaliações mais grandiosas”⁵²⁹, o autor atentava para o perigo de se entender que a vida ocorria “nas mesmas condições que nos grandes centros urbanos de sociedades plenamente desenvolvidas”⁵³⁰.

O sociólogo procurava mostrar que “o progresso aparente cria ilusões”. Para ele, a questão mais grave era a “indiferença diante da forma de crescimento econômico da cidade”, que não permitia perceber que poderia estar se reproduzindo um novo ciclo econômico semelhante aos anteriores da economia brasileira e, portanto, impossibilitando evitar a repetição de erros⁵³¹.

Além disso, Fernandes lembrava o problema da distribuição desigual de renda, que no caso de São Paulo tendia a produzir contrastes sociais mais drásticos. O mais grave era que a situação de contraste tendia a eliminar o caráter construtivo das tensões e conflitos sociais, “afetando mais as margens da luta pela subsistência e da sobrevivência que a reconstrução social e a democratização das formas de participação social da cultura, da riqueza e do poder”⁵³².

Outro problema da esfera econômica relacionado por Fernandes remetia à “desconfiança na continuidade do desenvolvimento ascendente”, que levava as classes dominantes a se desinteressarem “por reinversões sucessivas de capital na própria empresa” e a absterem-se “de cooperar com os poderes públicos no controle dos problemas sociais e econômicos”⁵³³.

Assim, a “primeira cidade autenticamente ‘burguesa’ do Brasil” oferecia maiores possibilidades de mobilidade e enriquecimento, mas via-se incapaz de modificar a estrutura das instituições herdadas do passado. Apesar de apresentar uma ampla diferenciação do sistema de posições sociais, São Paulo sofria flutuações que afetavam a “formação e o desenvolvimento das classes

⁵²⁸ Idem, p. 270.

⁵²⁹ Idem, p. 271.

⁵³⁰ Idem, p.272.

⁵³¹ Idem. *Ibidem*.

⁵³² Idem, p. 273.

⁵³³ Idem, p. 274.

médias”, tidas para o sociólogo como importantes para o equilíbrio da sociedade de classes e para a estabilidade do regime democrático⁵³⁴.

O autor enfatizava ainda um último problema das recentes transformações da cidade em metrópole: a evolução institucional. Se por um lado São Paulo era “vista como grande cidade” e o paulista “como representante típico de uma mentalidade dinâmica, empreendedora e inconformista”, por outro lado vivia-se também uma proletarização dos mais pobres, concorrendo para a “desintegração da cultura popular”⁵³⁵. As instituições dominadas pelas elites tradicionais teriam entrado em um processo de precipitação, liberando o homem de uma concepção estreita e reacionária do mundo, mas sem colocar no seu lugar um novo quadro institucional satisfatório para enfrentar os desafios impostos pela nova situação⁵³⁶.

Fernandes terminava indicando dois caminhos para reverter o quadro apresentado: a educação e a pesquisa no campo das ciências sociais. Tal como os geógrafos apresentaram o problema da metrópole sob a ótica da sua disciplina, legitimando os instrumentos da mesma para a solução das questões visadas, o sociólogo também depositava sua esperança na formação de um novo homem para o enfrentamento dos problemas vislumbrados na metrópole paulistana, através dos recursos de sua disciplina. Essa formação deveria ser iniciada em um sistema de educação capaz de reajustar o homem à nova condição social, contando também com um aprofundamento do conhecimento do problema social engendrado, a partir de um amplo investimento em investigações e pesquisas. O caráter otimista do autor revela-se nas duas máximas que fecham o artigo: “A educação poderá formar o novo homem”; “Tais recursos são fornecidos pelas ciências sociais”⁵³⁷.

Dentre os intelectuais ativos à época, talvez o que tenha se aprofundado mais no tema específico da transformação de São Paulo em metrópole tenha sido Richard Morse⁵³⁸. O historiador americano traçou uma “biografia” da cidade cujo horizonte era um nível de complexidade nas suas estruturas sociais que superava qualquer referência anterior.

⁵³⁴ Idem, p. 276.

⁵³⁵ Idem, p. 277.

⁵³⁶ Idem. *Ibidem*.

⁵³⁷ Idem, p. 282.

⁵³⁸ Richard Morse (1922-2001), historiador americano, era especialista em estudos sobre a cultura urbana na América Latina.

Essa “biografia” de São Paulo encomendada para a comemoração de seu 400º aniversário era, segundo seu autor, um histórico seletivo, orientado mais no sentido humano que no científico⁵³⁹. Em sua análise, Morse utilizou-se vastamente da referência teórica proposta por Georg Simmel⁵⁴⁰, voltando sua análise para a constituição da “metrópole”, nos seus atributos físicos, sociais, econômicos, culturais, políticos e institucionais, distanciando-se radicalmente de seu passado recente de “comunidade”.

Segundo Morse, o texto estava sendo escrito em um momento em que antropólogos e sociólogos passavam a interessar-se cada vez mais pelos meios urbano e industrial das sociedades latino-americanas. Nesse sentido, o autor destacou que São Paulo era a cidade que mais crescia e o maior centro industrial da América Latina. Daí a idéia de metrópole: São Paulo tornava-se uma cidade que não se enquadrava mais nas categorias de comunidades propostas pelos americanistas para as sociedades latino-americanas até então.

Baseando-se nos relatos de viajantes e memorialistas, Morse reconstituiu um quadro da cidade colonial de taipa, da articulação estreita com os arredores e com o interior, da expansão das bandeiras, da absorção das raças.

Com a independência do Brasil, para o autor, a cidade florescia a novos modos, como “cidade-mente”. A transformação dava-se por meio de um aceleração cultural marcado pela presença da Academia de Direito, cujas revistas, festas e outros eventos animavam a vida do público letrado. Para o autor, foi nesse momento que São Paulo, “como cidade acadêmica, capital da província, centro econômico e diocesano – estava em condições de passar por

⁵³⁹ Morse, R. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*. Trad.: Maria Aparecida Madeira Kerbeg. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. Serviço de comemorações culturais, 1954. O livro de Morse traz uma leitura que penetrou amplamente nos meios intelectuais da cidade. Sendo assim, foi reeditado em 1970, porque a primeira edição havia sido distribuída de maneira muito limitada, não chegando a constituir uma difusão pública. As revisões foram ligeiras, destacando-se sobretudo uma introdução e dois novos capítulos, um no início e outro no final do livro, para situá-lo no contexto da pesquisa sobre a cidade de São Paulo de seu tempo e acrescentar novidades da produção dos últimos anos. Outras alterações foram as mudanças dos títulos da terceira e quarta partes, de “cidade-organismo” e “metrópole moderna” para “crescimento da cidade” e “idade moderna”, respectivamente. Os primeiros títulos atribuíam nomes emblemáticos para a cidade em suas diferentes etapas. Os títulos novos incidem sobre as etapas em si, reforçando a idéia de processo. Ver Morse, R. *Formação histórica de São Paulo (de comunidade a metrópole)*. São Paulo: Difel, 1970.

⁵⁴⁰ Simmel, G. “A metrópole e a vida mental” [1902]. In Velho, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, pp. 13-28.

uma extroversão e uma pluralização cultural”⁵⁴¹. O café, segundo o autor, foi uma monocultura favorecida no Brasil pelas condições do mercado internacional. Baseada, no início, na mão-de-obra escrava, a cultura do café promoveu uma transformação fundamental na estrutura de domínio entre cidade e campo: a cidade imprimia sua marca; os fazendeiros passavam a ser cidadãos que controlavam suas propriedades a partir do meio urbano.

No período seguinte, como “cidade-organismo”, São Paulo absorveu um montante expressivo de população estrangeira, constituindo uma nova classe média⁵⁴². Desse período também são os esforços energéticos, porém contrariados, do Visconde de Mauá para industrializar a nação. Nessa época, foram construídas as estradas de ferro da companhia São Paulo Railway, ligando Jundiaí ao porto de Santos, além da Ituana, da Sorocabana e da Mogiana, sempre via São Paulo. Também se ampliaram o sistema de crédito agrícola e a atividade bancária. O período foi marcado por uma grande propulsão de ascensão social para os imigrantes empreendedores⁵⁴³.

Foi nesse contexto de êxito econômico e euforia social que ganhou força o movimento abolicionista, sobretudo entre os estudantes, jornalistas e escritores. A partir dele, também se fortaleceu o movimento republicano, que em 1872 organizou-se na forma de um partido político⁵⁴⁴.

Finalmente, como “metrópole moderna”, São Paulo dava lugar a manifestações políticas, sociais, institucionais e culturais cada vez mais complexas. Essa superação dava-se em todos os campos da vida urbana. No campo da cultura, Morse indicou a negação da herança colonial portuguesa por meio da incorporação de influências estrangeiras, na língua, nos costumes e nas novas atividades culturais, como o cinema, os cafês, etc. No campo econômico, o autor destacou o incremento das atividades comerciais, industriais e financeiras. O comércio espalhava-se pelo centro da cidade, convocando um novo personagem urbano: a multidão. A indústria desenvolvia-se em surto, a partir dos

⁵⁴¹ Morse, R. *Op. cit.*, 1954, p. 105.

⁵⁴² “Entre 1855 e 1872, a população não estrangeira do centro comercial (Sé) aumentou de 16%, ou seja, de 6.989 a 8.111, enquanto a população estrangeira mais do que duplicou, passando de 495 a 1.102”. Idem, p. 136.

⁵⁴³ Entre outros estrangeiros, Morse cita particularmente o industrial Francisco Matarazzo na p. 190, voltando a comentar as Indústrias Reunidas como exemplo mais flagrante do empreendimento familiar que se desenvolve com rapidez, desdobrando-se em múltiplos setores articulados em cadeia. Ver p. 243.

⁵⁴⁴ Idem, p. 170.

excedentes da atividade agrária. As atividades financeiras explodiam em uma febre especulativa, associada a uma urbanização crescente, que não correspondia ao crescimento industrial. Na cidade, geravam-se excedentes de população sem trabalho, enquanto no campo registrava-se a necessidade de mais trabalhadores. Na esfera política, movimentos de contestação multiplicavam-se em diferentes tendências, anarquistas, socialistas e comunistas, e em manifestações reivindicatórias, culminando na greve de 1917. No campo institucional, desenvolvia-se um sistema de associações apoiadas nas novas necessidades dos trabalhadores e no novo padrão da classe média, oferecendo às famílias uma série de benefícios sociais oficialmente organizados.

Nesse contexto de efervescência urbana, a Semana de 22 e Mário de Andrade constituem um marco na leitura de Morse. Oriundo do movimento literário estudantil que germinou na Faculdade de Direito desde o período da abolição, o modernismo paulista teve a repercussão necessária para a constituição da vanguarda. Grupos, revistas e bandeiras modernistas multiplicavam-se em atitudes e manifestações culturais. Segundo Morse, Mário de Andrade representou não apenas a personificação do modernismo paulistano, por sua obra literária, mas também sua tradução, na interpretação que fazia do movimento ao qual ele mesmo pertencia.

Finalmente, a cidade transformava-se também fisicamente. A análise de Morse volta-se para a questão da “anatomia” da cidade, retomando as leituras de Aroldo de Azevedo⁵⁴⁵. Mas Morse articula a leitura que faz da forma peculiar do crescimento da cidade à diversificação dos grupos humanos, negros, imigrantes mestiços, burguesia, classe popular e classe média, incorporando a heterogeneidade humana dos bairros à leitura geofísica da paisagem. Nessa leitura, Morse incorpora uma análise do urbanismo e da arquitetura moderna produzida em São Paulo, refreada pelas tendências conservadoras dos construtores, que dominaram o campo do desenvolvimento físico da cidade. Assim, Morse termina seu livro com uma mensagem de comiseração aos arquitetos da cidade pelas frustrações inerentes a uma prática profissional potencialmente promissora, porém situada em um meio impeditivo⁵⁴⁶.

⁵⁴⁵ Idem, p. 285.

⁵⁴⁶ Idem, p. 304.

Entendida como “uma cidade cujo passado não é mais sentido”, São Paulo do século XX torna-se, para Morse, uma cidade que já não pode mais ser classificada segundo os critérios sociológicos de análise das comunidades latino-americanas rurais em transição⁵⁴⁷. Ao transformar-se em metrópole, São Paulo superou os limites da investigação vigente até então. Daí a importância do fenômeno.

Tem-se assim, a partir desses textos, uma amostra de como o tema da transformação da cidade em metrópole era central para os diversos campos das ciências humanas durante a década de 50, extrapolando os limites das preocupações específicas do urbanismo. O tema era levantado não apenas pela relevância do processo de metropolização em si, mas também porque tal processo oferecia-se como um campo de discussões privilegiado para a consolidação das próprias ferramentas de trabalho dessas disciplinas, legitimando-as como formas de conhecimento consolidadas e indispensáveis para a compreensão da nova escala e complexidade dos problemas enfrentados no período.

Naquele momento, essas disciplinas voltavam-se sobre si mesmas com vistas a definir seus próprios contornos. A questão da metrópole era um tema fértil, pois contribuía para a constituição das próprias disciplinas. A metrópole, simbolizada por meio do parque, estava revestida de um tom comemorativo, que contaminava também as análises a seu respeito. As obras de Moses e Azevedo eram publicadas como parte dessa comemoração. O primeiro celebrava o fato de São Paulo não poder mais ser incluída na categoria “comunidade”, como pretendiam os antropólogos americanistas. O segundo somava-se a seu grupo de geógrafos para defender a industrialização, o consumo de energia e o crescimento urbano da cidade. Bastide via no parque um ícone. Dentre os textos lidos, o de Fernandes é o que mais se esforçou para não perder de vista os limites do sucesso da metropolização. Ainda assim, sua intenção sedimentava-se na preocupação com a constituição de uma sociologia genuína. A euforia do momento era celebrada na afirmação das diferentes vertentes de análise da metrópole pelas ciências sociais.

⁵⁴⁷ A referência principal é a obra do sociólogo Robert Redfield, com quem Morse dialoga desde o início do seu texto.

Considerações finais.

Ibirapuera: um parque metropolitano no cerne do urbanismo paulistano

A história da criação do Parque Ibirapuera é mais complexa que a história dos outros parques públicos municipais de São Paulo. Diversos fatores contribuem para isso. O longo período entre a decisão pública de se criar o parque na Várzea do Ibirapuera e sua efetiva execução conduziu, em primeiro lugar, à necessidade de uma pressão, por parte do poder público, para preservar a área livre de ocupações. Além disso, a partir da decisão municipal, o parque passou a constar nos planos elaborados e nas discussões urbanísticas sobre São Paulo, sistematicamente, permitindo entrever algumas modificações na própria concepção de parque nos diferentes discursos sobre a cidade. Finalmente, o parque foi erigido como monumento à própria cidade na comemoração de seu IV Centenário, condicionando uma forma particular de apropriação. Todos esses fatores constituem uma história permeada de meandros que revelam alguns aspectos do modo como a elite conduziu o processo de criação do primeiro parque público metropolitano da cidade.

A origem pública do terreno do parque condicionou, em grande parte, sua forma de ocupação. Recorrentemente, o estatuto das terras devolutas no Brasil deu margens a problemas jurídicos. Não por acaso, a “questão do Ibirapuera” fundava-se sobre o problema da invasão de terras públicas por particulares: o problema está na base da ocupação do solo no Brasil.

Os anos de espera para que o Parque Ibirapuera fosse concretizado deixam entrever que os conflitos jurídicos foram tão impeditivos para a sua criação quanto a falta de recursos públicos nos cofres municipais. A questão do terreno remonta ao problema fundiário que perpassa a própria constituição do urbanismo no Brasil. Isso é bastante relevante para o estudo da história de um vazio destinado a tornar-se espaço livre em São Paulo. A consciência do valor do terreno, o tipo de ocupação do entorno e sobretudo a própria decisão do poder público de se fazer um parque motivava essas sucessivas tentativas de

invasão da área. Portanto, esse problema pode ser considerado o ponto de origem da história de criação do Parque Ibirapuera.

Além disso, ao lidar com um terreno pertencente ao patrimônio municipal desde a última década do século XIX, o próprio poder público viu-se em meio a conflitos internos em relação à destinação da área. As decisões municipais de como ocupar a gleba sobrepunham-se em sucessivas tendências opostas: loteá-la ou criar o parque? Construir equipamentos ou manter a área livre? Às vezes, no mesmo mandato, parte do corpo administrativo trabalhava em uma direção, realizando o plantio do parque, por exemplo, e entrava em conflito com a outra parte, que previa a ocupação da gleba por um grande equipamento público.

Sendo assim, os conflitos internos à própria Prefeitura foram ainda mais decisivamente impeditivos, no caso do Ibirapuera, que os próprios problemas jurídicos. A oposição que surgiria em 1951 em torno da decisão de se construir ou não pavilhões no parque para as exposições de artes e indústrias está intrinsecamente inserida nesse contexto de disputas a respeito do modo de ocupação da gleba.

Entre o momento de sua primeira concepção, em 1926, e sua efetiva realização, em 1954, o parque apareceu sistematicamente em todos os planos e discussões sobre São Paulo: emergiu como tema central na formação da Sociedade Amigos da Cidade, na discussão sobre o Plano Regulador, nos planos elaborados para a cidade. Essa recorrência mostra uma relação intensa entre o urbanismo emergente, os planos urbanísticos e o Parque Ibirapuera. Nesse sentido, o parque tornava-se a própria representação do espaço livre urbano naquele momento.

Um aspecto importante dessa discussão é a mudança de estatuto dos espaços livres entre 1930 e 1950. Por um lado, os espaços livres passavam de secundários e articulados ao sistema viário para homogeneamente distribuídos pelo território. Por outro lado, sua matriz conceitual também migrava das funções de embelezamento e higiene para as de lazer e recreação ativa.

Assim, no Plano de Avenidas, o parque parece ter sido incorporado, por um lado, como intenção relevante de um mandato de governo e, por outro, na sua articulação com a proposta de estruturação viária de São Paulo, foco central do Plano. Ainda que fosse entendido e apresentado como “o primeiro plano

compreensivo elaborado para a cidade”, submetia ao sistema viário todos os demais componentes urbanos, a despeito de suas próprias fundamentações teóricas.

Nos debates urbanísticos desse período, chama a atenção a prática de se orientar o discurso sobre a cidade a partir de um termo comparativo. A comparação era estabelecida entre São Paulo e os maiores e mais importantes centros urbanos no cenário internacional. Três formas de comparação entre cidades eram estimuladas: em termos da quantidade bruta de espaços livres, da quantidade relativa à área da cidade e da quantidade relativa ao adensamento do entorno onde cada espaço se localizava. O argumento quantitativo era considerado na relação entre área urbana, forma de ocupação, habitantes e áreas livres.

A comparação entre cidades ajudava a construir o campo disciplinar do urbanismo, ao conferir racionalidade e tecnicidade científica para o discurso. Por outro lado, o argumento contribuía para construir uma imagem de atraso: era em relação a Paris, Chicago ou Nova Iorque que São Paulo tinha poucos parques ou deveria ter mais.

A forma pela qual os membros da Sociedade efetivariam sua atuação também foi decidida nesses debates. O meio privilegiado para uma intermediação era a defesa do Plano Regulador. No âmbito desse plano, o instrumento prioritário defendido pelos urbanistas da Sociedade era o zoneamento.

O aprofundamento do argumento quantitativo seguiu o caminho da análise da relação entre os espaços livres e o processo de adensamento. No bojo dessas discussões, emanava o problema da verticalização, formulado a partir da questão dos arranha-céus. O debate sobre esses edifícios altos rapidamente se disseminou pela imprensa, evidenciando que o tema aproximava o discurso técnico dos urbanistas ao grande público leitor. O tema dos arranha-céus tinha apelo junto à população.

A questão do crescimento, do adensamento e da verticalização da cidade era tratada por parte do grupo em termos de uma ameaça, como um processo nefasto, prejudicial e indesejável. Nesse contexto, os instrumentos do urbanismo eram apresentados como meios técnicos de controle do crescimento

da cidade. No mesmo sentido, os espaços livres eram dispostos como elementos de amenização do adensamento da cidade.

O desenvolvimento desse debate inseriu a discussão sobre os espaços livres no tema do zoneamento, como novo instrumento para lidar com a questão urbana. Para o controle dos processos urbanos prejudiciais à cidade, o zoneamento era apresentado como o instrumento mais adequado a ser adotado. Defendia-se, a partir dessa análise, a criação de espaços livres nos setores mais adensados da cidade. Nesse sentido, os espaços livres ganhavam uma nova função: o controle do crescimento urbano, por meio do zoneamento.

Nos modelos de cidade que se sucederam nos debates desse período, os espaços livres adquirem um estatuto diferenciado daquele que vinha sendo proposto, de acordo com o argumento higienista, até 1930. No relatório de Robert Moses, por exemplo, os parques e demais espaços livres já eram considerados elementos hierarquicamente nivelados com o sistema viário e os outros componentes urbanos. No modelo de Anhaia Mello, o Parque Ibirapuera era considerado ao mesmo tempo como parte do cinturão verde da cidade, separando São Paulo de Santo Amaro, e como equipamento da unidade de vizinhança constituída pelos bairros mais valorizados da capital. Daí as exigências em termos da vegetação no parque.

O Plano Regulador defendido por Anhaia Mello jamais foi elaborado. Apenas na década de 1970 um plano semelhante seria concebido. No entanto, os conceitos de parque e de espaço livre envolvidos nas discussões já era diferente, valorizando os usos ativos em detrimento dos contemplativos e sua utilização como barreira para o crescimento urbano descontrolado, além das funções urbanas de áreação e insolação da própria cidade.

Tendo em vista todas essas flutuações do conceito e da função dos espaços livres e dos parques no período, o poder público oscilou, ao longo do tempo, a respeito de como deveria ser e de qual finalidade deveria ter um parque. Mesmo entre os defensores do parque exclusivamente verde, por oposição a qualquer outro tipo de ocupação, registravam-se oscilações entre permitir ou não a implantação de clubes como o Jóquei na área. Tais oscilações davam margem a múltiplas possibilidades na concepção do parque. Essa multiplicidade de opções foi reeditada com a proposta e o projeto dos pavilhões permanentes.

Mas é observando a articulação entre a Sociedade Amigos da Cidade e a imprensa, por meio do jornal *O Estado de São Paulo*, que se revela a consolidação de um grupo de opinião em relação ao destino do parque, sobretudo a partir da elaboração do projeto dos pavilhões, em 1951. Se observarmos a trajetória do processo de preservação do vazio, descrita no Capítulo 1 deste trabalho, à luz dos processos de criação da SAC e dos debates urbanísticos promovidos pelo jornal, descritos no Capítulo 3, veremos que essa articulação foi mais importante do que se poderia supor. A organização e atuação da Sociedade dentro e fora de seus próprios limites, ou seja, nas suas discussões internas, na publicação de suas opiniões no jornal ou influenciando diretamente o poder público, foi um elemento decisivo para a preservação do terreno livre de invasões particulares ou de outras ocupações públicas. Nessa relação, vale observar que o poder público cuidava do vazio contra os invasores particulares, ao mesmo tempo em que a sociedade civil zelava por ele contra invasores internos ao poder público.

No processo analisado, registram-se algumas polarizações: no seio da Sociedade, Anhaia Mello estabelecia oposição a Prestes Maia em alguns aspectos do debate. Nota-se, no entanto, que em relação ao problema do Ibirapuera, sobretudo a partir de 1935, os urbanistas uniram-se na defesa do parque exclusivamente verde, contra qualquer tipo de construção no interior do seu perímetro. De um modo geral, entretanto, pode se observar que as grandes decisões de localização de equipamentos urbanos fundamentais na cidade não eram tomadas pelos urbanistas, mas sim pelos políticos.

Durante os anos 50, particularmente após a escolha de Ciccillo Matarazzo para presidir a Comissão dos festejos do IV Centenário, o mesmo problema voltou a ser colocado. Como vimos, não era sem oposição que as decisões de Ciccillo sobre o Parque Ibirapuera eram acatadas. Pelo contrário, havia uma forte corrente de oposição à construção dos pavilhões no Ibirapuera, defendendo um espaço livre inteiramente arborizado, um parque exclusivamente verde para o lazer ativo e contemplativo, em uma tentativa de defesa da presença da natureza na cidade como forma de controle urbano.

Desta vez, no entanto, havia duas particularidades no tom do debate dos opositores. Em primeiro lugar, havia uma intenção, pelo menos por parte do jornalista de *Anhembi*, que supomos ser Paulo Duarte, de fazer crer que não

estava sozinho: a discordância em relação à decisão da Comissão se fazia anunciar como “antipatia do público”. O grupo de opositores era identificado, em um primeiro momento, como uma tendência plural, de diversas facções, entidades, clamores, urbanistas, órgãos da imprensa. Vimos que essa diversidade não traduz uma pluralidade de facções, mas o desdobramento de um único grupo, forte e influente o suficiente para se fazer representar em múltiplos meios e organizações.

A pluralidade não era forjada em vão. Para um desavisado, a confusão construída na composição do grupo poderia levar a identificar o grupo de oposição com o conjunto da opinião pública geral que, no senso comum, supõe-se que seja plural e heterogêneo. Assim, a pluralidade teria uma função importante na construção do argumento de oposição.

Para além dessa pluralidade forjada, podemos dizer ainda que a oposição não era uma corrente representativa de diversos pontos de vista, mas sim de um grupo político bem definido e estrategicamente posicionado no círculo de poder na cidade, com acesso a todos esses meios de se fazer representar. A inserção no círculo de poder não é casual: o grupo colocava-se como defensor legítimo do parque, pois acumulava um histórico de posturas contra a ocupação do Ibirapuera, como no caso do Jóquei ou do aeroporto.

Além disso, o ataque visava especificamente a orientação dada ao evento comemorativo, encarnada nas decisões do presidente da Comissão. Desse embate, emerge uma gama de possibilidades analíticas, pois as causas da oposição são múltiplas e variáveis. Os argumentos utilizados para identificar os pavilhões como um atentado ao parque passavam pelo seu caráter permanente, pela escolha do material adotado para os edifícios – o concreto armado –, e pelo programa neles implantado – uma feira internacional de indústrias e artes.

A questão sobre o caráter permanente dos pavilhões, aspecto mais combatido pelo grupo de opositores, foi aparentemente resolvida quando a Comissão alegou que o projeto do conjunto de edificações não ocuparia área superior aos 5% do total do parque.

No caso da discussão sobre a opção de projeto adotada no conjunto, os opositores lançavam frases em tom pejorativo, como “edificações esdrúxulas”, “alguns blocos de cimento armado” e “por mais arquitetônico que seja”, denunciando uma queixa contra a própria arquitetura moderna. Ainda que não

se declarassem explicitamente contra o partido adotado, os opositores deixavam clara uma predileção: o verde era proposto como oposição ao cimento armado.

Finalmente, e ainda menos explicitado, um terceiro motivo da investida contra o conjunto edificado no parque se insinuava: o próprio programa previsto para sua ocupação – feiras industriais e exposições artísticas. As feiras industriais não chegaram a ser explicitamente combatidas, exceto em uma fala da Sociedade citada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, mencionada indiretamente, portanto.

Mas não seria este um dos fatores de combate? Colocar no parque verde uma feira para a promoção da mesma indústria que o modelo de Anhaia Mello preconizava afastar da cidade? “Proibir novas indústrias no município da capital” era uma bandeira de combate. Nesse sentido, também poderia incluir-se afastar das áreas verdes defensáveis da cidade um evento como uma feira industrial.

Se não, por que a arte se sustentaria no parque, em detrimento dos dois outros programas, a feira industrial e os congressos científicos, que teriam um pavilhão construído especialmente para tais fins, na Várzea do rio Tietê, em 1979? Por que as feiras industriais seriam futuramente remanejadas do parque? Por que a arte ficaria?

De qualquer modo, o argumento ambiental era fraco na São Paulo dos anos 50. Era o momento da industrialização do país. O Estado brasileiro trabalhava para a consolidação de suas bases industriais, e essas bases localizavam-se em São Paulo. Nesse sentido, as bases políticas de sustentação de Ciccillo como presidente da Comissão garantiram a construção dos pavilhões permanentes. Garantiram também a adoção do concreto armado e a realização tanto da Feira Internacional, reeditada depois em feiras nacionais, segmentada por ramos de atividades industriais, como da Bienal de Artes, que se instalou definitivamente em um dos pavilhões.

Com a indústria, crescia a urbanização. A classe média era o principal foco das atenções dos políticos do momento. O Parque Ibirapuera era um grande conjunto voltado para difundir amplamente a cultura de vanguarda para a população urbana. O programa dos pavilhões voltava-se para os intercâmbios de artes, de produção industrial e de desenvolvimento científico. Quanto à Comissão, a contratação de uma pesquisa de sondagem de opinião pública

revelava que a maior preocupação era com a recepção do projeto por parte dessa classe média em formação e politicamente visada – uma proposta para a área do parque que era talvez dissonante daquela defendido pelo grupo de oposição.

A oposição ao projeto do conjunto edificado no Parque Ibirapuera foi clara, forte e insistente entre 1951 e 1954. Resta, portanto, refletir sobre os motivos que levaram a se discutir tão pouco esse assunto na ampla bibliografia que tratou do Parque Ibirapuera posteriormente. As fontes de pesquisa consultadas dão alguns indícios para a formulação de diversas hipóteses para a compreensão desse silenciamento.

Primeiramente, e em maior evidência, podemos supor que o aspecto comemorativo do IV Centenário turvou os conflitos então existentes. A bibliografia consagra o parque, que se ergueu como monumento dedicado ao momento histórico da cidade, de júbilo e êxito. O momento era de euforia, e não de crise. A realização do parque prometido há mais de duas décadas contentava à grande maioria. Por mais de 50 anos, o parque conquistado pela estratégia de Ciccillo seria identificado invariavelmente como monumento comemorativo não apenas do IV Centenário da capital, como também da sua pujança econômica, política e cultural.

Tendo em vista as formulações das várias vertentes que se constituíam nos diversos campos disciplinares das ciências sociais naquele momento, essa euforia é compreensível. Em todos esses campos, a bibliografia sobre a metrópole nos anos 50 era entusiasta, porque implicava na própria definição dos instrumentos e dos contornos das diferentes disciplinas. Nesse sentido, mesmo as posturas mais críticas revelam que o momento era de afirmação das vertentes, em um sentido positivo e voltado para um futuro promissor e cheio de possibilidades de atuação.

Uma segunda razão pode ser formulada com base na composição do próprio grupo de oposição. Entre os opositores figuravam grandes urbanistas que não deveriam ser colocados em conflito com o modernismo adotado na arquitetura do parque. A participação, no grupo dos opositores, de Anhaia Mello, fundador da FAUUSP e defensor dos postulados da Arquitetura Moderna, não teria contribuído para o silenciamento da questão? Se a arquitetura do parque funcionou como amálgama de tendências políticas que se

opunham a ele, nem mesmo o argumento a favor de um do parque exclusivamente verde teria vigor combativo contra a implantação de uma obra projetada por Niemeyer.

Outro motivo pode estar localizado na dificuldade dessa elite de opositores em assumir um programa, no parque, voltado para a constituição de uma classe média consumidora de artes e produtos industriais. Essa hipótese propõe uma questão complexa e os elementos levantados nas fontes consultadas não permitem extrair conclusões satisfatórias. Mas a própria condução do problema indica que o campo proposto por essa questão é fértil.

Parte desse debate também se consolidava na disputa pelos ditames da cultura. Nesse sentido, o “sucesso” nacional e internacional da Bienal de Artes de São Paulo não teria sido, ele próprio, um dos fatores para o silenciamento sobre os conflitos de oposição quanto à construção dos pavilhões?

Assim que terminaram os festejos do IV Centenário, uma nova ameaça passou a falar mais alto: a ocupação dos pavilhões por órgãos administrativos do governo do Estado e do Município. Os blocos de cimento armado estavam destinados agora a abrigar a burocracia de algumas secretarias de Estado. Imediatamente, evidenciou-se um enorme interesse pela criação, no parque, de um centro de cultura. Esse interesse agregou tanto os membros da extinta Comissão quanto os seus opositores. O jornal, logo que se inaugurou o parque, mudou rapidamente seu discurso combativo, passando a defender o uso cultural dos pavilhões, em detrimento do uso administrativo.

A “cultura” passava a ser um mote definidor de poder e, portanto, disputado pelas estruturas de poder da elite. Sendo assim, a disputa passava, por um lado, pela definição do *que é* cultura e, por outro lado, de *quem devia se responsabilizar* por ela. Sendo assim, volta a pergunta: por que as bienais teriam garantido sua permanência no parque e as feiras industriais não? Por que a arte das bienais e dos museus deveria ser entendida como cultura e feiras industriais não?

Mas a hipótese mais evidenciada pelas fontes consultadas parece mesmo ser a união final das elites em torno da euforia comemorativa, que se nota na mudança do padrão da crítica após a inauguração do parque, na postura dos urbanistas e na própria posição dos intelectuais. Mesmo os opositores tornaram-se defensores dos pavilhões. A Sociedade Amigos da Cidade esperava

um convite para participar das decisões. Todos queriam fazer parte da Comissão do IV Centenário, sobretudo porque todos queriam ser autores da obra-símbolo da modernidade paulistana. A concretização de uma obra que inseria o Brasil no círculo internacional, inserção essa tão pleiteada entre os opositores, não deixava espaço para as críticas. Todos se curvaram frente ao fato de que o conjunto de Niemeyer permanece inabalavelmente erguido como símbolo da modernidade paulistana nos anos 50. Os estudos evocam o tom comemorativo até hoje, tom que nunca foi abalado. O Parque Ibirapuera era um sucesso tanto a serviço da comemoração quanto para ser celebrado posteriormente. Nesse sentido, ele cumpriu plena e satisfatoriamente sua função como um presente para a cidade de São Paulo no seu 400^o. aniversário.

Passada a persistente euforia comemorativa do sucesso de São Paulo, resta o complexo jogo das elites para erguer o Parque Ibirapuera como monumento. Se, por um lado, o parque revela o embate entre os diferentes grupos da elite na conformação do urbanismo em São Paulo, por outro, criou um amálgama complicado, no qual nem sempre se verificam efetivas oposições entre os grupos politicamente divergentes mas, antes, acordos inusitados.

Bibliografia.

1. Documentos

1.1. Arquivo Histórico Municipal Washington Luis - Processos Municipais

Processo nº. 1982-0.015.231-6
Processo nº. 1992-0.045.223-0
Processo nº. 1992-0.045.224-8
Processo nº. 2003-0.293.069-4
Processo nº. 2003-0.324.802-1
Processo nº. 2003-0.324.844-7
Processo nº. 2003-0.324.888-9
Processo nº. 2003-0.325.104-9
Processo nº. 2003-0.325.232-0
Processo nº. 2003-0.325.271-1
Processo nº. 2003-0.325.300-9
Processo nº. 2003-0.328.958-5
Processo nº. 2004-0.015.147-9
Processo nº. 2004-0.015.205-0
Processo nº. 2004-0.015.238-6
Processo nº. 2004-0.015.244-0
Processo nº. 2004-0.015.256-4

1.2. Arquivo Histórico Municipal Washington Luis - Manuscritos do “Fundo IV Centenário”

Caixa 35, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 304 de 1951 (26 fls.) “Encaminha aos Srs. Ministros cópias da Lei n. 4.166/51, que cria esta Autarquia e o Convênio celebrado entre o Município e o Estado, e solicitando sua cooperação para o sucesso dos festejos”.

Caixa 35, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 410 de 1952 (25 fls.) “Apresenta ao Senhor Presidente da República o plano geral das realizações projetadas, e solicita a valiosa atenção para os pontos que, sujeitos à competência administrativa federal, reclamam providências de imediato interesse público”.

Caixa 35, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 293 de 1952 (03 fls.) “Encaminha ao Senhor Prefeito uma síntese dos planos de construções, comemorações e festejos e outras atividades referentes ao IV Centenário”.

Caixa 35, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 344 de 1952 (03 fls.) “Solicita da T.3, providências no sentido de fornecer a esta Comissão uma cópia da planta do Parque Ibirapuera e região circunvizinha, até a rua Dr.

Ascendino Reis, estando nelas assinaladas as ocupações existentes, especificadamente”.

Caixa 35, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 408 de 1952 (03 fls.) “Sugere que seja oficiado ao Senhor Prefeito do Município de São Paulo, solicitando providências urgentes no sentido de determinar a sustação do prestamento do estudo de projetos, inclusive já merecedores de aprovação, em áreas nas imediações do Parque Ibirapuera”.

Caixa 35, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 417 de 1952. “Solicita da T.3 – Divisão de Patrimônio e Almoxarifado, plantas de todos os terrenos municipais, com metragem superior a 3.000 m² acompanhadas de esclarecimentos com respeito a suas ocupações por entidades públicas ou particulares, ou destinação reservada”.

Caixa 42, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 224 de 1952 (12 fls.) “Solicita providências do Senhor Prefeito no sentido de ser conseguida a mudança dos grupos de residências conhecidos por “favelas” existentes nos terrenos do Parque Ibirapuera, para a localização das construções dos edifícios destinados à Feira de 1954”.

Caixa 42, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 215 de 1951. “Relatório da equipe de planejamento”

Caixa 43, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 98 de 1951 (06 fls.) “Convite e indicações de nomes pra integrarem esta Comissão”

Caixa 43, grupo Gabinete, série Correspondência, processo nº. 155 de 1951 (03 fls.) “Convida o engenheiro Oswaldo Arthur Bratke, Presidente do Instituto de Arquitetos do Brasil, para participar de reunião da Sub-Comissão de Cultura desta Comissão”.

Caixa 61, grupo Gabinete, série Planejamento, processo nº. 270 de 1952. “Papéis pertencentes a Equipe de Planejamento: ofícios recebidos, copias de ofícios expedidos, reunião de arquitetos, organização da feira mundial, dados fornecidos pelo engo. Paganelli, uma pasta com diversos, cópia de relatório encaminhado ao Sr. Governados, uma planta do estudo em perspectiva da Cidade Universitária, uma coleção de plantas do Monumento e Mausoléu ao Soldado Constitucionalista”

Caixa 61, grupo Gabinete, série Planejamento, processo nº. 411 de 1951 (75 fls.) “Convida os srs. Rino Levi e outros para constituírem a Equipe de Arquitetura que apresentaram até o fim do exercício de 1951 o plano completo indispensável para as obras das comemorações de 1954”.

Caixa 61, grupo Gabinete, série Planejamento, processo nº. 878 (06 fls.) “Apresenta o programa de obras com as respectivas explanações, bem como as providências iniciais para sua breve execução”.

Caixa 62, grupo Gabinete, série Prestação de serviços, processo nº. 1267 de 1952 (16 fls.) “Apresenta relatório referente à remoção dos favelados do terreno situado entre as ruas Abílio Soares e Manoel de Nóbrega”.

Caixa 62, grupo Gabinete, série Prestação de serviços, processo nº. 1740 de 1953 (85 fls.) “Submete à aprovação, proposta sobre um estudo de opinião pública em torno das atividades desta Autarquia”.

Caixa 67, grupo Gabinete, série Pareceres e Minutas, processo n°. 6847 de 1955 “Estudos de organização da nova entidade”.

Caixa 67, grupo Gabinete, série Pareceres e Minutas, processo n°. 90 de 1951 (20 fls.) “Apresenta parecer sobre o plano de urbanização do Parque Ibirapuera elaborado pela Prefeitura Municipal, tendo em vista a realização da Exposição Internacional naquele Parque”.

Caixa 68, grupo Gabinete, série Pareceres e Minutas, processo n°. 86 de 1951 (07 fls.) “Encaminha cópia do parecer da Comissão encarregada de representar aquela Secretaria na elaboração do programa do Certame da Exposição e Feira Internacional na Cidade de São Paulo, em 1954”.

Caixa 81, grupo Gabinete, série Sugestões e Propostas, processo n°. 266 de 1952 (16 fls.) “Apresenta memorial da Comissão da Cidade Universitária sobre as vantagens recíprocas da localização da Exposição Internacional, nos terrenos da antiga Fazenda Butantã”.

Caixa 85, grupo Secretaria, série Administração de Pessoal, processo n°. 479 de 1952 (10 fls.) “Solicita da Secretaria da Agricultura, seja posto a disposição desta Autarquia, sem prejuízo de seus direitos e vantagens, o Sr. Otávio Augusto Teixeira Mendes, Chefe da Secção de Parques e Jardins e Arborização”.

Caixa 158, grupo Serviços de Congressos em Geral, Série organização de Congressos, Conferências e Encontros, processo n°. 743 de 1952 (101 fls.) “Apresenta um orçamento de despesa de Cr\$3.000.000,00 para a realização da 3ª. Convenção Panamericana de Engenharia que promoverá juntamente com a Federação Brasileira de Engenheiros”.

Caixa 158, grupo Serviços de Congressos em Geral, Série organização de Congressos, Conferências e Encontros, processo n°. 745 de 1952 (409 fls.) “Sugere a organização de um Congresso Nacional de Arquitetura e Urbanismo, com a participação de arquitetos de todo o Brasil e convites especiais a estrangeiros de projeção mundial e solicita reserva de uma verba de Cr\$3.000.000,00”.

Caixa 158, grupo Serviços de Congressos em Geral, Série organização de Congressos, Conferências e Encontros, processo n°. 748 de 1952 (48 fls.) “Solicita considerar oficial o 10º. Congresso Internacional de Botânica Pura e Aplicada que pretende realizar em 1954, e que seja reservada a parcela de Cr\$1.000.000,00 a fim de atender às despesas desse Congresso”.

Caixa 158, grupo Serviços de Congressos em Geral, Série organização de Congressos, Conferências e Encontros, processo n°. 749 de 1952 (85 fls.) “Solicita sejam incluídos entre os Congressos oficiais comemorativos do IV Centenário, um Congresso internacional de Odontologia, conjuntamente com o Congresso Odontológico Brasileiro, estimando a verba para essas realizações, em Cr\$2.000.000,00”.

Caixa 158, grupo Serviços de Congressos em Geral, Série organização de Congressos, Conferências e Encontros, processo n°. 762 de 1952 (67 fls.) “Apresenta uma proposta de orçamento para a realização do 1º. Congresso de Sociologia, que esta Autarquia patrocinará, e solicita a verba de Cr\$ 700.000,00 para atender as despesas”.

Caixa 197, grupo Serviço de Engenharia, série Obras Públicas, processo n.º 1120 de 1952 (116 fls.) “Apresenta o Dr. Otávio Augusto Teixeira Mendes sugestões referentes a arquitetura paisagística do Parque Ibirapuera e solicita seja convidada a colaboração do Sr. Arthur Etzel com a preliminar de uma reunião.”

Caixa 197, grupo Serviço de Engenharia, série Obras Públicas, processo n.º 1946 de 1953 (10 fls.) “Encaminha ante-projeto e orçamento do ajardinamento da área Exposição do Parque Ibirapuera, elaborado pelo sr. Roberto Burle Marx”.

1.3. Arquivo Histórico Municipal Washington Luis - Fontes impressas

Prefeitura do Município de São Paulo. *Relatório de 1926 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo*. São Paulo: Secção de Obras d’ “O Estado de São Paulo”, 1927.

Prefeitura do Município de São Paulo. *Relatório de 1927 apresentado pelo Dr. J. Pires do Rio, Prefeito do Município de São Paulo*. São Paulo: Empreza Graphica Limitada, 1928.

1.4. Arquivo Histórico Wanda Svevo da Fundação Bienal de São Paulo - Manuscritos do Centro de Documentação “Francisco Matarazzo Sobrinho”

Pasta 000

Histórico do Museu de Arte Moderna feito em 1978

Pasta 017

Entrevista concedida por Francisco Matarazzo Sobrinho esclarecendo as finalidades do Museu de Arte Moderna (23 de dezembro de 1949)

Pasta 067

Carta de doação acervo do Museu de Arte Moderna à Universidade de São Paulo de Francisco Matarazzo (21 de fevereiro de 1962)

Pasta 073

Ata de doação do acervo do Museu de Arte Moderna à Universidade de São Paulo (23 de janeiro de 1963)

Pasta 151

Recortes de jornal

Pasta 300

Histórico do IV Centenário e Parque Ibirapuera

Pasta 301

Lei no. 1.475, de 26 de dezembro de 1951, decretada pelo governador Lucas Nogueira Garcez, autorizando o Poder Executivo a contrair um empréstimo no

valor nominal de Cr\$ 600.000.000,00 destinado a custear as comemorações do IV Centenário da Fundação da cidade de São Paulo.

Pasta 322

Relatório de reincorporação ao parque Ibirapuera de áreas particulares e públicas nele encravadas (26 de maio de 1953)

1.5. Arquivo da Sociedade Amigos da Cidade - Manuscritos

Sociedade Amigos da Cidade. *Estatutos*, 14 de novembro de 1934.

_____. *Livro de atas*, 06 de fevereiro de 1935 a 19 de maio de 1937.

_____. *Livro de atas*. 1937 a 1941.

_____. *Livro de atas*, 28 de novembro de 1945 a 12 de setembro de 1951.

_____. *Livro de atas*, 17 de setembro de 1951 a 14 de setembro de 1955.

1.6. Arquivo do Instituto de Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo

Instituto de Arquitetos do Brasil, São Paulo. *Livro de Atas n.º. 02 das reuniões do Conselho Diretor*, 03 de março de 1952 a 04 de outubro de 1954.

1.7. Biblioteca da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo

FIESP/CIESP. *Carta Semanal Informativa*, n.º. 87, 04 a 10 de fevereiro de 1952

FIESP/CIESP. *Carta Semanal Informativa*, n.º. 106, 25 de agosto a 07 de setembro de 1952

1.8. Arquivo do Museu Social de Paris - Fontes impressas

“Compte rendu de la réunion en faveur des espaces libres tenue dans lê Grand Amphithéâtre de la Sourbonne le 05 juillet 1908”. In *Mémoires et documents du Musée Social*. Paris: Musée Social, 1908, pp. 201-203.

Hénard, Eugène. “La transformation en parcs des fortifications de Paris lors de leur déclassement”. In *Annales du Musée social*. Paris: Musée social, 1909, pp. 58-61.

_____. “Les espaces libres à Paris” In *Mémoires et documents du Musée social*. Paris: Musée social, 1908, pp. 186-196.

_____. “Les espaces libres à Paris. Les fortifications remplacées par une ceinture de parcs”. In *Mémoires et documents du Musée social*. Paris: Musée social, 01 de março de 1909, pp. 78-89.

Siegfried, Jules. “Exposé de motifs”. In *Mémoires et documents du Musée social*. Paris: Musée social, 01 de março de 1909, pp. 73-77.

Souza, Robert de. “Les espaces libres. Résumé historique”. In *Mémoires et documents du Musée social*. Paris: Musée social, 1908, pp. 177-185.

“Statut du Musée social”, de 31 de agosto de 1894, modificado por decretos de 15 de maio de 1896 e 24 de abril de 1900.

2. Artigos em periódicos

“A construção do Hipódromo de Ibirapuera”. *OESP*, 20 de outubro de 1934, p. 09.

“Ainda o Ibirapuera”. *OESP*, coluna Notícias Diversas. 11 de maio de 1952, p. 13.

“Amigos da Cidade”. *OESP*, 04 de fevereiro de 1936, p. 09.

“Arranha-céus”. *OESP*, coluna Coisas da cidade, 05 de maio de 1935, p. 03.

“Celebrando o IV Centenário de São Paulo”. In: Revista Paulista de Indústria, ano IV, n.º. 18, janeiro de 1954, p. 67.

“Centenas de milhares de visitantes serão atraídos pela exposição feira internacional de 1954”. *Diário de São Paulo*, 17 de fevereiro de 1953.

“Cinturão Verde de S. Paulo”. *OESP*, 09 de novembro de 1952, p. 14.

“Comissão do IV Centenário”. *OESP*, 03 de setembro de 1952, p. 10, e 16 de setembro de 1952, p. 13.

“Contra a destruição do Parque Ibirapuera”. *OESP*, coluna Notícias Diversas, 19 de setembro de 1951, p. 09.

“Contra o Ibirapuera”. *OESP*, 09 de março de 1952, p. 13.

Correio Paulistano, 24 de janeiro de 1954.

Correio Paulistano, 26 de junho de 1954.

Diário de São Paulo. 20 de março de 1953.

Diário de São Paulo. 22 de maio de 1952.

“Edital”. In: Revista Paulista de Indústria, ano IV, n.º. 29, dezembro de 1954, p. 01.

“Entrevista com Oscar Niemeyer”. In: *Architecture d’Aujourd’hui*, n.º. 171, jan-fev 1974.

“Espaços Livres”. *OESP*, coluna Coisas da cidade, 06 de abril de 1935, p. 08.

Folha da Manhã, 07 de setembro de 1951.

“Localização de ‘stands’ na Exposição-Feira Internacional”. *Diário de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1953.

“Localização de ‘stands’ na Exposição-Feira Internacional”. *Diário de São Paulo*, 23 de janeiro de 1953.

Mello Luiz Inácio de Anhaia. “Arranha-céus”. *OESP*, coluna Coisas da cidade, 11 de maio de 1935, p. 05.

Moraes, Dácio. “Um problema de urbanismo”. *OESP*, coluna Coisas da cidade, 08 de maio de 1935, p. 02.

“Mutilação do Parque Ibirapuera”. In: *Anhembi*, São Paulo (nº 29) vol X. abr. 1953.

Niemeyer, Oscar. “A verdade sobre o projeto e a construção do belo traçado destinado às comemorações do IV Centenário de São Paulo: a concepção, a realização e o que ainda pode ser feito”. In *Módulo*, nº 01, p. 18.

“Notícias diversas” In: *Revista Paulista de Indústria*, ano III, 4º. bimestre de 1953, nº. 15, 1953, p. 81-82.

“O desvirtuamento do Ibirapuera”. *OESP*, 03 de julho de 1952, p. 05.

“O IV Centenário da cidade. A mutilação do Ibirapuera”. *OESP*, 23 de julho de 1952, p. 08.

OESP, 12 de julho de 1952, p. 09.

OESP, 13 de julho de 1952, p. 03.

OESP, 19 de julho de 1952, p. 09.

OESP, 22 de novembro de 1952, p. 08.

“O plano regulador”. *OESP*, coluna Coisas da cidade, 16 de maio de 1935, p. 04.

“Os abandonados jardins, parques e praças públicas do Brasil”. In: *Anhembi*. Ano II, n 1º. 13, vol. V, dezembro de 1951, pp. 130-136.

“Parques e Jardins de S. Paulo”, I. *OESP*, 03 de julho de 1951, p. 09;

“Parques e Jardins de S. Paulo”, II. *OESP*, 8 de julho, pág. 09;

“Parques e Jardins de S. Paulo”, III. *OESP*, 11 de julho, p. 07;

“Parques e Jardins de S. Paulo”, IV. *OESP*, 15 de julho, p. 09;

“Parques e Jardins de S. Paulo”, V. *OESP*, 18 de julho, p. 08.

“Pleiteia Atibaia a sua inclusão no “Cinturão Verde”. *OESP*, 29 de julho de 1952, p. 10.

“Protesta a Sociedade de Escritores contra a mutilação do Ibirapuera”. *OESP*, 03 de janeiro de 1956.

“Sociedade Amigos da Cidade”. *OESP*, coluna Movimentos associativos, 31 de outubro de 1934, p. 02.

“Sugestões para o IV Centenário”. *OESP*, coluna Notícias Diversas, 20 de março de 1952, p. 08.

“Urbanismo”. *OESP*, coluna Coisas da cidade, 09 de novembro de 1934, p. 03.

3. Obras gerais

Alambert, Francisco e Canhête, Polyana. *As Bienais de São Paulo da era do Museu à era dos curadores (1951-2001)*. São Paulo: Boitempo, 2004.

Almeida, Paulo Mendes de. *De Anita ao museu*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

Amaral, Aracy Abreu. *Arte para quê? A preocupação social na arte brasileira, 1930-1970*. São Paulo: Studio Nobel, 1983.

_____. *Textos do Trópico de Capricórnio. Artigos e ensaios (1980-2005)*. Vol. 1: Modernismo, arte moderna e o compromisso com o lugar. São Paulo: editora 34, 2006.

Amaral, Gláucia (coord.). *Fantasia Brasileira. O Balé do IV Centenário*. Catálogo da exposição montada no SESC Belenzinho, de 12 de outubro a 13 de dezembro de 1998. São Paulo: SESC/XXIV Bienal de São Paulo, 1998.

Andrade, Carlos Roberto Monteiro de. Barry Parker, *um arquiteto inglês na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 1998.

Andrade, Manuella Marianna. “O Parque do Ibirapuera: 1890 a 1954”. In *Revista eletrônica Vitruvius* (www.vitruvius.com.br/arquitextos), agosto de 2004.

Ardaillou, Pierre. “Foi protestante, action sociale et convictions républicaines: Jules Siegfried”. In Chamberlland, Colette (dir.). *Le Musée social en son temps*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1998, pp. 75-101.

Arruda, Maria Arminda do Nascimento. *Metrópole e Cultura. São Paulo no meio do século XX*. Bauru: Edusp, 2001.

Azevedo, Aroldo de (org). *A cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana. Volume III. Aspectos da metrópole paulistana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

Azevedo, Aroldo de. *Subúrbios orientais de São Paulo*, tese de concurso à cátedra de Geografia do Brasil da Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo, 1945.

Bacelli, Rolnei. *A presença da Cia. City em São Paulo e a implantação do primeiro bairro jardim*. São Paulo: FFLCHUSP (dissertação de mestrado), 1982.

Bartalini, Vladimir. *Parques Públicos Municipais de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 1999.

_____. “Os parques públicos nos planos para São Paulo”. In *Anais do IV Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, Rio de Janeiro: ANPUR/PROURB, Volume II, novembro de 1996, pp. 1106-1117.

Bastide, Roger. *Brasil, terra de contrastes*. São Paulo: Difusão européia do livro, 1959.

Baxandall, Michael. *Patterns of Intention. On the Historical Explanation of Picture*. New Haven and London: Yale University Press, 1985.

Benoit-Lévy, Georges. *La cité-jardin*. Paris: Henri Jouve, 1904.

- Berman, Marshal. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- Blum, Françoise. “Le Comte de Cambrun: catholique, mécène des protestants?” Chamberlland, Colette (dir.). *Le Musée social en son temps*. Paris: Presses de l'École Normale Supérieure, 1998, pp. 27-41.
- Bourdieu, Pierre. “Efeitos de lugar”. In Bourdieu, Pierre (coord). *A Miséria do mundo*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- Campos, Cândido Malta. *Os rumos da cidade: urbanismo e modernização em São Paulo*. São Paulo: Senac, 2000.
- Caro, Robert. *The power broker Robert Moses and the fall of New York*. Nova Iorque: Vintage, 1975.
- Cerdá, Ildefonso. *La théorie Générale de L'Urbanisation*, prefácio de Françoise Choay, Paris: Seuil, 1979.
- Chadwick, George. *The park and the town: public landscape in the 19th and 20th centuries*. Nova Iorque – Washington: Praeger, 1966.
- Charvet, Marie. *Les Fortifications de Parris. De l'hygiénisme à l'urbanisme, 1880-1919*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2005.
- Choay, Françoise. *A regra e o modelo*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- Costa, Helouise e Silva, Renato Rodrigues da. *A fotografia moderna no Brasil*. São Paulo: Cosac Naify, 2004.
- Dal Co, Francesco. “De los parques a la región. Ideología progresista y reforma de la ciudad americana”. In Cuicci, G. Et alli. *La ciudad americana, de la guerra civil al New Deal*. Barcelona: Gustavo Gili, 1975.
- Dean, Waren. *A industrialização de São Paulo (1880-1945) [1969]*. São Paulo: Difel, 2^a ed., 1971.
- Fausto, Boris. *História do Brasil*. 5^a edição. São Paulo: Edusp/FDE, 1997.
- Feldman, Sarah. *Planejamento e Zoneamento. São Paulo, 1947 a 1972*. São Paulo: Edusp/Fapesp, 2005.
- Fernandes, Florestan. “O homem e a cidade-metrópole” [1959]. In *Mudanças sociais no Brasil*. São Paulo: Difel, 1960.
- Fillinger, William. *Ibirapuera, Imenso “grilo”. Parecer técnico relativo ao processo de discriminação de terras. A Prefeitura do Município de São Paulo às voltas com falsificadores de alta classe*. São Paulo: PMSP, Departamento Jurídico, 1941.
- Forestier, Jean Claude Nicolas. *Grandes Villes et Systèmes de Parcs. France, Maroc, Argentine*. Paris: Norma editions, 1997.
- Frugoli Jr., Heitor. *São Paulo, espaços públicos e integração social*. São Paulo: Marco Zero/SESC, 1995.
- Fundação Bienal de São Paulo. *Bienal 50 anos. 1951-2001*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 2001.

_____. Fundação Bienal de São Paulo. *I Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Catálogo Geral*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1951.

_____. *II Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Catálogo Geral*. São Paulo: Fundação Bienal de São Paulo, 1953.

Gaudin, J. P. “La gênese de l’urbanisme de plan et la modernisation politique”. In: *Revue Française de Science Politique*, vol. 39, n°. 03, FNSP/AFSP, junho de 1989.

Grostein, Marta Dora. *Uso do parque Ibirapuera: espaço e comportamento*. São Paulo: FAUUSP, 1973.

Guerrand, Roger-Henri. “Jules Siegfried, la Société Française des habitations à bon marché”. In Chamberlland, Colette (dir.). *Le Musée social en son temps*. Paris: Presses de l’École Normale Supérieure, 1998, pp. 157-173.

Gunn, Philip. “O paradigma de cidade-jardim na via fabiana de reforma urbana”. In *Espaço e Debates*, n°. 40, 1997, pp. 11-27.

Harvey, David. “O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas”. In *Espaços e Debates*, n° 06, São Paulo: NERU, setembro de 1982.

Hénard, Eugène. “The cities of the future”. Royal Institute of British Architects, Town Planning Conference London, 10-15 October 1910. In *Transactions*. Londres: The Royal Institute of British Architects, 1911, pp. 345-367.

Herbst, Hélio. *Promessas e conquistas: arquitetura e modernidade nas Bienais*. São Paulo, FAUUSP (dissertação de mestrado), 2002.

Horne, Janet. “Le libéralisme à l’épreuve de l’industrialisation: la réponse du Musée social. In Chamberlland, Colette (dir.). *Le Musée social en son temps*. Paris: Presses de l’École Normale Supérieure, 1998, pp. 13-25.

_____. *Le Musée social aux origines de l’État providence*. Paris: Belin, 2004.

Kliass, Rosa Grena. *A evolução dos Parques Urbanos na cidade de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (dissertação de mestrado), 1989.

_____. *Parques Urbanos de São Paulo*. São Paulo: Pini, 1993.

Leme, Maria Cristina. *Revisão do Plano de Avenidas. Um estudo sobre o Planejamento Urbano em São Paulo, 1930*. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 1990.

Loureiro, Maria Amélia Salgado. *A cidade e as áreas verdes*. São Paulo: PMSP, Secretaria de Serviços e Obras, Departamento de Parques e Áreas Verdes, 1979.

Magnoli, Miranda Martinelli. *Contribuição ao estudo dos espaços livres de uso público nos grandes aglomerados urbanos*. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 1973.

_____. *Espaços livres e urbanização: uma introdução a aspectos as paisagem metropolitana*. São Paulo: FAUUSP (tese de livre-docência), 1983.

Magri, Susanna. “Du Logement monofamilial à la cité-jardin. Les agents de la transformation du projet pérorateur sur l’habitat populaire en France, 1900-1909”. In Chamberlland, Colette (dir). *Le Musée social en son temps*. Paris: Presses de l’École Normale Supérieure, 1998, pp. 175-220.

Maia, Francisco Prestes. *O Zoneamento Urbano*. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, n.º 01, 1936.

Mariano, Cássia Regina. *Parques Metropolitanos de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (dissertação de mestrado), 1992.

Marins, Paulo César Garcez. “O Parque Ibirapuera e a construção da identidade paulista”. In: *Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material*, vol. 6/7, São Paulo: Universidade de São Paulo/Museu Paulista, 1998-1999, pp. 09-36.

Marx, Murillo de Azevedo. *Cidade brasileira*. São Paulo: Edições Melhoramentos/ EDUSP, 1980.

_____. *Cidade no Brasil: em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.

_____. *Nosso Chão: do sagrado ao profano*. São Paulo: Edusp, 1989.

Mello, Luiz Ignácio de Anhaia. *O Plano Regional de São Paulo. Uma contribuição da Universidade de São Paulo para o estudo de um “código de ocupação licita do solo”*. Conferência pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 08 de novembro de 1954, texto mimeografado.

_____. *O Urbanismo... esse desconhecido*. Conferência pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo em 08 de novembro de 1951. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, n.º 11, agosto de 1952.

_____. *Urbanismo positivo e urbanismo negativo. As modernas cidades inglesas*. Conferência pronunciada na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo: 09 de novembro de 1955, texto mimeografado.

Meyer, Regina Maria Prosperi. *Metrópole e Urbanismo. São Paulo anos 50*. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 1991.

Mindlin, Henrique E. *Modern architecture in Brazil*. Nova Iorque: Reinhold Publishing Corporation, 1956.

Morse, Richard. *De comunidade a metrópole. Biografia de São Paulo*. Trad.: Maria Aparecida Madeira Kerbeg. São Paulo: Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. Serviço de comemorações culturais, 1954.

_____. *Formação histórica de São Paulo*. São Paulo: Difel, 1971.

Niemeyer, Oscar. *Niemeyer*. Belmont-sur-Lausanne: Editions Alphabet, 1977. Original em italiano. Milão: Arnoldo Mondadori, 1975.

Oliveira, Fabiano Lemes. *Os projetos para o Parque Ibirapuera: de Manequinho Lopes a Niemeyer (1926-1954)*. São Paulo: EESC (dissertação de mestrado), 2003.

- Oliveira, Francisco de. "O Estado e o Urbano no Brasil". In *Espaço & Debates*. São Paulo, 1982, pp. 36-54.
- Paoli, Maria Célia. "São Paulo operária e suas imagens (1900-1940)". In *Espaços e Debates*, nº. 33. São Paulo: NERU, 1991.
- Prado Jr., Caio. "O fator geográfico na formação e no desenvolvimento da cidade de São Paulo" [1936]. In: *Revista do Arquivo Municipal*, n. 202, *Antologia*. São Paulo: DPH, 2004.
- Rogers, Ernesto (et al). *Il Cuore della città: per una vita umana della comunità*. Milão: Hoepli, 1954.
- Saes, Décio. *Classe Média e sistema político no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.
- Sampaio, Maria Ruth Amaral de. "Christiano Stockler das Neves: o opositor do 'Futurismo' em São Paulo". In Ribeiro, L.C. de Q., Pechman, R. (orgs.). *Cidade, povo e nação. Gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- Sampaio, Maria Ruth Amaral de (coord). *São Paulo 1934-1938: anos da administração Fábio Prado*. São Paulo: FAUUSP, 1999.
- Schorske, Carl. *Viena Fin de Siècle*. São Paulo: Cia. das Letras e Campinas: Unicamp, 1988.
- Seabra, Odette Carvalho de Lima. *Meandros dos rios nos meandros do poder : Tiete e Pinheiros - valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo: FFLCHUSP (tese de doutorado), 1987.
- Segawa, Hugo Massaki. *Ao amor do público: jardins no Brasil*. São Paulo: FAPESP/Studio Nobel, 1996.
- _____. *Prelúdio da Metrópole*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- Silva, Fernanda Fernandes da. "Nature and architecture: Ibirapuera Park in São Paulo". In: *Proceedings of the V International Docomomo Conference*. Estocolmo: Docomomo, 1998, pp. 126-128.
- Simmel, Georg. "A metrópole e a vida mental" [1902]. In Velho, Otávio Guilherme. *O fenômeno urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1967, pp. 13-28.
- Sitte, Camillo. *A construção das cidades segundo os princípios artísticos*. São Paulo: Ática, 1992.
- Skidmore, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Trad. Original em inglês de 1966. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- Somekh, Nadia. *A cidade vertical e o urbanismo modernizador: São Paulo, 1920-1939*. São Paulo: FAUUSP (tese de doutorado), 1994.
- _____. *A (des)verticalização de São Paulo*. São Paulo: FAUUSP (dissertação de mestrado), 1987.
- Stübben, Joseph. "Practical and aesthetic principles for the laying out of cities." In: *Deutschen Vereins für öffentliche Gesundheitspflege*, Freiburg, 1885.

_____. *Rapport au Premier Congrès International de l'Art Public tenu à Bruxelles du 24 au 29 septembre 1898*. Bruxelles, 1898, pp. 89-92.

Telles, Goffredo T. da Silva. *São Paulo. Cidade sem parques e sem áreas livres*. São Paulo: Edições da Sociedade Amigos da Cidade, n.º. 08, maio de 1950.

Toledo, J. *Flávio de Carvalho, o comedor de emoções*. Campinas: Unicamp; São Paulo: Brasiliense, 1994.

Topalov, Christian. "From the 'social question' to 'urban problems': reformers and the working classes at the turn of the twentieth century". In *International Social Science Journal*, Blackwell/UNESCO, agosto de 1990, pp. 319-336.

_____. "La ville 'congestionnée': acteurs et langage de la réforme urbaine à New York au début du XXe. Siècle". In: *Genèses*, n.º. 01, setembro de 1990, pp. 86-111.

_____. *Laboratoires du nouveau siècle. La nebuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.

Torres, Maria Celestina Teixeira Mendes. *Ibirapuera. História dos bairros de São Paulo*. São Paulo: PMSP/DPH, s/d.

Villaça, Flávio. *Estruturação da Metrópole sul-brasileira*. São Paulo: FFLCH-USP (tese de doutorado), 1978.

Xavier, Alberto (et al). *Arquitetura Moderna Paulistana*. São Paulo: Pini, 1983.

4. Planos, estudos e projetos urbanísticos

Hénard, Eugène. *L'Exposition Universelle de 1900. Devant le Parlement. Pourquoi il est nécessaire d'exécuter le projet issu du concours public de 1894 et des travaux du jury*. Paris: G. Delarue, 1896.

_____. *Études sur les transformations de Paris*. Paris: Librairies-imprimeries Reunies, 1903-1909.

Maia, Francisco Prestes. *Estudo de um Plano de Avenidas para a cidade de São Paulo*. São Paulo: Cia. Melhoramentos, 1930.

Moses, Robert (et al). *Programa de melhoramentos públicos para a cidade de São Paulo*. Nova Iorque: International Basic Economy Corporation, Steidinger Press, 1950.

Niemeyer, Oscar (et al). *Ante-projeto da exposição do IV Centenário de São Paulo*. São Paulo: Edições de Arte e Arquitetura sob direção de Dante G. Paglia, outubro de 1952.

5. Memórias

Duarte, Paulo. *Memórias III. Selva Obscura*. São Paulo: Hucitec, 1976.

_____. *Memórias IV. Os mortos de Seabrook*. 1976.

Penteado, Yolanda. *Tudo em cor de rosa*. São Paulo: edição da autora, 1977.

6. Biografias

Almeida, F. A. *O franciscano Cicillo*. São Paulo: Pioneira, 1976.

Couto, Ronaldo Costa. *Matarazzo*. Volume I. A travessia. São Paulo: Planeta, 2004.

_____. *Matarazzo*. Volume II. Colosso Brasileiro. São Paulo: Planeta, 2004.

Cunha Lima, J. E Humberg, M. E. *Matarazzo 100 anos*. São Paulo: CL-A Comunicações Ltda., 1982.

7. Obras de referência

Abreu, Alzira Alves de (et al). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro, pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV/CPDOC, 2001.

Fernandes, Paula Porta S. (coord). *Guia dos documentos históricos na cidade de São Paulo, 1554/1954. Documentação Textual*. São Paulo: Hucitec/Neps, 1998.

Houaiss, Antônio (et al). *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Agradecimento.

Agradeço à minha mãe pelo exemplo de coragem, de alegria e de perseverança que me deu durante toda a vida.

Agradeço ao meu pai e aos meus irmãos por toda a solidariedade e todo o amor.

Quero agradecer especialmente a Maú, ao Topalov, mas também ao Zé, Vera, Ana, Vladimir e Pierucci porque foram as pessoas que permitiram esse trabalho ser o que é e também não ser o que não é. Tenho aprendido com eles a fazer pesquisa, mas sobretudo tenho me nutrido da grande generosidade de que são capazes.

Agradeço a todas as pessoas das instituições, das empresas ou de sua própria boa vontade que me receberam com muita atenção. São inúmeras. Talvez eu tenha desapontado algumas delas com a decisão de enxugar meu trabalho. Peço desculpas por isso, pois concordo com esse sentimento de decepção. Mas, por outro lado, o que são algumas páginas escritas em meio a tudo o que a vida nos traz e nos leva?

Também agradeço à Celina do Arquivo Histórico Municipal pelas inúmeras ajudas com os documentos, ao sr. Emerson Kapaz pela sua atenção e gentileza, ao Ernesto do CIESP pelas indicações, à Madalena, Raquel, Seu João e outros do arquivo da redação do jornal *O Estado de São Paulo*, às bibliotecárias da FAUUSP, especialmente Rejane, Dina e dona Aracy, à Iliete por toda a mão-na-rodinha, ao Helinho pelos encontros na biblioteca, ao Rui pelas imagens, à Luciana pela capa e à Maíra pela revisão.

É necessário também agradecer a quem ajudou na pesquisa sobre o Parque do Carmo, que não está incluída neste volume, mas fez parte do processo de trabalho. Assim, obrigada ao sr. Olavo Setúbal, à Margarida Troy, à Vandineide Cardoso, ao sr. José Paes e ao Edivaldo, que me receberam em entrevistas muito proveitosas.

Agradeço também aos meus amigos. Eu tenho a felicidade de ter muitos amigos. Sylvia, Moisés, Hélio, Bá, Landão, Gui, Lago, Lu, Paulo, Tati, Nel, Fabiana, Mili, Labu, Lela, Fefa, Dimi, Célia, Renée, Mairex, Gabi, Lucila, Ju, Carlinha, Kim, Junior, Duda, Stela, Mário e muitos outros, que participaram do trabalho, discutindo, opinando ou apoiando. Nos momentos mais difíceis da vida, como é preciosa a presença dos amigos!

À CAPES, pelas bolsas concedidas.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)